



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**Dinâmicas da violência política: negociação da normalidade durante e
após o conflito armado em Malanje, Angola**

GILSON LÁZARO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Estudos Africanos

Orientador (a):

Jean-Michel MABEKO-TALI Professor Catedrático da

Howard University, Washington DC

Coorientador(a):

Doutora Cristina Rodrigues, Investigadora do

CEA-IUL

Dezembro, 2015



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Dinâmicas da violência política: negociação da normalidade durante e após o conflito armado em Malanje, Angola

GILSON LÁZARO

Júri:

Doutora Helena Maria Barroso Carvalho, Professora Auxiliar com agregação do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor José Carlos Gaspar Venâncio, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior

Doutora Sónia Infante Girão Frias Piepoli, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutor Fernando José Pereira Florêncio, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutor Nuno Carlos de Fragoso Vidal, Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Jean- Michel Mabeko-Tali, Professor Catedrático do Departamento de História da Universidade de Howard, Washington, DC

Doutora Cristina Odete Udelsmann Rodrigues, Investigadora Auxiliar do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2015

Índice

AGRADECIMENTOS	III
DEDICATÓRIA	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
SIGLAS E ACRÓNIMOS	XI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1. Abordagem filosófica sobre a violência	11
1.2. Abordagem sociológica sobre a violência.....	15
1.3. Abordagens teóricas sobre os conflitos violentos	18
1.4. Normalidade social.....	26
CAPÍTULO 2. DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA	29
2.1. O legado da violência colonial	29
2.2. Revisitando a República Portuguesa	30
2.3. Um olhar sobre o Estado Novo	33
2.4. Do moderno nacionalismo ao conflito armado	35
CAPÍTULO 3. VIOLÊNCIA DOMESTICADA E INTERVENÇÃO DOS ACTORES EXTERNOS	43
3.1. Os dois Congos.....	43
3.2. África do Sul	49
3.3. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.....	55
3.4. Cuba	60
3.5. Estados Unidos da América	64
3.6. República Popular da China.....	68
3.7. Portugal	70
CAPÍTULO 4. “EM 75 NÃO HAVIA ESTADO”: NORMALIDADE VIOLENTA PÓS- INDEPENDÊNCIA	81
4.1. Violência e Estado Revolucionário	83
4.2. As contradições da proclamação da Independência	85
4.3. O socialismo de Agostinho Neto.....	87
4.4. Do sistema político de partido único.....	96
4.5. Sucessão socialista	98
CAPÍTULO 5. RETICÊNCIAS DAS IGREJAS AO MODELO SOCIALISTA	107
5.1. A posição da Igreja Católica	109
5.2. A posição das Igrejas Protestantes	117
CAPÍTULO 6. “ESTADO PARALELO DA JAMBA”: VIOLÊNCIA POLÍTICA DAS MATAS ÀS CIDADES	123
6.1. Da disciplina das armas	129

6.2. Defesa da ‘República da Jamba’	132
6.3. Metamorfose na Jamba.....	134
6.4. UNITA - Mudança de classificação	139
6.5. Terror e ritualização da violência na Jamba	141
CAPÍTULO 7. VIOLÊNCIA POLÍTICA EM MALANJE: O PERCURSO DE UMA TERRA MARTIRIZADA	147
7.1. Transformações sociopolíticas em Malanje	149
7.2. Malanje – um laboratório para a mobilização dos camponeses	154
7.3. A governação bicéfala: ocupação do espaço político	165
7.4. Hotel Kijima – quartel-general da UNITA em Malanje.....	174
7.4.1. “A paz de mentira ou a mini paz de 92”	175
7.4.2. Confronto entre milícias – no centro da cidade	176
7.4.3. “Vida coragem”: deslocações forçadas e a ‘cultura da fome’.....	183
7.5. Geografia do conflito armado na cidade	188
7.6. “Na guerra ninguém tem as mãos limpas”: depois do conflito	193
7.6.1. Reconciliação	194
7.6.2. Rituais de reconciliação nacional	201
7.6.3. Desreferenciação política e a “generosidade paternalista”	217
CONCLUSÃO	225
ENTREVISTAS.....	231
BIBLIOGRAFIA	233
ANEXOS	253

Agradecimentos

A elaboração desta tese de doutoramento não seria possível sem o apoio de muitas pessoas que estiveram envolvidas direta ou indiretamente para que esse estudo viesse à luz. Pretendo, pois, deixar aqui registado o meu profundo agradecimento algumas dessas pessoas.

Agradeço em primeiro lugar o Prof. Jean-Michel Mabeko-Tali, da Howard University, Washington DC, por ter aceitado orientar a referida tese, pelo acompanhamento gradual das várias etapas de avanços e recuos inerentes a esse tipo de labor. Quero de igual modo agradecer a Prof.^a Cristina Rodrigues, do CEI-ISCTE-IUL, pela aceitação sem hesitar para o seguimento deste estudo.

Ao Prof. Franz-Wilhelm Heimer, do CEI-IUL, pelo acolhimento naquele que foi o início da minha colaboração no projeto da Volkvangew Foundation “the Knowledge for Tomorrow – Cooperative Research Project in Sub-Saharan Africa”, em particular o subprojeto intitulado “*Reconciliation and Social Conflict in the Aftermath of Large-scale Violence in Southern Africa: The Cases of Angola and Namibia*”; pelo seu empenho e apoio incondicional para o cumprimento da minha formação pós-graduada.

Ao Prof. Nelson Pestana, do CEIC-UCAN, por ter acreditado em mim e pelo seu apoio incondicional durante as várias fases da minha formação pós-graduada. Agradeço de igual modo ao Prof. Eduardo Costa Dias, do ISCTE-IUL, pelo seu prestimoso apoio pessoal e institucional durante as fases de mestrado e de doutoramento.

À Fundação Calouste Gulbenkian pela concessão da bolsa de estudo para frequentar o curso de doutoramento, que permitiu realizar a pesquisa e a redação da tese sem muitas dificuldades. O meu agradecimento é particularmente dirigido aos Serviços de Educação e Bolsa, nomeadamente Eduardo Marcial, Margarida Abecassis, Margarida Almeida e Cláudia Leitão.

No ISCTE-IUL, quero expressar os meus agradecimentos as senhoras Ilda Ferreira e Cristina Ferreira, pelo apoio e prontidão no oferecimento de informações indispensáveis para a conclusão do curso.

À Augusta Sátiro e ao senhor António Evaristo Kapunga, pelo apoio que me propiciou um ambiente tranquilo e seguro para o início da redação da tese.

Ao Prof. Victor Kajibanga, decano da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, pelo seu apoio na concessão da licença temporária intercalada para a conclusão da tese.

Aos professores Elísio Macamo, Maria Paula Meneses e Luca Bussotti, pelos conselhos metodológicos úteis.

Aos meus colegas de percurso e amigos que acompanharam os avanços e recuos do processo de pesquisa e redacção da tese, Abel Paxe, Alcino João, Claudia Gastrow, Cláudio Tomás, Cristina Valentim, Edgar Jacob, Edson Cortês, Guilherme Zacarias, Jon Schubert, Iolanda Vasili, Joacine Katar Moreira, Joelma Almeida, Maria de Fátima, Kezita Michingi e Paulo Inglês, Megan, e o Will Aberto Muinga Gondo.

A todas as pessoas que aceitaram partilhar comigo às suas experiências de vida nem sempre harmoniosas e fáceis de serem narradas perante às vertigens do passado em Malanje. Os meus agradecimentos são extensivos ao Diretor da Rádio Nacional emissora provincial de Malanje, Francisco Pedro, pelo seu apoio na concessão dos contatos locais que me permitiram realizar as entrevistas; ao Conceição Gaspar, Paulo Vunge, Marcelo Gaspar e Hochay Galiano, pelo apoio fraterno.

Ao Osvaldo Silva pelas trocas de ideias, estímulos e conselhos indispensáveis para a conclusão da tese.

À minha família pelo apoio imensurável. Dirijo especialmente eterna gratidão pela dedicação, atenção e compreensão das ausências durante os seis anos à minha esposa Esperança Gaspar Lázaro.

Dedicatória

Em memória de José Hafeni de Castro

Resumo

A tese analisa a violência política constitutiva à formação do Estado angolano moderno, tendo como foco principal a violência protagonizada no âmbito do conflito armado ocorrido em Angola, com particular realce para a província de Malanje. No essencial, a tese centra-se no impacto que essa violência política desencadeada na cidade de Malanje influenciou as relações sociais, na medida em que opôs determinados segmentos sociais uns contra os outros, devido sobretudo a motivações político-partidárias. A tese visa analisar igualmente as dinâmicas da violência política manifestada por grupos de ex-militares e milícias urbanas despojadas de preparação militar em reacção à presença das forças militares da UNITA nas cidades, tidas, entretanto, como corpus estranho ou *Outsiders*, logo após assinatura dos acordos de Bicesse de 1991 entre o governo e a rebelião armada e a realização das primeiras eleições gerais sob forte suspeição devido aos ressentimentos acumulados. Argumenta-se, contudo, que durante e após o fim do conflito armado que assolou sobretudo a província de Malanje e, através de formas resilientes, houve espaço para a “negociação da normalidade” no dia-a-dia das pessoas.

Palavras-chave: Violência Política, Conflito Armado, Reconciliação, Malanje, Angola

Abstract

The thesis analyzes the constituent political violence to the formation of modern Angolan state, focusing mainly on violence carried out in the context of the armed conflict that took place in Angola, with particular emphasis on the northern Malanje province. Essentially, this thesis focuses on the impact that political violence unleashed in the city of Malanje, it had on social relations, as it opposed certain social groups' one against other, mainly due to party-political motivation. The thesis also aims to analyze the dynamics of this political violence manifested by former military groups and urban militias deprived of military preparation in reaction to the presence of UNITA military forces taken, however, as strange corpus or Outsiders, after signing of the Bicesse agreements in 1991 between the government and the armed rebellion and the implementation of the first general elections under strong suspicion because of accumulated resentment. It is argued, however, that during and after the end of the armed conflict that ravaged mainly the province of Malanje and through resilient forms, there was room for “negotiation normality” in day-to-day people lives.

Key-words: Political Violence, Armed Conflict, Reconciliation, Malanje province, Angola

Siglas e Acrónimos

ADRA – Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

AFDL - Aliança das Forças Democráticas para a Libertação

AJAPRAZ – Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da República da Zâmbia

AJPD – Associação para a Justiça, Paz e Democracia

AMANGOLA – União das Associações Locais de Angola

ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola

ANC - African National Congress

APN – Ajuda Popular da Noruega

BOSS - South African Bureau for State Security

BPV – Brigada Popular de Vigilância

CADA - Companhia de Açúcar de Angola

CCPM – Comissão Conjunta Política e Militar

CDS – Conselho de Defesa e Segurança

CCE – Companhia de Caçadores Especiais

CEAST - Conferência Episcopal de Angola e São Tomé

CIA - Center Intelligence Agency

CICA - Conselho das Igrejas Cristãs em Angola

COIEPA – Comité Inte-Eclesial para a Paz em Angola

CMM – Comissão Militar Mista

CNIDAH – Comissão Nacional de Desminagem e Assistência Humanitária

COTONANG - Companhia Geral dos Algodões de Angola

CPSU - Communist Party of the Soviet Union

DIAMANG - Companhia de Diamantes de Angola

DISA - Direção de Informação e Segurança de Angola

EUA - Estados Unidos da América.

FAA - Forças Armadas Angolanas

FALA - Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPLA - Forças Armadas Popular de Libertação de Angola

FDA – Fórum Democrático Angolano

FESA – Fundação Eduardo dos Santos

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FLEC - Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

GNR - Guarda Nacional Republicana

GRPA – Governo da República Popular de Angola

GURN - Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

INAD – Instituto Nacional de Desminagem

NATO - National Atlantic Tratad Organization

MFA - Movimento das Forças Armadas

MLEC - Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda

MLC - Movimento de Libertação Congoleza

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MOSSAD - National Intelligence Agency of Israel

ODP – Organização de Defesa Popular

OMA – Organização da Mulher Angolana

ONG – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIGC - Partido Africano de Independência da Guine e Cabo Verde

PAM – Programa Alimentar Mundial

PCA - Partido Comunista de Angola

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCC - Partido Comunista de Cuba

PCP- Partido Comunista Português

PDA - Partido Democrático de Angola

PIDE - DGS - Polícia Internacional de Defesa do Estado

PRD – Partido Renovador Democrático

PSP - Polícia de Segurança Pública

PLAN - People Liberation Army Namibia

LARDEF – Liga de Apoio à Reintegração dos Deficientes

LP - Milícias da Legião Portuguesa

RDC - República Democrática do Congo

SADF - South African National Defense Force

SWAPO - Southern West Army Popular Organization

TRC – Truth Reconciliation Commission

UNAVEM - Missão das Nações Unidas em Angola

UNITA - União Nacional de Libertação Total de Angola

UPA - União das Populações de Angola

UPNA - União das Populações do Norte de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

A presente tese tem como objectivo principal analisar, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e com particular enfoque para a abordagem microssociológica, as dinâmicas da violência política dos vários ciclos de guerra civil em Angola, desde o período imediatamente a seguir à independência, bem como das etapas mais salientes do processo de reconciliação nacional. De tal maneira que, para além do sentido nefasto provocado pela guerra de longa duração, essa análise visa, através da noção de “sociação” de Simmel, demonstrar em que medida este clima de tensão forçou igualmente uma interacção em larga escala entre diferentes segmentos sociais angolanos. Daí que o enfoque do nível microssociológico se concentre no período compreendido entre 1985 e 2002, ano em que termina oficialmente o conflito armado.

Partiremos de uma análise macro sobre o impacto da violência política na estrutura social angolana de longa duração, mais concretamente durante a I República e a passagem para a II República, para nos focarmos no que corresponde ao objecto de estudo: as dinâmicas microssociológicas da situação de guerra que ocorreram em Malanje, situada a noroeste de Angola.

Para o efeito, analisaremos as situações específicas da cidade de Malanje porque foi aí, dentre outras partes do país, que se desencadearam intensos confrontos militares e houve também grande concentração das populações refugiadas que fugiram de outros municípios para se fixarem na capital da província. Pretendemos, nesta vertente, examinar as formas de reprodução dos discursos e práticas oficiais de reconciliação a partir de contextos locais. Por reprodução de experiências locais de reconciliação entende-se os acordos ou alianças entre indivíduos ou grupos antagónicos cujos contornos positivos ou negativos estiveram fora do alcance político-militar do centro do poder, que pudessem contribuir para atenuar as tensões do conflito armado. É, concretamente, um desafio examinar as relações sociais estabelecidas, e verificar as incidências da violência política e da reconciliação ao nível da província de Malanje.

1. Objectivos

O estudo propõe-se fundamentalmente atingir os seguintes objectivos específicos:

Captar as percepções e representações dos grupos e indivíduos no que diz respeito à forma como enfrentaram as dificuldades durante e depois do conflito armado;

Determinar quais são as incidências dessas experiências de violência política e a relação existente com o processo de reconciliação nacional a nível de Malanje e do país.

Contribuir para a discussão académica em torno do impacto do conflito armado em Angola através de uma análise que articula o universo sociológico local e nacional.

A questão central é a de saber, terminado em 2002 o longo conflito armado, quais são as estratégias sociais e, sobretudo, a sua incidência ao nível local, que foram utilizadas pela sociedade angolana durante e depois da guerra, independentemente da intervenção oficial para a busca da paz e da reconciliação. O pressuposto central da presente tese visa orientar a discussão para a questão da guerra enquanto uma totalidade social carregada de contradições. No caso vertente, ela significou o acumular de experiências que dão sentido à vida dos indivíduos e de grupos sociais, abrindo espaços para a aprendizagem de formas de interacção entre pessoas de regiões diferentes.

2. Hipótese do estudo

A discussão que se propõe na tese situa-se para além de uma dimensão política redutora que frequentemente coloca uma ênfase na resolução da guerra violenta entre o governo e os grupos opositores que fazem recurso às armas, como é o caso da experiência militar do governo de Angola e do grupo armado da UNITA. Parte-se do pressuposto segundo o qual a violência que ocorreu durante a guerra civil e as etapas da busca da reconciliação que lhe procedem são experiências quotidianas que a todos os actores sociais dizem respeito, e não apenas às partes beligerantes, concebendo-se a guerra como uma totalidade social.

3. Justificação e escolha do tema

A expansão da guerra em Angola torna essa temática pertinente pois originou uma extensa literatura que pode ser dividida em dois períodos correspondentes um ao outro, a saber: a guerra anticolonial (1961-1974) e o conflito armado pós-colonial ou pós-independência (1975-2002). Estes dois períodos podem ser subdivididos em três fases importantes: de 1961 a 1974; de 1975 a 1991 e de 1992 a 2002. A fase correspondente ao início da transição das políticas económicas com um forte impacto social generalizado, pelo menos ao nível interno do partido no poder, vai de 1985 a 2002; esta é precisamente a fase que mais interessa para o estudo em causa. O primeiro período, referente aos anos 1961-1974,

está relacionado com a formação e afirmação política dos três movimentos de libertação – a FNLA, o MPLA, e a UNITA –, o início da guerra anticolonial e o movimento em Cabinda agregado numa primeira vez na FLEC. Entre os dois grandes períodos existe um número considerável de trabalhos que suportam a tese sobre a guerra em Angola; por seu turno, as duas últimas décadas do curso da guerra, entre 1985 e 2002, são as de que menos estudos existem, sobretudo sobre o impacto que teve em Malanje.

Constata-se que, sobretudo no último quartel do século passado ao nível da literatura que aborda a conflito armado, o enfoque principal foi colocado na disputa pelo poder político entre as partes beligerantes, de um lado o governo angolano e, do outro, as forças armadas da UNITA. Pretendemos, pois, colocar uma ênfase não mais nas razões objectivas que levaram ao desencadeamento do conflito armado, mas na violência subjacente que nem sempre era encarada por ambas as partes em guerra nem mereceu atenção da literatura, salvo em termos numéricos, sem contudo qualquer relevância do impacto dessa violência política nas relações sociais do quotidiano das pessoas.

A escolha da província de Malanje para a realização da pesquisa empírica surgiu a partir da necessidade que tive devido ao incumprimento do calendário de pesquisa para a dissertação de mestrado, e da observação directa efectuada ao longo da formação. A razão dessa escolha, actualmente e para além do que ficou acima exposto, tem como base uma série de critérios, sobretudo o impacto do conflito armado na década de 1990, que terá provocado o êxodo rural das populações para os centros urbanos do litoral e a desarticulação das estruturas sociais e económicas do país, principalmente no que concerne à província de Malanje. Outra razão saliente é o facto de se constatar uma ausência, na literatura sobre a guerra prolongada de Angola, de referências que tratam desse período na região norte com particular realce para a província de Malanje.

O contexto actual em que se processa a reconstrução nacional e os desafios locais que se prendem com o regresso das populações refugiadas nos países fronteiriços e deslocadas no litoral angolano têm, numa medida significativa, determinado as mudanças mais recentes. Dada a importância dessas mudanças e reconfigurações sociais que ocorrem no país, torna-se pertinente captar as mais importantes variações de sentido dessa violência política prolongada e o impacto do processo de reconciliação nessa região especificamente. Parte-se do pressuposto segundo o qual o conflito armado foi um acontecimento com dimensões generalizadas, mas a despeito da sua expansão, foi variável em grau e intensidade nas diferentes regiões do país.

4. Delimitação do estudo

No entanto, a pertinência da pesquisa na província de Malanje, em particular no município sede e sua periferia, prende-se com o facto de ter registado tentativas, algumas falhadas e outras bem-sucedidas, de controlo pelas forças militares da UNITA, sucessivamente de 1985 a 1989 e de 1993 a 1999, num confronto estabelecido com as milícias locais e forças do governo três vezes consecutivas, e o grau de resistência que se verificou no decurso do conflito armado, tal como em outras localidades de Angola. Por exemplo, comparativamente a Malanje, onde terão ocorrido confrontos em tempo e grau de intensidade variáveis, constata-se, em certa medida, um maior número de trabalhos académicos que versam sobre a guerra na região do planalto central de Angola, com particular realce para as províncias do Huambo e do Bié. Pretende-se de igual modo verificar o que aconteceu neste mesmo período em Malanje, seguindo com efeito um percurso diferente pelo facto de ter havido confrontos armados cíclicos desde 1975 a 1999; no caso vertente, o enfoque centrar-se-á no período compreendido entre 1985 e 2002.

A trajectória histórica da província de Malanje confere-lhe a particularidade de ter sido o local onde teve início a revolta que desencadeou a luta armada em 1961 para a conquista da independência, muito embora a revolta aí desencadeada não estivesse directamente associada às acções militares dos movimentos de libertação nacional, e ser mais uma reacção das populações locais ao poder colonial. Tendo em atenção esse seu percurso histórico associado à revolta popular, outras questões se colocam, a saber: a) Que estratégias sociais foram utilizadas pelas populações locais para fazer face ao conflito armado que assolou o país em geral e a província em particular? b) Quais são as diferenças dessas estratégias entre os segmentos das populações da cidade e das zonas rurais de Malanje? c) Que motivações para além das de ordem político-partidária estiveram na base da tomada de posição política dos malanjinos em face do conflito entre os dois beligerantes?

5. Metodologia do estudo

A metodologia a ser seguida para a realização deste estudo é qualitativa e assenta sobre uma diversidade de técnicas e fontes de informação disponíveis, tais como: a) Observação directa feita no campo em estudo; b) Fontes primárias e secundárias: primeiro, como fontes

primárias foram realizadas 22 entrevistas¹ e a consulta de documentos oficiais do Estado. Dada a importância desses documentos como decretos presidenciais, discursos oficiais e leis então difundidas durante a I e a II República, estas fontes documentais serão cruciais para o cruzamento das informações oriundas das fontes orais e recolhidas pelas entrevistas abertas. No entanto, e logicamente, as fontes documentais e orais deverão ser objecto de uso crítico, dado o facto de elas procederem da dialéctica da guerra: como já dissemos acima, um conflito armado é também encarado como um acto total, e desta totalidade consta o discurso propagandístico/justificativo do acto bélico. Pelo que dados recolhidos através deste tipo de fontes, tanto de um lado como do outro do conflito, têm de ser submetidos a um exame crítico, como exigência metodológica básica.

No que concerne à pesquisa empírica, esta realizou-se na cidade de Malanje e arredores (Ver mapa em anexo) no período que vai de Setembro de 2013 a Agosto de 2014, tendo sido realizado um total de 17 entrevistas gravadas e 5 não gravadas. De forma complementar foram igualmente realizadas 4 entrevistas nas cidades de Luanda e Lisboa, que consideramos serem de importância crucial para o referido estudo.

Do total foram realizadas entrevistas individuais e grupos focais com mulheres – educadoras pertencentes a uma geração mais-velha nascida nas décadas de 1950 e 1960, que presenciou as várias fases do conflito no país em geral, e na província em particular –, com vista a contrabalançar a prevalência dos depoimentos de homens e de uma geração mais nova nascida nas décadas seguintes ou após a independência. A escolha desses grupos de senhoras da OMA [Organização da Mulher Angolana] deve-se igualmente ao facto de serem, na maior parte, educadoras cujas trajectórias de vida se revestem de capital importância para captar as representações da guerra por parte de uma geração mais velha, e sobretudo por serem mulheres e porque, não obstante a sua ausência de participação directa na guerra, sentiram igualmente os seus efeitos devastadores, visíveis na perda de filhos, netos e outros familiares directos.

As entrevistas realizadas com actores sociais a diferentes níveis, de modo a captar as suas mais variadas experiências, foram baseadas na disposição manifestada por essas pessoas, tendo como interesse a partilha dessas experiências durante e depois de terminado o conflito armado. Tratou-se de um universo de 13 homens e 8 mulheres, sendo que as entrevistas com

¹ As vinte e duas entrevistas serão identificadas ao longo do texto pelas seguintes referências: género, idade, local e data. As iniciais EL significam ‘Entrevista realizada em Luanda’, EM designa ‘Entrevista realizada em Malanje’, ELIS refere-se a ‘Entrevista realizada em Lisboa’ e EIM designa ‘Entrevista Informal realizada em Malanje’.

as mulheres se realizaram em dois grupos focais, o que permitiu-nos constatar múltiplas percepções sobre a realidade geral e local. Outra particularidade dos dois grupos focais de mulheres é que as entrevistas ocorrem com quatro mulheres pertencentes à Igreja Católica de Malanje (desse grupo três são responsáveis da organização feminina do MPLA) e duas pertencentes à Igreja Metodista Unida, situada igualmente em Malanje (uma delas é responsável máxima da organização feminina do MPLA). As outras duas mulheres foram entrevistadas em Luanda, e apenas uma delas professa a religião católica. O perfil do grupo de homens é muito variado, sendo que três são ex-militares com residência fixa em Malanje e combateram em partes opostas; um é responsável máximo da hierarquia da Igreja Católica em Malanje; dois são membros da estrutura política e juvenil da UNITA; dois são ex-responsáveis cívicos da Associação para o Desenvolvimento Comunitário (ADRA) sediada localmente, apenas um com residência em Malanje; um foi responsável máximo do governo angolano, actualmente com residência temporária em Lisboa; ao passo que dos restantes três, um é director do Instituto Médio de Malanje (ex-Instituto Comercial Amílcar Cabral), um é professor do ensino secundário também em Malanje, e o outro é pintor; desses três apenas um deles se encontra a residir em Luanda.

A escolha dos diferentes grupos com quem trabalhámos em Malanje não foi precedida de qualquer consulta prévia, pelo contrário, procurou-se trabalhar de acordo com as condições encontradas no terreno e à medida que os contactos no local foram sendo estabelecidos. Isso para esclarecer as várias identidades profissionais, religiosas ou políticas que são comuns em algumas das pessoas entrevistadas, o que implicou, posteriormente, que se procurasse diversificar as estratégias de condução das entrevistas.

Como se poderá constatar, procuraremos ao longo da tese, através de uma abordagem interdisciplinar, enquadrar a problemática em causa: a violência política do *Estado Revolucionário* em Angola, as nuances e contradições, bem como os efeitos da violência política paralela ao Estado independente, mais concretamente levada a cabo pela rebelião armada. Daremos, por conseguinte, maior relevância à perspectiva sociológica do conceito de violência política, sem descurar outras contribuições disciplinares igualmente importantes.

Grosso modo, procuraremos examinar a violência política exercida de cima para baixo e que teve o intuito da manutenção do poder no âmbito do conflito armado despontado logo após a tentativa falhada de transferência do poder colonial português para os movimentos de libertação em Angola, sem descurar o facto de que este conflito armado terá começado já no decorrer da luta armada anticolonial.

No caso de Angola, a violência política é compreendida a partir de um contexto de guerra ininterrupta, salvo durante as propostas portuguesas de negociação para a entrega formal do poder que resultou nos Acordos de Alvor. Mas ainda assim, havia aquilo que Frantz Fanon designa de ‘atmosfera de violência’, derivada da repressão colonial portuguesa e da vaga de revoltas populares que mais tarde vão ser apropriadas pelo MPLA e, posteriormente, pela FNLA quando levou a cabo o assalto à Cadeia de Reclusão por um grupo de nacionalistas identificados maioritariamente com a UPA/FNLA.

Há dois factores cruciais que estiveram na base dos critérios de análise da violência em Angola, para além da guerra em si. O primeiro factor tem a ver com o período da luta de libertação nacional e a forma como os movimentos de libertação se inscreveram na história mundial, deixando com isso de ser uma manifestação puramente local para atingir níveis correlacionais. Por exemplo, com o facto de outros países em África se encontrarem igualmente sob o jugo colonial e de terem iniciado (e até já finalizado) as suas lutas de libertação, o que reforçava a legitimidade da luta anticolonial.

O segundo factor tem a ver com as condições da manifestação da violência do período colonial e o domínio pela via da força nas suas mais variadas dimensões, apenas como sinalização para os capítulos posteriores.

Apresentados os objectivos do estudo, a tese seguirá uma perspectiva interdisciplinar (Heimer, 2002, pp. 156-157), que privilegia uma abordagem microssociológica (Collins, 2008; Beck, 2012) no que concerne aos elementos de análise, pois se reconhece de antemão as limitações que estão na base do seguimento de uma abordagem de tipo macro, tendo em conta a multiplicidade e o impacto das dinâmicas da violência em larga escala e da reconciliação nacional em contexto de pós-conflito. Trata-se, de facto, de uma tentativa de compreensão do modo como a *sociedade angolana*, ao produzir e reproduzir as percepções sobre a guerra traumática, constrói as condições que dão sentido à ideia de uma “pragmática da paz” ou aquilo que se pensa ser a reconciliação e as suas incidências numa dimensão mais alargada. Ou seja, o conhecimento da realidade social angolana que cada um tem baseado nas experiências do passado, bem como nas expectativas do presente, são os mecanismos sobre os quais se produzem e se reproduzem as condições sociais da reconciliação que se pretende realizar como geradora de consensos e dissensos. Pretende-se analisar as dinâmicas da violência política e da reconciliação desde uma compreensão da história de longa duração de Angola até às percepções da experiência de Malanje, e as suas resistências no período pós-conflito.

Em certa medida e a par da procura interdisciplinar, de acordo com Franz Heimer (2002), optámos por seguir uma abordagem teórica mista que articula a teoria de conflitos violentos com a sociologia da vida quotidiana, e que se conforma com o caso em estudo de Angola e particularmente de Malanje.

6. Limitações do Estudo

Durante as fases de pesquisa e redacção do presente estudo enfrentámos várias limitações. A primeira delas deveu-se aos custos de deslocação e estadia na província de Malanje, não obstante o apoio concedido pelos serviços de bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian para a compra do bilhete de passagem. Devido à escassez de recursos o alojamento ficou dependente do auxílio de amigos que lá residem, o que implicou menos dias de permanência e estadias cíclicas de Novembro de 2013 a Agosto de 2014. A segunda limitação tem a ver com a natureza do tema em abordagem; dado o facto de o conflito armado ser ainda muito recente, encontrámos poucas pessoas que se mostraram disponíveis para partilharem as suas experiências traumáticas. Algumas vezes, mesmo com o encontro marcado, tivemos de desistir, ora porque se necessitava de autorização para falar, ora o problema tinha a ver com a falta de tempo. Tivemos por isso que nos adaptar ao terreno e trabalhar com os meios disponíveis. Tentámos, pois, manter contacto com ex-combatentes, mas tal desiderato não foi possível devido à natureza restritiva desse tipo de actividade. Limitámo-nos, porém, a uma conversa sem fazer uso do gravador, de modo a não inibir ou constranger ainda mais os nossos interlocutores. Optámos também por contactar algumas entidades políticas locais de forma a permitir maior abertura e recolher depoimentos dos dois partidos políticos com maior presença em Malanje, nomeadamente o MPLA, partido no poder em Angola, e a UNITA, partido na oposição parlamentar. Contámos igualmente com contactos preliminares de algumas entidades religiosas, que, em alguns casos, mostraram-se receptivos à nossa presença.

7. Estrutura do Estudo

A tese encontra-se estruturada em sete capítulos.

No primeiro capítulo far-se-á a fundamentação teórica, onde são referidas pelo menos três abordagens desenvolvidas em torno do conceito de violência, e a sua consequente definição do uso dado à noção de violência política. No segundo capítulo a tese concentra-se

na radiografia do legado de violência do período colonial e o surgimento dos movimentos de libertação nacional e suas respectivas trajectórias em síntese.

O terceiro capítulo aborda a disseminação da violência política desencadeada pelos movimentos de libertação e a participação de actores políticos externos intervenientes no processo de independência de Angola bem como no início do conflito armado nas vésperas da proclamação da independência, nomeadamente os países vizinhos África do Sul e os dois Congos, as duas potências mundiais – EUA e URSS –, Cuba e China, além do papel desempenhado por Portugal enquanto ex-potência colonial.

No quarto capítulo concentra-se a atenção na formação do Estado angolano independente e no tipo de violência daí protagonizada, que teve consequências gravosas para a degradação da situação política e a instauração de um clima de tensão permanente para a manutenção da ordem social vigente. O quinto capítulo enquadra-se nas reacções manifestadas pelas autoridades religiosas angolanas ao modelo socialista e o tipo de violência simbólica nelas subjacente.

O sexto capítulo aborda, essencialmente, a trajectória do Estado paralelo criado pelo movimento de libertação UNITA na Jamba – região sudoeste de Angola – e o tipo de violência política desenvolvida no seu seio, bem como a sua evolução política ancorada num certo projecto de resistência armada para a obtenção do poder. O objectivo desse capítulo é o de mapear a estrutura política e militar de um dos beligerantes do conflito angolano, como veremos no caso de Malanje.

O sétimo e último capítulo aborda o impacto que a violência política desencadeada em Angola teve na província de Malanje, e como as populações locais reagem, bem como capta o essencial das percepções oficiais e locais sobre o processo de reconciliação nacional, sem, contudo, descurar o necessário exame crítico sobre as implicações da teologia cristã subjacente a esse mesmo conceito e as respectivas perspectivas com base em experiências de outros países. De seguida a tese finaliza com uma conclusão, a apresentação da lista de entrevistas realizadas, a bibliografia geral dividida entre documentos consultados e literatura revista, e oito anexos com mapas de Angola e outros que retratam o percurso da violência política naquela província situada no noroeste do país.

Capítulo 1. Fundamentação Teórica

1.1. Abordagem filosófica sobre a violência

Durante o último quartel do século XIX e início do século XX, a preocupação em estudar a violência motivou calorosas discussões e várias tentativas de teorização. A primeira consistia em perceber a violência resultante das lutas operárias desta mudança de século. Esta primeira tentativa de teorizar a violência foi conduzida pela teoria marxista subjacente na obra intitulada *O Papel da Violência na História*, de Friedrich Engels. A segunda corrente de teorização ocorre no mesmo século e foi em Max Weber que encontra a sua fundamentação que consistia em chamar para o Estado o monopólio da coerção. Weber associa o uso da violência à política, onde a acção do Estado enquanto tal é legitimada pelo exercício do acto de violência física, sendo por isso justificada. Max Weber sugere ainda que o Estado moderno só pode ser definido sociologicamente a partir do uso que faz da violência, sendo que esta lhe é própria e intrínseca. Max Weber argumenta também que a violência não será o único meio pelo qual o Estado se serve para impor uma determinada ordem (s.d., p. 98), contudo, “a relação entre Estado e violência é íntima” (*ibid.*).

Contrariamente ao século XIX, que conheceu as revoluções mais significativas da Europa, o Estado no final deste século e início do século XX era definido por Weber como uma comunidade humana que ocupando um determinado território, reclamava para si o monopólio da violência física legítima. Pois, historicamente, o Estado conquistou para si esse direito, numa relação social assimétrica que impõe o domínio de homens sobre homens, onde as pessoas dominadas devem submeter-se à autoridade imposta pelos dominadores e que se pretende justificar sobretudo pelo carisma, passado histórico e legalidade do poder. Por conseguinte, Max Weber teorizou em torno do Estado autocrático, o carácter de cujo poder vigorou até meados do século XX, e terá decisivamente influenciado as abordagens que se seguiram durante toda a segunda metade desse século.

Neste capítulo pretende-se examinar a violência a partir da teoria marxista e dos seus teóricos fundamentais como Marx e Engels, bem como dos teóricos mais clássicos aos contemporâneos (Finlay, s.d.). Por isso fez-se um corte histórico da violência protagonizada pelos Estados (soviético e chinês) (Weber, 1974), as suas revoluções sociais de inspiração marxista que ocorreram na primeira metade do século XX como experiência de teorização.

Trata-se da violência que vigorou durante o fim do século XIX e início do século XX, mais concretamente até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Num segundo corte histórico, a tese debruça-se sobre a teorização dessa violência protagonizada pelos Estados totalitários no início do século XX a partir da perspectiva de Hannah Arendt, numa articulação entre o legado dos Estados totalitários europeus dos anos 1920 aos 1940 e o início da revolução pelos direitos cívicos nos Estados Unidos da América nas décadas de 1960 e 1970. Interessa a reflexão da autora no momento em que faz uma distinção entre violência, Estado e política, tendo em conta as contribuições teóricas de Georg Sorel e Frantz Fanon. Estes autores analisaram a violência revolucionária do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores através de mecanismos como a greve e dos povos oprimidos pelos regimes coloniais, pois segundo Fanon, a violência protagonizada pelos movimentos nacionalistas, sobretudo africanos, era uma violência emancipada e justificada, embora este autor não deixasse de reflectir igualmente na outra face da violência utilizada pelos movimentos nacionalistas que se seguiram às independências africanas.

Hannah Arendt, em *Sobre a Violência*, propõe-se analisar a violência a partir de uma perspectiva crítica, onde o seu ponto de discordância atinge as referências do livro *Os Condenados da Terra*, de Frantz Fanon (2010), que consiste no argumento segundo o qual Fanon incita explicitamente à glorificação do acto violento e à confiança que isso provocaria na libertação do indivíduo. Na verdade, o centro da crítica de Arendt é precisamente o prefácio de Sartre, cuja eloquência ultrapassa de longe a própria concepção de violência presente no livro – ao contrário de Hannah Arendt, que vê nesse exercício a desagregação do sujeito e a espiral de violência, na medida em que para ela o diálogo deve prevalecer sobre a violência, pois é o diálogo que cria um clima de renovação constante. Arendt sugere que a violência significa o fim da política no momento em que é separada do diálogo e se sobrepõe a ele.

Outra perspectiva da violência é apresentada por Žižek (2008) em *Violência Subjectiva e Objectiva*, onde a análise desta última é feita historicamente a partir da experiência bolchevique e do totalitarismo estalinista, em articulação com um novo tipo de violência mais global subjacente à luta contra o terrorismo levada a cabo pelos Estados Unidos da América e os aliados europeus. Essa reflexão implica, em certa medida, que o volume e as formas da violência voltada para e contra o poder de regimes totalitários passam a depender de vários factores, entre eles, da organização dos poderes e do grau de severidade da repressão (Finlay, s.d.). Deste ponto de vista, os regimes democráticos são mais vulneráveis que os regimes autoritários ou totalitários, cujas forças de manutenção da ordem

são hipertrofiadas, e [quanto ao uso da] violência [são] repressivo[s] e dissuasivo[s] (Michaud, 1989, p. 26).

Retomando a violência colonial, como refere Fanon em *Os Condenados da Terra* a partir da experiência da guerra da Argélia, ela está alicerçada no seio da sociedade colonial africana, cujas sequelas implicam outras dimensões que vão para além da política, e que nem sempre eram visíveis para as elites pós-coloniais (Fanon, 2010).

Por essa via de abordagem, mais adiante esse autor focaliza-se numa crítica à guerra anticolonial na Argélia, ainda que esteja subjacente uma teoria da justificação. Tal como já foi mencionado, no período imediatamente a seguir às independências africanas, o olhar crítico de Fanon assenta, sobretudo, nas elites que assumiram o poder político sem, contudo, romperem efectivamente com os regimes coloniais depositos. Frantz Fanon introduz na sua análise em *Os Condenados da Terra* uma noção de extrema utilidade para descrever os contextos africanos pós-coloniais entendidos como “atmosfera de violência” (Fanon, 2010) da ordem colonial, que irá ser precedida pela “ordem violenta no contexto pós-colonial” (Borges Coelho, 2005, p. x).

A noção de ‘atmosfera de violência’, como referência da obra de Fanon, ajuda a explicar o contexto a partir do qual emergiu a luta de libertação em Angola, particularmente no que concerne às elites nacionalistas face ao poder colonial da época. Perante as condições políticas, já de si confusas, o clima de violência que se seguiu ao ano de 1961 opôs a tropa colonial portuguesa e os movimentos de libertação que viram no uso da violência um modo de recuperar a dignidade e fazer recuar a insistência do sistema repressivo colonial em se manter.

Fanon refere ainda que “o primeiro confronto dessas forças em oposição durante o *encontro colonial* se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação – mais precisamente a exploração do colonizado pelo colono – prosseguiu graças às baionetas e aos canhões” (2010, p. 52). Ao descrever a descolonização, segundo Achille Mbembe, Fanon sugere que a mesma “é um processo histórico: isto é, ela só pode ser compreendida, só tem inteligibilidade, só se torna translúcida para si na exacta medida em que se discerne o movimento historicamente que lhe dá forma e conteúdo” (Mbembe, 2012). Por isso a descolonização, antes de mais, é o encontro de duas forças antagónicas identificadas, e que têm precisamente a sua origem nessa espécie de substantivação que a situação colonial excreta e alimenta (*ibid.*).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a violência é tanto política como clínica. A violência é também “tanto uma manifestação clínica de um desaire político quanto um acto

de ressimbolização que permite a possibilidade de reciprocidade e igualdade relativa em face de arbítrio supremo da morte” (Mbembe, 2012, p. 21). Isso quer dizer que o sujeito em contextos vividos como violentos, para Fanon, redefine-se a si mesmo e aprende a valorizar a sua vida e a forma de se relacionar com o corpo, com a fala, com o Outro e com o mundo (*ibid.*). Para Fanon, a violência dos *colonos* era diferente da violência do *nativo*. Em primeira instância, a violência do colonizado não era ideológica, isto é, era uma violência diametralmente oposta à violência colonial. Antes de ganhar consciência e se revoltar contra o sistema colonial através da libertação nacional, a violência do sujeito colonial era puramente sensível (*ibid.*, p. 23).

Ao contrário de Fanon, no entender de Hannah Arendt (2011), a violência é concebida dialecticamente com o poder enquanto manifestação política. Pois esta violência, enquanto um fenómeno marginal, assume a forma de guerra como continuidade da política por outros meios; acção violenta no seu carácter instrumental, serve como estratégia de estruturação política para o alcance do poder. Para Arendt, somente em circunstâncias específicas é que a violência se torna parte da política. Neste caso, quer no período de luta pela independência, quer posterior, a violência torna-se parte da acção política.

A segunda perspectiva que se segue coloca uma ênfase na dimensão da *violência do Estado*, isto é, a crítica que Benjamin faz às relações éticas e a distinção de direito e justiça, ou entre fins e meios. Estas duas perspectivas permitem compreender melhor a violência fundamentada por fins e meios, cuja diferenciação entre ambas remete para a problemática do uso da violência por parte do Estado e paralela a si. Benjamin recusa por inteiro uma concepção naturalista da violência, sendo, para o efeito, concebida como um produto da história.

Haverá violência, por conseguinte, quando diante de uma situação de interacção um ou vários actores agem de maneira directa ou indirecta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja na sua integridade física ou moral, nas suas posses, ou nas suas manifestações simbólicas e culturais (Michaud, 1989, pp. 10-11).

Por seu turno, Balibar, na mesma esteira que Zizek, entende que a não-violência consiste, em certa medida, numa forma de violência política mais intensa, o que não quer dizer que seja equivalente ou sinónimo. A não-violência, para este autor, pode revelar-se pior ou mais violenta do que a violência aberta. Com efeito, a visão pessimista hobberiana da natureza humana não deve, no entanto, iludir e levar a pensar que não existem formas absolutas fora da condição de violência ou de meios absolutos para dominá-la. A questão

principal da violência levantada por Étienne Balibar consiste em saber como geri-la nas suas diferentes formas, ou como escolher entre uma e outra.

A reflexão crítica que Balibar faz entre política e violência leva-o a confrontar os tipos de “*violência privada e pública* ao mesmo tempo que as relaciona com a *violência doméstica ou internacional*, entendidas como sendo centrais para a desestabilização das ideias políticas associadas ao termo alemão ‘*Aufhebung*’²” (Balibar, 1993, pp. 12-13). Ao confrontar-se com a ideia de Hobbies e Kant acerca da relação entre política, lei e civilização, Balibar vê essa ideia como sendo ambivalente quando se refere à violência, pois para este autor a dificuldade da sua distinção não consiste unicamente em identificar as vítimas e os opressores, mas em separar entre violência positiva e negativa. Para isso tem em atenção os graus tradicionais da violência negativa – entendida como estratégias de não-violência ou de contra-violência – perdendo assim as referências significativas, tidas como estratégias políticas *racionais*.

Na verdade, o que está aqui em discussão é saber em que medida a *violência política* pode ser questionada, sem, contudo, procurar separá-la das diferentes categorias que a mesma adquiriu durante o longo conflito armado angolano. Os passos dados até agora pela literatura académica apontam para análises que se concentram nos ganhos e perdas da guerra, sobretudo no que concerne à definição tradicional de ver em que medida os actores sociais protagonistas directos usam a violência como mecanismo político para o alcance do poder ou da dominação (Scott, 2007) da sociedade. No entanto, a breve trecho, essa questão será confrontada pondo em discussão a violência política enquanto uma categoria analítica, bem como a *dominação* na perspectiva weberiana, a partir do qual se analisa o exercício do poder durante o período de partido único em Angola e a seguir à sucessão presidencial, vista muitas vezes de modo absoluto.

1.2. Abordagem sociológica sobre a violência

De modo geral, “é tarefa da teoria social compreender a violência como fenómeno social, entre outros. Ainda que esta pareça uma aberração, uma catástrofe ou uma disfunção grave, o sociólogo não pode se deixar levar pelas aparências ou ceder a julgamentos morais, e de situá-los na unidade do funcionamento social” (Michaud, 1989, p. 92).

No âmbito da perspectiva sociológica funcionalista, a violência é concebida considerando em primeiro lugar as funções que esta exerce no sistema social. Até certo

² Expressão em língua alemã que se refere a levantamento.

ponto os clássicos da sociologia entendiam a violência como um factor determinante para a integração social; a *noção de conflito* diante de uma estrutura social tende a ameaçar o consenso que está na base da sua sustentação. Ou seja, para a sociologia funcionalista “não é o conflito em si que ameaça o equilíbrio dessa estrutura social, mas a rigidez que permite com que as hostilidades se acumulem e se concentrem numa única linha de separação quando o conflito eclode” (*ibid.*).

Ainda segundo Michaud, “a violência pode operar como realização de si, do indivíduo que entra num grupo. Ela pode actuar como sinal de perigo e, sobretudo é regularmente um meio de resolver bem conflitos e problemas – os motins violentos e até mesmo o terrorismo são meios de obrigar a levar em conta as reivindicações de grupos marginais e de conseguir ganhos significativos” (*ibid.*).

Esta violência como factor determinante do funcionamento social tem início na sociologia clássica norte-americana, sendo considerada como instrumento legítimo de gestão pragmática dos conflitos, bem como a força que modela a interacção social que visa a dissuasão, a punição ou a demonstração da dominação. Esta, por sua vez, pode ainda ser o último instrumento de coerção e obrigação, ou seja, o último recurso do poder.

Acrescenta-se pois que os problemas da violência no âmbito da sociologia estão intimamente “ligados às representações sociais que os codificam positiva ou negativamente, segundo o tipo admitido ou recusado pelas categorias em presença tais como grupos sociais, oprimidos, se revoltam contra as diversas injustiças de que são objecto, a sua violência será menos facilmente admitida e legitimada, uma vez que é considerada como desordem”³. Em contrapartida, a violência exercida pelo poder para reprimir actos de vandalismo será entendida como legítima e necessária, porque repõe a ordem das coisas (Fischer, 1992, pp. 15-16).

Por seu turno, no âmbito da sociologia, a violência física produz-se precisamente em situações interpessoais. Ela – a violência – pode ser definida como um ataque directo, corporal, contra um indivíduo e reveste-se de um triplo carácter: brutal, exterior e doloroso. A violência pode assim ser definida como o uso material da força, medido pelo prejuízo mais ou menos grave e voluntariamente cometido contra alguém (*ibid.*, p. 18).

Se bem visto, a violência é assim perspectivada de uma forma que permite captar a realidade multiforme e complexa. Daí que muitas das vezes a sociologia remeta para a

³ A sociologia, para abordar a violência, recorre frequentemente às noções de desordem, própria do meio sociológico, e de agressão, como se referirá mais adiante.

análise micro, ou seja, para a violência protagonizada pelo indivíduo em detrimento da sociedade em si ou de grupos de indivíduos socialmente organizados.

Por sua vez, Georg Simmel a partir do conceito sociológico de “sociação”, defende que o conflito produz ou modifica grupos de interesse, uniões, organizações. Para este autor, se toda a interacção entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal uma das mais visíveis interacções e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação. E de facto, os factores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo – são as causas do conflito; este irrompe devido a essas causas. O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio (Morais-Filho, 1983, pp. 122-123). É próprio do conflito resolver a tensão entre contrastes. O facto de que visa a paz é apenas um dos possíveis contrastes, uma expressão especialmente óbvia, de sua natureza (*ibid.*).

De modo contrário à sociologia, para a teoria marxista a violência faz parte da luta de classes e é tida como motor do desenvolvimento histórico. Aqui, “os conflitos não podem ser solucionados pelo compromisso: eles são irreduzíveis. Cada regime é caracterizado por um modelo de produção e pela existência de contradições várias que levam ao confronto violento” (Michaud, 1989, p. 96).

À luz da teoria marxista, a violência seria então um aspecto inevitável da história, porém, secundário e derivado a ela. Isto é, não seria a violência empregue responsável pelas transformações sociais, mas o inverso, ou seja, são as transformações sociais que resultam, às vezes, em violência no âmbito das lutas sociais, pois seriam antes necessárias condições históricas precisas para que a violência possa gerar transformações sociais. Até certo ponto, para a teoria marxista, a violência é determinada pelo Estado económico, social e não o contrário.

Há, portanto, um determinismo histórico na perspectiva marxista que condiciona a abordagem da violência no interior da própria teoria marxista, sem o qual a análise da violência propriamente dita não se realiza. A limitação que se pode detectar na teoria marxista é de que a violência necessita de condições para a sua realização. Ou seja, a análise clássica dessa teoria concentra-se não no acto violento em si, mas nos factores secundários de ordem social e económica que determinam a sua realização. A par da teoria marxista, Michaud (1989) sugere que as abordagens da violência no quadro das concepções sociológicas se mostram insuficientes para explicar os diferentes contextos onde ela se produz, pois a limitação é quase sempre colocar uma ênfase nas representações do

funcionamento social, quando não conformam e sistematizam essas mesmas representações do campo social e as consideram como condição *sine qua non* para a acção ou inacção.

Com efeito, a violência, quer seja funcional, que nasça dos desequilíbrios ou dos esforços de adaptação dos sistemas, quer seja o efeito da marcha irresistível das forças económicas, todas essas afirmações servem mais para consolar do que para compreender (*ibid.*, p. 97).

Em outros termos e à luz da perspectiva de Randall Collins, a violência é entendida tendo em conta a análise interactiva e não o próprio indivíduo; a origem social, cultural ou até mesmo a motivação que leva à situação de violência. Este autor foca-se nas características das situações violentas tendo como pressuposto os dados que permitem olhar de perto para as dinâmicas decorrentes dessas situações (Collins, 2008, p. 1). Num estudo sobre a microsociologia, Collins desafia as categorias clássicas que orientam a análise sobre a violência. A proposta teórica microsociológica sobre a violência, segundo ele, trata somente das situações violentas, mas não dos indivíduos. Procura, no entanto, analisar como prioridade os contornos que originam essas situações e as emoções que determinam actos violentos. Este autor sustenta ainda o argumento olhando para os inúmeros estudos cujos objectivos eram determinar certas tipologias de indivíduos violentos que falharam profundamente, pois as suas conclusões não produziram resultados relevantes (*ibid.*, p. 2).

Em suma, Randall Collins sugere que as categorias sociais convencionais (vítima de abuso sexual, motins, rixas entre grupos rivais, guerras e outras) têm criado imensas dificuldades para uma análise sociológica séria que coloque uma ênfase sobre a violência do quotidiano das pessoas, sobretudo quando são baseadas em dados estatísticos sobre comunidades que evidenciam elevados índices de violência (*ibid.*, p. 3). Entretanto, mesmo em situação de violência militar ou de guerra, quando os participantes falam dessas situações tendem a dar mais atenção às suas próprias versões idealizadas daquilo que se passou. O discurso do senso comum sobre as situações violentas não oferece instrumentos necessários ou uma linguagem que sirva para descrever bem as micro-interacções; ao invés disso, oferece sim um conjunto de clichés e mitos que predeterminam o que as pessoas vão dizer (*ibid.*, p. 4).

1.3. Abordagens teóricas sobre os conflitos violentos

Como já mencionado na introdução deste capítulo, a teorização sobre a violência data do século XIX e, por seu turno, a teoria sobre os conflitos violentos data do final da Guerra

Fria, que opunha as duas superpotências dominantes na política internacional. Em décadas posteriores, entre os anos de 1970 e 1980, a atenção desses estudos concentra-se nos conflitos que despontaram na América Latina e no continente africano dado ao fracasso das guerras no Vietname e no Afeganistão. Com particular ênfase para o continente africano, os casos paradigmáticos que influenciaram os estudos sobre conflitos violentos foram, entre outros, o genocídio do Ruanda (cf. Mamdani, 2004; Hatzfeld, 2005), as guerras da Serra Leoa (cf. Henderson, 2008), da Libéria (cf. Schlichte, 2009), da RDC (cf. Henderson, 2008) e os conflitos prolongados em Angola (cf. Marcum, 1978; Henderson, 1991; Messiant, 1994/1995; Heywood, 1989/2000; Hodges, 2001) e Moçambique (cf. Geffray, 1990, 1991; Chan & Venâncio, 1998; Cahen, 2004; Macamo & Neubert, 2004; Igreja, 2007), para referir apenas estes.

Mas foi, em parte, sobretudo a partir do período do pós-Guerra Fria que surgiram com maior intensidade estudos ou tentativas de teorização sobre as experiências dos conflitos violentos. A Guerra Fria, enquanto uma meta narrativa, permitia uma interpretação extensiva e servia de modelo para dar inteligibilidade aos processos violentos a nível mundial. No entanto, “a abundância empírica dos estudos de caso cujos objectivos eram o de reconstruir e o de interpretar esses eventos e processos enquadrando no tempo e no espaço trouxeram um número explicitamente maior de contribuições no qual se teorizava que os conflitos violentos eram resultantes de processos sociais” (Beck, 2012, pp. 27-28). Dada a importância dessa teoria para a discussão, uma distinção se impõe. A distinção da abordagem teórica sobre os conflitos violentos, por um lado, atende aos estudos que visam reconstruir e sistematizar do ponto de vista conceptual os aspectos particulares e elementos contemporâneos desses conflitos violentos, como a violência da guerra, de grupos armados não-estatais ou a emergência e a reprodução das economias de guerra; estas são descritas como teorias micropolíticas dos conflitos violentos. Por outro lado, essas mesmas contribuições revelaram-se cruciais para a discussão sobre a guerra enquanto campo limitado da teoria social.

Nestes casos, o objectivo não é somente referente às teorias dos conflitos violentos, mas o de considerar, declaradamente, os conflitos violentos como um processo social a par de outros processos sociais (*ibid.*, p. 28). Na verdade, o enfoque conceptual da teoria procura interpelar sobre o que acontece durante a guerra. A teoria, por sua vez, tenta sistematicamente questionar o essencial do que acontece no intervalo de uma guerra, ou seja, num período em que se observam interrupções (*ibid.*). Este tipo de abordagem, em

certa medida, desafia a instância epistemológica que concebe o conflito armado como um Estado de emergência ou de exceção.

Por seu turno, as teorias micropolíticas tendem a apresentar os conflitos violentos como uma área particular de interesse disciplinar no âmbito das Ciências Sociais. A abordagem da teoria social sistematicamente analisa a guerra do ponto de vista das fronteiras do processo social, revelando continuidade e ambiguidades das estruturas sociais. A primeira abordagem implica, pois, um carácter excepcional da guerra, enquanto a segunda parece contradizer a primeira posição. No que concerne à guerra no âmbito da teoria social, a segunda abordagem teoricamente – embora não normativa – normaliza o processo em questão (*ibid.*).

De qualquer modo, “as teorias micropolíticas dos conflitos violentos podem ser entendidas como as teorias de médio alcance propostas por Robert Merton, o qual tipicamente começa com a observação ou identificação de um problema particular ou enigma empírico” (*ibid.*). Para Robert Merton, “a teoria de médio alcance é principalmente usada na sociologia para conduzir o inquérito empírico. Esta é intermédia às teorias gerais dos sistemas sociais a partir das classes específicas de comportamento social, organização e mudança para explicar o que é observado e as descrições particularmente detalhadas que não correspondem a generalizações” (Merton, 1968, p. 39).

Este autor argumenta ainda que “a teoria de médio alcance envolve abstracções, porém, está de igual modo suficientemente próxima dos dados observados e incorporados em proposições que permitem testes empíricos. A teoria de médio alcance lida com os aspectos delimitados dos fenómenos sociais como é indicada pelos seus rótulos” (*ibid.*, p. 40).

Em todo o caso, muito recentemente novos programas de pesquisa implicaram, porém, uma redefinição das teorias micropolíticas, passando a ter como objectivo a compreensão e a reconstrução do processo social das guerras baseadas num inquérito no âmbito das dinâmicas a nível micro (Beck, 2012, p. 29).

Este objectivo, contudo, introduziu três mudanças metodológicas inter-relacionadas: a primeira delas é a pesquisa que se afastou da grande amostra dos estudos que dominavam as análises dos conflitos violentos desde meados do século xx. A segunda mudança metodológica culminou com o abandono da ficção dos actores unitários e, ao contrário, defende a desagregação – dos *rebeldes*, do *Estado*, assim como a *população civil* não é mais considerada como sujeito colectivo dividido por ‘clivagens padrão’, mas é descomposta em subgrupos e segmentos diferentes com distintas atitudes, interesses e agendas. Em terceiro

lugar, a perspectiva dos estudos micropolíticos chama a atenção para os pontos nebulosos presentes nos estudos sobre conflitos: pesquisa de longa duração focada exclusivamente nas causas e motivações, nas estratégias e aspectos militares, nos problemas do fim da guerra, ou no período pós-guerra (*ibid.*, pp. 29-30). Os estudos micropolíticos têm de modo sistemático um interesse voltado para o processo social que acontece durante o conflito e se propõem mantê-lo.

Numa medida mais alargada, estas contribuições permitiram, assim, a emergência de um novo programa de pesquisa subjacente aos estudos sobre os grupos armados no âmbito das guerras civis, tal como os estudos propostos por Stathis Kalyvas e Jeremy Weinstein. Estes dois autores tinham como objecto de estudo comum “a lógica particular da violência de um conflito armado, cujo argumento era de que o padrão da violência é muitas das vezes entendido no contexto da relação entre os grupos armados e a chamada população civil” (*ibid.*, p. 30) Entretanto, Kalyvas concebe as guerras civis como “dinâmicas triangulares entre incumbentes, insurgentes e civis”, definindo-as “como o combate armado dentro dos limites de uma entidade soberana reconhecida entre as partes sujeitas a uma autoridade comum desde o início das hostilidades” (Kalyvas, 2006, p. 17). De certo que, olhando para os métodos e paradigmas, Kalyvas “insiste que estas dinâmicas das guerras civis não podem ser simplesmente inferidas a partir de *clivagens padronizadas* política ou étnica. De tal modo que estes conflitos confrontam violentamente pessoas que compartilham uma história de interacção não violenta, que foram vizinhos, amigos, e membros da mesma família” (Beck, 2012, p. 30).

Para Kalyvas a pesquisa deve ter em linha de conta o contexto local e as dinâmicas intercomunitárias. Trata-se da divisão entre o político e o privado, o colectivo e o individual, e torna-se, assim, uma característica central da lógica da violência em guerras civis. De acordo com este autor, a guerra para a independência de Angola entre 1961-1975 é similar à guerra que se passou na Argélia, e o conflito que se desencadeou em 1961 assumiu um carácter de guerra irregular, tendo como resultado a resposta das autoridades coloniais portuguesas mobilizando para o efeito cerca de 80.000 homens armados (Kalyvas, 2005, p. 96). Só no distrito de Malanje, de acordo com o mesmo autor, terão morrido um total de 5.000 pessoas (*ibid.*).

Outras duas inspirações para a presente tese são os trabalhos de pesquisa de Ruy Duarte de Carvalho a partir do sul de Angola junto das populações que se dedicam ao pastorício, e de Teresa Beck, que trabalhou a experiência de guerra no planalto central de Angola, mais concretamente em torno do *projecto político* da UNITA, bem como do modo

de vida dos ex-combatentes deste partido antes e depois da desmobilização na província do Huambo. Dada a proximidade desses estudos com o contexto malanjino em particular, e por se tratar do período do pós-guerra, o estudo seguirá algumas pistas lançadas por esses dois autores.

De acordo com o antropólogo Ruy Duarte de Carvalho, a guerra, sendo um processo social que se articula com outros processos sociais correntes, é também uma reinvenção do social (Carvalho, 2008). Duarte de Carvalho sustenta que em circunstâncias de adversidade, tomando como exemplo as experiências das populações pastorícias nómadas do sul de Angola – concretamente a comunidade Kuvale –, estas souberam dar diferentes tipos de resposta ao contexto social, económico e político em que se vivia no país. Para este autor, tendo em conta a visão dessas populações, durante o período ininterrupto de guerra houve a convocação de esquemas sociais que configuram certa normalidade em torno da qual se organizava a vida, as tarefas impostas para a sobrevivência no dia-a-dia.

Como exemplo, temos a destacar as alianças urdidas entre as chefias kuvale e o partido MPLA, e que a partir de 1992, efectivamente, “a maioria dos jovens kuvale mobilizados pelo MPLA e integrados no exército nacional depois da independência estava a regressar ao seu meio pastoril” (Carvalho, 2002, p. 144). Quanto ao uso conferido ao material bélico que esses jovens levavam consigo, depois do regresso ao seu meio, essas armas transformaram-se em instrumentos de troca com valor comercial para a aquisição de gado. Apesar da desmobilização e da “auto-desagregação” do exército nacional após o cessar-fogo fruto dos acordos de 1991, “os ex-Fapla no terreno apenas constituíam nessa altura uma espécie de milícia de retaguarda, atenta às movimentações do inimigo em áreas envolvidas, mas nem as agitações nem o retorno da guerra que se seguiram às eleições deram lugar à sua reintegração nas fileiras ou desencadearam novas mobilizações (*ibid.*, p. 142).

Ruy Duarte de Carvalho sugere entretanto que a mobilização feita pelo MPLA e a adesão que a mesma obteve após o comício desse partido desde 1975 foi uma estratégia urdida pelas populações locais para fazer face à ameaça externa ou extracomunitária percebida nessa região do país, e que foi também uma participação táctica que visava em última instância a protecção dos seus próprios interesses enquanto comunidade. Duarte de Carvalho conclui que “talvez a adesão dos pastores kuvale ao MPLA, encarada sem hesitação, tivesse constituído mais uma aliança do que filiação a perspectivas e interesses de âmbito nacional, quer dizer, talvez tivesse sido a forma mais imediata, e única, sobretudo, de

aceder também à posse de armas para encarar a nova fase de vizinhança belicosa a que o futuro inexoravelmente apontava (*ibid.*, p. 143).

Por seu turno, como afirma Teresa Koloma Beck (Beck, 2009, 2012), o contexto de conflito armado em Angola abriu espaço para o surgimento de novas leituras sobre as guerras modernas, impondo-se como um desafio epistemológico na medida em que interpela o conceito de ‘Estado de Emergência’ no que se refere a contextos de conflitos violentos.

Importa referir que existem alguns estudos sobre a região de Malanje, a começar pelo estudo realizado pela historiadora Isabel de Castro Henriques, que trata do comércio que se desenvolveu no século XIX entre o corredor do litoral de Luanda passando pela Ambaca, Kasanje (cf. Vansina, 1963) até ao planalto de Malanje. Anne Pitcher (Pitcher, 1993, p. 251), cientista social norte-americana, no seu estudo sobre a política do Império Português referente à indústria têxtil ou algodoeira entre 1926 a 1974, reporta o desenvolvimento deste sector que impulsionou a economia portuguesa através da exploração das empresas do ramo, que actuavam nas colónias de Angola e de Moçambique. Esta autora coloca uma ênfase sobre o declínio do regime autoritário português partindo de uma análise dos efeitos da crise económica, realçando, assim, as eleições de 1958 que antecederam o início da guerra nas três colónias⁴. No que se refere ao tratamento dado à exploração algodoeira em Angola, situa a produção desse sector como estando sob o domínio da COTONANG, a empresa que actuava entre as regiões de Malanje e da Lunda Norte. No que diz respeito ao declínio do regime, faz uma referência bastante ténue à revolta da Baixa de Kasanje, local onde estava sediada a empresa COTONANG, ao designá-la como “a revolta do algodão”. Valdir Carlos Sarapu (1980), cientista social brasileiro, num estudo pioneiro realça a propagação do ‘poder popular’ e as relações imbricadas no âmbito das cooperativas em Angola, desde as vésperas da independência até sensivelmente 1977, após a tentativa de golpe de Estado, reflectindo sobre a particular incidência do ‘poder popular’ nos camponeses das regiões de Luanda e de Malanje.

O trágico episódio de 27 de Maio de 1977, ainda segundo o mesmo autor, afectou significativamente a região agrícola de Malanje e acentuou o clima de desconfiança e distanciamento entre os camponeses e os agentes do Estado após a independência, bem como culminou na desarticulação do tecido intelectual da província, mais na cidade do que no campo (Sarapu, 1980). No fundo, este autor analisa os fundamentos do ‘poder popular’ assente na relação entre o Estado e os camponeses de Luanda e Malanje, ou seja, entre o

⁴ Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

centro do poder e uma das periferias mais activas, e reflecte em como foi possível sustentar esse tipo de relações num contexto de guerra permanente e de exigência de produção alimentar.

Salvo raras excepções, é o trabalho de Aida Freudenthal (Freudenthal, 1995/1999, 2005) que, ao tratar aquilo a que designou de “transição agrária em Angola”, passa em revista a exploração algodoeira nos finais do século XIX para depois, num artigo intitulado “A Baixa de Cassanje: algodão e revolta”, abordar a revolta dos camponeses na região de Malanje ocorrida em 1961. Outra importante referência sobre a região de Malanje, mas não do período em estudo, é do historiador Egídio de Sousa Santos (2005), que retrata a história social da cidade de Malanje desde os finais do século XIX até à independência nacional em 1975, passando em revista a mesma revolta dos camponeses da Baixa de Kasanje que ligava o litoral à região das Lundas. No seu estudo sobre o percurso missionário da diocese de Malanje, obedecendo à cronologia de 1957 – altura da sua instalação – a 1982, época do fim do seu ministério e da construção da história da missão católica local, Manuel Nunes Gabriel (1982), que foi bispo dessa diocese, traça exaustivamente o perfil da igreja local, sua implantação, as dificuldades encontradas, bem como a composição das populações originárias dessa localidade do noroeste de Angola. Ao retratar o percurso da igreja local durante os anos de 1960, este autor faz menção, uma vez mais, à revolta dos camponeses da Baixa de Kasanje, que terá de igual modo afectado a acção da missão em toda a extensão da província de Malanje, com destaque para os conflitos que surgiram mais intensamente nos municípios de Kalandula (ex-Duque de Bragança), Cacusó e na própria sede da província com o mesmo nome.

No entanto, de toda a literatura revista, a única referência que se pode encontrar que retrata o impacto do conflito armado em Malanje, mas num estudo comparado com a província de Benguela, é dos investigadores Filomena de Andrade, Paulo de Carvalho e Gabriela Cohen (2000), que aborda a problemática dos deslocados forçados nestas duas regiões de Angola entre os anos de 1996 e 1997. No que concerne à província de Malanje, com particular interesse para o estudo, os autores revelam que as deslocações das populações nessa província, entre o norte e centro de Angola, ter-se-ão iniciado muito antes da fase intensa do conflito, correspondente ao final da década de 1990.

O conceito de normalização, segundo estes autores, descreve o processo através do qual os actores sociais agem de acordo com uma norma estabelecida pelos que detêm o poder e, por via disso, interiorizam as estruturas de regulação e autoridade que lhes são impostas de fora. Através da normalização, o poder surge como desiderato do sujeito.

Como mencionado mais acima, a perspectiva filosófica da violência, apresentada a partir do debate clássico entre Karl Marx e Max Weber, revela-se insuficiente para o estudo em causa quanto à apreensão que faz do sentido polissémico e controverso que o mesmo conceito encerra. Para o efeito, com todas as limitações, privilegiar-se-á a perspectiva sociológica do conceito de ‘violência’ como categoria analítica.

Antes da definição do conceito de ‘violência’, que será utilizado ao longo da discussão, importa fazer uma distinção conceptual, uma vez que a violência comporta divergências e interpretações variadas.

Para Kalyvas há pelo menos três níveis distintivos do conceito de ‘violência’ em contexto de conflito armado ou conflitos violentos. A primeira diz respeito à distinção entre violência e conflito, pois, a maior parte das vezes, há uma tendência para se confundirem no que se refere à violência étnica ou conflitos de natureza étnica, ao invés dos conflitos que ocorrem nos espaços de grupos sociais com uma matriz identitária comum.

A segunda distinção refere-se à violência como um acto e como um processo. Esta tem como foco de pesquisa a descrição do acto violento, a exemplo das atrocidades e violações dos direitos humanos, ao contrário do conjunto mais complexo e muitas das vezes invisível de acções e mecanismos imediatamente precedentes que ajudam a produzir estes casos de violência e não-violência. Há, no entanto, uma implicação fundamental na distinção do conceito ‘violência’ que será afluída mais adiante. Por violência colectiva entende-se o acto do que se produz quando a sociedade, colectivamente ou por meio de grupos significativos, participa activa e declaradamente da violência directa. O caso típico extremo é a guerra, ainda que a presença mais ou menos activa de diversos grupos que exercem a violência directa também faça parte deste tipo. “A violência individual [...] [associada à] violência social fazem parte de um tipo mais abrangente” (CIIP, 2002, p. 33). Tal como mencionado acima, há uma relação intrínseca entre os conceitos de violência colectiva e de conflito armado.

De acordo com Teresa Beck, “o trabalho empírico sobre os conflitos contemporâneos sugere que a expansão da guerra para a esfera da vida quotidiana é uma das características marcantes dos conflitos violentos” (Beck, 2012, p. 40). Os indicadores para a expansão do conflito referem-se ao barramento das fronteiras entre os grupos de agentes, o desaparecimento do campo de batalha no sentido clássico do termo, em que muitos conflitos ganham características que os colocam num impasse entre a permanência e o desfecho (*ibid.*).

Inspirada pela teoria social, mais especificamente pelas escolas filosóficas da fenomenologia e da pragmática, esta autora sugere que a passagem para a normalidade da guerra no quotidiano afecta sobretudo as pessoas comuns. Olhando para o que dizem cada uma das duas escolas sobre as pessoas comuns que não desempenham nenhuma actividade de representação pública, a autora parte do pressuposto segundo o qual a dimensão da análise sobre a vida quotidiana é compreendida por ambas perspectivas a partir do nível de desagregação entre as experiências particulares e gerais.

Para o caso em estudo é importante referir que a guerra enquanto uma totalidade implica, ao mesmo tempo, que o indivíduo esteja inserido numa estrutura social mais geral, embora possa viver uma experiência diferente dos outros.

1.4. Normalidade social

O processo de retoma da situação de normalidade a que nos referimos é até certo ponto associado à noção de ordem da sociologia, contudo, não se esgota nessa discussão. A normalidade também pode ser entendida como “o processo social de mudança do modo ou norma de vida” (Macek, 1997, p. 29). É muito frequente ouvir-se de pessoa cujo quotidiano se tenha alterado na forma de vida durante ou após uma situação de guerra, manifestara vontade de retornar ao mesmo estilo do passado. No âmbito da teoria social, a descoberta do normal ou da vida quotidiana como objecto conceptual e inquérito empírico é ainda muito recente. Esta é associada à dupla crítica idealística/apriorística e behaviorista das escolas do social que emergiram no final do século XIX. De acordo com esta crítica dualista, ambas têm como pressuposto uma reflexão dicotómica entre a cognição e a acção (Beck, 2012, p. 40). As questões de reassentamento e de retorno não só nos fornecem uma imagem do que na realidade é a “normalização” e, portanto, implicam uma compreensão mais clara dos desafios que o governo em ambiente pós-guerra de Angola tem, mas também destacam muitos dos obstáculos e desafios que a reintegração socioeconómica dos ex-combatentes pode, inevitavelmente, produzir (Porto, Parsons & Chris, 2007).

Desde o final do século XIX que vários autores, começando com os pais da sociologia Auguste Comte e Émile Durkheim, têm-se debruçado sobre a ideia da experiência comum ou normal, implicando a definição de um objecto de estudo para uma nova disciplina. Mas foi a partir da filosofia que houve contribuições pertinentes, das quais se destacam a fenomenológica e a pragmática. Apesar das suas diferenças epistemológicas, ambas as disciplinas convergem com a visão das características estruturais do quotidiano. Para ambas,

a experiência comum ou normal é concebida com base numa relação particular entre o homem e o seu meio (*ibid.*, p. 41). Esta relação, para ambas, é caracterizada como sendo congruente e consonante: numa situação normal, o pragmático John Dewey sugere que há uma interação indivíduo/meio; por seu turno, o fenomenologista Maurice Merleau-Ponty fala em movimentação do sujeito para ‘aquisição do mundo’ (*ibid.*).

Capítulo 2. Dinâmicas da Violência Política

2.1. O legado da violência colonial

Neste capítulo analisaremos a trajetória da violência como instrumental para a construção de Angola desde a instauração do sistema colonial, passando pela República Portuguesa, pelas tentativas de autonomia das elites locais oitocentistas e pelas resistências nacionalistas surgidas na segunda metade do século xx. Estes acontecimentos foram fundamentais para a estruturação de grupos sociais em contexto colonial que deram origem aos três movimentos de libertação contra o poder colonial estabelecido. Se, por um lado, a violência colonial esteve na base de todo um tecido social enredado em profundas desigualdades e com uma divisão marcada pela pigmentação, pela divisão espacial e pelas fracturas socioeconómicas e culturais, por outro lado, no contexto pós-colonial o ‘Estado Revolucionário’ que se seguiu, em muitos casos, esteve assente na manutenção desta mesma estrutura sem grandes rupturas. Persistem, portanto, continuidades societárias angolanas, em parte alicerçadas e acirradas pelas divisões sociais fruto das divergências no seio da elite nacionalista.

O período colonial em Angola é um capítulo da história denso e muito complexo, pois atravessa inúmeras fases que acompanham as transformações políticas e sociais de Portugal. Destacamos o período da monarquia, a mudança da Coroa Portuguesa para o Brasil, a independência do Brasil – que contribuiu favoravelmente para a tomada de consciência em relação ao sistema escravocrata; a fase da monarquia constitucional, o surgimento da República e dos ideais liberais, e, finalmente, o Estado Novo e o início (até o declínio) do governo de Marcelo Caetano. São imensas as fases que compõem esse longo período histórico, com factos e personagens que não serão abordados. Ao invés disso, dar-se-á primazia a alguns momentos mais marcantes da história recente, sobretudo dos finais do século xix à primeira e segunda metade do século xx.

Em face desse desiderato e para melhor compreensão, far-se-á, pois, um recuo aos momentos historicamente verificáveis que estão na base da formação de Angola.

A violência, segundo Hannah Arendt, é concebida numa relação dialéctica entre, por um lado, o poder, e, por outro, a violência propriamente dita. A violência é entendida por essa autora como sendo um fenómeno marginal e caracterizado como continuidade da política por outros meios; a ênfase recai na continuidade de um processo determinado por aquilo que precede o acto violento. Ou seja, falar de prioridade do potencial para a luta

armada como principal força de estruturação da sociedade. Sustenta a autora que o sistema económico, as filosofias políticas e a corporação jurídica servem e estendem o sistema bélico e não vice-versa, de modo que a própria guerra “é o sistema social básico dentro do qual outros tipos de organização social conflituam ou conspiram” (Arendt, 2011, p. 8). Com efeito, pode-se constatar no período pós-independência em Angola um grau de arbitrariedade e violência com consequências múltiplas para (os) países (Barbeitos, 2010, p. 1).

2.2. Revisitando a República Portuguesa

No decurso da República, em 1910, após a vigência de Henrique Paiva Couceiro, “o general Norton de Matos foi chamado a desempenhar funções na Província de Angola, onde desenvolveu profundas reformas políticas e administrativas de 1913 a 1917. Com efeito, durante a sua governação, a questão do povoamento adquiriu contornos ideológicos mais específicos, ao tornar-se o elemento mais importante da imposição dos princípios portugueses em África” (Dáskalos, 2008, p. 63). Para Norton de Matos, a preocupação central era, sobretudo, o povoamento da colónia com gente da metrópole para manter os costumes e evitar influências de outras proveniências que, ao que parece, ameaçavam alguns núcleos de colonos. Diante disso, preocupou-se mais com a melhoria das condições dos colonos residentes do que com o aumento da densidade da população.

A “geração de (António Ennes, Mouzinho de Albuquerque, Eduardo da Costa, entre outros) vai estar na base da corrente mais conservadora em sintonia com a teorização de Oliveira Martins, para a qual a inferioridade é irremediável da raça negra” (Castelo, 2005, p. 44). O *Regulamento do Trabalho Indígena* de 1899, “ao legalizar o trabalho forçado, inscreve-se nesta lógica” (*ibid.*), assegurada pela teorização de Oliveira Martins e outros seus contemporâneos. Nesta toada, o ultimato inglês de 1890 iria acelerar a redefinição das políticas de Portugal quanto à gestão das colónias. Pois, o primeiro que se inscrevia nesse projecto colonial com viés ideológico, apostando no progresso económico e na civilização dos povos, foi precisamente Sá de Bandeira, e a sua genealogia incluía, entre outros, o oficial do exército e explorador Henrique Dias de Carvalho e altos responsáveis políticos de Angola, como Paiva Couceiro, José de Almeida e José Mendes Norton de Matos (*ibid.*, p. 50).

Sá de Bandeira, um dos precursores do projecto imperial africano, preconizava a promoção da colonização branca de algumas zonas da África portuguesa tendo em vista a

extensão e o reforço da soberania lusa, a civilização dos *indígenas* e o desenvolvimento da economia ultramarina. Já Paiva Couceiro, obreiro das *campanhas de pacificação* e Governador de Angola entre Junho de 1907 e Junho de 1909, antes da proclamação efectiva da República, dedica particular atenção ao problema do povoamento daquela província com população portuguesa estável. Faz depender a existência de Angola, como província portuguesa, no presente, e como organismo autónomo, no futuro, da fixação duradoura de famílias da metrópole. Para Paiva Couceiro, a colonização europeia será viável pelo menos nalgumas zonas (*ibid.*, p. 51), sobretudo no planalto e litoral sul. Neste final de século, as questões do povoamento branco e o desenvolvimento económico das colónias estariam polarizadas entre várias correntes de políticos, por um lado, e, por outro, de altos oficiais do exército (*ibid.*, p. 56).

Em relação às modalidades do trabalho forçado, no entanto, nem todos os responsáveis pela colonização em Angola partilhavam da mesma orientação política que conduziu o debate do final do século XIX. Segundo Christine Messiant, havia por um lado António Ennes que, mais voltado para o modelo inglês de povoamento, entendia que a ocupação colonial resultaria do desenvolvimento da produção económica directamente para Portugal, sendo que os africanos forneceriam a força de trabalho, essencialmente forçando-os a trabalhar e a ver os seus direitos de propriedade restringidos. Por outro lado, havia a orientação defendida por Norton de Matos, o qual foi um dos principais responsáveis do plano de exploração do sistema colonial da época. Este, por sua vez, opunha-se à modalidade do trabalho forçado em certa medida, pois chocava com a sua visão de que a colonização em Angola era toda diferente. Advogava, por isso, o desenvolvimento económico separado no que dizia respeito à agricultura familiar praticada entre os segmentos de brancos e de africanos, não apoiando nenhum dos dois segmentos quanto ao trabalho assalariado. Em oposição a António Ennes, Norton de Matos tinha uma posição sobre o desenvolvimento como algo separado, colocando em partes opostas os colonos brancos e os segmentos populacionais africanos (cf. Messiant, 2006, p. 73).

Durante o século XX, a população branca em Angola cresceu exponencialmente, deixando gradualmente de ser uma colónia penal, cuja população anterior era composta por pessoas expulsas da metrópole por terem cometido delitos e que, em certa medida, nos finais do século XIX constituíam cerca de dois terços da população branca.

Os responsáveis políticos e altos oficiais do exército português oitocentista eram, porém, com relativas diferenças, partidários da ideia de que o desenvolvimento das colónias seria sustentável na medida em que pudesse beneficiar em primeira instância a metrópole,

pois era aí que se destinavam os ganhos económicos das colónias. O último quartel do século XIX foi decisivo para a condução das políticas de povoamento branco e para a consequente redefinição das correntes favoráveis ao trabalho forçado com vista a proporcionar o rápido desenvolvimento das colónias, promovendo um povoamento com gente da metrópole em pouco tempo, evitando o que tinha acontecido no Brasil.

Norton de Matos destacou-se por ter desenvolvido planos que contribuíram para a melhoria das condições de vida dos colonos e, em consequência disso, de alguns africanos. Foi igualmente o “principal responsável pela destruição do embrionário *movimento autonomista angolano* do início do século, e pelo atropelo às liberdades cívicas, com o objectivo de alcançar uma ‘unidade’ política absoluta em prol do desenvolvimento económico, estabelecendo os precedentes legislativos e executivos para uma repressão política eficaz de todos os movimentos políticos” (Wheeler & Pelissier, 2009, p. 174).

Em certa medida, Norton de Matos empenhou-se no encerramento das associações, jornais e sindicatos, a fim de que nada perturbasse o plano de desenvolvimento económico. Este oficial português ignorou as liberdades conquistadas e a abertura política que se verificou nas colónias com a Constituição da República de 1911, acabando com as possíveis ameaças (Pestana, 2002, pp. 102-103). Assim, ao chegar a Angola manteve uma posição de comprometimento apenas com a república e a pátria portuguesa, sem a preocupação de partidos, contando com o auxílio de todos os que se predispusessem à gestão dos bens públicos da colónia (AG-Ultramar, 1967; Pestana, 2002, pp. 100-115).

Com isso Norton de Matos deixa antever claramente a sua posição combativa contra movimentos de protesto de toda a espécie que pusessem em causa “os seus êxitos como construtor de estradas, escolas e hospitais, como impulsionador de um ‘código esclarecido’ e de uma administração eficiente” (Wheeler & Pelissier, 2009, p. 175).

Contudo, “a sua obra notável, não deve obscurecer o papel desempenhado por este oficial do exército português, o homem que lançou os alicerces do reino do silêncio que vigorou com o Estado Novo” (*ibid.*).

De forma razoavelmente crítica, Gervase Clarence-Smith afirma que “os projectos de uma administração colonial paternalista moderna também se desmoronaram. Os altos-comissários de Angola e Moçambique, a quem foram concedidos poderes pro-consulares em 1920, endividaram-se descontroladamente, para financiar planos de desenvolvimento grandiosos, mas mal estruturados” (Clarence-Smith, 1990, p. 22; Birmingham, 2006, p. 67). O mesmo autor sugere com isso que “o maior prevaricador foi sem dúvida Norton de Matos, alto-comissário de Angola, um homem que, curiosamente, adquiriu fama de administrador

competente e perspicaz. O caos financeiro das colónias e, sobretudo a dívida crescente de Angola aumentaram a crise na Metrópole e contribuíram para a queda da República” (Clarence-Smith, 1990, p. 22). As causas para o desaire foram “os planos completamente irrealistas de uma colonização rural branca” (*ibid.*), com benefícios económicos para os oficiais que mantinham ambições políticas.

2.3. Um olhar sobre o Estado Novo

A política militar utilizada durante o final do século XIX e a fase de proclamação da República de 1910 criaram basicamente as condições para o estabelecimento de um Estado colonial e as suas políticas nas colónias seguindo duas principais medidas. Por um lado, promoveu a imigração de portugueses que, a partir dos núcleos de Luanda e Benguela, passaram passo a passo a implantar no território inteiro um tecido social distinto das sociedades africanas, constituído por brancos, mestiços e, cada vez mais, negros que deixaram as suas sociedades de origem. Esta nova sociedade concentrava-se nas cidades e vilas, mas tinha prolongamentos nas empresas agrícolas, comerciais e outros, organizados em redor da população branca.

Em Portugal a política colonial tomará outros rumos a partir de 1930, ocasião em que António Salazar, conselheiro financeiro do regime militar que em 1926 derrubara a república liberal, se torna ministro dos assuntos coloniais. Uma das suas principais medidas visava criar uma ditadura civil – o Estado Novo – que consistia em subordinar os interesses económicos das colónias aos interesses da metrópole. Para enfrentar a grande crise económica mundial – a chamada *Grande Depressão* de 1929 – e a interrupção do fluxo de remessas de fundos dos portugueses de além-Atlântico, Portugal reduziria radicalmente os serviços da administração metropolitana e imporá com todo o rigor uma nova política cujo objectivo era extrair a riqueza de África sob sua jurisdição. Nem o Estado nem a iniciativa privada possuíam recursos destinados a investimentos em África. A exploração colonial estava, portanto, fundada sobre as mais simples práticas, entretanto as mais duras, relativas ao trabalho forçado, à taxação obrigatória da produção agrícola e à venda, para a África do Sul, de contratos de trabalhadores migrantes. Era Lisboa quem determinava a conduta global da política colonial (cf. Pitcher, 1993; Diop *et al.*, 2010, p. 73), reflectindo assim uma política colonial fortemente centralizadora.

O Estado Novo foi assim uma das últimas invenções políticas europeias. O seu surgimento no Portugal colonial da primeira metade do século XX foi assegurado pelo

aniquilamento das aspirações conquistadas durante a época liberal da República Portuguesa de 1910.

Este sistema político, grosso modo, assentava na eliminação da competição política e de todas as formas de resistência a uma suposta autoridade moral, contrária aos ideais que começavam a despontar com a instauração da república. Saído da Escola de Direito, António de Oliveira Salazar vai estar na base do sistema que vigorou em Portugal continental e em todas as colónias africanas até sensivelmente 1974, com as suas próprias transformações seguidas pela ditadura de Marcelo Caetano e, finalmente, as demandas do último ministro dos assuntos do ultramar português, Adriano Moreira.

Relativamente ao sistema político da altura, Michel Cahen coloca em questão as várias interpretações que duas gerações de historiadores portugueses, antes e depois do 25 de Abril, atribuem ao *fascismo salazarista* ou *salazarismo*. Para este autor, “os imperativos do colonialismo são antagónicos aos do fascismo”, tomando como exemplos os casos de Itália, Alemanha e Portugal. Michel Cahen sugere que no caso português “uma metrópole fascista não produziu necessariamente um colonialismo fascista” (Cahen, 1997, p. 3). A sua hipótese de trabalho toma como critério o facto de o fascismo muitas das vezes ser entendido como sinónimo de *ditadura do direito*. Ou seja, o mesmo autor defende que “o fascismo é certamente uma ideologia política, mas não é apenas isso: à diferença de outros neologismos que são simples qualificações conjunturais da *forma de governo* (“gaullismo”, “thatcherismo”, “petainismo”, “peronismo”, etc.), ele refere-se à *forma do Estado* num contexto histórico determinado” (*ibid.*). Isto é, o fascismo é um sistema político totalitário e nem todas as formas de totalitarismo de extrema-direita são fascistas. Cahen sustenta que a questão do totalitarismo é fundamental para a distinção das características do fascismo, mas que, em virtude das contradições entre a teoria e a prática, o salazarismo é certamente desse ponto de vista incontestavelmente diferente da teoria.

No fundo Michel Cahen tenta demonstrar que “a colonização salazarista comparativamente às outras formas de colonização contemporâneas e à colonização anterior com a monarquia e a república, foi uma ditadura tanto para os colonizados quanto para os colonos” (Cahen, 1997, pp. 7-8). Apesar de relativamente mais liberal na metrópole, é o regime de facto observado de perto pela população civilizada. Mas não era como uma simples extensão colonial das características políticas metropolitanas. “O regime encontrava-se perante uma impossível contradição: por um lado, no quadro do seu nacionalismo económico, precisava de pequenos colonos dinâmicos para contrabalançar o

poder do capital estrangeiro nas colónias, mas por outro, qualquer desenvolvimento real de uma dinâmica burguesia luso-colonial levaria necessariamente esta última a afrouxar os seus laços, primeiro económicos, e depois políticos, com a metrópole” (*ibid.*).

O salazarismo nas colónias africanas tomou uma forma muito mais violenta do que na metrópole colonial.

Contrariamente à interpretação de Michel Cahen, segundo Fernando Rosas, o Estado Novo foi uma espécie de alternativa ao liberalismo surgido com a república, onde se verificava certa abertura política na metrópole, pois os restantes países sob a dominação portuguesa verificaram uma dura experiência. Isso para não dizer que representavam um mundo à parte de Portugal não somente do ponto de vista geográfico, mas profundamente marcado por diferenças sociais e culturais. É possível constatar que Fernando Rosas raramente se refere às colónias mesmo quando quer demonstrar como o regime de Salazar sobreviveu 49 anos, associado às várias estruturas da metrópole colonial. Fernando Rosas, ao detalhar as articulações do Estado Novo português com os sectores que lhe foram mais fiéis, passa ao lado da questão colonial e do ambiente político que se vivia naquela altura, centrando a sua análise apenas em Portugal continental.

Para Diop, “mesmo antes da era fascista, Portugal geralmente praticara na África uma política de segregação, sobretudo após 1910. Esta política relegava o autóctone ao fundo da estrutura social” (Diop *et al.*, 2010, p. 74).

2.4. Do moderno nacionalismo ao conflito armado

O movimento nacionalista angolano tem motivado acesa discussão porque envolve visões que nem sempre são convergentes quanto às origens e percursos de cada grupo. Há pelo menos três correntes de abordagem no que a essa temática diz respeito. A primeira é de índole culturalista, que assenta num argumento de base nativista ou nacionalista. A segunda é motivada pelos africanistas e tem como base uma identidade étnica como categoria analítica que serve para a localização do nacionalismo. A terceira e menos propalada tem como base a historiografia e o impacto do cristianismo e o desempenho que essas elites locais, sobretudo do século XIX, tiveram na estruturação da colónia de Angola e a tentativa de autonomização em relação à metrópole colonial. As três correntes assentam na distinção das identidades políticas e culturais criadas durante o período colonial, e que moveu fundamentalmente parte significativa dos estudos que lhe dão sustentação. Acrescenta-se, porém, a dimensão jurídica que está na origem das distinções entre identidades políticas e

culturais criadas pelo poder colonial como marco do posicionamento das populações no tempo e no espaço, nomeadamente entre os *colonos*, os *assimilados* e os *indígenas* (cf. Mamdani, 1997), do qual foi possível estabelecer-se o modo de convivência, nem sempre pacífica.

Isto é, a denominação de ‘nativo’ em comparação com a de ‘colono’ dá origem e argumento ao movimento nacionalista, sendo uma distinção social e política de invenção dessa época, ainda que a luta protagonizada por esse movimento fosse movida pelo sentimento de recuperação da dignidade recusada durante séculos pelo mesmo sistema colonial. Ou seja, o termo ‘nativo’ só faz sentido no âmbito da comparação distintiva entre ‘nativo’ e ‘não nativo’, isto é, entre ‘indígena’ e ‘colono’, que estrutura toda uma instituição jurídico-política até sensivelmente à proclamação da independência nacional. Ainda que, mesmo depois da independência, o problema persista através da reinvenção de outras categorias sociais distintivas (Mabeko Tali, 1995).

Ao nível da literatura sobre a formação dos movimentos de libertação em Angola, dois autores se destacam, nomeadamente os historiadores John Marcum e René Pélissier. “Marcum foi certamente o mais exímio protagonista da interpretação tribalista sobre a guerra civil, embora em dois extensos volumes de pesquisa apresentasse evidências cruciais ao longo dos anos de trabalho. René Pélissier, por sua vez, coloca em causa alguns mitos sobre a esquerda ou direita de uma parte importante das origens da guerra civil” (Clarence-Smith, 1980, p. 110).

Tal como já se referiu, Norton de Matos terá abortado o embrião das reivindicações que começaram a despontar em Angola no início do século xx (Ventura, 1959, pp. 247-248). A este respeito, Mário de Andrade tentou construir a história do nacionalismo angolano a partir de referências localizadas no seu meio social, cuja repercussão surge mais tarde quando se encontra em Portugal com os filhos dessas elites locais luandenses e outras das principais cidades de Angola.

A partir de meados do século xx, a crescente urbanização e o acesso ao ensino conduzem ao surgimento de um segmento da população negra com níveis significativos de escolarização, em parte com acesso à formação superior, e a informações vindas de outras partes do mundo, particularmente do Brasil, Estados Unidos e França. O acesso ao saber e a acumulação do *capital cultural* deste segmento vão contribuir, nas décadas de 40 e 50, para a lenta formação de uma identidade social abrangente angolana, *nacional*, e para uma movimentação política a favor da passagem de Angola a país independente – à imagem das ‘lutas anticoloniais’ que na altura estavam a decorrer em toda a África. Por diferentes

motivos, a geração dos mais-velhos do início do século xx nem por isso deve ser linearmente associada à geração que se seguiu, e que vai precisamente levar a cabo a independência de Angola. Por exemplo, as primeiras organizações criadas no início do século xx – a Liga Africana e o Grémio Africano, ambos de 1913, reprimidos em 1922; a Liga Nacional Africana e a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), formalizadas em 1930 e que sobreviveram ao controlo, actuaram num contexto histórico de fim da conquista colonial e de uma relativa liberdade de expressão da elite africana que ainda sonhava com a igualdade e a integração sociais no âmbito do sistema colonial – contrariamente ao que se apresenta oficialmente – mas não com a independência (Mabeko Tali, 2001b, pp. 54-55).

Por outro lado, “a efervescência nacionalista, tal como se manifestou nos anos cinquenta em Angola, embora tenha afectado todo o território, foi, predominantemente, um fenómeno do litoral, especialmente de Luanda, mas também de Benguela, Malanje e das regiões do Kwanza-Norte e Sul. De um modo global, tudo isso aconteceu numa dispersão muito grande, tanto sociológica como geográfica” (*ibid.*, pp. 55-56). Como instrutivo, “no planalto e centro-sul do país, havia veleidades já antigas de independentismo branco e de contestação franco-maçónicas, especialmente benguelenses” (*ibid.*, p. 55).

Face à recusa de Portugal de abdicar das suas colónias, entretanto designadas como *Províncias Ultramarinas*, esta movimentação política, à qual se associaram também elementos da população branca e mestiça, desembocou a partir de 1961 numa luta armada, conduzida por quatro movimentos rivais (cf. Marcum, 1969/78; Pélissier, 1978; Malaquias, 2007) com características mais ou menos diferenciadas e que iniciam a luta em etapas igualmente diversas.

De acordo com Viriato da Cruz, o impacto da luta armada em Angola originou um vazamento da economia e implicou, igualmente, o estrangulamento da escala económica e social daqueles que naquela altura se encontravam integrados nessa mesma economia. Os dados estatísticos revelam uma predominante mão-de-obra africana que usufruía menos em comparação com a parte europeia ou descendente desta, que apenas representava cinco por cento da força de trabalho. Nessa medida, os europeus estavam divididos entre os sectores mais produtivos que são a parte mais rica da administração colonial, como por exemplo a indústria, o comércio e a agricultura, para além das profissões liberais (Cruz, 1964, p. 416). A FNLA, enquanto tal, surge da reformulação da União das Populações de Angola (UPA) fundada aos 10 de Julho de 1954, na cidade de Leopoldville, no seio dos emigrantes angolanos que se encontravam refugiados no Congo Belga fruto das condições sociais desfavoráveis em Angola. Nessa altura, o Congo ainda enquanto território colonial tinha

despertado e conheceu condições sociais notáveis em comparação com as de Angola na mesma época (Bragança & Wallerstein, 1982, p. 14).

Isso não quer dizer que houvesse durante esse período total liberdade de acção. Havia, porém, grandes dificuldades em face da organização dos movimentos de libertação.

A primeira manifestação ou acção “foi marcada pela greve de ocupação em 10 de Março de 1956, em Angola. Esta acção provocou imediatamente a reacção de deportações de alguns militantes, [que tinha como método] a interceptação de informações [dos movimentos pelas] autoridades portuguesas [e contava] com o auxílio da sua congénere belga [para pôr] fim às actividades políticas [consideradas subversivas]” (*ibid.*).

No entanto, a partir de 23 de Março de 1956, com a apreensão de um volume de documentos pelas autoridades portuguesas de investigação criminal, a UPA cessa actividades políticas no Congo Leopoldville de forma aberta, passando para as acções de clandestinidade. A situação tornou-se mais complicada por volta de 1959, quando o presidente Kasavubu foi pressionado a extraditar cerca de 100 emigrantes angolanos, entre os quais pessoas que militavam na UPA, e que foram enviados para as plantações de algodão sob o regime de trabalho forçado. Foi nessas circunstâncias que teria ocorrido dois anos depois o levantamento popular de 15 de Março de 1961, marco importante para a UPA/FNLA (*ibid.*).

A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), reformulada da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), da União dos Povos de Angola (UPA) e do Partido Democrático de Angola (PDA), liderada por Holden Roberto, desenvolveu-se principalmente no noroeste de Angola e no seio das populações angolanas emigrantes no exterior. O apoio por parte do então Zaire permitiu-lhe fixar a sua sede em Kinshasa e constituir um exército em território zairense. Tendo uma sublevação na província do Uíge, organizada em 1961 ainda pela UPA, sido reprimida pela tropa portuguesa, a FNLA passou a ter ao longo dos anos certa actividade de guerrilha no Uíge, Cabinda, Kwanza-Norte e Moxico. A sua actividade política limitou-se, na prática, à numerosa (mais de 300 000) comunidade dos refugiados angolanos que fugiram em 1961 à repressão colonial, fixando-se no Zaire (cf. Mbah, 2010).

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a ideia de um amplo movimento de libertação, surgiu pelo punho de Viriato da Cruz (a quem se atribui a autoria do manifesto de 1956), e resultou mais tarde na junção de pequenos grupos políticos espalhados desde Luanda, Malanje e de pequenos núcleos do Planalto Central, que viria a consolidar-se a partir de 1960 (Mabeko Tali, 2001; Malaquias, 2007, p. 50). O seu primeiro

presidente foi Mário Pinto de Andrade, cedendo o lugar em 1962 a Agostinho Neto. O MPLA teve as suas raízes, antes de tudo, na população de origem predominantemente urbana e contou com o apoio de boa parte da população mestiça e de alguns sectores da população branca. Tendo sedes em Argel, na Guiné-Conacri, Leopoldville (RDC) e posteriormente no Congo Brazzaville, o MPLA organizou actividades de guerrilha em Cabinda, no Kwanza-Norte e no Moxico, e teve alguma presença política clandestina principalmente em Luanda e Benguela. Desde 1962 que vem enfrentando dissidências de membros fundadores do movimento, principalmente a dissidência resultante das escaramuças entre as alas de Agostinho Neto e Viriato da Cruz, numa das primeiras conferências do movimento realizada em território do Congo Kinshasa, que deu a vitória à ala de Neto. Nesta circunstância, Viriato da Cruz viria a afastar-se do MPLA, abrindo a primeira das dissidências que decorreram anos mais tarde. Em 1974, na sequência da Conferência de Lusaka, dois outros grupos de notáveis do MPLA abririam as dissidências denominadas ‘Revolta Activa’ lideradas por Mário Pinto de Andrade e seu irmão Joaquim, e a ‘Revolta do Leste’ encabeçada por Daniel Chipenda, respectivamente. A última das dissidências mais fracturante do MPLA deu-se na sequência das contradições ideológicas, nomeadamente entre as alas de Nito Alves e de Agostinho Neto, em 1977. O desfecho desse acontecimento culminou com a tentativa de golpe de Estado – ou, segundo outras opiniões, de simples tentativa fracassada de rebelião face à expulsão de Nito Alves e outros veteranos da luta armada anticolonial do Comité Central do MPLA (cf. Pawson, 2014) do sector Nitista das forças armadas do então recente Estado independente. Em resposta a certa manifestação de apoio ao grupo Nitista, a polícia política do Estado independente (DISA) estabeleceu um clima de terror, buscas, torturas e execuções sumárias, com perdas maioritariamente dos alegados apoiantes de Nito Alves. Em circunstâncias pouco esclarecedoras, foram instauradas várias comissões de inquérito, cujo apuramento das causas dos acontecimentos não foi suficientemente divulgado. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), fundada em 1966, a seguir a uma dissidência – por efeito de intolerâncias étnicas que, dentro da FNLA, atingiam os não Bakongo – parecia, num primeiro tempo, “consolidada em redor de um núcleo Ovimbundu, embora no seu interior houvesse elementos originários de outras áreas etnolinguísticas” (Mabeko Tali, 2001b, p. 51). O seu primeiro presidente e fundador foi Jonas Savimbi. Sem base no exterior, organizou actividades de guerrilha no leste de Angola, principalmente na Lunda e no Moxico (Muekalia, 2009), e uma notável mobilização política clandestina no Bié e no Huambo. A sua primeira fractura política deu-se em 1990 como consequência da figura autoritária que

representava Jonas Savimbi e dos métodos de resolução dos problemas políticos e militares no seio dessa organização, culminando com a saída de proeminentes membros fundadores da UNITA e a morte de tantos outros em circunstâncias apocalípticas. Um segundo momento que fracturou a UNITA deu-se em 1997, na sequência da criação da UNITA-Renovada sob a pressão das autoridades governamentais e o desgaste político de outros tantos membros que até a essa altura se mantinham féis à ala de Savimbi. Retomaremos este aspecto mais adiante.

Segundo Mabeko Tali, para a compreensão do problema de Cabinda “deve-se ter em linha de conta pelo menos três factores” (2004, p. 36) que lhe são correspondentes. O primeiro deles está relacionado com a história colonial do próprio Enclave e de Angola, assumindo por isso dimensões jurídico-políticas com os tratados estabelecidos entre Portugal e a Inglaterra no início do século xx. Há, portanto, implicações muito sérias no que ao tratado diz respeito, particularmente o tratado de Simulambuco. Este último, segundo ainda o mesmo autor, “foi rubricado em 1885 pelo Governador-geral Ferreira do Amaral e as autoridades locais, que está na base de todo o discurso independentista” (*ibid.*, p. 36) de Cabinda. O segundo factor tem a ver com “questões socioeconómicas e identitárias, pois a província de Cabinda situava-se numa zona densa de movimentação migratória entre pelo menos três países fronteiriços e os traços comuns fazem com que essa localidade seja mais próxima aos vizinhos do que à maioria do território nacional” (*ibid.*, p. 37).

O terceiro factor diz respeito “aos recursos naturais em abundância na província, em particular o petróleo, e o seu peso na economia nacional, regional e internacional. Na verdade, este terceiro factor está na origem dos constantes conflitos locais e o envolvimento de actores externos devido aos pontos estratégicos” (*ibid.*).

Diferente de outras regiões do país, a reivindicação política no Enclave de Cabinda despontou logo após a agitação política em Portugal que culminou com o golpe militar em 1974, embora houvesse antecedentes desse movimento desde a década de 1960. Este acontecimento político teve consequências imediatas ao nível do território nacional sem excepção, sendo que os movimentos políticos de Cabinda são parte interessada desse processo.

O Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) resulta da elite cabindense nascida e emigrada para os dois Congos durante o primeiro quartel do século xx, e mais tarde derivou na Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Fundada em 1963, a FLEC lutou por uma independência de Cabinda como país distinto de Angola desenvolvendo nesta província certa actividade política clandestina e de guerrilha, tendo

várias ramificações no exterior com particular realce para a República do Congo e as respectivas alianças políticas localizadas em alguns ciclos de influência do poder.

A seguir à independência nacional, em 1975, e posteriormente durante os anos 1980, houve contactos que resultaram nas conversações entre o governo angolano e o movimento independentista de Cabinda. Dada a natureza do problema de Cabinda, segundo Mabeko Tali, “chegaram a existir cerca de doze facções políticas com derivações umas nas outras, assumindo-se como porta-vozes locais” (Mabeko Tali, 2001a, pp. 49-62). Facto que indubitavelmente veio a contribuir para o endurecimento das posições do governo angolano. Em paralelo aos movimentos políticos locais, no interior da Igreja Católica posicionam-se figuras eclesiásticas sensíveis à questão da independência de Cabinda.

Para Milando, partindo da perspectiva segundo a qual existem em Angola várias zonas de distinção territorial, “os guerrilheiros da FLEC mantiveram ocupadas, ao longo destes anos de independência de Angola, certas áreas no interior da floresta de Maiombe. Em Cabinda, há também regiões que, sem terem sido ocupadas pela FLEC, sempre se mantiveram fora da jurisdição das autoridades da ‘Angola governamental’, por várias razões, entre as quais, as dificuldades do seu acesso bem como a falta de infra-estruturas de base e a instabilidade político-militar, em virtude das acções dos guerrilheiros dos movimentos independentistas” (Milando, 2006, p. 99). A FLEC é, portanto, um movimento de libertação actualmente bastante fragmentado cuja acção política oscila entre actos armados de baixa intensidade e tentativas de negociação com as autoridades governamentais.

O capítulo que agora termina não se esgota nessa breve sinalização que se procurou desenvolver mais acima.

Capítulo 3. Violência Domesticada e Intervenção dos Actores Externos

De modo a melhor analisar o clima que se seguiu à proclamação da independência nacional em Luanda, abordaremos em detalhe a participação de cada um dos actores políticos internos e os respectivos apoios político e militar obtidos dos intervenientes exteriores. Assim sendo, antes mesmo dos Acordos de Alvor entre os três movimentos de libertação e as autoridades coloniais portuguesas, cada um dos movimentos separadamente havia assinado acordos de cessar-fogo com o Portugal colonial. É o caso da UNITA, em Julho de 1974, e posteriormente da FNLA e do MPLA em Outubro do mesmo ano, em Kinshasa e no Leste de Angola respectivamente (Muekalia, 2009, p. 26).

As declarações das três figuras que naquele momento representavam os movimentos de libertação deixavam antever o clima de tensão político-militar que se vivia depois do desaire que foram os Acordos de Alvor. Mais adiante, depois do exame crítico sobre a participação de cada um dos actores externos, e como se construíram as relações com os movimentos, dar-se-á melhor atenção aos detalhes que marcam a véspera da guerra, sobretudo devido ao papel ambivalente de Portugal que, na tentativa rasteira de manutenção do poder, viu-se confrontado com a necessidade de saída imediata do país.

3.1. Os dois Congos

A relação de Angola com a República Democrática do Congo e a República do Congo, com quem partilha vasta fronteira, assenta fundamentalmente em laços históricos entre as populações dos três países, que nem sempre encontram convergência no âmbito político e económico.

O ‘Estado Independente do Congo’ é resultado da Conferência de Berlim de 1884-1885, ano a partir do qual começou o reinado do Leopoldo II, cujo interesse exploratório assentava no “imperativo económico” (Munanga, s.d.; Hochschild, 2001). A esse propósito, “o regime leopoldiano dividiu as terras em três categorias: as terras indígenas, as terras vacantes e as terras concedidas a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas. Tal decreto conferiu ao Estado a propriedade das terras aráveis, autorizando a sua ocupação pelos colonos mediante o pagamento de impostos à administração. No lugar dos proprietários autóctones, era o Estado que auferia os lucros da distribuição da terra. Assim, as terras vacantes eram divididas em terras não exploradas e em terras exploradas para permitir ao Estado financiar

as despesas das primeiras instalações, além de obrigar os autóctones a fornecer certas quantias dos produtos da colheita, como a borracha e o marfim” (*ibid.*). O Congo foi essencialmente durante o final do século XIX e início do século XX uma colónia de exploração social e económica controlada pela Coroa Belga.

Uma segunda transformação política ocorreu de 1908 a 1960, e esteve assente na mudança de estatuto político a partir da qual o Congo abandonou a designação de “Estado independente” para simplesmente “Congo Belga”; esta última designação se prolongou até ao alcance da independência, seguida de nova mudança de nome. Apesar de ter sido submetido a dois estatutos jurídicos diferentes, de 1885 a 1908 “Estado Independente do Congo” e de 1908 a 1960 “Congo Belga”, o país viveu na realidade nessas duas etapas um único e mesmo estado de colonização, numa evolução linear caracterizada pela instalação de um novo sistema de organização e gestão do espaço (Munanga, s.d. 9; Kana, 2005, pp. 34-45). Apesar do razoável desenvolvimento económico tardio verificado no Congo durante os anos 1960, as consequências sociais e económicas ao longo do tempo eram visíveis para a maioria das populações.

Contrariamente ao que se constata em determinada literatura, a independência do Congo não foi dada de bandeja, houve um conjunto de movimentações reivindicativas no decurso dos anos 1920 que se opunham às políticas de exploração belga. “O primeiro grupo de revoltas indígenas situa-se entre 1920 e 1945, distinguido por um carácter localizado. A segunda marcha de revoltas ocorre logo a seguir à Segunda Guerra Mundial até os anos 1960” (Kana, 2005, p. 72). Estes movimentos de revolta indígenas estavam associados às massas populares locais, tendo como base pelo menos duas correntes religiosas de tipo messiânico, designadamente “Kitawala e kimbanguismo, que apelavam aos congolese a se libertarem da dominação colonial” (*ibid.*). Os apelos eram igualmente para que os congolese tivessem mais confiança em si e lutassem para a conquista da liberdade fazendo recurso à força se necessário fosse. Razão pela qual estes movimentos, que aspiravam à independência, foram considerados como opostos ao progresso, qualificados de xenófobos e anti-brancos. Havia no seio destes grupos de revoltosos uma clara distinção entre os *indígenas* e os *evoluídos*” (*ibid.*, p. 73), estes últimos equivalentes ao termo ‘*assimilados*’ para o caso dos nativos que tivessem beneficiado de formação e de uma posição social diferente e aspirassem ao modo de vida dos colonos belgas. Esta distinção social era também reforçada pelo estatuto jurídico, limitando-o em cada caso pelos “domínios do direito penal, cívico e do trabalho” (*ibid.*).

Tais grupos sociais, compostos por pessoas designadas de *evoluídas*, com formação e posição social diferenciada, vão constituir-se em associações diversas aparentemente de carácter étnico e socioprofissional, sendo que alguns dos seus membros tinham participado na Segunda Guerra Mundial, o que lhes permitiu o despertar reivindicativo. Regra geral, as reivindicações dos diferentes grupos denominados *evoluídos* assentavam essencialmente na emancipação progressiva do seu estatuto social, com vista à melhoria dos benefícios sociais, tais como a *carta de mérito cívico* e de *registo*. No entanto, se esses documentos deveriam conferir aos seus portadores certos direitos e facilidades, tais benefícios legais não alteraram substancialmente em nada a realidade e o quotidiano desses grupos.

O cenário de convivência politicamente estável entre os dois Estados coloniais (belga e português) alterou-se radicalmente devido às movimentações independentistas que se verificaram no Congo em 1958, o que levaria à proclamação da independência no início da década de 1960 e à divisão do país pelos diferentes grupos de interesses políticos divergentes em redor de Lumumba e de Moisés Tchombé, autoproclamado presidente da região de Katanga.

No caso vertente de Angola, este ‘legado do Reino do Congo’ foi apropriado pela FNLA durante as décadas de 1960 e 1970 e serviu de influência para a organização da luta de libertação a partir de Kinshasa, subjacente no apoio incondicional de Mobutu à FNLA. Durante o período colonial e mais concretamente na primeira metade do século xx, os governos belga e português mantinham relações políticas e económicas razoavelmente estáveis. O caminho-de-ferro de Benguela com ligação à zona mineira de Katanga era um ponto de referência obrigatório e permitia a existência de trocas comerciais entre os dois Estados, por exemplo ao nível da exploração de diamantes e de outros recursos minerais em Angola e no Congo Belga, levada a cabo respectivamente pela Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG) e pela sua congénere belga, a *Société Internationale Forestière et Minière du Congo* (FORMINIÈRE). Havia também uma forte participação de capital belga através do Banco Nacional Ultramarino, antes e durante a vigência do Estado Novo, noutras companhias de exploração importantes na escala económica colonial, mais concretamente a Companhia Angolana de Agricultura (CADA), a Companhia de Açúcar de Angola e a Companhia Geral dos Algodões de Angola (COTONANG) (cf. Seleti, 1990, pp. 30-74). O capital belga investido nas diferentes companhias de exploração mineira e dos recursos naturais como o algodão e o açúcar da colónia de Angola (Birmingham, 2006, pp. 62-79) estava garantido igualmente através da participação desse capital no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL). A dependência do poder colonial português em Angola face

ao capital não estatal explica em parte as relações existentes entre os Estados limítrofes, bem como as relações políticas e sociais que reinavam quer durante a República, quer na fase de golpe de Estado que instituiu o Estado Novo entre os colonos e as populações autóctones.

Após a independência, o ambiente político na República Democrática do Congo alterou-se radicalmente devido à agitação política que se registou nas diferentes frentes que opunham objectivamente os interesses dos partidários de Lumumba e Moisés Tchombé aos interesses dos belgas e aos interesses económicos dos Estados Unidos da América, tendo como desfecho a morte do primeiro-ministro Lumumba em circunstâncias de polémica internacional. A Bélgica foi a primeira das partes envolvidas que se manifestou publicamente afastada do acontecimento, quando o jornal oficial belga *La Libre Belgique* se descartou de problemas descrevendo o crime como fruto da imaturidade política congolosa: “o que aconteceu demonstra, infelizmente, que em África em alguns países que tiveram uma evolução semelhante, o acesso à democracia continua a ser um assunto de assassínios” (Witte, 2001, p. 20).

Nesta conformidade, a independência dos dois Congos teve fortes implicações nas movimentações nacionalistas que a colónia de Angola conheceu nos anos 60. Em escalas diferentes os dois Congos vão estar na base da introdução dos movimentos de libertação angolanos. De acordo com Perry Anderson, “quando o antigo Congo Belga tornou-se independente em 30 de Junho de 1960, um decisivo factor entrou em jogo: a fronteira contígua do país muito permeável, através da qual as operações políticas e militares poderiam ser organizadas. A adesão do Congo à independência em meados de 1960 foi sem dúvida a precipitação que catalisou a revolta angolana seis meses mais tarde” (Anderson, 1962, p. 86).

Naquela altura foi a partir da República Democrática do Congo que a FNLA se desenvolveu política e militarmente durante toda a década de 1970, e dado à proximidade de Holden Roberto a Mobutu, este último possibilitou a formação do seu exército com vista à batalha do Kifangondo em Luanda, em 1975.

A seguir às divergências que opunham os governos de Angola e do Zaire, houve o processo negociado de Fevereiro de 1976, por iniciativa do presidente Marien Ngouabi, que permitiu a pacificação entre Agostinho Neto e Mobutu Sese Seko, que acompanhados das respectivas delegações se reuniram em Brazzaville. Aos 19 de Agosto de 1978, o presidente angolano deslocou-se à cidade de Kinshasa com uma delegação de cerca de cem membros do seu governo, naquilo que seria o regresso ao Congo enquanto chefe de Estado angolano após a expulsão do MPLA em 1962 na sequência das escaramuças com a ala em redor de

Viriato da Cruz. A partir do aeroporto de Kinshasa ouviam-se os cânticos de saudação à chegada do presidente Agostinho Neto “*Angola ohey, Zaire ohey*”, como sinal de reaproximação entre as autoridades políticas dos dois países vizinhos resultante dos interesses de ambos inscritos nos caminhos-de-ferro de Benguela como principal meio de escoamento dos produtos económicos.

Apesar da pacificação Mobutu/Neto e das tentativas de solução negociadas para o conflito armado angolano, as suspeitas e atritos entre os dois países continuaram a envenenar o clima diplomático (Tshiyembe, 2003, p. 55), seguidos da não cessação dos apoios dados à UNITA pelo regime mobutista.

Durante a segunda metade dos anos 1990, uma acção de elevada envergadura foi levada a cabo pelas autoridades políticas e militares de Angola com vista ao isolamento de Savimbi e do seu último reduto no interior do território nacional e a nível internacional. Contou, portanto, em isolar a UNITA dos seus principais apoiantes na Europa (França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e Portugal), nos EUA e em África (Togo, Costa do Marfim, Burkina Faso, África do Sul e mais concretamente nos dois Congos: Brazzaville e Kinshasa). É nestes últimos que o investimento governamental vai significar uma barreira decisiva contra as iniciativas da UNITA. Particularmente no Congo Brazzaville, o MPLA tinha certa base de apoio e confiança, sobretudo desde o tempo de Marien Ngouabi, aliado do MPLA nos anos 1970 (cf. Mabeko Tali, 1987, p. 185). Nas décadas de 1980 e 1990, a realidade dos dois Congos tinha-se alterado significativamente, como no país vizinho com quem partilham uma vasta fronteira. De modo que, a estratégia montada deveria coincidir com uma viragem política no interior dos dois países, sobretudo a mudança de Pascal Lissouba por Denis Sassou-Nguesso, o golpe militar em 1997 no Congo Brazzaville, e de Joseph Mobutu Sese Seko, que foi desalojado como parte de uma estratégia política regional (incluindo Uganda, Ruanda e Angola, com o beneplácito da administração Clinton) encabeçada por Laurent-Désiré Kabila, antigo líder de uma velha rebelião armada lumumbista iniciada nos anos 60, exilado nos países vizinhos, com quem o governo de Angola fez uma aliança político-militar (cf. Tshiyembe, 2003). Por um lado, a ascensão política de Laurent-Désiré Kabila no Congo Kinshasa permitia uma dupla vantagem ao MPLA, porque desalojava Mobutu e servia de bloqueio às influências de Savimbi junto de grupos políticos naquele país, como demonstra o excerto seguinte:

“Na vizinha República do Zaire, vem um regime hostil ao MPLA agredindo e desestabilizando o nosso povo há mais de três décadas. As consequências maléficas sobre nós do regime de Mobutu começaram a fazer-se sentir ainda antes da nossa independência, como podem testemunhar muitos dos camaradas aqui presentes. Só com o fim deste regime

poderemos criar as condições necessárias para que a paz e a estabilidade no país venham a ser uma realidade. Essa é a razão pela qual não hesitámos em conceder o nosso apoio político, moral e material às forças de Laurent Kabila, que pela sua qualidade se tornou determinante, como garantia do nascimento de um Zaire renovado e capaz de estabelecer com Angola relações fraternas e de boa vizinhança. Temos, no entanto, de saber gerir com muita prudência e determinação os problemas surgidos com as acusações que têm sido feitas sobre um envolvimento militar directo da República de Angola no conflito do Zaire, e também com a afluência de refugiados para junto da nossa fronteira, muitos dos quais armados.” (JES, Reunião do CC do MPLA, Luanda, 05/05/1997).

Por outro lado, garantia segurança na zona de fronteira, desde já bastante movimentada pelo fluxo de populações de parte em parte, em muito movidas pelas trocas comerciais e laços de parentesco. A aliança do governo angolano com o Congo Kinshasa, diante do regime de Mobutu em decadência política e social, baseava-se no apoio ao movimento de Laurent-Désiré Kabila, que entrou em território congolês vindo do leste, apoiado igualmente por forças ruandesas e burundesas. Do leste, nas cidades de Goma e Bukavu, até chegar à capital Kinshasa foi uma questão de dias. Tão logo que a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação (AFDL) chegou à capital, as forças de Mobutu não resistiram aos combates e o seu império desagregou-se em pouco tempo; Mobutu procurou exílio em Marrocos, onde acabou por falecer. Em pouco tempo Kabila “com um discurso político anacrónico” (Macamo & Ngoenha, s.d., p. 65) tentou organizar à sua maneira, proibindo qualquer actividade no espaço político dos partidos da oposição, o que degenerou em descontentamentos e pressões políticas de vários sectores da sociedade. Um ano após a tomada do poder pela via das armas, em 1997, a aliança com as forças ruandesas e burundesas revelou-se potenciadora de um conflito que acabou por se estender até à cidade capital, culminando com a sua morte, sendo rapidamente substituído pelo filho, Joseph Kabila, apoiado por tropas angolanas, zimbabueanas e namibianas. As tropas de Angola, Namíbia e Zimbabué chamadas para socorrer o governo de Kabila conseguiram a tempo deter o avanço do RCD.

Outro movimento de rebelião chamado Movimento de Libertação Congoleza (MLC) abre outra frente de resistência no leste contra as tropas governamentais (Munanga, s.d.). No caso do Congo Brazzaville, a subida de Pascal Lissouba ao poder de forma democrática, em 1992, acabou, porém, por constituir um problema para Angola. Com efeito, o regime de Pascal Lissouba acabou por entrar numa aliança com a UNITA, ao ponto de esta ter uma representação em Brazzaville, com a bandeira hasteada, paralelamente à presença da representação diplomática do Estado angolano no mesmo país. Segundo Tali, esta aliança com a UNITA tinha bases económicas, na qual parte dos diamantes explorados pela rebelião angolana iria transitar por Brazzaville, implicando parte da classe política congoleza à volta

do chefe de Estado. Além disso, e sempre segundo este autor, a questão de Cabinda, nomeadamente o apoio dado pelo regime de Pascal Lissouba às facções independentistas cabindenses, iria constituir um motivo suplementar para justificar a intervenção angolana no conflito armado do Congo (cf. Bazenguissa-Ganga, 2001, p. 122) e o derrube de Pascal Lissouba pelo general Denis Sassou-Nguesso, um velho aliado do MPLA desde os tempos da luta armada anticolonial.

Nas circunstâncias dadas, a morte de Jonas Savimbi conduziu de imediato ao fim do conflito armado e, rapidamente, deu-se sequência a outros eventos incluindo a captura e entrega do grupo de liderança militar, levando à cessação das hostilidades e, conseqüentemente, à implosão e à desmilitarização da UNITA. Assim, nos termos do Memorando de Entendimento celebrado a 22 de Março de 2002, o Governo comprometeu-se a aprovar uma Lei de Amnistia que abrangesse todos os crimes cometidos durante o conflito armado. Abordaremos essa questão mais adiante.

3.2. África do Sul

A convivência do regime da África do Sul com a perspectiva do Estado angolano independente só pode ser compreendida a partir da sua própria sobrevivência, e do cordão de segurança que constituíram os territórios ainda sob o domínio colonial a norte daquele país. Trata-se de factos que, objectivamente falando, justificavam as relações estabelecidas anteriormente desse regime com o sistema colonial português, e que datam do século XIX e ao longo de todo o século XX, até ao fim do colonialismo português. Portugal tomou partido na guerra Anglo-Bóer, numa tentativa arrojada de não perder nem a simpatia dos ingleses nem a aproximação aos próprios Bóeres ou Africânderes. As minas de ouro e as unidades agrícolas da África do Sul jogaram um importante papel para cimentar as relações comerciais entre Portugal e a União Sul-Africana. Assim sendo, a mão-de-obra imigrante dos territórios da Rodésia do Norte e do Sul, do Lesoto, Botswana, Malawi, Moçambique e Angola constituíram a força motriz do desenvolvimento capitalista da África do Sul, ao passo que o avanço desenvolvimentista sul-africano criou, ao mesmo tempo, enormes dependências aos países da região (cf. Chinaiwa, 2010, pp. 298-302). Mais do que Angola, Moçambique foi o grande sustento das relações entre o Portugal colonial e a vizinha África do Sul, porque grande parte da mão-de-obra dos territórios africanos sob o domínio colonial português era originária desse país da costa oriental (cf. Mamdani, 1997, pp. 143-154).

No contexto das movimentações nacionalistas para a independência decorridas na década de 1940, a aliança de António Salazar e Hendrik Verwoerd não podia ser mais peremptória ao recusar-se a olhar para a realidade de extrema contradição perante a manutenção do seu poder nas colónias. Em resposta aos apelos e tomada de posição a favor dos movimentos de libertação por alguns estadistas africanos, da Europa do Leste e da Índia, a postura de Salazar e Verwoerd foi de vitimização e desprezo (Patter, 1971, pp. 508-509).

O plano estratégico de Verwoerd e Ian Smith, da Rodésia do Sul, era deter o controlo total da região austral e zona de influência da África do Sul, diante do isolamento do seu regime de apartheid. Para tal desiderato manteve uma aliança política e mercantilista com o governo colonial português e, ainda assim, beneficiava de apoio e trocas comerciais com a Inglaterra, EUA, Israel, Alemanha Ocidental, Argentina e Austrália. Ou seja, o isolamento do regime segregacionista sul-africano era mais formal do que efectivamente prático.

Os anos 1960 abriram uma oportunidade para as independências das ex-colónias francesas nas regiões ocidental e central de África, a maior parte das quais negociadas. Do mesmo modo, essa divisa colocou imediatamente Portugal sob a pressão internacional, embora conseguisse ainda assim resistir por mais 15 anos, sendo absolutamente dramática a sua relutância na segunda metade dos anos 70. Num contexto de inviabilidade política e militar perante a luta pela conquista das independências de Angola e Moçambique, a África do Sul vê assim o seu poder político e económico inviabilizado e ameaçado, uma vez que Portugal enquanto aliado na região não oferecia melhores garantias. Foi com esse cálculo político que o governo do apartheid se vê tentado a estender o seu poder para além da Rodésia do Sul, actualmente Zimbabué, e a ocupação da Namíbia diante os olhos da Nações Unidas, com o beneplácito apoio dos EUA.

A propósito da intervenção sul-africana em Angola, Williams atesta que:

“No início de 1970, o regime branco da África do Sul - os territórios portugueses de Angola e Moçambique, a colónia britânica da Rodésia e, é claro, a própria África do Sul - parecia definido para durar muitos anos. Em seguida, assistiu-se ao colapso surpreendente do governo de direita de Marcelo Caetano em Portugal e a retirada súbita do país dos seus compromissos em África. Angola presenciou rapidamente um conflito armado. A África do Sul interveio por duas razões. Em primeiro lugar, foi solicitada a fazê-la secretamente por alguns países africanos, incluindo o Zaire (Congo como era chamado na época) e a Zâmbia e pelos Estados Unidos da América. Em segundo lugar, visava salvaguardar o abastecimento de água para Ovamboland, assegurando a estação hidroeléctrica de Ruacaná” (Williams, 2008, p. 18).

Segundo Aquino de Bragança, “o regime da RSA vai justificar a sua intervenção como sendo um ‘gesto’ destinado a salvaguardar os trabalhadores ‘Ovambo’ da barragem, que estariam ‘ameaçados’ pela guerrilha da SWAPO. Entretanto, reafirma oficialmente aos novos

governantes de Lisboa que não se intrometerá nos assuntos de Angola” (Bragança, 1981, p. 100).

Na verdade, o governo de Pretória encontrava-se diante de um impasse político quanto a uma intervenção militar em Angola, dividido em duas alas, pois havia de um lado os “partidários de uma intervenção directa que não receiam ver instalado em Luanda – à imagem do Moçambique “marxista” de Samora Machel – um governo com participação do MPLA” (*ibid.*), e de outro lado, o ministro da Defesa, K. Botha, e o comandante-em-chefe das Forças Armadas, o general Magnus Malan, não escondem a sua vontade de neutralizar as ‘bolsas’ (bases) da SWAPO em Angola. Ao passo que o general Hendrick Van der Bergh – patrão dos serviços de segurança (BOSS) e mentor da política ‘*détente* e diálogo’ corroborada pelo primeiro-ministro John Vorster – opunha-se àquela política. Para isso apoiava-se no facto de os ‘Ovambo’ da parte angolana terem feito saber, desde Maio de 1975, que não se submeteriam às novas autoridades de Luanda. Com efeito, esse facto deu origem à elaboração de um plano de Pretória que assentava numa espécie de bantustão, ou seja, ‘grande Ovambo’ que englobaria os angolanos e namibianos e serviria para travar as ambições da SWAPO (*ibid.*).

Acontece que esta posição do primeiro-ministro Vorster, partidário do diálogo com os *Estados africanos moderados*, mudou radicalmente devido à velocidade dos acontecimentos em Angola. Isso motivado pela ligação das suas ambições com os EUA, particularmente na figura que representou o secretário de Estado Henry Kissinger, que já tinha posto um plano em marcha contando com a participação activa da FNLA como principal beneficiária dos contactos com a CIA.

As divergências entre as duas alas do governo da África do Sul quanto à intervenção em Angola apoiando a FNLA e a UNITA, associado ao facto de terem garantia política dos EUA, permitiram que os serviços secretos israelitas (Mossad) estacionados em território sul-africano substituíssem a CIA e movessem contactos directos com o presidente do Zaire Mobutu Sese Seko, que nessa altura já dispunha também de um pedido de ajuda solicitado por Jonas Savimbi (*ibid.*).

A esse propósito, Mobutu recomendou a Savimbi que contactasse os sul-africanos, pois já estava comprometido com o movimento de Holden Roberto, que se preparava para entrar em cena a partir do norte do país. O Zaire era considerado um *Estado moderado* e favorável ao diálogo, contudo, há muito tempo que mantinha relações discretas com Pretória. Facto que terá pesado na recomendação que Mobutu fez para encetar contactos com os sul-africanos a fim de persuadi-los a apoiar a FNLA e a UNITA (*ibid.*, p. 102).

O risco provável para os sul-africanos era de que uma vez alcançada a independência de Angola e Moçambique, seus territórios serviriam de abrigo para o apoio político e militar aos combatentes do ANC e da SWAPO. Esta e outras razões foram suficientes para que, diante da fragilidade com que se apresentava Portugal e das movimentações armadas em território angolano, o exército sul-africano pudesse legitimar a invasão de Angola via província do Cunene, situada no extremo sul e fazendo fronteira com a vizinha Namíbia ainda sob domínio sul-africano.

Segundo Christian, “o grande projecto sul-africano de incorporar os países vizinhos numa cintura de Estados satélites, materialmente dependentes do seu poder económico e submetidos à sua autoridade política, ficava a curto prazo comprometido pelo acesso de Moçambique e de Angola à independência. No entanto, a existência e a prosperidade do regime não estavam ameaçadas: a burguesia sul-africana continuava a dominar e a constituir o pólo da vida económica da África Austral, e o seu governo dispunha de um forte exército” (1991, pp. 10-11).

Uma boa parte da literatura sugere que a entrada do exército sul-africano em território de Angola deveu-se a uma preocupação de ordem ideológica, mais concretamente à expansão do “comunismo” que acabaria por se efectuar na África do Sul; outras fontes defendem que a intervenção armada já na década de 1980, com Angola independente, se deve ao apoio prestado aos combatentes do ANC e da SWAPO respectivamente. Ambos os factores claramente se juntaram para justificar a radical opção feita pelo governo sul-africano de prosseguir com uma estratégia devastadora, mais conhecida como ‘*Total Strategy*’ numa combinação de ‘pau e cenoura’, ilustrada por um lado por ataques militares a países vizinhos, sob o pretexto de perseguição e destruição das bases dos combatentes sul-africanos (ANC) e namibianos (SWAPO) ali instalados, de pressões económicas com sabotagens de infra-estruturas económicas, e ao mesmo tempo de incentivos no sentido de cooperação económica regional entre a África do Sul e os países que assim desejassem, com a condição de cessarem o apoio aos ‘terroristas’ do ANC e da SWAPO. Uma estratégia que acabaria por dar um pequeno ‘sucesso’ ao regime do apartheid com a assinatura do controverso acordo de Nkomati, entre Samora Machel (Moçambique) e Pieter Botha (África do Sul), em Março de 1984.

No plano militar a África do Sul demonstrou uma força bélica significativa e surpreendente para um país que vivia sob o isolamento internacional. Segundo Ali Marzui, o Estado de Israel, sobretudo no início dos anos 1970, havia formado tropas contra-

revolucionárias e prestou ajuda na realização do programa nuclear sul-africano⁵, chegando mesmo à construção da bomba atômica. Manteve igualmente em outros domínios uma crescente colaboração com a União da República da África do Sul, pese embora as resoluções das Nações Unidas tivessem proibido o fornecimento de armas ao regime de Pretória (Marzui, 2010, p. 144).

Por seu turno, Anthony Sampson defende que o poderio militar sul-africano foi resultado de um investimento da indústria militar apoiado pelas principais multinacionais⁶ que desenvolviam actividades económicas em diferentes sectores daquele país (*ibid.*, p. 115).

De acordo ainda com o mesmo autor, “em 1962 a *Imperial Chemical Industries* havia ajudado Pretória através da *AE & CI* a construir três fábricas de armamento para produzir munições, gás lacrimogénico e foguetes; no ano seguinte, Pretória afirmava já estar produzindo toda a munição de que tinha necessidade” (*ibid.*).

Segundo Fidel Castro, “por volta de Julho ou Agosto de 1975, a África do Sul se apoderou de um pedaço de Angola, na zona de Cunene, usando tropas regulares. E o curioso, para Castro, é que o governo colonial português na altura nem sequer protestou quando, no mesmo mês, os sul-africanos se apoderaram da hidroeléctrica de Cunene” (Morais, 2010, pp. 198-199); “as instalações de Calueque e Ruacaná garantiam à África do Sul uma participação económica em Angola, e serviam em última instância de pretexto para a invasão em 1975” (Gleijeses, 2002; George, 2005, p. 11).

A 14 de Outubro do mesmo ano dá-se efectivamente início à “operação Savannah” em direcção ao norte, com o objectivo de alcançar Luanda, numa “coluna denominada Zulu composta por mais de 1.000 soldados negros angolanos e um pequeno número de brancos entre sul-africanos e mercenários americanos. Estes soldados angolanos pertencentes à SADF fizeram parte dos grupos de guerrilha da FNLA e tinham sido treinados por Breytenbach, um oficial do exército sul-africano, durante poucas semanas, e integrando os ‘Flechas’” (Gleijeses, 2003, p. 301), uma unidade especial militar para a luta pela independência. Não se sabe ao certo o número total de soldados sul-africanos que entraram no território de Angola.

⁵ O Presidente Frederick W. De Klerk (1989-1994) surpreendeu a todos e ganhou a simpatia norte-americana porque imediatamente depois de assumir a presidência tomou a iniciativa de terminar com o programa nuclear sul-africano. Em parte, tal medida visou atender ao seu maior receio caso a ANC tomasse o poder, pois poderia dar um mau uso ao potencial nuclear criado pelo sistema passado.

⁶ Angola-Vaal, General Motors.

Independentemente do apoio prestado à FNLA e mais tarde à UNITA, África do Sul tinha os seus próprios interesses, o que em linhas gerais, a aliança com os movimentos de Holden e Savimbi somente reforçou e legitimou a sua causa. Os apoios prestados à UNITA de Savimbi surgiram mais efectivamente durante os governos de Balthazar Vorster (1966-1978) e de Pieter Botha (1978-1984), e do suporte militar de Magnus Malan, então ministro da Defesa de Pieter Botha, no decurso da década de 1980. Como consequência da primeira intervenção sul-africana em território nacional, a severa “condenação pública africana, ‘esquecido’ por Kissinger – que, no entanto se tinha comprometido em associar-se a esta aventura – Vorster decide, em princípios de Março de 1976, retirar as suas tropas de Angola. Entretanto criticava vigorosamente seus aliados americanos pela sua passividade e ‘derrotismo’, complexo herdado da derrota no Vietname. Simultaneamente, a UNITA e a FNLA sofrem uma derrocada completa e praticamente desaparecem – Savimbi e seu Estado-maior refugiam-se na Namíbia – da cena política angolana” (Bragança, 1981, pp. 102-103).

No início da década de 1980, precisamente, a aliança entre África do Sul e a UNITA de Savimbi atingiu o seu maior grau de intensidade. Após a intervenção cubana que fez recuar o exército sul-africano em 1976, segue-se novamente o retorno à guerra, desta vez com um maior apoio logístico e militar à UNITA vindo da África do Sul e dos EUA, particularmente os mísseis fornecidos pela administração de Ronald Reagan (1981-1989), posteriormente sucedido por George Bush (1989-1993).

O exército sul-africano, dirigido pelo general Magnus Malan, entra novamente em território angolano em 1983, depois de ter recuado até ao sudeste africano, actualmente Namíbia, onde travou combate com o eixo militar Cuba/FAPLA e SWAPO.

Ao contrario do que pressupõe a versão oficial angolana segundo a qual foi o seu esforço militar coadjuvado pelo exército cubano e inspectores soviéticos que está na base do derrube do regime do apartheid na África do Sul, Anthony Sampson sugere, por sua vez, que o regime segregacionista de minoria branca sul-africana degradou-se em função da retirada gradual do capital estrangeiro que assegurava a economia nacional, da pressão interna e externa das fundações evangélicas norte-americanas e devido à pressão diplomática defendida pelos partidários do ANC na Europa e América do Norte, bem como à violência política protagonizada por esse movimento associada a outros pequenos grupos de cariz mais regionalista (Sampson, 1998).

3.3. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Desde a era Nikita Krushev e durante várias décadas, a URSS adoptou uma visão essencialmente pragmática na relação com os movimentos revolucionários, radicais e de libertação do Terceiro Mundo, pois não pretendia nem esperava aumentar a região sob o governo comunista além da extensão da ocupação soviética no ocidente, ou da intervenção chinesa (que não poderia controlar inteiramente) no oriente (Hobsbawm, 2008, p. 423). Além de que os soviéticos já tinham perdido qualquer ilusão sobre a natureza verdadeiramente revolucionária de alguns movimentos de libertação africanos e, portanto, sobre algumas possibilidades de eles virem a criar países socialistas uma vez no poder (Andrew & Mitrokhin, 2005, pp. 423-470). Mas na conjuntura da Guerra Fria, cada aliança contava, pelo que a URSS continuou dando o seu apoio material e diplomático, mas sob as condições de total submissão dos movimentos e seus líderes aos interesses soviéticos na cena mundial, e nas divisões já patentes no campo socialista entre a URSS e a China comunista.

A URSS nem sempre teve envolvimento directo nos países cuja acção revolucionária era atribuída à paternidade ideológica marxista-leninista. A Guerra Fria e a consequente bipolarização política entre as duas potências mundiais em muito condicionou as opções e alianças, principalmente perante o contexto de fechamento político e repressão militar que se verificava nos territórios sob o domínio colonial português, o que não excluiu de todo que, quer os EUA, quer a própria URSS, estivessem interessados, ainda que informalmente, em estender a sua influência para além das zonas de controlo efectivo. Os apoios prestados aos movimentos de libertação africanos foram parte desse plano de não envolvimento directo em guerras além-fronteiras depois das experiências anteriores.

José Milhazes (2011) coloca uma ênfase nas relações entre a URSS e África, integrando-as no quadro das alianças ideológicas que a URSS mantinha com os partidos comunistas da Europa, América e Ásia. África durante largos anos vai estar excluída desse eixo de relações, e somente mais tarde desperta interesse, mas por via das organizações comunistas que tinham certa ligação com África, como é o caso da África do Sul e do Partido Comunista Português (PCP), com ramificações em Angola, cuja preocupação era precisamente o regime fascista em Portugal e não propriamente a independência das colónias (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique). Toda essa movimentação, ainda segundo Milhazes, era feita no âmbito da Internacional Socialista, permitindo maior expansão da influência e capitalização das revoluções além-fronteiras da URSS. O apoio da URSS dado

ao MPLA durante a guerra pela independência consubstanciou-se no fornecimento de armamento pesado e formação política e militar em diversos sectores. Para Milhazes, os contactos entre a URSS e o MPLA deram-se logo após aquela potência mundial ter criado o ‘Sector para África’, pois tinha dado conta que se encontrava muito distante e desconhecia a realidade do continente, isso no início dos anos 60. Em 1961, uma delegação de notáveis do MPLA era assim recebida em Moscovo, nomeadamente Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, deixando boas impressões aos russos, a quem solicitaram apoios (Shubin, 2008, p. 2). Na mesma sequência, Agostinho Neto viria a ser recebido em Moscovo, através de contacto facilitado pelos comunistas portugueses, segundo afirmações de José Milhazes (Milhazes, 2009, p. 33).

Shubin & Tokarev (2001) confirmam que Moscovo havia estabelecido relações com o MPLA através da primeira delegação que foi recebida no Kremlin, e que se fizeram representar os três signatários pelo MPLA acima referidos. E mais adiante acrescentam que alguns meses depois da fuga de Agostinho Neto de Portugal, este foi imediatamente recebido em Moscovo para negociações secretas.

As relações das partes consolidaram-se, em 1967, quando uma delegação soviética efectuou uma visita ao continente africano, com particular realce para os países sob domínio colonial português. No caso angolano, os encontros de solicitações de apoio entre dirigentes do MPLA e as autoridades diplomáticas soviéticas multiplicaram-se, com Chipenda, em Dar-es-Salam (Tanzânia) e posteriormente com Aníbal de Melo em Lusaka, capital da vizinha república da Zâmbia.

Tais relações consubstanciaram-se, de uma maneira geral, em apoios a diversos níveis. Por exemplo, em 1973, após novos contactos feitos durante a conferência internacional de solidariedade com os povos das colónias portuguesas, Moscovo terá financiado o MPLA com cerca de 220.000 dólares americanos, sendo a maior quantia monetária se comparada aos 150.000 do PAIGC e aos 85.000 dólares recebidos pela FRELIMO (*ibid.*, p. 609) no quadro da organização da luta pela independência, pois já vinha sendo tradição o partido soviético apoiar e assistir as forças sindicais e organizações de trabalhadores da esquerda europeia.

Os apoios disponibilizados pelos soviéticos que foram concedidos ao MPLA não estavam limitados às questões políticas ou de assistência material. Eles resultavam também de algum encorajamento das autoridades em relação ao não racismo em Angola em particular e na África Austral em geral. Nisso tiveram um papel fundamental os instrutores e a delegação soviética nos centros de treinamento de civis e militares (*ibid.*, p. 610).

Porém, no exacto momento da visita de Agostinho Neto a Moscovo, por pressão de Nikita Khrushchev, secretário-geral do PCUS e primeiro-ministro soviético, ocorre um grande mal-estar no seio do departamento internacional que tratava dos assuntos para África no que respeita ao reconhecimento no exterior do governo constituído por Holden Roberto. Tal sucedido chegou ao conhecimento de Agostinho Neto informado pelos próprios oficiais soviéticos.

Shubin & Tokarev confirmam que o embaraço dos soviéticos provocado pela tentativa de reconhecimento de Holden Roberto e da FNLA em vez de Neto e do MPLA passou efectivamente pela intervenção de Álvaro Cunhal, tido pelos soviéticos como alguém influente nos meandros do Kremlin.

Foi preciso tal apoio de Cunhal, que se encontrava no mesmo hotel que Neto, para pôr fim à situação embaraçosa. Por outra via, o governo soviético tomou conhecimento das conexões existentes entre Holden Roberto e a CIA, e disso resultou o afastamento e o corte de relações.

“O suporte para ao MPLA foi ditado não muito pela questão ideológica, como alguns pensam, mas pelo carácter das considerações pragmáticas: foi o único movimento que travou uma verdadeira luta contra os colonizadores. Um relativo papel de ligação ideológica é testificado pelo facto de em certos momentos o PCUS, o Comité Central e o bureau político eventualmente terem decidido reconhecer em vez da composição do MPLA, o líder da FNLA Holden Roberto, quem ultimamente tinha conexões com a CIA. E a única demora burocrática e, especialmente, os protestos de alguns líderes africanos e da esquerda portuguesa é que impediram esta realização” (Shubin & Tokarev, 2001, p. 610).

Tal reconhecimento, portanto, não chegou a ser publicado pelo jornal oficial soviético *Pravda*, que acabou por noticiar outra matéria envolvendo o ministro dos Assuntos Exteriores da própria União Soviética e o embaixador americano.

Este incidente não evitou, no entanto, o surgimento de certa deterioração das relações iniciadas em 1961 entre o MPLA e a URSS. Com efeito, Neto levou uma forte delegação do MPLA para Moscovo em Janeiro de 1973 a fim de tentar convencer os interlocutores soviéticos de que o acordo com a FNLA significava “um novo estágio para o movimento”, e que pretendiam aproveitar a ocasião para programar alguns pontos do país e até mesmo tentar uma frente unida, ainda que Holden Roberto fosse o presidente (*ibid.*, p. 611). Agostinho Neto seria o vice-presidente, com controlo do secretariado e suplementos dos assuntos militares. Ainda assim estavam dispostos a manter uma eventual aliança com a FNLA.

As informações prestadas por Neto neste encontro com as autoridades soviéticas criaram outro mal-estar, pois para o general do exército Victor Kulikov, chefe geral da

delegação e potencial marechal na hierarquia militar (*ibid.*, p. 612), uma eventual aliança entre o MPLA e a FNLA os colocaria em embaraços internos. Neto foi então aconselhado pelo embaixador soviético em Lusaka a procurar unificar o movimento com Daniel Chipenda, para melhor se apresentar junto das autoridades se quisesse beneficiar de apoios.

Neste mesmo encontro foram expostas também por parte do MPLA preocupações relacionadas com possíveis infiltrações de agentes portugueses no MPLA que tentavam a todo o custo minar as relações, incitando o tribalismo e o regionalismo, o que criava tensões dentro da organização.

Ao fim de um ano, e contrariamente a alegações de que a URSS havia fornecido armamento ao MPLA em 1974, logo após o 25 de Abril, Shubin & Tokarev sugerem que ao invés disso, Moscovo (em Dezembro do mesmo ano) recebeu uma delegação do MPLA encabeçada por Iko Carreira, que mais tarde seria o ministro da Defesa da Primeira República. Carreira abordou a questão com as autoridades soviéticas apontando para a hegemonia do MPLA no terreno, enfatizando a existência de uma aliança táctica entre o MPLA e o Movimento das Forças Armadas (MFA) que tinha controlado o poder em Portugal (*ibid.*).

Para estes autores, baseando-se em novas informações de arquivos, entrevistas e memórias de ex-oficiais soviéticos que tiveram participação directa ou indirecta no processo angolano, a União Soviética nunca teve um envolvimento directo na guerra. Ainda assim, a União Soviética foi alvo de falsas notícias promovidas pela imprensa ocidental e pelas autoridades norte-americanas de modo a manter o “mito da ameaça comunista” e a sua expansão pelos países ocidentais.

O momento crucial da assistência soviética em Angola conforme se fez referência mais acima, terá sido durante o período de 1975 a 1976 para a manutenção das conquistas do MPLA em Luanda. Após este período de tensão militar entre o MPLA e seus rivais, uma nova fase de difícil gestão se aproximava no ano seguinte.

Este segundo momento de tensão entre Luanda e Moscovo terá ocorrido na sequência do 27 de Maio de 1977, quando em Agosto do mesmo ano Agostinho Neto visitou oficialmente Moscovo e confrontou directamente o presidente soviético Leonid Brezhnev e outros líderes da época acerca de um potencial envolvimento soviético ao lado de Nito Alves:

“Depois dos cumprimentos tradicionais Neto, de repente virou-se automaticamente para os acontecimentos trágicos de Luanda e, ignorando as regras diplomáticas, questionou o líder soviético com as seguintes palavras: ‘aqui estou, porque uma coisa terrível nos aconteceu, e pretendo saber pessoalmente se Moscovo tomou parte de uma conspiração contra mim ou

não? Porque, como já fui informado, muitos de seu pessoal estiveram envolvidos” (Shubin & Tokarev, 2001, p. 614).

Agostinho Neto, segundo os dois autores, não obteve uma resposta imediata de Brezhnev, pois a acusação causou-lhes, ao líder soviético e à sua equipa representada, um grande embaraço. Somente mais tarde as autoridades soviéticas rejeitaram tais acusações alegando que se tratava de uma jogada dos norte-americanos para estrangular a ligação entre Luanda e Moscovo, porque em momento algum os soviéticos apoiaram Nito opondo-se ao presidente Neto (*ibid.*, p. 614).

Ao fim dessa cooperação entre a União Soviética e Angola, estima-se que cerca de 6.000 soviéticos estiveram em território nacional como instrutores em escolas militares e académicas e alguns para treinamento das unidades regulares. E os últimos 1.000 militares soviéticos visitaram Angola durante um curto período de tempo, ao passo que cerca de 6.965 angolanos receberam treinamento militar na União Soviética (*ibid.*).

Os dados relatados pelos dois autores são recolhidos das autoridades soviéticas e angolanas, nomeadamente do Instituto de História Militar soviético e da embaixada de Angola naquele país; porém, tais informações servem igualmente para confrontar outras fontes quanto à participação soviética de modo geral e durante a batalha do Cuito Cuanavale, considerada por Fidel Castro como marco da história de África que representa o antes e o depois da intervenção cubana.

Geralmente, a actuação da União Soviética está circunscrita ao território de Angola, onde tiveram uma participação, ainda que à sombra, na proclamação da independência e a manutenção do poder político durante os primeiros anos da Primeira República, como atestam os depoimentos de ex-soldados. Contudo, a União Soviética esteve envolvida em outras guerras, nomeadamente a Guerra Anglo-Bóer, e há nas memórias de ex-soldados informação que confirma a participação de cerca de 200 russos voluntários, que tomaram parte ao lado dos bóeres contra as forças imperiais britânicas. Passadas aproximadamente seis décadas, os russos viram-se novamente envolvidos em assistência aos movimentos de libertação. Há, portanto, um revés histórico dos britânicos e dos norte-americanos devido a este envolvimento passado dos russos (Shubin & Tokarev, 2001).

Para Ali Marzui,

“sem a intervenção da União Soviética e dos seus aliados nas lutas da África Austral, a libertação desta região seria provavelmente ainda mais retardada, em pelo menos uma geração. As armas aperfeiçoadas utilizadas pelos africanos na África Austral – especialmente os mísseis solo-ar empregados nas guerras do Zimbabué – provieram em geral de países socialistas. [...] Mas, a participação de elementos externos não beneficiou somente os combatentes das forças de libertação; o mesmo fenómeno reproduziu-se no

campo dos opressores coloniais e racistas. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO) por muito tempo subvencionou, directa ou indirectamente, a repressão obstinada exercida pelos portugueses em suas colónias e o seu armamento foi utilizado contra combatentes das forças de libertação africanas” (Marzui, 2010, p. 143).

3.4. Cuba

A presença cubana em África é bastante contraditória e mistificada desde a década de 1960, mais concretamente de 1961 com os apoios políticos e militares às guerras da Argélia e da Etiópia (Márquez, 1977). Como se pode verificar, três anos após a revolução de Sierra Maestra que depôs o governo de Fulgêncio Batista fortemente apoiado pelos EUA, Cuba virava-se para o continente africano. Na base disso estava a realização do projecto de internacionalização da revolução cubana de Fidel Castro diante do cenário dominado pela bipolarização das duas potências mundiais, nomeadamente os EUA e a URSS.

Posteriormente, Cuba vai estender a sua influência militar à Guiné-Bissau, Congo Brazzaville e Congo Democrático com a deslocação directa e secreta de um contingente militar integrando Ernesto Ché Guevara (Guevara, 2000), “que abandonava o posto de ministro em Havana para juntar-se discretamente às tropas que combatiam pela independência do Congo” (Morais, 2010), isto entre 1963 e 1965.

O primeiro contacto da direcção do MPLA com os revolucionários cubanos deu-se em território da Tanzânia e posteriormente nas bases do MPLA no Congo Brazzaville, onde também Cuba disponha de uma aliança com os combatentes desse país. Foi nessas circunstâncias que, uma vez o MPLA dispo de bases e apoio político por parte de Brazzaville, a presença cubana na região permitiu o encontro de combatentes cubanos com Ernesto Ché Guevara à cabeça e uma delegação liderada por Agostinho Neto e Lúcio Lara (cf. Pericás, 2008, p. 51).

Segundo o próprio Fidel Castro,

“nós vínhamos ajudando o MPLA havia muito tempo, havia mais de dez anos – desde o ano de 1963 ou 1964, por aí. Mas não foi nada fácil: Angola tem a fronteira do Zaire por um lado, por outro a Zâmbia, que é país mediterrâneo, e, ao sul, a Namíbia, ainda sob a dominação da África do Sul. Quer dizer, não era muito fácil para Cuba ajudar o MPLA directamente. Por isso, tivemos que fazê-lo a partir de outros países, e a ajuda passou a ser dada utilizando o território do Congo Brazzaville – esta é que é a verdade” (Morais, 2010, p. 197).

Em Maio de 1975, na véspera da retirada da última administração colonial portuguesa, o comandante cubano Flávio Bravo se encontrava em Brazzaville com Agostinho Neto, onde este último terá solicitado ajuda para transportar um carregamento de armas e avançou a possibilidade de uma assistência mais ampla e específica por parte de Cuba. Numa outra

ocasião, o comandante Raúl Díaz Arguelles deslocou-se três meses depois a Luanda a fim de dirigir uma delegação de civis cubanos que iria encontrar-se novamente com Agostinho Neto, tendo o presidente do MPLA solicitado precisamente um apoio cubano mais contundente com o cenário de guerra que se desenhava no terreno. Desta vez a solicitação de Neto foi para que Cuba enviasse um grupo de instrutores cubanos para fundar e dirigir os quatro centros de treinamento militar (Márquez, 1977, p. 178).

No momento crucial da independência de Angola é traçada uma estratégia política e militar de suporte aos combatentes residuais das FAPLA. O argumento de Fidel Castro para a efectivação do apoio consubstancia-se no seguinte:

“o mundo inteiro pôs os olhos em cima de Angola: era um país muito rico, com grandes recursos naturais. Desde a época de Kennedy, assim, o imperialismo estava preparando um plano para controlar Angola. E foi a CIA quem fundou a FNLA, e transformou Holden Roberto em líder – através do presidente Mobutu, do Zaire, e com muitas armas e muito dinheiro. Os portugueses, por sua vez, criaram a UNITA, no sul de Angola, que fundamentalmente lutou contra o MPLA, e não contra os portugueses” (*ibid.*, p. 198).

Castro tomava partido claramente a favor do MPLA, com quem já partilhava correspondência e planos.

No entender de Fidel Castro, Angola estava fortemente dividida e o ‘grito’ de apoio cubano fazia-se urgente devido à ameaça que surgia do norte e sul do país. Cuba nunca se envolveu na região a pedido ou em substituição da União Soviética, como um substituto providencial que actuaria em nome do Kremlin, ainda que com aspecto formalmente independente. Em virtude disso, a participação cubana no continente foi realizada a partir de um projecto político e militar elaborado e realizado exclusivamente por Cuba desde a sua concepção inicial até à actuação nos campos de batalha, ainda que países do bloco socialista pudessem dar apoio logístico posteriormente (Pericás, 2008, pp. 39-40). Esta leitura dos factos vem contrariar a ideia de Rafael del Pino segundo a qual:

“o eixo Cuba/URSS tinha avaliado muito bem que a conjuntura mundial favorecia amplamente os seus planos. A derrocada sofrida pelos EUA no Vietname impossibilitava-os de desenvolver qualquer acção de envergadura contra a aberta intervenção comunista em Angola. Os soviéticos não eram bem vistos em África, mas tinham uma insubstituível carta de trunfo: o cavalo de Tróia das tropas cubanas” (Del Pino, 2009).

Neste ponto em particular, Rafael del Pino parece ignorar que a estratégia da intervenção cubana em Angola tenha sido directamente elaborada por Havana. O autor parte do princípio de que Cuba estava como que subordinada às coordenadas de Moscovo. Contrariamente a isso, admite que quer os EUA quer a própria URSS estavam comprometidos quanto à intervenção aberta em Angola aos olhos do mundo, cuja

experiência da primeira potência no Vietname não terá sido bem-sucedida, nem a da segunda potência no Afeganistão. Quer uma potência, quer a outra, estavam fortemente comprometidas, contudo, a hipótese de Cuba vir a servir os intentos da URSS é bastante ambígua.

Entretanto, as movimentações começaram a ocorrer no final do segundo semestre, em Luanda e em Havana, na medida em que ia-se aproximando a data de 11 de Novembro, consensual aos três movimentos. Um aspecto interessante a reter é que dos Acordos de Alvor, para além da composição efémera do governo de transição, o único ponto consensual e que parecia que todos respeitaram à sua medida, foi a data marcada para a proclamação da independência nacional.

Em Setembro de 1975, segundo Fidel Castro, é enviado para Angola um contingente militar de acerca de 15 mil homens (Márquez, 1977, pp. 127-128), além de técnicos e instrutores para as escolas espalhadas nas seguintes regiões: uma nas proximidades de Luanda, uma no leste, em Saurimo, outra a sul, em Benguela, e a quarta em Cabinda (Morais, 2010, p. 199), região norte.

Estrategicamente, a Cuba de Fidel, para não criar rejeição dos seus combatentes em territórios africanos, particularmente em Angola, soube jogar e enviou uma quantidade de militares negros ou “afrodescendentes” para apoiar o MPLA, de modo a permitir uma aceitação imediata por parte da população. No início de Novembro, Castro dirigia as operações militares cubanas em Angola a partir do “seu gabinete em Havana, debruçado sobre um monumental mapa de Angola” (*ibid.*, p. 165). Nesta ocasião é enviada a primeira unidade de força especial “composta por 650 homens, que daria início à operação Carlota” (Márquez, 1977, p. 137), equipada “com armas anti-tanques, cujo objectivo era parar de qualquer jeito a coluna sul-africana que avançava do sul para o norte” (*ibid.*, pp. 220-221), partindo de Havana vários aviões Bristol Britannia da transportadora cubana (Del Pino, 2009, p. 18). A entrada de armamento e de tropas cubanas processou-se em quatro diferentes localidades, nomeadamente o porto de Cabinda, Luanda, Porto Amboim e Lobito, para além das pontes aéreas (cf. Gleijeses, 2002).

No teatro militar e diante do avanço ao norte e sul das tropas aliadas da FNLA e da UNITA, a supremacia das forças cubanas e das FAPLA deu-se a partir do factor surpresa, principalmente das forças da aviação. O grande trunfo cubano foi efectivamente terem surpreendido os seus adversários com o envio de armamento sofisticado, particularmente de artilharia antiaérea e os ‘famosos caças’ fornecidos pela União Soviética.

Contrariamente à ideia de imparcialidade do governo português na véspera do confronto militar entre os três movimentos, “os portugueses entregaram vários aviões de transporte DC-3 ao primeiro grupo de aviação cubano para que realizassem voos de abastecimento logístico em diferentes zonas do país onde se encontravam oficiais cubanos formando apressadamente” (*ibid.*, p. 17) as forças das FAPLA.

O reconhecimento oficial cubano sobre a presença de tropas em Angola foi feito pela primeira vez durante o congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), em 22 de Dezembro de 1975, numa altura em que a guerra parecia incerta.

Outro momento de tensão política e diplomática foi desenvolvido com vista a pressionar a retirada das tropas cubanas de Angola. Esse papel foi insistentemente exercido pelos dois movimentos rivais do MPLA em sintonia com os EUA. Passado mais de uma década, a retirada das tropas cubanas começou a ser um facto. Segundo Garcia Márquez, isso foi derivado de um plano elaborado entre o presidente Agostinho Neto e o líder cubano Fidel Castro aquando da passagem do primeiro pela Guiné-Conakri, confirmando a retirada cubana numa entrevista aos jornalistas locais. As duas partes concordaram que a retirada das tropas cubanas de Angola seria de modo gradual e que parte dos efectivos se manteriam em caso de necessidade, pois precisavam ainda da ajuda cubana para a organização de um exército moderno, forte e capaz de garantir no futuro a segurança interna do país sem ajuda de ninguém (*ibid.*). Ou seja, o MPLA na pessoa de Agostinho Neto não queria prescindir do apoio cubano sem antes ter a garantia da segurança do território angolano e da formação e capacitação das forças armadas governamentais; a independência da Namíbia nessa altura tinha entrado efectivamente para a agenda político-militar do MPLA e de Cuba.

Dada a pressão norte-americana manifestada nos constantes comentários do secretário de Estado Henry Kissinger à imprensa quanto à retirada das tropas cubanas de Angola, a esse respeito Cuba alegava que tinham já regressado ao país de origem mais de três mil combatentes, sendo que as restantes tropas em Angola faziam parte de uma exigência de segurança interna.

Acontece que a retirada efectiva das tropas cubanas de Angola resultou dos Acordos de Nova Iorque, em 1988, celebrados entre os cinco intervenientes militares, nomeadamente FAPLA, Cuba, URSS, EUA e África do Sul. Esse acordo tinha também como exigência das partes angolana e cubana a retirada das tropas sul-africanas do território nacional e a independência da Namíbia, que passou a ser um facto dois anos mais tarde.

Na verdade, tal como se fez referência mais acima, a intervenção cubana em Angola, uma vez proclamada a independência nacional, adquiriu outros propósitos e ia mais além da

simples presença militar, pois as circunstâncias introduziram outros actores político-militares em jogo, designadamente o ANC e a SWAPO, que travavam lutas similares às dos movimentos de libertação de Angola com relativas diferenças locais.

3.5. Estados Unidos da América

Desde sensivelmente a administração Eisenhower que o governo norte-americano foi mantendo relações diplomáticas com a Angola colonial, o que era considerado importante devido aos interesses estratégicos na região. Porém, as administrações norte-americanas consideravam Angola uma extensão do território português, de modo que as relações se efectuavam na estrita confiança com as autoridades coloniais da época e qualquer manifestação do nacionalismo africano era compreendida não só como atentado à estabilidade de Portugal como colocava imediatamente em risco os interesses dos EUA.

A instabilidade nas regiões denominadas ‘Terceiro Mundo’ muito cedo mobilizou o interesse dos EUA, que reagem igualmente como ditos ‘protectores do *status quo* global’, que a identificavam contra o comunismo soviético, ou pelo menos a encaravam como uma vantagem permanente e potencial para o outro lado na grande luta global pela supremacia. Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse “perigo” por todos os meios, desde a ajuda económica e a propaganda ideológica até à guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial: de preferência em aliança com um regime amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local (Hobsbawm, 2008, p. 422). Foi esse mesmo cenário que permitiu a sua intervenção em Angola, não sem o envolvimento de actores internos que legitimaram os argumentos e interesses geoestratégicos norte-americanos.

A influência da política norte-americana em Angola, igualmente como na África do Sul, só pode ser compreendida mais uma vez no âmbito das relações económicas com Portugal colonial. É na era de Norton de Matos que a colónia vai conhecer avanços tendentes à industrialização e à urbanização ainda no início do século xx. Norton de Matos foi alto-comissário entre 1912 e 1915 e mais tarde entre 1921 e 1924, incrementou uma política de desenvolvimento através de empréstimos bancários em Portugal e abriu as portas de Angola ao capital estrangeiro (Wright, 2001, p. 25).

Os EUA há muito que tinham relações com os sucessivos governos de Portugal colonial. Em Angola, em particular, têm interesses económicos e geoestratégicos enraizados, com principal destaque para a extracção de petróleo e gás. Tal como se pode verificar

historicamente, salvo erro, o profundo enraizamento de empresas norte-americanas como a *Chevron Texaco*, que calcula-se estar instalada em território angolano há mais de 50 anos. Fontes oficiais dão conta que a *Chevron* opera em Angola sensivelmente desde 1930, altura em que começou a comercializar os seus produtos, curiosamente no mesmo período, isto é, um ano depois da Grande Depressão (1929) que abalou a economia norte-americana, e dois anos após a instauração do sistema político do Estado Novo em Portugal. Isso explica que a subida ao poder de Salazar coincida com a descoberta de jazigos de petróleo em Angola, o que terá imediatamente despertado o interesse de investidores estrangeiros no sector, particularmente dos Estados Unidos da América.

Os Estados Unidos da América criaram no âmbito da sua política externa uma agenda para África a partir da administração Truman. Não obstante o desinteresse dessa área do globo, as administrações norte-americanas não deixaram de apoiar governos locais que facilitassem a aplicação do seu vasto plano militarista da Guerra Fria, concebido para manter o papel hegemónico sobre o sistema capitalista mundial assumido depois da Segunda Guerra Mundial (*ibid.*, p. 51). Sem grandes alterações, esse plano atravessou quase todas as administrações americanas. O continente africano passou assim a ser um palco de fornecimento de matérias-primas para o enriquecimento da forte indústria militar e uma porta aberta para a expansão do capital americano. Em troca de financiamento, países como Portugal, Grã-Bretanha, Bélgica e África do Sul abriam as portas ao investimento americano e à exploração dos recursos minerais nas colónias sob o seu controlo, fazendo vista grossa às condições sociais nessas mesmas colónias. Um caso instrutivo é o apoio incondicional dado ao regime do apartheid, na África do Sul, e a explorações de vária ordem em Angola, Congo Democrático, Moçambique e Rodésia do Norte e do Sul, sobretudo através da gigante de mineração sul-africana *Anglo American Gold Cooperation Company*, que mais tarde muda de proprietários sul-africanos para britânicos.

Antes da década de 50 e das reformas de Salazar, o único investimento significativo dos EUA eram os 14% que o grupo Ryan-Guggenheim detinha na DIAMANG (Companhia de Diamantes de Angola), controlada pela firma belga *Société Générale de Belgique* e pela administração colonial angolana. Em 1950, as exportações dos EUA para Angola eram de sete milhões de dólares e as importações de 20 milhões. Oitenta por cento das exportações americanas para Angola eram de equipamento automóvel, e o café ocupava 78% das importações. A principal preocupação estratégica americana era o caminho-de-ferro de Benguela (*ibid.*, p. 56). Com vista ao cumprimento desse desiderato, as compensações

financeiras avolumaram-se para desenvolver diferentes sectores de infra-estruturas importantes para a expansão dos interesses americanos na Angola colonial.

Se, por um lado, o Estado português manteve uma posição de repressão contra os movimentos sociais e associações tidos como ameaça ao seu poder, que surgiram na colónia de Angola, por outro, no plano económico, tentou conter as pressões internas e externas com reformas sociais e económicas nitidamente para desanuviar a atenção que recaía sobre a política colonial de Portugal. Devido a certas reformas, muitas das quais introduzidas nos anos 50, a década seguinte foi um período de enorme expansão económica em Angola, com uma taxa média de crescimento na ordem dos 13% ao ano. Promoveu-se a industrialização por meio da autorização de entrada de capitais estrangeiros especialmente dos EUA e da África do Sul, embora os capitais portugueses fossem também importantes (Wright, 2001, pp. 44-45). A África do Sul financiou o projecto da barragem do rio Cunene junto da fronteira com a Namíbia e a *Anglo-American Corporation* investiu na produção de diamantes e na sua comercialização. A *Gulf Oil*, que tinha encetado prospecções no Enclave de Cabinda em meados da década de 1950, começou a sua produção comercial em 1966 e o petróleo tornou-se rapidamente (em 1973) a exportação principal de Angola. Em Fevereiro de 1969, Portugal garantia novas concessões *onshore* e *offshore* à *Gulf Oil*, bem como a outras companhias estrangeiras, incluindo a *Texaco* (*ibid.*, p. 45).

A despeito das transformações sociais ocorridas na colónia de Angola e na metrópole, os interesses americanos mantiveram-se intactos ao longo das décadas posteriores ao início da luta armada anticolonial. Os sinais de alarme começaram-se a verificar numa altura em que o regime de Salazar se mostrava incapaz de conter a ameaça que esses movimentos nacionalistas angolanos passaram a representar, considerados a partir daí inimigos dos interesses americanos em Angola. Assim sendo, longe de tentar homogeneizar os três movimentos de libertação aos olhos dos americanos, a CIA, tal como na América Latina, ensaiou contactos com Holden Roberto (Stockwell, 1979, pp. 127-145) por intermédio de Mobutu Sese Seko, fazendo do mesmo o principal aliado e beneficiário dos apoios políticos, económicos e militares, bem como o possível garante dos fortes interesses económicos em território angolano depois da tomada do poder.

A este respeito, John Stockwell, ex-operativo da CIA, confirma que “na altura tinha já bom controlo sobre Roberto e a FNLA, que se acredita ser a nossa principal esperança em Angola, e até agora o destinatário da maior parte da generosidade da CIA. Para completar o quadro precisávamos de um olhar mais longo à luta angolana da UNITA, e seu chefe, Jonas Savimbi” (*ibid.*, p. 146), o que veio a realizar-se em “20 de Agosto de 1975” (*ibid.*).

Os EUA já tinham experiência desse tipo de guerras por procuração na América Latina, e na África Central começaram por ensaiar-se no então Congo Belga, apoiando assim o movimento separatista do Katanga de Moisés Tchombé, Joseph Kasavubu e posteriormente Mobutu Sese Seko contra as ditas intenções ‘comunistas’ de Lumumba.

Segundo Muekalia, já desde 1975 que a administração Ford tinha aprovado 60 milhões de dólares para apoiar as forças ‘anticomunistas’ em Angola (Muekalia, 2009, p. 37). Aqui não há uma alusão específica aos movimentos FNLA e UNITA, o que só prova que os apoios fornecidos pelas diferentes administrações norte-americanas, principalmente de ordem financeira, datam da década de 1960.

Do balanço global que se pode fazer quanto à intervenção americana no exterior, somente no caso do Vietname houve envolvimento directo. Contrariamente, as guerras denominadas ‘anticomunistas’ travadas indirectamente foram de barbaridade comparável, sobretudo em África, onde se calcula que cerca de 1,5 milhões de pessoas morreram entre 1980 e 1988 nas guerras contra os governos de Moçambique e Angola (população conjunta de cerca de 23 milhões), com 12 milhões de deslocados das suas terras ou ameaçados de fome (Hobsbawm, 2008, p. 422).

No caso vertente de Angola, a presença das empresas multinacionais norte-americanas levantou de imediato um grande paradoxo aquando da proclamação da independência nacional devido ao posicionamento e à orientação política seguida pela então República Popular de Angola, ameaçando assim o poder monopolista dos norte-americanos na indústria de extracção do petróleo. Diante disso, uma pergunta se impõe: como foi possível esta coabitação durante a Primeira República tendo em conta o apoio desse país concedido à FNLA e posteriormente à UNITA?

Se, por um lado, os EUA estavam fortemente comprometidos em apoiar as forças opositoras ao MPLA, por outro, o próprio Estado independente marxista-leninista que se impunha veementemente contra as forças imperialistas sobrevivia graças às receitas financeiras arrecadadas da exploração petrolífera que se encontrava controlada pelas firmas estrangeiras, incluindo americanas. Isso serve para a compreensão da complexidade das relações mantidas entre o “Estado revolucionário angolano” e os países que, tendo apoiado os rivais, continuavam mantendo relações económicas em constante tensão.

Retomando a posição americana na guerra de Angola, dois críticos americanos, designadamente Rustin e Gorshman, defendem que:

“os americanos acham que é muito fácil esquecer o que aconteceu em Angola. Há uma tendência acentuada – bastante evidente até mesmo entre aqueles que agora tentam moldar

a política dos EUA – para minimizar o significado da vitória alcançada pelas armas soviéticas e tropas cubanas. A vitória das forças pró-soviéticas em Angola, não só aumentou a vulnerabilidade de África [em] relação ao seu futuro, mas [...] também enfraqueceu a segurança do Ocidente” (Rustin & Gershman, 1997, p. 2).

Os dois autores sugerem de igual modo que na guerra de Angola se mostrou o fracasso dos EUA na medida em que não conseguiram desenvolver nenhuma política efectiva para o continente, acabando por expor da mesma forma a desorientação dos liberais americanos quando ainda se recuperavam dos efeitos da guerra do Vietname (*ibid.*).

O subponto seguinte tratará do envolvimento da República Popular da China na guerra de Angola e a influência desempenhada no seio dos três movimentos de libertação, assim como as suas ramificações ao nível do continente africano.

3.6. República Popular da China

O envolvimento da República Popular da China na guerra de Angola é o dos mais limitados dos actores externos, e deve ser compreendido numa relação de força com a União Soviética. A China teve uma participação mais ambígua do que todos os outros actores externos devido, provavelmente, à sua incapacidade de mobilização no seio dos nacionalistas de Angola em face da União Soviética e dos problemas internos com que se confrontava. Apesar do confronto aberto com a União Soviética, a China quase que exclusivamente será o país que terá apoiado em fases distintas os três movimentos de libertação, porque tinha em marcha o plano de penetração e extensão dos seus intentos no continente africano. Até 1963, a China, no âmbito da solidariedade com os países asiáticos, procurou capitalizar isso a seu favor.

Nessa conformidade, destacadas figuras do MPLA ter-se-iam deslocado à China, a fim de obterem junto das autoridades chinesas os apoios necessários para a luta de libertação. Uma delas foi Viriato da Cruz, onde numa primeira visita à China se mostrou impressionado com o desenvolvimento e a firmeza manifestada pelos chineses. Num segundo momento depois da crise de 1962, em passagem por Marrocos e Argélia, Viriato da Cruz vai fixar-se em Pequim a convite do governo chinês, para integrar o secretariado da Associação dos Jornalistas Afro-asiáticos (Parreira, 2008, p. 243).

Depois de Viriato da Cruz, seguiram-se outros membros influentes da estrutura política do MPLA, entre eles Gentil Viana, e o próprio Agostinho Neto quando esteve de visita naquele país asiático. Segundo afirmação de Sócrates Dáskalos (Dáskalos, 2000, p. 141), numa discussão entre Viriato da Cruz e Gentil Viana, ambos do MPLA, embora o primeiro estivesse em dissidência desde 1962, Gentil teria acusado Viriato como sendo o responsável pelo aval dado às autoridades chinesas para a visita de Jonas Savimbi à China. Viriato da Cruz recusou tal acusação, com troca de acusações e ameaças entre os dois.

Este episódio serve para explicar, em parte, a rápida aproximação da China ao MPLA, e a forte presença na República da Zâmbia, onde o MPLA esteve durante algum tempo antes da penetração pelo leste de Angola. Nessa altura, o território da Zâmbia funcionou como base de apoio ao MPLA de tudo o que vinha do exterior do continente.

“A partir de 1971, o declarado apoio chinês ao MPLA se fazia presente através de armamentos e demais equipamentos militares, mas, sobretudo, sob a forma de treinamento militar” (Bittencourt, 2008, p. 37) do qual Viriato da Cruz e Gentil Viana teriam beneficiado, entre outros militantes.

De recordar que desde os finais de 1970 o MPLA viria a receber apoio da China consubstanciado em treinamento militar, já que guerrilheiros de outros movimentos também beneficiavam.

Dada a ambiguidade em que o MPLA se manteve perante as divergências sino-soviéticas, o apoio chinês sofreu mais ou menos dessas influências e dirigiu-se noutra direcção.

Quanto à UNITA, segundo Samuel Chiwale, no que se refere a participação e benefício de treinamento naquele país, a “viagem tornara-se possível graças à intervenção de algumas pessoas influentes na Tanzânia: uma delas foi o embaixador da República Popular da China, que orientara o seu cônsul para fazer das tripas coração a fim de, num curto espaço de tempo, viabilizar a nossa viagem” (Chiwale, 2008, p. 63). Mas Chiwale defende que foi a SWAPO que lhes deu a ideia de frequentarem treinos militares da China, e que a cooperação entre a UNITA e a SWAPO baseava-se no princípio das vantagens recíprocas, tendo por isso beneficiado de apoios militares e logísticos daquela organização, com a qual em muitas circunstâncias travaram batalhas lado a lado. Ou seja, em certa altura a UNITA manteve um vínculo estreito com a Organização de Libertação do Sudeste Africano (SWAPO), particularmente porque gozava de contactos dos principais comandantes do braço armado, o *People's Liberation Army of Namibia* (PLAN). O mesmo autor afirma que as relações entre a UNITA e a SWAPO datam desde a criação desse movimento em 1965 e 1966, na mesma época em que se fundou a UNITA.

Aconteceu que num périplo por alguns países, o grupo de membros da UNITA embarcava a partir de Dar-es-Salam para a China, num avião da *Eastern African Airways* (*ibid.*), chegando precisamente em 1965, no auge da revolução chinesa. Durante a viagem pelo território chinês, o grupo de partidários de Savimbi foi recebido em “Xangai pelo vice-governador” (*ibid.*, p. 64), e a partir daí estabeleceu-se o primeiro contacto com as autoridades daquele país. De Xangai o grupo partiu para Pequim, mais concretamente para o

Instituto de Assuntos dos Movimentos de Libertação, onde foram encaminhados para o sul da China, no qual ocorreram os treinos militares.

Conforme atesta Chiwale,

“Em Nanquim, fomos tratados com a mesma deferência: tivemos uma audiência com o secretário do Partido Comunista Chinês da província, ladeado pelo governador, o comissário político das Forças Armadas e os comandantes da Marinha e da Força Aérea. [...] Se é verdade que, durante o tempo em que estivemos na Academia Militar de Nanquim, a referência ao ‘camarada Mao’ era quase obrigatória, não é menos verdade que também se analisava o pensamento de Karl Marx, Friedrich Engels e Lenine, cujas obras se encontravam, em grandes quantidades, nas estantes da biblioteca da Academia. Dava-se uma ênfase particular a Mao Tsé-Tung e Ho Chi Min pelo facto de estes terem acumulado grandes experiências, na luta contra a ocupação estrangeira nos seus países, que nos iriam ser úteis” (*ibid.*, p. 67).

Chiwale confirma igualmente a presença de Jonas Savimbi na China na segunda fase, no espaço de alguns dias após a chegada do primeiro grupo que beneficiaria de treinamento militar, onde o líder da UNITA estaria incluído, pois, além disso, pretendia também acrescentar a formação militar e a licenciatura não concluída durante o período de estudante na Suíça (*ibid.*, p. 68).

A este respeito, importa apenas referir que as bases teóricas da UNITA foram traçadas fundamentalmente durante o período de 1965 em diante, e foi na China que Savimbi e seus partidários elaboraram os pontos cruciais e estratégicos, associados à luta de guerrilha inspirada no modelo chinês.

A visão ambivalente da China no processo político angolano tem confirmação no facto de que:

“não éramos os únicos que frequentavam a Academia Militar de Nanquim. Para além dos elementos da SWAPO, em cuja capa nos escondíamos, estavam lá os combatentes pela libertação (*freedom fighters*) da FRELIMO, do PAIGC, do MPLA, os Lumumbistas e outros. A Academia Militar de Nanquim era o centro de gravidade das Forças revolucionárias tanto de África e Ásia, como da América Latina. Foi no Nanquim que conheci nos treinos, Désiré Kabila, o ex-presidente da RDC” (*ibid.*, p. 75).

Chegado a esse ponto, vai concentrar-se a discussão em torno do papel de Portugal na guerra de Angola, buscando, com efeito, os seus antecedentes históricos e as contradições da política colonial até ao pós-25 de Abril.

3.7. Portugal

Com todos os seus antecedentes, a organização da luta clandestina anticolonial e o ambiente de agitação política em Portugal dão substância à configuração do ano de 1961 como o início do fim do sistema colonial português de Salazar e Marcelo Caetano no

decurso da segunda metade do século xx, embora a sobrevivência do regime tenha ido além do esperado.

A perda do império colonial teria envolvido igualmente a perda da propaganda gloriosa do regime, bem como a perda do potencial de riqueza das colónias. Em 1961, quando os últimos vestígios da chamada Índia Portuguesa foram conquistados pelos governantes nacionalistas da ex-Índia Britânica, o governo português montou uma campanha enorme para promover o patriotismo e para protestar contra a inocência ferida no exterior. O sucesso foi maior, no entanto, aquando do golpe de propaganda feito nos Estados Unidos, onde a nova administração Kennedy foi convencida a reverter a política do pós-guerra que advogava “África para os Africanos” e apoiar a política de um governo branco para a estabilidade dos negócios. Este volta-face americano foi alcançado graças à chantagem e ameaça de Portugal fechar a base dos EUA no arquipélago dos Açores caso a administração norte-americana não cessasse de defender a independência das colónias africanas (Birmingham, 1992, p. 35).

Com isso Portugal colocou em xeque a posição americana, obrigando-os a colaborar caso quisessem continuar a beneficiar da sua aliança político-estratégica em face da agitação no Médio Oriente e no norte de África, sobretudo na Líbia e no Egipto.

Na colónia de Angola, tal como nas outras, o ambiente político é caracterizado pela tensão político-militar levada a cabo pelo regime colonial de modo a resistir à luta da independência reivindicada pelos movimentos de libertação. Já desde essa altura que a oposição portuguesa protagonizada pelo Partido Comunista Português vinha assumindo uma posição demasiado ambígua em relação à independência das colónias em geral e de Angola em particular, bem como alimentava certa reserva em relação ao nacionalismo angolano.

Num documento intitulado “O PCP e as organizações coloniais”, datado de 1947-1952, este partido da oposição portuguesa, como já se fez alusão, para além da resistência em relação aos partidos políticos nas colónias mostrava-se fundamentalmente comprometido com a permanência do domínio colonial, como se pode verificar:

“esta libertação, nas circunstâncias presentes, está intimamente ligada ao movimento nacional democrático do povo português. Os povos coloniais estão tão interessados como o povo português na derrota do fascismo salazarista e na condução em Portugal de uma política anti-imperialista. A consigna da igualdade nacional – porque os povos das colónias portuguesas não estão aptos, por si só nas circunstâncias presentes, para converter o reconhecimento dos seus direitos. Um completo exercício desses direitos a constituírem-se em estados independentes embora os povos das colónias portuguesas, pouco desenvolvidos sob todos os aspectos, não possam por si só, nas circunstâncias presentes, assegurar a independência” (Pereira, 2006, pp. 528-529).

Como remate final mais adiante se acrescenta:

“Não se trata de conceder uma independência e separação que os povos das colónias não estão aptos a gozar. Nas circunstâncias presentes essa concessão significaria que as colónias portuguesas acabariam sob o domínio de outro imperialismo. A constituição das colónias portuguesas em estados independentes pressupõe que, uma vez libertas da opressão do capital, burocracia, forças armadas, etc., do estado português, não tenham sobre a opressão desta potência imperialista, pressupõe não somente a vitória sob[re] a opressão económica, política e administrativa portuguesa, como sobre a opressão das outras potências imperialistas. A supressão do jugo do imperialismo português e estrangeiro das colónias portuguesas pode ser parcialmente resolvida ainda no quadro do capitalismo, num regime democrático. [...] O movimento emancipador dos povos das colónias portuguesas está ligado à aliança fraternal do povo oprimido de Portugal com os povos escravizados das colónias” (*ibid.*, p. 529).

Antes mesmo da organização efectiva do nacionalismo angolano, Viriato da Cruz, em carta dirigida a Mário de Andrade, advertia e dava sinais claros de que a emigração política podia causar uma divisão do nacionalismo, ao mesmo tempo que denunciava a pretensão da oposição política portuguesa (sobretudo do PCP) face à questão da independência e recusava subordinar-se ao PCP. Para Viriato da Cruz, em fase de ruptura com a direcção do MPLA de Neto e Lara (1965), era evidente que:

“para Portugal, depois do início da insurreição em 1961, a solução ‘autonomia interna’ (o único ponto de partida que convém a essa pequena potência colonial) exige uma das duas condições prévias: ou controle prévio de todo o nacionalismo exterior angolano por indivíduos indicados para negociar a autonomia, ou então putrefacção irreversível do nacionalismo exterior” (*ibid.*).

Este propósito, após a fuga de Mário de Andrade a Paris e diante das adversidades, manifesta-se, segundo Pereira, a favor do apoio de um militante do PCP que o ajudasse a contactar os jovens nas colónias. A Mário de Andrade “foi proposto uma ‘ajuda fraternal sem intromissões’, mas Viriato da Cruz reage negativamente, temendo que, tal ajuda venha eivada de paternalismo ou fraternalismo”, tendo proposto concretamente o apoio da máquina técnica de impressão do PCP, ao qual Viriato mais uma vez ter-se-ia se manifestado contra e por motivos de segurança, não aceitando o envolvimento com o PCP e suspeitando a infiltração de agentes inimigos.

Ainda segundo este autor,

“quando Viriato da Cruz em 1964 [...] escreve que ‘o PCP não exerceu nenhuma influência apreciável, nem sobre a preparação, nem sobre o desencadear do movimento revolucionário angolano’, está a ajustar contas com um seu velho inimigo, mas não está longe da verdade quanto à luta armada, embora seja menos verdadeiro quanto ao processo político. Sem o PCP, a geração fundadora dos movimentos de libertação, em particular em Angola e na Guiné, não teria a formação política marxista, nem a prática organizativa leninista que o PCP lhe deu” (*ibid.*).

Este autor terá eventualmente ignorado a importância que o Partido Comunista Brasileiro exerceu no seio do movimento de libertação, sobretudo no que ao marxismo diz respeito. Essa visão de Pacheco Pereira, com efeito, é muito divergente porquanto o

movimento de libertação, particularmente o MPLA, segundo Carlos Pacheco “esteve tão intimamente ligado (ao Brasil), quer através do Partido Comunista Brasileiro, quer através de figuras da sua intelectualidade, como Rachel de Queirós, David Nasser, e outros” (Pacheco, 1997, p. 15).

Daí que a versão de Pacheco Pereira seja problemática, embora ainda esteja por se aprofundar as ligações do movimento de libertação com o PCB. Contudo, fica difícil assumir que esse papel de mentor teria sido desempenhado pelo PCP, com tudo o que essa problemática encerra.

Nesta mesma toada, a versão de Pacheco Pereira contrasta ainda com a entrevista de Mário António de Oliveira concedida a Michel Laban (Laban, 1991, pp. 392-393), onde confirma ter sido um dos fundadores do Partido Comunista Angolano ou de Angola, em 1955, do qual faziam parte Viriato da Cruz, Ilídio Machado e António Jacinto. Mário de Oliveira confirma também que o PCA era completamente ‘endógeno’ em relação ao Partido Comunista Português (PCP), porque o propósito do grupo consistia em manter relação directa com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

No teatro militar o confronto nem sempre foi vantajoso para os militares portugueses, nem para os combatentes nacionalistas. A situação militar, grosso modo, evoluiu em diferentes zonas de confronto. Nos primeiros anos da descida do contingente militar português o combate travou-se com os partidários da UPA nas regiões do noroeste de Angola. Somente um tempo mais tarde os combatentes do MPLA e da UNITA entrariam em cena.

“Para além dos musseques de Luanda, apesar de algumas fases de boa implantação, o MPLA nunca conseguiu, devido à repressão da DGC, passar à guerrilha urbana e duma razoável influência nas populações sitas nas margens da linha de penetração Luanda-Malanje (seguindo um itinerário que coincide com o caminho de ferro); o movimento de Agostinho Neto estará sempre praticamente desactivado em termos militares no Norte, para o que contribuiu não só a acção do Exército Português como os rivais da FNLA” (Pinto, 1977, p. 194).

Nogueira Pinto sugere que nessa altura as dificuldades de penetração dos combatentes do MPLA face ao exército colonial eram movidas igualmente pelas lutas internas, chegando mesmo a afirmar que houve eliminação física de alguns comandantes e guerrilheiros a mando de Agostinho Neto. Este autor considera ainda que nessa mesma fase da luta, segundo confirmação de ex-oficiais portugueses, no leste de Angola, onde o MPLA abria uma frente, os combates tinham outra dimensão, e aí os guerrilheiros melhor preparados levavam vantagem perante as tropas portuguesas. Confirma, portanto, que foi no Leste onde a guerra mais se intensificou e, ao mesmo tempo, usa a denominação pejorativa de

‘terroristas’ quando se refere aos nacionalistas, sustentando ainda que o então “Brigadeiro Bettencourt Rodrigues consegue eliminar, progressivamente, os guerrilheiros de Neto. As operações realizadas pelos Comandos “sirocos” levam o terrorismo de vencida até a Zâmbia” (*ibid.*, p. 195).

Por outro lado, Nogueira Pinto sustenta o argumento de que na região leste de Angola a UNITA conseguiu implantar-se melhor do que as tropas do MPLA e da FNLA, sendo, por isso, aliados de circunstância do exército português estacionado na região, com quem conviveu num ambiente de suposta “hostilidade e a neutralidade colaborante” (Chiwale, 2008, p. 169). Ao passo que, enquanto os guerrilheiros da UNITA feitos prisioneiros aguentavam os interrogatórios, os seus rivais do MPLA e da FNLA, depois de capturados e interrogados, colaboravam prematuramente e “aceitavam servir nos “TEs ou Flechas da DGS” (*ibid.*). Para este autor, os combates levados a cabo pela tropa de Savimbi chegavam a ser mais violentos do que os dos seus rivais, o que funcionou, grosso modo, como tampão, nas zonas Centro-Leste às investidas do MPLA “para o Nordeste, na tentativa de alcançar o Kwanza e atingir as regiões de Salazar (Mbanza Congo) e Malanje, onde contava com a simpatia dalguns núcleos da população” (*ibid.*, pp. 195-196).

Liminarmente, Nogueira Pinto com base nas declarações do general Costa Gomes ao jornal *Washington Post*, em 1971, sugere que:

“depois da derrota do MPLA no Leste a guerra de Angola fica reduzida aos focos da FNLA nos Dembos, às flagelações do Nordeste de Cabinda pelos partidários de Neto, e aos grupos da UNITA na região do Luso (Luena-Moxico). Além destes pontos, onde se nota ainda acção armada esporádica e dum estágio de subversão latente que o MPLA vai mantendo no musseque de Luanda pode, em termos militares, considerar-se a guerra como ganha” (*ibid.*).

Mais não fossem, segundo o mesmo autor, às portas do 25 de Abril 1974, e nessa altura, com as tropas portuguesas já sob o comando de Joaquim da Luz Cunha,

“Angola vai achar-se praticamente pacificada [...], além de poucas e insuficientes investidas da UNITA baseadas em ataques à população e viaturas civis, enquanto a FNLA (continuava com infiltrações a partir do Zaire, onde se concentra grosso dos seus efectivos) está na base do retardamento que Angola mostrará no [...] processo de descolonização [...]; até porque, apesar da boa vontade posta pelo governo de Lisboa na entrega acelerada da província, terá dificuldade em descobrir interlocutores capazes de tomar as rédeas dum poder em que o MFA acaba por deixar aos azares do conflito armado, que toma em última instância conta de Angola, como coroa perfeita da política de abandono puro e simples adoptada no pós-25 de Abril” (*ibid.*, p. 198).

Este excerto mostra bem a dimensão das contradições em que a situação de Angola se encontrava na época, e como a visão portuguesa, em confronto com a do nacionalismo angolano, se foi mantendo irredutível perante a problemática do seguimento da guerra.

Ao contrário do optimismo de Nogueira Pinto, para Rezola, “é com espanto e alguma expectativa que, no dia 25 de Abril de 1974, o mundo assiste ao derrube de uma das mais longas ditaduras europeias de então. O colapso do Portugal fascista foi súbito e paradoxal. Apesar dos múltiplos sinais de que o seu fim era iminente” (Rezola, 2007, p. 25) e dos avisos à navegação vindos de parte das suas mais altas figuras militares quanto à questão do impasse das guerras coloniais (Ver Spínola, 1974), “o próprio regime parece ter sido apanhado de surpresa, entregando-se, resignado, sem praticamente resistir, enquanto centenas de milhares de pessoas saem à rua saudando os revoltosos” (Rezola, 2007, p. 25).

Com efeito, segundo a mesma autora, diante da aparente estabilidade com que o regime colonial se apresentava, enquanto em Portugal continental a agitação no seio do governo se intensificava, com claros alarmes nos meandros das Forças Armadas,

“em África a guerra prossegue em três frentes, provocando um crescente desgaste nas Forças Armadas portuguesas. À pressão dos combates se junta a popular: o assalto a uma fazenda de brancos provoca uma forte reacção das populações de Vila Pery. [...] intransigente, Caetano persiste no esforço de guerra, utilizando-o, ele próprio, como um dos argumentos justificativos do fim da liberalização. A guerra tinha de prosseguir a todo o custo, não tanto por razões de patriotismo e defesa da integridade territorial, mas, em seu entender, para defesa das populações locais e dos seus interesses” (*ibid.*, p. 26).

Segundo Aquino de Bragança, havia pelo menos duas posições claras sobre a entrega do poder, referindo-se mais concretamente ao caso de Moçambique, de onde se poderá também depreender a situação que se vivia em Angola, salvaguardando as devidas diferenças no terreno. Por um lado, “a posição de Spínola, como foi definida no seu livro, era parte de um projecto coerente e bem elaborado; em síntese, Spínola acreditava que era necessário democratizar Portugal para descolonizar, e ele conseguiu ganhar o apoio dos maiores partidos antifascistas para esta política porque, na realidade, tomou algumas medidas efectivas no sentido de uma ordem democrática” (Bragança, 1988, p. 8). Por outro lado, havia a posição da FRELIMO, em que se enquadra o MPLA, que era diferente e se baseava numa análise sistemática sobre “o contexto da África Austral, mas também sobre lutas e transferência do poder como as que se verificaram no Vietname e na Argélia” (*ibid.*).

Para a FRELIMO, e aqui mais uma vez pode enquadrar-se o MPLA, as influências da experiência argelina e outras sinalizaram bem o despertar para as implicações da proposta portuguesa de transferência do poder. Estes dois movimentos advogavam que a independência seria condição primordial à democratização e não o contrário conforme defendia a parte portuguesa.

Numa outra vertente se posicionavam os dois movimentos rivais do MPLA, a FNLA e a UNITA, que defendiam posições contrárias e às vezes ambivalentes, num jogo de

contraposições face às alianças do MPLA. Os dois, com relativas diferenças quanto à posição de liderança, advogavam uma união entre os três movimentos. Daí que reclamassem insistentemente o cumprimento escrupuloso dos Acordos de Alvor.

Em linhas gerais o caso de Angola era bem mais complexo do que o de Moçambique e da Guiné Bissau, pela ausência de entendimento entre os três movimentos, que lutavam para tirar proveitos políticos cada um à sua maneira.

Voltando à questão de Spínola e dos movimentos de libertação, “entre as duas posições, definidas com precisão, encontra-se o Movimento das Forças Armadas dos jovens capitães portugueses, que no seu conjunto era carente de uma ideologia revolucionária ou anti-colonial, mas estava permeado por um profundo e inabalável desejo de paz” (*ibid.*), pois já haviam experimentado as amarguras no teatro da guerra em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Depois do golpe de Abril, este movimento surpreendentemente foi perdendo as forças e a coerência que trazia e, em certa medida, sobreviveu à custa das razões de luta e endurecimento de posições dos movimentos de libertação. “O MFA pretendia acabar com a guerra, mas não tinha meios para atingir este objectivo” (*ibid.*, p. 10). Daí que as alianças com a FRELIMO ou o MPLA começaram a fazer sentido para eles, a fim de realizar uma luta pela independência sem a tentação de Spínola de caírem em imposições neocoloniais.

Entretanto, o general António de Spínola, novo detentor do poder em Lisboa, recebe-o das mãos de Marcelo Caetano, o qual garantiu que “o poder não seria deixado em mãos alheias”, fazendo por isso tudo o que fosse possível para defender posições de manutenção do poder nas colónias e abertura cautelosa em Portugal.

Acontece, porém, que o poder foi entregue a Spínola com anuência do movimento dos capitães, que havia derrubado o regime precisamente devido às “injustiças e insustentáveis guerras, na chamada África portuguesa” (*ibid.*).

A guerra de libertação teve um efeito introspectivo, porque forçou “os portugueses a voltarem-se criticamente sobre si mesmos, em relação ao seu próprio subdesenvolvimento, à sua própria dependência económica e à ditadura política de Salazar e do seu sucessor Caetano. Enquanto os problemas de política interna passavam ao primeiro plano e o custo humano e económico, a guerra apresentava-se de mais em mais pesada, não restava às forças militares portuguesas outra escolha senão negociar para colocar um ponto final, o mais rapidamente possível, na dominação colonial” (Chinaiwa, 2010, p. 320).

Esta pretensão de realização da independência não foi um acto tão simples como se planificou. Num intervalo de oito a dez meses de 1974 a 1975 houve muitos confrontos e

acordos celebrados entre os três movimentos de libertação e a potência colonial, pois, para as partes, muita coisa estava em jogo. Entre os vários acordos políticos, pode-se destacar os Acordos de Alvor, que nos seus pontos essenciais consagravam a criação do governo de transição de modo a permitir uma convivência pacífica que levaria à realização das eleições, onde cada um procuraria legitimar-se pela via do voto popular.

Os Acordos de Alvor acabaram por não ser cumpridos por nenhuma das partes intervenientes e a solução teve que imediatamente passar pelo confronto armado, pois disso dependia a sobrevivência política de cada um, crescendo-se o potencial de armamento considerável adquirido por meio de apoios externos.

De 1974 em diante a cidade de Luanda foi assolada por bombardeamentos de todos os lados, não sem antes a retirada em massa de parte considerável da população portuguesa. Nas motivações desse retorno à recente ex-metrópole estavam vários e diferentes factores, entre os quais a crescente instabilidade política e social, a insegurança sentida em permanecer no território, como também a recusa da população branca em manter-se no território nacional sob o domínio de um poder político com o qual não se identificava. Como indica Rita Garcia, um total de 200 mil portugueses saíram de Angola com destino a Portugal entre Maio e Novembro de 1975, numa “Ponte Aérea constituída por 905 voos de companhias nacionais e estrangeiras, que fez desembarcar no aeroporto da Portela milhares de famílias de refugiados, incapazes de suportar a instabilidade provocada pelo conflito armado entre os chamados movimentos de libertação” (Garcia, 2011, p. 9).

Algumas dessas razões mais factuais que estão na base da partida maciça da população branca prendem-se com o medo de perder a vida, a desagregação e perda dos bens económicos (como terras e infra-estruturas económicas) e o pavor da perseguição em função do apoio dado ao Estado durante o regime colonial. Houve, porém, sectores da população branca que permaneceram em Angola, confiantes numa solução política que passava pela aliança estratégica com o movimento de libertação que melhor representasse os seus múltiplos interesses.

A este respeito, como se fez alusão mais acima, Iko Carreira, ministro da Defesa do então governo independente, numa visita efectuada a Moscovo por uma delegação deste partido em véspera da proclamação do acto de independência nacional, confirma a aliança que o MPLA manteve nesse preciso momento com o Movimento das Forças Armadas (MFA) (Shubin & Tokarev, 2001), ao mesmo tempo que tentava à custa de acordos políticos controlar outros grupos com razoável influência política em meio urbano, sem o qual o MPLA não conseguiria obter o controlo de Luanda.

Nesta confirmação de Iko Carreira fica claro que, quando pequenos núcleos da população branca se recusaram a abandonar o país, contava manterem-se aliados ao MPLA, talvez porque este tivesse melhor discurso de integração do que os outros.

Segundo Tali, na chegada do primeiro grupo do MPLA a Luanda, em 1974, liderado por Lúcio Lara, foi uma surpresa para eles serem recebidos por uma onda de entusiasmo de sectores da população, sobretudo por parte de certa juventude organizada que pretendia aliar-se ao movimento, porque na verdade não tinham a dimensão real dessa mobilização feita a seu favor e da qual rapidamente souberam tirar proveito (Mabeko Tali, 2001). A segunda delegação do MPLA a chegar a Luanda foi chefiada por Agostinho Neto, conferindo um momento político intenso cujas atenções viraram-se para este movimento de libertação.

O MPLA naquele preciso momento fez algumas alianças políticas que considerava estratégicas, o que mais tarde causou enormes embaraços políticos e até chegou a pôr em causa a sua sobrevivência política. Disso destacam-se apenas os ‘comités’ que se perfileram por Luanda adentro, que mais adiante merecerão uma abordagem detalhada, pois estará por isso em jogo a opção político-ideológica do MPLA e da sua liderança.

Ao longo da discussão em relação à independência de Angola e de outras colónias portuguesas, parte da narrativa histórica atribui uma ênfase exacerbada ao 25 de Abril de 1974, como marco do derrube do regime salazarista seguido de um possível marcelismo, ignorando ou secundarizando, por isso, o papel desempenhado pelos movimentos de libertação nacional, que mesmo com os obstáculos da época desenvolveram actividades políticas intensas, em alguns casos a partir da própria metrópole colonial.

O papel desse feito é atribuído à oposição política portuguesa que desenvolveu uma actividade clandestina desde os anos 1940, intensificada com as eleições de 1958. Dessa oposição política portuguesa tem-se a destacar o Partido Comunista Português (PCP), em torno do qual os jovens nacionalistas do MPLA Agostinho Neto e Lúcio Lara desenvolveram actividades políticas que permitem mais adiante explicar o envolvimento do Alto-Comissário Rosa Coutinho no acto de independência nacional, bem como de outras destacadas figuras políticas portuguesas comunistas.

Por outro lado, “o primeiro chefe do MFA, o general António Spínola, tentou incluir as colónias em um acordo de Portugal dominado ‘comunidade lusitana’ para obter um Acordo em Agosto de 1974, na cidade de Sal, com os considerados ‘pró-Occidente’ FNLA e a UNITA – firmando com estes um eventual acordo de independência, ao passo que o MPLA estava mais do que disposto a colaborar com o exército ‘democrático’” (*ibid.*).

Em face disso, o MPLA “fê-lo em particular durante o mandato do Alto-Comissário almirante Rosa Coutinho, entre Setembro de 1974 e Janeiro de 1975, e afirmou que era o único movimento que suportava e lealmente poderia cooperar com as forças progressistas portuguesas” (*ibid.*).

Quer Rosa Coutinho, directamente envolvido na trama da independência de Angola, quer António de Spínola, procuraram defender o máximo que puderam os interesses das elites coloniais portuguesas, numa postura de manutenção da herança imperial. A esse respeito, uma notícia do jornal *Expresso* de 12 de Novembro de 1975, no dia seguinte à proclamação da independência de Angola pelo MPLA, apontava que:

“Portugal não reconhecerá, ao menos por enquanto, o governo do MPLA, tal foi a conclusão do Conselho de Ministros e do Conselho da Revolução. O Conselho de Ministros reuniu-se duas vezes para o efeito, tendo nele participado os três secretários-gerais dos partidos representados no Governo. Na reunião de domingo à noite, o Presidente da República começou por ler o relatório elaborado pela Comissão de Descolonização sobre Angola e concluía dever reconhecer-se o governo instalado em Luanda. Defenderam esta tese o Presidente Costa Gomes e o ministro Victor Crespo. Atacaram-na Campinos, Mário Soares, Magalhães Mota, Sá Carneiro e outros. Nesse primeiro Conselho de Ministros votaram todos contra esta fórmula, excepto Victor Crespo e Veiga de Oliveira. [...] Na reunião que se seguiu do Conselho da Revolução gerou-se uma maior polémica, tendo sido aprovada uma fórmula diferente: no caso de vários movimentos declararem a independência e de formarem governo, Portugal não reconheceria nenhum; no caso de ser apenas o MPLA a formar governo, e depois de um grande número de países o reconhecerem, o governo português alinharia com a corrente internacional, reconhecendo-o também” (Liberio, s.d., p. 32).

Como se vê, as duas fórmulas encontradas pelo governo português saído do golpe de Abril, com raras excepções, foram movidas por uma resistência à ideia de independência e à perda dos intentos económicos, e todas as tentativas foram laboratorialmente pensadas para, caso fosse inevitável, Portugal continuasse a manter um peso político. Isso para que efectivamente pudessem ainda alimentar os ‘fantasmas do império colonial’.

Com efeito, na iminência das tentativas fracassadas de as autoridades portuguesas encontrarem uma solução pacífica para Angola de ‘tipo rodesiano’ a seguir ao 25 de Abril, no campo militar,

“a rivalidade entre o leste e o oeste cristalizou-se em torno da questão da presença soviética e cubana em Angola. A guerra entre o MPLA, no poder, e a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, se internacionalizara; Cuba e a União Soviética apoiando o partido no governo, cabendo à África do Sul e aos Estados Unidos da América, por sua vez, financiar e tentar fortalecer a UNITA. O futuro da Namíbia encontrava-se sob fogo cruzado, sobretudo quando a África do Sul e os Estados Unidos da América subordinaram publicamente a sua independência à retirada das tropas cubanas de Angola. O MPLA considerou esta condição como uma afronta à soberania angolana. Quanto à SWAPO, naturalmente, ela replicou argumentando que o direito da Namíbia à autodeterminação não poderia depender, como um refém, do jogo das superpotências na vizinha Angola. Até o fim dos anos 1980, a questão da independência da Namíbia permaneceu em um total impasse, em virtude do

jogo de xadrez estratégico que opunha, na África Austral, a União Soviética aos Estados Unidos da América. Somente a política da perestroika, conduzida por Mikhail Gorbachev e a política de distensão dos conflitos regionais, sustentada pela perseverança do americano Chester Crocker, permitiram, finalmente, às partes alcançarem a conclusão de um acordo em 1988-1989” (Chinaiwa, 2010, p. 330).

Numa entrevista do líder da UNITA concedida à televisão francesa no dia 6 de Novembro de 1975, cinco dias antes da proclamação da independência, Savimbi deixa bem clara a sua posição em relação ao confronto militar que o país haveria de conhecer, pois, não obstante a fragilidade em termos de armamento, contava já com o apoio sul-africano e de um plano para chegar o mais rápido possível à cidade de Luanda.

Nesta entrevista mostra-se bem informado em relação aos dois movimentos rivais, embora num grau mais intenso sobre o MPLA do que sobre a FNLA, movimento a que pertencera de 1962 a 1964, com quem mais tarde voltará a tecer uma bem frágil e efémera aliança contra o MPLA em 1974-1975 (Chiwale, 2008; Muekalia, 2010). Jonas Savimbi já nessa altura sabia perfeitamente do potencial de armamento que estava a ser investido para a guerra, uma vez que quando concedeu a entrevista já havia movimentações das tropas de ambas as partes.

Entretanto, sem capacidade para travar a guerra que teve início em 1975, Portugal pós-25 de Abril assistiu a isso como espectador, embora fosse ter envolvimento esporádico bem mais tarde e ter continuado dividido politicamente quanto às duas partes beligerantes – MPLA e UNITA – pouco depois da saída da cena militar da FNLA a seguir à derrota de Kifangondo.

Capítulo 4. “Em 75 não havia Estado”⁷: Normalidade Violenta Pós-independência

No capítulo anterior vimos de que forma é que a guerra em Angola se internalizou, que implicações daí resultaram para cada potência mundial e respectivos aliados regionais, e como actuaram, em alguns casos, quase em sintonia. O presente capítulo tem como objectivo analisar as dinâmicas da violência decorrentes da formação do Estado pós-colonial, e como o longo período de luta armada interna serviu para dar corpo ao Estado revolucionário, também ele produtor de violência. Para o efeito, examinam-se as categorias de ‘violência’ e de ‘Estado’. Este capítulo está dividido em duas secções, sendo a primeira dedicada à discussão sobre a violência durante a transição do poder efectivo do Estado colonial para o Estado independente, resultando na guerra que se seguiu à independência e instauração da Primeira República, e a segunda ao exercício da violência estatal como mecanismo de defesa e protecção, bem como a base da sua legitimação política.

Segundo Walter Benjamin,

“articular o passado historicamente não significa conhecê-lo tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la” (Benjamin, 2011, p. 224).

O conceito de violência há muito que motivou longuíssimas abordagens, sobretudo após as experiências que ocorreram nos finais do século XIX e início do século XX europeu. Historicamente, o século XX é considerado como sendo o mais violento, pois deu origem aos regimes políticos de todo o tipo que se perfilaram pela Europa, Ásia, América Latina e África. Estes regimes em geral, e sobretudo a experiência europeia, permitiram as mais variadas concepções do uso da violência por parte dos Estados ou de grupos sociais dominantes. Como exemplo, pode-se destacar o totalitarismo do nazismo e do fascismo teorizado por Hannah Arendt, Walter Benjamin e muitos outros.

O exame crítico sobre a violência do Estado ou a sua relação com a política encontra igual luz nas diferentes perspectivas, desde a filosófica, passando pela antropológica e sociológica até à normativa de gestão de conflitos. A este respeito pode-se dividir em pelo menos duas etapas o percurso do Estado-nação moderno. Num primeiro momento a violência é interpretada pela concepção de ‘violência revolucionária’, partindo da teoria marxista e dos seus teóricos fundamentais como Marx e Engels, para quem a revolução

⁷ Excerto de entrevista, Lisboa, 2014c.

significava sobretudo a transformação de uma ordem social desigual para a criação ou construção da sociedade igualitária.

Com o devido recorte histórico, num segundo momento, a violência revolucionária foi protagonizada pelos Estados soviético e chinês de inspiração marxista na primeira metade do século xx, com destaque para os diferentes enquadramentos a começar por Lenine, Trotsky, Estaline e Mao. Está-se perante a violência que vigorou durante o fim do século xix e início do século xx, mais concretamente até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Em *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt (2011) faz uma radiografia dos principais regimes políticos europeus acima referidos, reconhecendo, porém, as limitações que ocorrem pela falta de informação ao comparar eventualmente o regime soviético de Estaline com o que surgiu na China logo após a revolução cultural, onde o regime de Mao terá marcado indelevelmente a história daquele país durante toda a primeira metade do século xx. No que se refere à contribuição de Arendt para a discussão da violência, pretende-se apenas sinalizar o facto de que a violência tem ocupado efectivamente as abordagens nesse século, para daí estender a reflexão às incidências que esses regimes terão no contexto dos chamados países *satélites* da União Soviética, especificamente de Angola e Moçambique.

Segundo Elísio Macamo, “a característica do marxismo da Frelimo, aliás, de Samora, como se refere Aquino de Bragança, reside nesta referência prática. Para [o Presidente da República de Moçambique] Samora Machel o modelo ideológico da Frelimo assentava em enfatizar o facto de as *zonas libertadas* compreendidas como sendo o [...] *laboratório científico* do Moçambique independente” (Macamo, 2010, p. 67). Não é de tudo estranho constatar que os dois partidos que levaram a cabo a proclamação da independência em Angola e em Moçambique tenham oficialmente adoptado o marxismo-leninismo como ideologia das repúblicas populares precisamente no mesmo ano, isto é, em 1977.

Ou seja, para os partidos no poder em Angola e Moçambique o ano de 1977 constituiu a oficialização do modelo político para a construção de uma sociedade socialista, recusando-se a adoptar os mais variados tipos de socialismo africano que se perfilavam no continente, como demonstração efectiva de que a construção da sociedade deveria ter bases locais ou singularidades sem, contudo, descurar os princípios universais que tal teoria advogava.

Este propósito, mais do que procurar as razões de legitimação ou des-legitimação da violência, questiona, antes de tudo, as dinâmicas da violência do ‘Estado Revolucionário’ instaurado em Angola no acto de proclamação da independência.

A primeira questão vai no sentido de saber em que medida a potencial violência usada para a recuperação da dignidade dos angolanos condicionou o tipo de Estado que daí resultou. Quais são as contradições que podem ser verificadas no exercício da autoridade do Estado Revolucionário face os desafios de um país em guerra quase ininterrupta? E como questionar a violência sem, contudo, deslegitimar a acção do Estado Revolucionário?

4.1. Violência e Estado Revolucionário

O Estado angolano moderno é fruto do contexto histórico dominado pela violência revolucionária da segunda metade dos anos 70. Abre, depois, outro ciclo de manifestações protagonizadas pelos movimentos de libertação nacional contra o sistema colonial e entre si, para o alcance da independência, aquilo que Fanon entende como sendo *não-violência emancipada*, pois remete para um duplo movimento de des-alienação em virtude do sistema colonial. Ou seja, “o primeiro confronto dessas duas forças se desenrolou sob o signo da violência” (Fanon, 2010, p. 52). De acordo com Clarence-Smith, o conflito armado em Angola foi apresentado por um conflito tribal primitivo, propondo-se, para o efeito, a revelação da estrutura e luta de classes subjacente, aparentemente, num tal conflito tribal ou regional. O envolvimento estrangeiro jogou claramente um papel importante no conflito armado, porém constitui um problema isolado que somente pode ser referenciado de passagem. À partida, o autor toma o conflito armado como sendo de cunho tribal, pois a sua análise passa ao lado da natureza e da formação dos movimentos políticos em Angola na segunda metade do século xx. O conflito que despontou em Angola, aparentemente, assume uma variedade tal que confunde à partida qualquer postura que visa localizar ou confinar a manifestação nacionalista apenas olhando para a faixa do litoral ou do planalto central.

O Estado colonial português resultou, em parte, da usurpação do poder da elite governante nativa pelos representantes do poder colonial. Os sistemas políticos e as instituições políticas do Estado colonial foram adaptados à legalidade da colonização e à sua defesa contra quaisquer tentativas de resistência por parte daqueles cujo poder foi usurpado (Silveira, 2004, p. 224).

Apesar das divergências no que toca às instituições políticas, os sistemas políticos no período colonial eram, por natureza e por necessidade, sistemas autocráticos. Os que viram o seu poder político usurpado não podiam, obviamente, participar nem dirigir a política do Estado colonial, que se baseava nessa usurpação (*ibid.*). Grosso modo, “o carácter autocrático do Estado colonial é, no entanto, mais um sinal de fraqueza estrutural, do que de

força, movendo-se e expandindo o seu poder mais por necessidades económicas. Por isso, o Estado colonial não conseguiu demover toda a resistência do seu interior, que mais tarde lhe vai causar fortes preocupações e pôr em causa a sua sustentação” (*ibid.*).

Esta resistência alimentada no interior do Estado colonial emergiu, em primeiro lugar, a partir das instituições oficiais, sobretudo dos grupos nativos que tinham sido absorvidos de modo a integrá-los no sistema; em certa medida, foi o próprio Estado colonial que conferiu legitimidade aos *indígenas* e seus descendentes, e alargou a esfera de confrontação entre ambos.

A cultura repressiva do Estado colonial teve, com efeito, as suas derivações na estrutura política do Estado independente, que foi proclamado no mesmo momento em que decorria uma intensa batalha pela cidade de Luanda. Cronologicamente, qualquer dos três movimentos de libertação que conseguisse vencer a batalha militar e, por via disso, obter o controlo da cidade de Luanda, teria em mãos a oportunidade de proclamar a independência nacional. Foi precisamente dessa forma que o MPLA tomou a dianteira no palco político e militar.

Ademais, a construção do ‘Estado Revolucionário’ em Angola, além do passado colonial, como se demonstrou no capítulo anterior, resultou da violência empregue durante a sua fundação como consequência imediata do confronto militar entre os três movimentos de libertação e os seus respectivos aliados externos devido à inexistência de uma convivência plural no efémero governo de transição de 1974-75, que continuava a ser ditado pelas autoridades de Portugal. O país tornou-se independente em pleno conflito militar, numa combinação de conflito armado e implicações militares estrangeiras. Com o apoio cubano e soviético, o MPLA conseguiu o controlo militar da capital que lhe assegurou as condições efectivas para a proclamação da independência e da República Popular de Angola, estabelecendo assim um regime de partido único no congresso de 10 de Dezembro de 1977. Por conseguinte, até esse momento, o MPLA não tinha ainda uma posição evidente sobre o modelo ideológico, pelo menos não oficialmente. Este aspecto em particular será desenvolvido com mais detalhes ao longo do presente capítulo.

A primeira interpelação que se pode colocar ao ‘Estado Revolucionário’ é a de saber como questionar a violência produzida no seu seio, e que implicações houve para o grupo directivo que teve à frente, bem como de que forma foi possível a reprodução desse Estado de violência nas estruturas sociais.

As questões aqui levantadas serão respondidas ao longo da discussão que se segue.

4.2. As contradições da proclamação da Independência

Um dia antes,

“ao meio da manhã do dia 10 de Novembro, o alto-comissário [do Estado português] Leonel Cardoso proclamou à sua maneira a independência de Angola no Salão Nobre do Palácio do Governo. Estavam presentes os jornalistas convidados, mas não se viu qualquer representante do movimento de Agostinho Neto. Junto a uma tapeçaria evocativa dos Descobrimentos, Leonel Cardoso disse algumas palavras em nome do Presidente da República Portuguesa, de onde convém destacar: Portugal parte, sem sentimento de culpa ou de vergonha” (Figueiredo, 2009, p. 63).

Segundo Leonor Figueiredo, nas vésperas do içar da bandeira para a independência, ou pelo menos nos meses e dias anteriores, houve em Luanda situações conturbadas associadas a prisões e a torturas em supostas cadeias clandestinas do MPLA em que se encontravam detidos partidários da FNLA e alguns portugueses apoiantes desse partido. A mesma autora relata igualmente que houve expulsões de jornalistas estrangeiros que se revelaram inconvenientes para o momento que se vivia no país, sobretudo sul-africanos e franceses que viram antes os seus bens apreendidos.

Ao meio da tarde, perante apertadíssima vigilância militar, o alto-comissário português acompanhado de outros oficiais, numa cerimónia simbólica com direito a captação de imagens televisivas e fotográficas, a bandeira portuguesa foi retirada, dobrada e colocada numa bandeja entregue ao alto-comissário. Feitas as honras militares, “os últimos oficiais portugueses deslocaram-se até à base naval da ilha de Luanda, onde embarcaram em lanchas que os levaram aos navios Niassa e Uíge, estacionados na baía. Até à noite foi entrando armamento” (*ibid.*). O episódio que decorreu na madrugada do dia 11 de Novembro foi presenciado pelas autoridades portuguesas já distantes da costa de Luanda.

E assim aconteceu que, às zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, Agostinho Neto procedeu ao acto de proclamação da independência nacional com as seguintes palavras:

“Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclama solenemente perante a África e o Mundo a independência de Angola. Nesta hora, o Povo angolano e o comité do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria. Correspondendo aos anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso país constituído em República Popular de Angola” (*História do MPLA*, 2008, p. 230).

A constituição do governo da República Popular de Angola obedeceu às mesmas matrizes que a proclamação da independência. Se Agostinho Neto proclamou a independência e a República Popular em nome do Comité Central do MPLA e como mandatário do povo de Angola, a sua investidura como presidente de Angola, embora na

realidade já o fosse informalmente, esteve a cargo de Lúcio Lara, que em “nome do Comité Central do MPLA” (*ibid.*, p. 236) proferiu as seguintes palavras:

“Algumas horas depois da proclamação da República Popular de Angola, o Comité Central do MPLA cumpre a honrosa responsabilidade de dotar a nossa jovem pátria independente de um chefe capaz de assegurar a continuidade da luta do nosso povo para a sua libertação pelo poder popular, pela liquidação dos inimigos, pela satisfação das aspirações das classes mais exploradas” (*ibid.*).

Pode-se dizer que, nessa altura, a tomada de posse oficial de Agostinho Neto como primeiro presidente de Angola independente foi quase automaticamente posterior ao acto público de independência. Como se vê, o MPLA ao criar as estruturas do governo obedeceu à lógica de movimento de libertação que trazia de 1962, colocando, assim, como figura de destaque o presidente do partido na hierarquia do novo Estado. Agostinho Neto tinha por isso sob a sua responsabilidade a estrutura governamental e partidária, uma vez que o partido se colocava acima do Estado e da sociedade enquanto corpo dirigente dos desígnios e aspirações das populações.

A segunda pessoa mais importante do partido, Lúcio Lara, no discurso que proferiu na madrugada de 11 de Novembro de 1975 justificava a opção tomada pelo seu partido em dar posse a Agostinho Neto, e traçava simultaneamente o perfil do novo presidente, bem como as linhas da política interna e externa pela qual se geria o Estado:

“As invasões de que o nosso povo foi objecto a norte e a sul, incluindo desde há pouco novas tentativas na província de Cabinda, a guerra de agressão que nos move o imperialismo e os seus lacaios impõem que à frente dos destinos da pátria, o MPLA coloque um filho do povo, militante temperado nas horas difíceis da clandestinidade, das prisões, da guerra de libertação e no combate às maquiavélicas manobras que ao longo dos anos foram movidas contra o MPLA e contra o povo Angolano. O glorioso MPLA consegue-se manter fiel aos princípios do Manifesto de 1956 na defesa de uma linha verdadeiramente revolucionária, popular, independente, e anti-imperialista, nunca se vergando a quaisquer desígnios contra o interesse e dignidade do nosso povo. A sua política externa baseada nos princípios de total independência, seguidos desde sempre pelo MPLA, será de não-alinhamento. Propõe-se finalmente a prosseguir a Resistência generalizada e a construir o nosso Estado Democrático e Popular” (*ibid.*, p. 235).

Diferente do acto de proclamação da independência, que foi público e recheado de pessoas das mais variadas proveniências, a tomada de posse do novo presidente e do governo ocorreu numa sala fechada, mais concretamente nas instalações da Câmara Municipal que ocupa o actual governo provincial de Luanda. Por conseguinte, foi o primeiro acto do presidente ora empossado⁸.

⁸ O primeiro acto do presidente empossado foi a constituição do seu governo através do Decreto-Lei nº 1/75, de 12 de Novembro, sob proposta do Bureau Político do MPLA.

4.3. O socialismo de Agostinho Neto

De acordo com Nelson Pestana, “o período revolucionário é indubitavelmente marcado por Agostinho Neto. Este lhe caracteriza ao máximo entre a relação do partido único e o Estado, entre o partido-Estado e a sociedade” (Pestana, 2002a, p. 181). Para este autor a declaração de independência marcou o início da institucionalização do Estado Revolucionário e as relações de força entre o novo Estado e o partido. Assim, o primeiro presidente de Angola vai ser a instituição mais importante ao serviço da revolução dirigida pelo seu *partido de vanguarda*.

Nuno Vidal sugere que:

“o presidente Agostinho Neto começou desde cedo (1976) a absorver progressivamente os poderes do Primeiro-ministro e a reforçar a sua autoridade sobre os comissários provinciais (actuais governadores provinciais), assumindo o protagonismo no governo – integrando e presidindo o Conselho de Ministros – e mais tarde, em Dezembro de 1978, simplesmente abolindo os cargos de primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro, tornando-se constitucionalmente no chefe do governo, para além de chefe de Estado e comandante em chefe das forças armadas; todos os cargos derivados do facto de ser Presidente da República que por sua vez decorria de um outro cargo, o de presidente do MPLA” (Vidal, 2008, p. 14).

Na verdade, o argumento deste autor parte do pressuposto segundo o qual os estatutos do MPLA e a Constituição da República conferiam ao Presidente enormes prerrogativas, dando-lhe para o efeito margens de manobra para albergar e exercer certa autoridade para além dos limites normativos impostos pela lei. Ao enumerar os poderes do Presidente da República que na altura exercia, este autor sustenta a ideia de que Agostinho Neto tinha poder suficiente sem temer as consequências inesperadas decorrentes dos seus actos de governação. Em síntese, as prerrogativas dadas e garantidas que foram consentidas ao presidente colocavam-no acima de qualquer estrutura partidária, governativa e militar. Em certa medida isso decorria devido à natureza e à fundamentação do próprio sistema político em que assentava o Estado revolucionário. Ou seja, o sistema socialista de tipo marxista-leninista assente no princípio segundo o qual é o partido que dirige o Estado; de facto um sistema de Partido-Estado. Além disso, o Estado angolano, como todos os Estados oriundos do período pós-colonial, baseia-se numa praxe de controlo sobre os sectores-chave da vida social e política (cf. Pestana, 2002a).

Quase em toda a África subsariana após as independências, os novos Estados tiveram que enfrentar desafios muito sérios, sobretudo de aceitação pela grande maioria das

Passado um ano, em consequência do golpe de Estado e expulsão de Alves Bernardo Baptista do partido MPLA, o Conselho da Revolução dissolveu o primeiro governo para dar lugar a uma nova estrutura governamental por intermédio da Lei nº 73/76, de 27 de Novembro.

populações, não obstante deterem o monopólio dos recursos coercivos. Contudo, para fazer funcionar as estruturas complexas como o exército e a polícia faltou capacidade de conjugação de interesses assentes nas aspirações das comunidades.

De facto, os problemas dos novos Estados eram efectivamente o exercício da autoridade; em muitos casos foram incapazes de construir esses consensos, sobretudo em comunidades hostis à sua política de agregação ou homogeneização.

Estes consensos, com efeito, estavam longe da manifestação de natureza meramente legalista, pois assentavam numa ordem sociológica da compreensão que, diferente da enunciação de unidade nacional, pudessem resultar de igual modo das aspirações locais. Daí que a urgência em “dotar o governo politicamente viável torna-se, assim, indistinta do problema de construção de um conjunto geral, partilhado, de valores sociais, como ponto de partida para a utilização das ferramentas institucionais e constitucionais. A aceitação desse conjunto de valores, por seu lado, levantava a questão da legitimidade, tanto para o governo como para o seu sistema político” (*ibid.*).

No caso, o MPLA tentou a todo o custo justificar a legitimidade política a partir da experiência de luta de libertação nacional, pois, para ele:

“A situação em Angola e nas outras colónias portuguesas era, porém, extremamente complexa, porque o país estava submetido a um regime colonial-fascista o que significou que os partidos tinham que se constituir na clandestinidade” (Relatório CC, MPLA-PT, 2012, p. 10).

“A situação em Angola é, depois disso, cada vez mais tensa. Os patriotas convenceram-se da inviabilidade de luta armada. Em 1960, na Câmara dos Comuns, em Londres, o MPLA anuncia ao mundo a sua decisão de passar à acção directa. [...] O MPLA tornou-se o representante indispensável e único do povo angolano no seio do Movimento de Libertação Nacional em África” (*ibid.*, p. 11).

O partido no poder alegava uma legitimidade baseada na conquista da independência, mas ainda assim a questão da autoridade não cessou de criar mal-estar, pois muitas dessas interpelações derivavam dos dois movimentos rivais ao ponto de se pôr em causa as bases de apoio no seio da população do meio rural, pois acusavam-no de estar reduzido ao meio urbano.

Para Silveira,

“o exercício de autoridade pela liderança política dos Estados subsarianos, com o objectivo de estabelecer o controlo social baseado mais no consentimento do que na coerção, requer certo grau de legitimidade. A existência dessa legitimidade condiciona, assim, o sucesso da modernização e da integração nacional, que são as tarefas principais definidas por esses governos, o que significa que os governos constitucionais, para tornarem-se operacionais e atingirem os seus objectivos, necessitam de complementar o poder constitucional que detêm, com um amplo grau de consenso político” (Silveira, 2004, p. 112).

A opção política que se seguiu à luta armada passou do Estado socialista à necessidade de construção do Estado-nação, o que implicou, por isso, a adaptação deste modelo ideológico por força da pressão interna e externa que foi exercida nos primeiros três anos. Esperava-se, contudo, que esta ideologia pudesse dar resposta ao “apelo para a integração nacional e a modernização e, por outro lado, que reforçasse a filosofia monista do poder do partido único” (*ibid.*, p. 135). Desfilaram-se pelo continente africano várias concepções do denominado socialismo africano.

No caso de Angola, a evolução de Agostinho Neto rumo à assunção da ideologia marxista-leninista como filosofia da RPA resultou, em parte, de desilusões, alianças falhadas e desencontradas com uma juventude da extrema-esquerda urbana engajada, que viu no MPLA a força mobilizadora que pudesse agregar as vontades. Tal desiderato acabou por não corresponder necessariamente às aspirações dessa juventude urbana e politicamente engajada, sobretudo em Luanda. Pois, apesar de ter tido relações com o PCP nos seus tempos estudantis em Portugal, Agostinho Neto não parece ter feito da filosofia marxista um guia para a sua acção como líder do movimento de libertação, nem nada deixou nos seus discursos da época que levasse a caracterizá-lo como marxista. Isto iria valer-lhe críticas por parte da extrema-esquerda angolana, nas suas variedades durante o período de transição 1974 e 1975 (Mabeko Tali, 2001). Porém, os mesmos grupos críticos, ainda assim, não pouparam esforços para se afirmarem com a política de ‘entrismo’ no interior do MPLA. Muito antes da tomada do poder em Luanda, Agostinho Neto dizia-se portador de uma concepção própria do socialismo partindo da realidade social angolana. Ao contrário do que sucedeu com Lenine quando fundou o Partido Comunista Soviético, o MPLA antes de transformar-se em Partido do Trabalho não havia feito qualquer menção do socialismo nos programas mínimo e máximo (Lazitch, 1988, p. 17).

Segundo Mabeko Tali, a propósito do ‘entrismo’ no MPLA, “o estudo da filosofia marxista, especialmente, tornou-se nessa época (1974-1975) um verdadeiro fenómeno social que exercia sobre os jovens uma segura atracção – mais como moda ‘intelectual’ do que como real necessidade de compreender o processo revolucionário angolano. Os CAC [Comités Amílcar Cabral] tiveram nisso um papel fundamental” (Mabeko Tali, 2001, p. 94).

Até sensivelmente 1976 não havia qualquer posição ideológica oficial, ainda que meio mundo considerasse e associasse o MPLA ao comunismo soviético, não já ao socialismo, embora já se pudesse prever certo dimensionamento que mais tarde seria assumido pela direcção do partido.

Ora, já em 1976 Agostinho Neto considerava que:

“a ideologia de vanguarda ou o socialismo científico, que se chama também o marxismo-leninismo, em homenagem a Karl Marx e Engels (que foram os fundadores desta doutrina revolucionária da classe operária) e a Vladimir Ilitch Lenine (que foi o genial continuador da obra teórica de Marx e Engels e o condutor da primeira revolução socialista vitoriosa e a Revolução de Outubro de 1917, que nós festejamos dentro de alguns dias, revolução que derrubou o império czarista e levou a classe operária, em aliança com o campesinato, ao poder instaurar o primeiro país socialista do mundo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) (Neto, 1976, pp. 145-146).

Na verdade, segundo Tali, o MPLA, ao contrário da UNITA, antes de 1974 não havia produzido qualquer discurso ou programa político que o identificasse claramente com a ideologia marxista-leninista; quando muito, referia-se apenas à instauração de “um regime democrático baseado no sufrágio universal, igualitário, directo e secreto e de liberdade de expressão, de consciência, de culto, de imprensa, de reunião” (Mabeko Tali, 2001, p. 151). Ou seja, ao contrário do MPLA, a UNITA sim proclamava por essa altura a realização de uma revolução socialista de inspiração maoísta que iria basear-se no desenvolvimento das estruturas rurais de Angola. Havia, porém, divergências ideológicas muito profundas no interior do MPLA, mais expressivamente alimentadas por duas alas: um pequeno grupo de intelectuais brancos e mestiços, que tendo militado no PCP, aspirava à proclamação do marxismo-leninismo como ideologia oficial; ao passo que um segundo grupo, composto por uma maioria negra, aspirava à hegemonia das elites negras na sociedade independente inspirada no nacionalismo de tipo nativista.

Ainda na sequência dessa problemática ideológica, Tvedten sugere que:

“a ideologia política que o partido escolheu adoptar deve, por um lado, ser vista como o resultado da convicção de que tal organização ideológica e política poderia resolver imensos problemas de Angola. O sector educado da população angolana foi extremamente pequeno, e as vantagens de uma ideologia enfatizando o papel de liderança de um partido de vanguarda e da elite política deve ter sido percebido como tendo méritos óbvios. A escolha da ideologia política baseada no marxismo-leninismo foi influenciada pela conjuntura internacional na época” (Tvedten, 1997, p. 45).

Sem descurar as meias-verdades conforme sugere a versão de Tvedten, não é de todo certo que o MPLA tenha escolhido o marxismo-leninismo como resultado de uma forte convicção político-ideológica. Mais uma vez, Tvedten, a despeito das disputas internas vividas no interior do MPLA, enfatiza que a situação internacional teria motivado, em segundo plano, a escolha ideológica, sem entretanto uma explicação mais clara de tal opção.

Depois dos combates de 1975, seguramente o ‘Estado Revolucionário’ com relativas dificuldades se desenvolveu sob o signo da contradição, criando, assim, possibilidades para a exclusão das outras duas forças nacionalistas dos marcos do novo Estado. A máquina burocrática do partido-Estado procurou, antes de tudo, nivelar todas as organizações sociais em torno do seu ideal social. Com isso, o Estado revolucionário exercia um controlo social

quase absoluto nas relações que estabelecia com os cidadãos, grupos de cidadãos, o próprio Estado e a sociedade em geral.

No interior do partido-Estado não tardou em que de seguida houvesse um acentuado clima de crispação ideológica, motivado por um alinhamento no conflito ideológico sino-soviético. Tal tensão colocava em posições diferentes os ‘Netistas’ – partidários de Agostinho Neto dentro do MPLA – e os ‘Nitistas’ – partidários da ala formada à volta do comandante Alves Bernardo Baptista, vulgo Nito Alves – antecedidas de disputas entre os ‘comités’ de apoio para conquistarem o interior do MPLA.

Contra todas as possibilidades de conciliação, assistiu-se dois anos após a independência a uma espiral de repressão levada a cabo pela direcção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) contra os denominados grupos contestatários de extrema-esquerda e de dissidência política declarada; a repressão político-militar (terror, vigilância, prisões arbitrárias, execuções sumárias) desencadeada pela polícia política do Estado independente, a Direcção de Informação e Segurança de Angola (DISA), na sequência da tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio de 1977⁹ (cf. Birmingham, 1978), minou fortemente as relações sociais, gerando desse modo o desconforto e desinteresse dos cidadãos marcados por essa violência em relação à política. Esta dura fase de violência declarada aconteceu no seio do próprio partido-Estado devido à permanência de contradições de ordem ideológica que resultaram num estado de terror com consequências graves na instauração da cultura do medo visível e que subsistiram nas décadas seguintes, nomeadamente de 1980 e 1990, sobretudo entre as gerações anteriores.

A matriz ideológica do ‘Estado revolucionário’ cronologicamente surgiu da realização do I congresso do MPLA, realizado em Dezembro de 1977, sob a orientação de Agostinho Neto, onde após uma reflexão em torno da experiência de guerrilha, as dissidências no seio do partido e diante dos desafios que se impunham, o partido decidiu adoptar o marxismo-leninismo como linha ideológica para o novo Estado, motivado pela aliança com a URSS e as pressões internas movidas pela juventude que tinha sido reprimida e alguns integrados (Mabeko Tali, 2001). Apesar das contrariedades no seu percurso durante a luta anticolonial, o MPLA opta pelo não-alinhamento como posição ilusoriamente afastada das divergências político-ideológicas que envolviam a URSS e os EUA, bem como o conflito sino-soviético que despontou na década de 1960 logo a seguir à revolução cultural chinesa.

⁹ Em honra à memória dos dirigentes e militantes do MPLA, o gabinete do Primeiro-Ministro, Lopo do Nascimento, fez publicar através do D-R, o despacho n.º 29/77, de 6 de Junho, que estabelecia luto nacional durante três dias, nomeadamente 9, 10 e 11 de Junho de 1977.

Ora, não era em vão que o MPLA pretendia, na altura, a construção do ‘homem novo’, pois a experiência que acumulou durante a luta de libertação demonstrou que a forma mais adequada para fazer face ao sistema colonial seria uma ruptura total com o mesmo, o que implicava posteriormente a transformação de ex-colonizado no ‘novo angolano’. Essa ruptura não foi possível realizar-se na íntegra, pois o MPLA teve necessidade de estabelecer alianças ignorando, à primeira vista, a questão ideológica que mais tarde iria causar-lhe enormes embaraços e dissabores políticos.

Mas os desafios internos impunham certos obstáculos de difícil conciliação que se prendem com a regionalização, o tribalismo – que mesmo a estrutura directiva já havia enfrentado no passado – para a transformação plena do angolano em ‘homem novo’.

Provavelmente, a opção pela ideologia política do MPLA em partido do trabalho e, conseqüentemente, do Estado angolano em revolucionário, teria sido menos por convicção dos seus principais mentores, com Agostinho Neto à cabeça, e mais por cálculo político, tendo em linha de conta o contexto político da época. Isso somente pode ser entendido se, por um lado, se analisar a trajectória do MPLA que o levou até à independência nacional, e, por outro, os sacrifícios consentidos para afirmação do movimento no exterior do país e para fazer ouvir as reivindicações de independência imediata ante a insistência do Portugal colonial.

Todavia, com a experiência acumulada de luta clandestina no interior e exterior de Angola e depois das tentativas de ajuda que foram procurando junto dos países mais avançados política e socialmente, as circunstâncias ditaram à última hora a escolha da URSS interrompendo, assim, a política de não envolvimento ideológico.

Os integrantes do MPLA no exterior tentaram por todos os meios e recursos disponíveis na altura chamar a atenção dos países europeus e das Américas para o *anacronismo histórico* que era a insistência de Portugal e as sucessivas recusas da independência nacional nos termos das reivindicações dos três movimentos de libertação. Ainda durante os anos 60, antes do início da luta armada, Portugal respondeu às reivindicações dos movimentos de libertação com reformas sociais e económicas que permitiram, no exterior, contrariar a causa da independência, passando a falsa ideia de que seria possível resolver os problemas dos *indígenas* com melhor e maior integração na estrutura social da colónia de Angola. Quando por esta via não surtiu os efeitos esperados, o governo português optou pela via armada como a forma mais adequada ao momento para responder às vagas de ataques dos movimentos de libertação e aos seus interesses e dos seus parceiros internacionais.

Nessa fase foi possível dar a conhecer a luta e fazer um inventário dos países que estavam conscientes e se mostravam favoráveis à causa nacionalista. E, provavelmente, nessa altura, o movimento de libertação MPLA já sabia que não poderia contar com o apoio americano enquanto tal, pela aliança estratégica que estabelecera com o Portugal colonial.

Devido às reservas em relação ao seu sistema político e social, e como consequência da aliança estratégica dos movimentos nacionalistas ANC e MPLA, as relações com o governo da África do Sul se revelaram inconciliáveis. Associado a isso está o facto de este responder às reivindicações dos negros sul-africanos com prisões, torturas e massacres da população civil com o fim de persuadir os intentos do ANC e seus partidários, a quem logo a seguir à independência de Angola lhes foi permitido a criação de bases para recrutamento e treinos militares.

Em suma, a aliança em favor da URSS resulta, em parte, da conjuntura histórica, e das articulações estratégicas da potência colonial, como vimos mais acima.

Ora, o auxílio que mais tarde Cuba vai prestar ao MPLA, independentemente dos interesses implícitos de Fidel Castro, se manifestou crucial para o MPLA. Por um lado, Cuba pretendia afirmar-se no contexto mundial e ao mesmo tempo responder ao bloqueio económico imposto pelos EUA a seguir à revolução e, por outro, a parte angolana precisava desesperadamente de apoio militar para travar o avanço das tropas entre o norte e o sul de Luanda.

O argumento central neste capítulo é o de que o MPLA terá sido um partido marxista-leninista mais por cálculo político e leitura histórica do que por convicção, salvo muito raras excepções de algumas figuras fundadoras. Não se pode, contudo, negar que terá aplicado os preceitos ideológicos de forma copiosa, pois a *démarche* política aproximou-se profundamente do *autoritarismo* subjacente à posição de *triumfalismo histórico*, como se verificou mais tarde quando pretendeu proteger-se das afrontas feitas ao presidente do partido por uma juventude ávida e vigilante perante os desvios ideológicos da direcção do partido-Estado e promotora das suas próprias aspirações.

Por inspiração soviética, e mais concretamente devido ao êxito da revolução cubana, sua congénere, o MPLA não hesitou no alinhamento político-ideológico a certa altura. Porém, Agostinho Neto, Lúcio Lara e outros membros da direcção do partido recusam o rótulo de marxista-leninista, embora a prática política fosse contrariar o que negavam.

A ideologia marxista-leninista criou um mal-estar generalizado em Angola muito devido aos excessos e entusiasmos praticados que contrariavam os preceitos da igualdade, da colectividade e da construção do *homem novo*, que implicava a cedência de velhos

hábitos e práticas que muitos se recusavam a deixar, pondo assim em causa os fundamentos do Estado Revolucionário. Toda a resistência contra o Estado era entendida como sendo contrária à revolução e era tomada como reaccionária, o que implicava urgentemente medidas correctivas e de reeducação patriótica, pois todo o cidadão era antes de mais um revolucionário a tempo inteiro.

No plano político era efectivamente contundente, mas no económico foi permissível aos interesses estrangeiros ditos capitalistas, sobretudo devido à excessiva dependência da produção extractiva assente no petróleo e seus derivados, bem como nos diamantes e uma limitada acção agro-industrial, que continuavam controlados pelas empresas concessionárias estrangeiras. Pouco mais tarde, criou-se, no entanto, a política de nacionalização e confisco dos bens e dos meios de produção, com excepção do sector extractivo, que continuou largos anos sob o domínio exclusivo estrangeiro, sobretudo dos EUA e da Europa Ocidental (França, Inglaterra e Bélgica), pois o Estado independente dependia desse sector estratégico para fazer face à oposição armada e sustentar a própria estrutura do governo e a compra e manutenção dos equipamentos de guerra (cf. Ferreira, 1999).

Instigados pela suposta ameaça comunista, os EUA se manifestaram desfavoráveis ao apoio ao MPLA, não obstante todo um esforço empreendido pela direcção dessa organização política¹⁰. Por outro lado, os norte-americanos estavam manifestamente comprometidos com Portugal, África do Sul e Rodésia. As rotulagens de comunistas e terroristas que lhes foram atribuídas pelas autoridades coloniais portuguesas minaram qualquer tipo de interesse que os EUA pudessem manifestar em favor do MPLA e seus integrantes, não obstante as tentativas goradas de aproximação.

Dado o seu discurso pouco claro em termos ideológicos, a FNLA e, posteriormente, a UNITA por intermédio da África do Sul, acabaram por beneficiar do apoio dos norte-americanos, pois procuravam obter apoios económicos e militares vindos de todos os lados, não se interessando pela posição político-ideológica. Pouco antes de conquistar a simpatia tácita do governo sul-africano, pelo menos a ‘Carta da UNITA’ orientava-a para o socialismo de tipo maoísta, ou seja, a UNITA, dita anticomunista, beneficiou de apoios políticos e militares da China e de outras fontes não necessariamente pró-Occidente.

Retomando a problemática da dependência da produção extractiva, por exemplo, após a independência, a direcção do MPLA enfrentou um sério problema relacionado com a

¹⁰ Como tinha apontado Viriato da Cruz, um dos marxistas e histórico fundador do MPLA, tendo-se incompatibilizado com a direcção do movimento em 1962, o que culminou com a ruptura permanente, quando se referia ao método de dominação portuguesa e às articulações criadas com o capital estrangeiro.

nacionalização da economia, quando como garantia e asseguração dos seus interesses o Departamento de Estado norte-americano, em Dezembro de 1975 – um mês após a proclamação da independência – baixou orientação para o secretário de Estado Henry Kissinger, ordenando o fim das operações da *Cabinda Gulf Oil Company* (CABOC) e a cessação de pagamentos ao novo Estado. Nesta altura o MPLA controlava efectivamente o território de Cabinda e as instalações da *Gulf Oil*, sobretudo protegidos pelas tropas cubanas de eventuais novos ataques de posições vindas do Zaire e de forças mercenárias.

Tendo em conta a capacidade produtiva da companhia norte-americana e o domínio da alta tecnologia no sector, coisa que a União Soviética e Cuba não poderiam oferecer, criou-se, assim, um profundo conflito de interesses. O ‘impasse petrolífero’ teve uma forte repercussão internacional, pois do rendimento do sector dependia o novo Estado revolucionário.

De facto, como saída da situação, que se havia complicado, o partido-Estado efectuou contactos secretos com a companhia *Cabinda Gulf Oil* inicialmente em Lagos e depois em Londres com o Departamento de Estado, forçando-o ao levantamento do embargo. Em 29 de Abril de 1976, os técnicos da companhia retomaram o trabalho e o seu director Charles Smith anunciou em Luanda um forte programa de investimento durante o ano, com a exploração de novos *offshore* em Cabinda, que veio a ser significativo para o crescimento das exportações em meados de 1979 (Wolfers & Bergerol, 1983, p. 134). A companhia nacional *Sonangol* esperou largos anos de experiência para que pudesse ombrear com outras companhias de alto padrão internacional no sector petrolífero.

Na verdade, os apoios dados aos movimentos de libertação foram mais determinantes para a escolha político-ideológica do que qualquer convicção, mesmo se alguns dos seus integrantes manifestassem convicções e simpatia por uma ou outra ideologia da época.

“A opção pelo marxismo foi entendida nas colónias portuguesas como uma análise mais aprofundada da condição africana. O problema da colonização deixou de ser uma simples questão de ocupação europeia do continente africano para ser o efeito dum sistema económico à escala internacional. A colonização, noutros termos, resultou da inclusão de África no âmbito expansionista do sistema capitalista internacional. Deste facto eminentemente histórico resulta que a luta de libertação não pode ter como objectivo a simples expulsão do colonizador, como, aliás, foi o caso do resto de África. Ela tem de ter como objectivo a transformação fundamental do sistema de exploração imposto pela colonização” (Macamo, s.d., p. 9).

A este respeito, o MPLA entendia que revolução angolana por ele conduzida “teve assim a particularidade de transformar a luta das massas populares pela independência nacional, em luta contra as relações injustas, pela construção de uma nova ordem social, sem exploração do homem pelo homem (Relatório do CC, MPLA-PT, 2012, p. 49).

E mais adiante acrescenta:

“a necessidade histórica do Partido de vanguarda afirma-se mais fortemente quando, após a independência nacional, o povo angolano se lançou decididamente nas tarefas de reconstrução nacional, no quadro da organização interna da luta de classes e da ameaça externa permanente. O MPLA-PT aparece, pois, como expressão dos interesses da classe operária, da classe camponesa e dos outros trabalhadores, guiando-se pela ideologia do socialismo científico” (*ibid.*, p. 49).

A ideologia política oficializada pelo partido basicamente funcionava como ‘alavanca para a transformação e criação de uma nova sociedade’ a partir da qual se articulavam as relações sociais interpessoais.

4.4. Do sistema político de partido único

Acerca do sistema de partido único, segundo Onésimo Silveira, a “necessidade de construir a nação, de investir o Estado de instituições apropriadas, e de promover a criação de uma nova economia, conduziu a que os Estados africanos, um após outro, independentemente das suas posições doutrinárias, adoptassem-no”. O partido único é o instrumento de integração, não só porque o é, por definição, mas também por ter como objectivo ser o partido de todo o povo. Está profundamente enraizado no passado, especialmente na luta anticolonial antes da independência. Nessa altura, a existência de um inimigo comum fez emergir uma frente comum; este inimigo comum (colonialismo) foi então vencido, mas o propósito de uma frente comum conduziu a uma eventual rejeição dos sistemas multipartidários, com o objectivo de enfrentar outro inimigo comum, isto é, o imperialismo ou neocolonialismo.

“A passagem de uma frente unida, num sistema multipartidário, para a unidade dentro do partido único, em face de um inimigo externo comum, implica, segundo os teóricos desses partidos, que a contradição entre os partidos únicos africanos e os inimigos não africanos seja uma contradição primária, enquanto quaisquer contradições internas de natureza étnica, tribal ou religiosa são secundárias e a luta de classes é-o ainda mais, sendo virtualmente ignorada” (Silveira, 2004, p. 62).

Nzongola-Ntalaja, numa análise que faz do sistema de partido único defende que a “ideia básica de um partido único em África é que este representa a organização e mobilização de todos os sectores politicamente relevantes da população, para fins de realização de um conjunto de objectivos comuns de desenvolvimento e unidade nacional. Existem dois modelos: um único partido político baseado em teorias africanas de solidariedade e harmonia social, e outros derivados do marxismo-leninismo” (Nzongola-Ntalaja, 1989, p. 121). Sendo o primeiro modelo derivado do socialismo africano muito

propalado durante dos anos 70 e 80 e com diversos tipos de interpretações, como se faz alusão mais acima.

Mais adiante este autor examina como os sistemas de partido único em África, com as respectivas derivações, resultaram no falhanço em relação à democratização das sociedades e do tão almejado progresso social.

De acordo com a concepção desse modelo aplicado em África, a visão política assentava na ausência de antagonismo de classes sociais, e de partidos políticos experimentados que pudessem reflectir sobre as clivagens étnicas que na altura assolavam o continente. Para se sair dessa situação preocupante ao nível do continente africano, os líderes políticos dos respectivos países advogaram que a melhor maneira seria unirem-se internamente de modo a permitir o rápido desenvolvimento económico. Ou seja, a unidade nacional foi encarada como caminho que garantia as condições para o progresso social e económico. Nesta medida, o sistema de partido único enquanto forma de representação das populações teve como base a construção de consensos ao nível local cujos limites eram ditados pelo *centralismo democrático*, partindo do topo para as bases populares.

A segunda concepção do modelo de partido único está baseada na interpretação de Lenine acerca da concepção marxista de “ditadura do proletariado” associada aos seus próprios conceitos de “democracia revolucionária” e de “partido de vanguarda”. Basicamente o esquema constitui-se de facto no partido, como representante dos interesses dos trabalhadores e camponeses revolucionários que, em aliança com os intelectuais, seriam organizados de modo a atender aos desafios da unidade e da criação de nova ordem social e económica. Por conseguinte, a prática do partido único assentava também nos organismos que estivessem filiados no partido, cujo debate político se processava através da crítica e autocrítica. Apesar das concepções de Marx e Engels em relação aos sistemas políticos, que não caberá aqui discutir, segundo Nzongola-Ntalaja, “em África os regimes políticos que emergiram após as independências seguiram uma orientação marxista de partido único a partir das distorções de Lenine sobre a experiência da revolução soviética, em vez de Rosa Luxemburgo, para quem as posições das estruturas partidárias e do Estado e a relação entre socialismo e democracia foram mais bem elaboradas” (*ibid.*, pp. 123-124). No que diz respeito à noção de Amílcar Cabral sobre o “partido de vanguarda”, esta noção é fortemente criticada por ser considerada elitista, pois defende que a organização da luta pelo desenvolvimento deve estar a cargo dos intelectuais orgânicos.

Nzongola-Ntalaja sugere ainda que “as redes criadas no seio dos partidos políticos africanos durante o sistema monolítico tiveram como base o acesso individual aos recursos

económicos do Estado, as compensações por posições valorizadas, associações e laços regionais, precisamente de modo a equacionar os interesses de certos grupos” (*ibid.*, p. 122). Dada a tentativa de eliminação dos chamados ‘obstáculos’ à construção do proletariado nacional, as associações e laços de parentesco e étnico-regionais, banidos aparentemente, fora das estruturas dos partidos se tornaram em formas atractivas de mobilização social urdidas pelo próprio sistema.

Quer dizer que o próprio sistema de partido único, ao tentar eliminar o tribalismo, a corrupção ou o regionalismo e as influências consideradas negativas pelo sistema, criou ao mesmo tempo possibilidades para que estas formas rejeitadas das estruturas do partido e do Estado fossem usadas também para mobilizar recursos humanos nos momentos em que o partido-Estado necessitasse das massas populares.

Como se poderá verificar, Agostinho Neto no seu discurso proferido na escola dos alistados, em 1976, defendia por isso a necessidade de banir os “fenómenos secundários impeditivos do progresso social” (Neto, 1976, p. 142). Para Neto, os “fenómenos subjectivos que [seria] necessário afastar, [eram] certas religiões anti-humanas e anti-nacionais, certos feiticeiros até, profetas da última hora, ou simplesmente camaleões, cujo objectivo [era] impedir a marcha para a frente da [...] Revolução”. Acrescentava ainda que “os organismos do poder popular têm o dever de combatê-los constantemente, para que não haja desvio ou atropelos na linha que desejamos seguir” (*ibid.*, p. 143).

Por isso, seguindo a perspectiva de Nzongola-Ntalaja, “o compromisso ideológico com a democracia socialista e igualdade não foram manifestados na organização e funcionamento das estruturas do partido e do Estado em pelo menos três países, nomeadamente Angola, Etiópia e Moçambique, onde houve sérios efeitos da adopção do modelo marxista-leninista” (Nzongola-Ntalaja, 1989, pp. 123-124). Estes países que seguiram as experiências do Leste europeu e soviética, adoptando um modelo autoritário de organização do partido e do Estado, tiveram como consequência disso o mínimo de cultura democrática no seu seio, resultando quase nenhuma autonomia para as organizações de massa e as instituições do Estado, como as Assembleias nacionais, o que permitiu atenuar ou até mesmo ilibar as decisões erradas do partido.

4.5. Sucessão socialista

A sucessão do poder na República Popular de Angola surgiu logo após cinco dias do falecimento de Agostinho Neto, que governou apenas quatro anos (1975 a 1979), e foi

imediatamente substituído pelo então ministro das Relações Exteriores, que ideologicamente assegurou a continuidade do Estado. No seio do Comité Central do MPLA-PT Lúcio Lara, guardião do partido e nessa altura segundo homem mais influente, encarregou-se de proceder à sucessão, considerada necessária e difícil dada a natureza do regime de carácter autoritário perante a situação de guerra interna. Ladeado pelos guardiões do partido e da República, e na presença do então presidente Samora Machel, convidado a assistir à cerimónia, o ministro das Relações Exteriores nas vestes de presidente empossado proferiu algumas palavras de submissão à pátria e ao partido que entrariam para a história do país da sucessão (Discurso, JES, 1979).

Com anuência da linha conservadora do Comité Central do MPLA-PT, coube a Lúcio Lara conferir posse ao segundo presidente da Angola independente, comprometendo-se seguir a “obra deixada por Neto de acordo com os princípios ideológicos do *socialismo científico*” (*ibid.*).

No seu primeiro discurso Eduardo dos Santos lamentou a morte do antecessor, contudo, manifestou uma luta cerrada aos desafios que o país enfrentava, ou ainda mais intensos, pois a guerra ganhava proporções alarmantes. Um ano a seguir à sucessão, José Eduardo dos Santos procedeu à uma remodelação do seu governo – ainda que ténue – mas cujo significado lhe permitiu maior margem de manobra, ao agir inicialmente no âmbito das Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA), substituindo Henrique Teles Carreira por Pedro Maria Tonha “Pedalé” no cargo de ministro da Defesa Nacional. José Eduardo dos Santos, no entanto, quer no interior do partido, quer no âmbito das estruturas do Estado, não era um desconhecido. Aquando da formação do primeiro governo figurava numa posição de elevada notoriedade devido às funções que já desempenhava enquanto responsável das relações exteriores do partido. Nessa altura – da formação do primeiro governo de 1975 e posteriormente a sua remodelação efectuada aos 26 de Novembro de 1976 –, era já uma figura de destaque, ocupando, com efeito, os cargos de ministro das Relações Exteriores e um ano depois os de 1º vice-primeiro-ministro e membro do Comité Central e do Bureau Político do MPLA (Diário da República, 1ª Série, nº 280, de 27 de Novembro de 1976), respectivamente. A sua ascensão nas estruturas do governo não foi mero acaso dado o apoio que havia prestado ao presidente do partido durante a crise de 1962/63, que lhe valeu confiança e notoriedade interna, associado à postura discreta e comedida que mantinha no seio do partido.

Aparentemente em sintonia com o partido, José Eduardo dos Santos foi gradualmente alterando a estrutura dos órgãos internos do partido e do Estado, começando, naturalmente,

pelo Estado, pois seria ainda prematuro actuar sobre o partido, onde se encontravam algumas vozes discordantes quanto à sucessão. A década de 1980 foi toda ela de reformas e de construção do quadro legislativo que conferiu poderes ao Estado para actuar sobre os diversos domínios da vida nacional, desde a economia e a política das nacionalizações e confisco do património público até à organização das estruturas de apoio a actividades do Estado.

Os finais dos anos 1980, mais concretamente durante a realização do congresso de 1985, porém, foi o momento de afirmação do seu poder no interior do partido, resultando, de igual modo, no enfraquecimento de algumas figuras centrais próximas ao presidente Agostinho Neto, ao mesmo tempo que consolidava o seu poder à frente dos destinos do país. Paralelamente às preocupações nacionais como a guerra iminente, a reconstrução e unidade nacional, José Eduardo dos Santos criou uma estrutura paralela ao governo e ao partido, ancorado nos chamados ‘*futungistas*’ (cf. Pestana, 2002), que somente mais tarde vão exercer realmente o poder de influenciar as principais decisões políticas, económicas e jurídicas. Era, no essencial, a conversão das estruturas do partido ao seu único poder e comando. Contudo, o centralismo do poder na figura do chefe do Estado e do governo era uma das marcas do tipo de regime político que vigorou até 1991 (cf. Vidal, 2008, p. 17).

Nesta toada, segundo Nuno Vidal,

“em paralelo aos novos poderes de emergência de 1982 e retirando vantagens de uma acirrada luta que então decorria entre personalidades no seio do Bureau Político, do Comité Central e do Governo, o então ainda jovem Presidente tornou-se politicamente mais assertivo e de forma gradual retirou poderes executivos efectivos às estruturas governativas e partidárias, transferindo na prática esses poderes para organizações subsidiárias na dependência directa do Presidente da República, tais como o Secretariado do Conselho de Ministros, o Gabinete do Presidente da República e o Gabinete do Chefe do Governo, este último organismo criado em Agosto de 1987 como forma de apoiar o Presidente” (*ibid.*, p. 19).

A política oficial da República Popular de Angola baseou-se sobretudo no combate aos ‘inimigos’ internos e externos, pois, como justificação, defendia que estes ameaçavam a sobrevivência do Estado e o MPLA reservava-se o direito de confrontá-los, excluindo-os da convivência política nacional. Assim, o partido do governo assumiu “uma posição triunfalista em relação ao percurso histórico, não aceitando outra posição senão a sua [...] eternamente vitória [...] e de partir do princípio de que a prova da vitória está na própria vitória” (Macamo, 2010, p. 65).

Em virtude da violência que estará na base da sua fundação, o Estado Revolucionário de 1975 caiu na tentação de criar ‘inimigos’, reais ou imaginários, para dar sentido à sua própria existência. A forma como foi conquistada a independência colocava sob tensão

permanente o regime político e as respostas que este procurou dar não foram menos violentas se comparadas aos primeiros anos da batalha para controlar a cidade de Luanda.

A diferença constituía-se, grosso modo, na luta pelo poder entre os três grupos de nacionalistas, sendo que a cidade de Luanda como centro do poder por um lado, e, por outro, a manutenção dessa conquista, implicava o engajamento absoluto do MPLA. Constatava-se também que ainda durante o curto período de governação de Agostinho Neto (1975-1979), aos olhos do partido no poder os seus rivais (FNLA e UNITA) deixaram de ser considerados movimentos de libertação com relação simétrica, partilhando o mesmo objectivo, podendo ainda negociar-se uma partilha do poder; a partir dessa altura tornaram-se ‘inimigos’ declarados e alvo a abater. Ou seja, os dois movimentos aos olhos do ‘Estado Revolucionário’ mudaram de categoria política, passando a ser ‘fantoques’ dos interesses estrangeiros, e automaticamente contrariavam a ordem vigente.

Por outro lado, foi de igual modo Agostinho Neto a agir sob a óptica da política de exclusão e de combate que se seguiu logo após a independência nacional e que dava fundamento a uma agenda conciliatória oficial de clemência, que consistia na aceitação dos ‘outros’ movimentos rivais desde que eles integrassem as estruturas do Estado e se submetessem ao modelo sociopolítico vigente sob a orientação do MPLA.

Importa para efeitos de análise elencar quatro planos que se consideram fundamentais para a compreensão do Estado revolucionário.

No primeiro plano de ordem política e social, o Estado revolucionário definiu como marco a construção de uma sociedade socialista com base no modelo ideológico já mencionado, com vista ao alcance da unidade nacional, a mobilização da população para a luta contra os ditos inimigos internos e externos, e o exercício do poder popular, que foi mais retórico do que realmente exercido, pontificando os princípios estruturais do Estado. Ainda que, paradoxalmente, a construção da unidade nacional funcionasse com critérios de exclusão e de uma legitimidade baseada num consenso da maioria dirigida e orientada pelo partido-Estado considerado de vanguarda. No mesmo plano da administração do novo Estado e para fazer face aos problemas sectoriais, como consequência da saída em massa da população portuguesa que assegurava efectivamente a máquina estatal ou administrativa, pouco depois da independência o governo contou com os chamados “cooperantes dos países socialistas, dentro dos quais incluíam-se médicos, engenheiros da indústria açucareira e do algodão, engenheiros agrónomos, professores, todos civis mas soviéticos, cubanos, alemães de Leste, romenos, búlgaros, coreanos” (Geffray, 1991, p. 12), e alguns “poucos congolezes, vietnamitas, italianos e portugueses imbuídos do ambiente de contágio da independência

bem como da possibilidade de prosperidade económica e social” (cf. Fonte, 2014). Por seu lado, houve igualmente um apelo feito pelo presidente Agostinho Neto que foi dirigido em especial a todos os estudantes angolanos e não só, que se encontravam no exterior do país, para que regressassem urgentemente com ou sem a conclusão dos respectivos cursos superiores, a fim de integrarem as estruturas da administração do Estado. Alguns daqueles que regressaram imediatamente a seguir ao chamado do Presidente Neto ocuparam cargos de relevo na estrutura do Estado.

O segundo plano de ordem económica, marcado por uma herança das estruturas coloniais monopolistas, prende-se com o modelo seguido pelo Estado independente que foi igualmente modificado em 1977 após o primeiro congresso que veio determinar que a economia fosse centralizada¹¹, estando o Estado encarregue de orientar e executar as medidas de maior impacto e natureza económica (Bhagavan, 1986). Na mesma toada, de acordo com Manuel Ennes Ferreira, “a opção socialista então tomada consubstanciou-se na edificação de um sistema de direcção económica central e planificada no quadro de um sistema político de partido único. A consideração de que só com um sector económico estatal forte seria possível atingir a construção da sociedade socialista teve como corolário o lançamento da política de nacionalizações e confisco” (Ferreira, 2002, p. 47).

O terceiro plano, de ordem militar, consubstanciou-se na defesa das fronteiras nacionais tendo como base a transformação dos cidadãos em combatentes ao abrigo de um quadro legislativo que garantia ao Estado o recrutamento obrigatório e compulsivo, caso achasse necessário e conveniente. Para além disso, o Estado independente criou estruturas paralelas que funcionavam como agentes dinamizadores do seu poder nos mais diferentes níveis da sociedade, desde as cidades até às zonas rurais. É neste contexto que surgem as Brigadas Populares de Vigilância, oficializadas através do Decreto Presidencial nº 47/83, D-R, 1983, nº 179 – que trataremos no capítulo 7 – e a Organização de Defesa Popular generalizada pelas 18 províncias do país, cuja acção era coordenada por um comissário¹² adjunto provincial para a ODP e tropas territoriais. Tal organismo paramilitar passou a

¹¹ O sistema económico do período socialista angolano gradualmente foi estruturado com base numa estratificação latente e que se tornou manifesta nos finais da década de 1980. Porém, as facilidades conferidas pelas prerrogativas estatais aos seus mais altos responsáveis configuraram-se como as primeiras marcas visíveis dessa estratificação. Por exemplo, era muito comum ouvir-se falar principalmente em Luanda das “lojas dos responsáveis” (cf. Bhagavan, 1980; Wolfers & Bergerol, 1983, p. 178) e das “lojas do povo”; estas últimas faziam parte de uma rede dos denominados Nzambas I e II. As formas de acesso às respectivas lojas eram por intermédio de cartões colectivos de cor amarela e em famosas bichas (ou as chamadas filas indianas).

¹² A Lei Constitucional de 1975, no seu artigo 43, definia que na província o comissário provincial era o representante directo do Conselho da Revolução e do governo, ao passo que o governo era representado no Conselho pelo comissário local, na Comuna pelo comissário de comuna, e no Círculo pelo delegado, que eram nomeados sob a indicação do MPLA (Lei Constitucional da República Popular de Angola, 1975, p. 15).

contar em 1981 com um estatuto jurídico que lhe conferia autoridade e autonomia na sua acção, documento aprovado pela então Assembleia do Povo, a que cabia a feitura das leis, e pelo Conselho da Revolução que deliberava sobre questões relativas, enquanto estrutura colegial máxima da hierarquia do Estado. Enquanto decorreu o período marcado pelo Estado revolucionário, tal como mencionado, o recrutamento e rusgas permanentes aos/de cidadãos para ingressarem nos corpos do exército governamental foram uma das formas encontradas para mobilizar a sociedade em torno daquilo que se acreditava ser um ideal comum socialista face à defesa da soberania nacional.

Houve, no entanto, uma imbricação muito forte entre as estruturas políticas e militares, sendo que ao nível provincial, o comissário provincial, cargo equivalente ao de governador actualmente, tinha poderes tanto de execução política como de militar, coadjuvado por uma segunda figura para o efeito e supervisionado por um responsável militar para o exercício na respectiva região na qual estava encarregue de actuar. Ou seja, para além das estruturas governativas, ao nível das províncias havia, pois, responsáveis denominados comissários para as frentes norte, centro, sul e leste do país.

“Devido a essa divisão do território e dado a sua extensão, a estrutura militar encontrava-se organizada por regiões e os seus responsáveis eram supervisionados por órgãos paralelos com quem tinham de trabalhar e coordenar as acções” (Homem, 60 anos, político, EL, 04/2014c).

Em 1983, devido à situação de guerra no país, o Conselho permanente da Assembleia do Povo criou os Conselhos Militares Regionais [Lei nº 5/83, D-R, 1983, nº 179] nas zonas afectadas pela generalização do conflito armado, numa altura em que, pela segunda vez consecutiva, se assistia à entrada de tropas sul-africanas no território nacional a sul partindo da província do Cunene.

Para o efeito, o Regulamento sobre o Serviço Militar Obrigatório ao abrigo do Decreto Presidencial nº 43/87, de 30 de Março de 1987, veio conferir maior autoridade ao Estado para o recrutamento obrigatório devido à situação de guerra interna e de ocupação militar pelas forças estrangeiras. Como se pode verificar mais adiante, e com base em depoimentos de ex-combatentes, o recrutamento para o exército nacional nem sempre ocorria com base nas normais legais, houve uma altura em que os cidadãos recrutados nada sabiam sobre o destino final para onde seguiam após dias de treinamento intensivo. Por exemplo, num estudo sobre os deficientes físicos originários de diferentes províncias de Angola, em estado de precariedade na busca de melhores condições de vida no centro da cidade de Luanda,

Paulo de Carvalho em entrevista aos antigos combatentes de guerra demonstra como muitos desses indivíduos eram recrutados sem saberem o que se estava a passar de concreto, acabando por integrar o exército do governo espalhado por várias regiões militares (cf. Carvalho, 2008). Normalmente, os recrutamentos eram feitos, salvo em muito raras exceções, sem aviso prévio e sem a convocação dos indivíduos que se encontravam em idade militar (cf. Carvalho, 2007, p. 36).

No entanto, o quadro legal no que diz respeito ao serviço militar obrigatório, evoluiu consideravelmente nos anos 90, pois houve a necessidade de dotar as Forças Armadas Angolanas saídas dos Acordos de Bicesse (1991) de legislação apropriada perante os desafios que ainda se colocavam. Com efeito, em 1993, a Assembleia Nacional aprovou a lei nº 1/93, de 26 de Março, sobre o Serviço Militar Obrigatório, em substituição do anterior decreto presidencial, conferindo maior abrangência e direitos aos cidadãos que eram submetidos à coerção. Apesar da complexidade da situação do país, essa lei veio salvaguardar e imprimir uma distinção importante sobre as condições em que se poderia ou não proceder ao recrutamento e, em casos legalmente justificados, o cidadão poderia de igual modo solicitar o adiamento militar quer por motivos de saúde e físicos, quer por questões de natureza profissional ou estudantil.

Entre 1993 e 1994, esse mesmo órgão da República, de modo a conferir maior respeito e dotar as Forças Armadas de um quadro legal, aprovou a lei nº 2/93, de 26 de Março, sobre Defesa Nacional e as Forças Armadas; a lei nº 4/94, de 28 de Janeiro, sobre os Crimes Militares, e a lei nº 25/94, de 11 de Fevereiro, sobre a Justiça Penal Militar. Estas duas últimas inscrevem-se no contexto nacional por força dos acordos de Bicesse, e dado uma vez mais as circunstâncias em que o país se encontrava, bem como a ausência de legislação que permitisse balizar a acção das forças armadas e da segurança nacional perante as populações divididas em várias partes do território sob o controlo distinto do governo e da UNITA, ditaram a aprovação e a aplicabilidade. Porém, a aprovação dessas leis e a ampliação do quadro legal no que às FAA e ao recrutamento obrigatório diz respeito, não impediu que se cometessem excessos em diferentes locais do país.

Como ilustrativo da situação real de militarização e divisão geográfica até sensivelmente aos anos 90, qualquer deslocação que fosse feita para o interior do país ou para o estrangeiro tinha de obedecer às regras burocráticas que limitavam a mobilidade. Por exemplo, os funcionários do Estado, caso pretendessem ausentar-se dos seus locais de trabalho para o interior do país por período igual ou superior a 15 dias, necessitavam das denominadas *guias de marcha* (Decreto Presidencial nº 20/78, de 1 de Fevereiro), sobretudo

se a deslocação fosse ocorrer para as províncias da Lunda Norte e Lunda Sul de pessoas não-nativas dessa região (cf. Marques e Campos, 2005, p. 10).

O referido decreto presidencial, na sua alinha b), dizia que “a guia de marcha” (Fonte, 2014, p. 23), “contendo os carimbos da polícia de fronteira com as datas de saída e entrada” (Marques e Campos, 2005, p. 281), era um requisito obrigatório para os cidadãos nacionais e estrangeiros que pretendiam circular em algumas zonas interditas do país mencionadas mais acima.

Os três planos ora descritos que endossavam o Estado revolucionário conferem, pois, plausibilidade ao argumento que temos vindo a defender segundo o qual o Estado independente foi protagonista de uma violência política legitimada pela luta de libertação enquanto um imperativo histórico. Era, portanto, uma violência que buscava justificar os meios pelos fins.

Capítulo 5. Reticências das Igrejas ao Modelo Socialista

O presente capítulo tem o propósito de ajudar a compreender a tensão que existiu entre o Estado angolano e as igrejas nacionais, bem como pôr em evidência o período em que o poder de figuras carismáticas das igrejas tidas como autoridades nos meios cristãos – e não só – foi posto em causa devido, essencialmente, às reticências que se verificavam no interior dessas denominações religiosas, independentemente das influências exercidas no seio dos três movimentos de libertação, tendo o MPLA pouco tempo depois proclamado a independência nacional num país predominantemente cristão. A compreensão da violência política de curta duração em Angola passa, inevitavelmente, pelas tensões que também se verificaram no interior das igrejas angolanas devido à sua capacidade de exercer influência de vária ordem nas comunidades onde estão sediadas. A Igreja angolana durante o conflito armado foi ao mesmo tempo vítima das arbitrariedades e parceira de circunstâncias difíceis e desafiadoras para a busca da reconciliação, e foi muitas das vezes posta à prova de resistência entre a continuidade no desempenho da sua missão ou a desistência. A Igreja enquanto uma entidade colectiva foi também diversas vezes o elo de ligação ou ponte de diálogo entre os dois beligerantes angolanos.

A despeito das reservas que se verificavam no passado na relação entre a Igreja Católica e o Estado revolucionário, ficou a promessa deste último de que as igrejas reconhecidas seriam respeitadas e se consagraria a liberdade religiosa na Constituição. A fractura entre essas duas instituições deu-se a seguir à aprovação da lei de nacionalização do ensino, através da qual o Estado se tornaria responsável pela política de formação e orientação do ensino em todo o território nacional. Como esse sector estava anteriormente sob a responsabilidade das missões cristãs, sendo as católicas preponderantes em relação às protestantes, a tensão se instalou nesse preciso momento. A política de orientação do ensino, o confisco dos bens e patrimónios da Igreja por parte do Estado agravaram a tensão entre as duas instituições que exerciam autoridade no país. Entretanto, no seu artigo 2º, a referida lei da nacionalização não deixava dúvida que determinava ainda a adjudicação de “todos os centros de ensino e de todos os bens, direitos e acções que integram os patrimónios dos citados centros” (Henderson, 2013, p. 639). Na maioria das estações missionárias, os centros de ensino eram utilizados para as aulas de instrução primária, do ensino secundário e ainda para os programas de educação religiosa. Por conseguinte, a confiscação daqueles edifícios e

instalações negou às missões e às igrejas não só a oportunidade de administrarem as escolas, como também tornou impossível a divulgação de uma série de outros programas (*ibid.*).

As reticências ao modelo político e social adoptado pelo partido do governo, em parte, localizavam-se no interior do próprio partido, sendo que não raras vezes surgiam da interpretação copiosa e aguçada que se fazia dos manuais de doutrina política. Outras vezes, as contradições surgiram no exacto momento em que se tentava pôr em prática os ensinamentos doutrinários, contrastando com a imprevisibilidade da realidade local.

Achille Mbembe, referindo-se aos sistemas políticos imediatamente a seguir às independências africanas, constata que “as sociedades pós-coloniais portam os estigmas da violência e da coerção exercidas pelos próprios negros aos seus irmãos” (2013, p. 83). Apesar de outras dificuldades que se verificaram no período pós-independência, os poderes africanos estabeleceram instituições, saberes e práticas de acção que provocam a morte lenta ou brutal e o sofrimento que assola diariamente milhões de indivíduos. Países inteiros viveram no medo, tanto nas cidades quanto nas aldeias. “A submissão é organizada social e institucionalmente. Formas de governo inflexíveis e repressivos e um sistema de pensamento autoritário impediram – a grande escala – o aparecimento de potencialidades criativas” (*ibid.*, p. 84).

Para este autor, “as práticas repressivas contra as populações foram forjadas pelos Estados africanos independentes muitas das vezes sustentadas pelas diferentes organizações sociais filiadas nos partidos, tais como as milícias ditas populares, os diversos comités de defesa das revoluções, as brigadas mistas móveis, a polícia política, bem como os organismos de segurança” (*ibid.*) contra presumíveis inimigos internos e externos.

Achille Mbembe refere ainda que o “princípio autoritário, que estrutura a era pós-colonial, pautou-se pela generalização da violência cujo argumento justificativo era a garantia da soberania dos países independentes contra as ameaças de divisão” (*ibid.*, p. 101). Pois estes não se coibiram do exercício da censura, perseguições políticas, prisões arbitrárias, e condenaram abusivamente milhões de pessoas à marginalidade social, ou seja, propiciaram as condições em que alguns cidadãos se posicionaram em colisão com o Estado. Por isso, ainda segundo o mesmo autor, colocaram certos grupos de indivíduos contra o Estado independente, pois “a vontade de encontrar sempre solução de natureza coerciva e violenta e a substituição do verbo pela acção desvirtuam as elites governantes e desqualificam moralmente o Estado aos olhos das populações” (*ibid.*).

5.1. A posição da Igreja Católica

Acontece que a prática política do Estado revolucionário angolano encontrou também certas resistências no seio da Igreja em geral, sendo que o confronto foi mais visível por parte da variante dos bispos católicos durante os primeiros anos da crise política.

Até antes do golpe militar de 25 de Abril, a Igreja Católica de Angola se regia pela Concordata estabelecida entre o Vaticano e Portugal, bem como através do Acordo Missionário, ou seja, os bispos de Luanda dependiam do núncio apostólico de Lisboa, que estabelecia, por sua vez, a ligação com a Santa Sé.

Entretanto, antes do golpe de Lisboa, “somente um dos sete bispos era angolano. Em Dezembro de 1975, cerca de um ano e meio mais tarde, apenas três dos nove bispos eram portugueses, os demais eram naturais do próprio país” (Schubert, 2000, p. 130)

A fuga em massa de população portuguesa do território de Angola afectou substancialmente as missões, pois além dos civis, “a Igreja católica perdeu cerca de metade de seus padres e do pessoal missionário. As razões para a fuga eram as mais diversas, semelhantes às da população em geral” (*ibid.*). O medo que se instalou no interior da Igreja Católica foi resultado das transmissões radiofónicas lançadas principalmente pela Rádio Brazzaville, e a incerteza do que seria o novo regime fez com que os missionários católicos não hesitassem em abandonar o país, pois, entre eles, havia várias motivações que se reflectiram em, por um lado, acompanhar as populações quando decidissem partir, e, por outro, havia aqueles que, identificados com o sistema de posto, “vendo nele uma obra divina, decepcionados e amargurados, viraram as costas para os que taxavam como povo ingrato por exigir a independência” (*ibid.*, pp. 130-131).

Em véspera da independência nacional, a Igreja Católica através do corpo de bispos, pronunciou-se sobre a sua missão no país e não deixou de parte a situação política e social por sentir-se na obrigação de contribuir para a edificação do novo Estado.

Porém, a sua mensagem nem sempre foi interpretada de modo claro. Outras vezes, a ambiguidade que a mesma trazia acabava por implicar um efeito contrário e confundia as autoridades políticas do novo Estado independente quanto aos seus propósitos.

Na sua carta pastoral de 1974, a direcção da Igreja Católica em Angola apelava para que não se entendesse o momento que se vivia como propício para “recordar vexames, atrocidades e demais injustiças cometidas pelos outros. É hora de cada um pensar no mal que porventura fez, no bem que deixou de praticar” (CEAST, 1998, p. 9), aquilo que pode fazer “sem demora em ajudar a construir a paz em que deve sentir-se seriamente

comprometido. Há injustiças que é necessário reparar. E cada qual deve procurar repará-las espontaneamente para não se ver ultrapassado por acontecimentos imprevistos” (*ibid.*).

Argumentavam ainda os bispos: “não ignoramos que, de parte a parte, se excogitaram vinganças e que algumas pessoas ou grupos nem sempre têm usado a lealdade, justiça, caridade e prudência que as presentes circunstâncias impõem” (*ibid.*). Os bispos lembram que “a libertação dos presos políticos, recentemente efectuada, qual resposta a esse voto, foi, sem dúvida, uma demonstração prática do desejo sincero do Regime de reparar injustiças e de restituir ao pleno gozo dos seus direitos aqueles que dos mesmos haviam sido privados” (*ibid.*, p. 10).

Previnem igualmente que “a restituição dos referidos presos à liberdade e ao uso dos direitos vem proclamar que era uma injustiça a perseguição feita, no Regime deposto, àqueles que optavam por uma política contrária à situação. E como haveríamos de classificar uma perseguição feita agora aos que seguiram uma política oposta à presente, pelo simples facto de estarem integrados na situação anterior?” (*ibid.*).

A chamada à reflexão da direcção da Igreja visava evitar repetições que se verificaram nas vésperas da independência nacional, uma vez que, paralelamente ao posicionamento político, houve um momento de apreensão que culminou com a fuga da população de origem europeia que se identificava com o sistema político colonial português, entre os quais portugueses asiáticos (indianos e goeses) e cabo-verdianos.

Por conseguinte, nem todos os indivíduos inseridos nas estruturas administrativas e religiosas do regime deposto tiveram a oportunidade de abandonar o país, por razões de vária ordem. Algumas dessas pessoas haviam colaborado com o regime deposto e encontravam-se em situação de vulnerabilidade, apreensivas e temendo pelas suas vidas.

Nesta mesma carta pastoral, a primeira de uma série de outras que se seguiram, a Igreja reconhece que “é legítima a alegria expansiva duma maioria étnica que vê livre o seu acesso ao poder e ao uso de direitos cívicos que, até agora, lhes estavam praticamente vedados” (*ibid.*). Adverte, no entanto, para que não houvesse de seguida represálias nem opressão, nem que se tratasse apenas de mudança de actores políticos e se pudessem verificar as mesmas práticas de outrora com as minorias étnicas, ou mais concretamente de origem portuguesa. Apelava de igual modo a que se definisse com a justiça necessária o conceito de angolano, pois para ela a definição que vinha a vigorar não se podia pautar pela cor nem pelo credo, muito menos por qualquer discriminação arbitrária.

Concluía-se, nesta carta pastoral de Junho de 1974, uma referência substancial à liberdade que se esperava alcançar no seio do efémero governo de transição entre os três

movimentos de libertação e as autoridades portuguesas. Esta reflexão sobre a liberdade encontra-se fundamentada no indivíduo em sintonia com a visão doutrinária da Igreja; contudo, adverte no preciso momento de greve e paralisação administrativa, que “o recto uso dos direitos cívicos não se coonestam com a instrumentalização de pessoas simples, no intuito de atingir inconfessáveis objectivos políticos. Semear discórdias tribais nunca poderá ser o caminho para a paz” (*ibid.*, p. 11).

No anexo da referida carta pastoral acrescenta-se um comunicado cujo teor alertava para que os poderes políticos portugueses, após o 25 de Abril, trabalhassem para pôr termo à guerra em Angola e actuassem no terreno sem mudanças bruscas, tendo em conta a real situação histórica e social do país.

No ano seguinte, na carta pastoral de Janeiro de 1975, os bispos católicos fazem uma reflexão sobre a situação política nacional e projectam aquilo que futuramente seria a convivência entre a Igreja e o poder que se avizinhava. Nesta fase de discussão, a Igreja encarava com optimismo o processo de interacção com as práticas culturais nacionais na forma de evangelização. Esta carta pastoral marca assim um momento crucial em que a liderança religiosa nacional procura articular-se com o novo contexto político e social, sem, contudo, perder de vista a missão que se propunha exercer e as aspirações locais das populações.

Para os bispos era chegado o momento de “se pronunciarem sobre múltiplas questões dentro da perspectiva de uma Angola independente. Em alguns casos, uma intervenção dessa natureza exige uma sondagem prévia e o esclarecimento de determinadas variáveis, por ora ainda não suficientemente definidas” (*ibid.*, p. 15). Importava, portanto, “um trabalho prévio, porventura mais importante e inadiável: o acertar-se numa orientação global, o definir toda uma mentalidade com que a igreja terá de viver na nova Angola” (*ibid.*).

Os bispos concluem que, para o êxito da sua missão, “a Igreja em Angola, livre dos entraves históricos que condicionaram a sua acção, tem de resoluto e decididamente incarnar no povo, preocupando-se realmente com uma forte identificação de legítimos interesses, aspirações e valores culturais” (*ibid.*, p.16).

Criticando a antropologia cultural no que respeita à sua interpretação evolucionista da cultura africana, reconhece o ultrapassar da visão europeia como ideal supremo, e propõe-se articular a sua missão com simpatia pela maneira africana de estar no mundo; espera-se um assumir consciente, decidido e sem reservas (a não serem aqueles que impuserem a fidelidade aos reais imperativos de consciência reconhecidos pela Igreja) da herança cultural

africana, longamente ignorada. A Igreja, dentro do quadro da sua competência, terá de ser autenticamente africana para poder servir os africanos. Terá, pois, de esforçar-se, mais do que fez até aqui, por estar com o povo, ser do povo e falar a sua linguagem.

A carta pastoral sobre a independência de Angola é uma das mais extensas missivas dos bispos católicos, pois nela consta o balanço feito sobre a missão da Igreja desde os primórdios da sua implantação. Os bispos fazem uma reflexão sobre os séculos de cristianismo em Angola nas variantes católica e protestante, e reconhecem os momentos de tensão, os altos e baixos da missão cristã, os ecos de resistências verificadas e a convivência nem sempre harmoniosa com as outras missões cristãs em território nacional. Num balanço exaustivo, apresentam descritivamente a composição hierárquica da Igreja ao longo dos séculos em Angola e as transformações que ocorreram, sendo que a Igreja local pouco a pouco foi assumida pelos quadros locais em articulação com os estrangeiros de múltiplas proveniências. “A igreja católica estava principalmente preocupada em encontrar e definir a sua nova identidade pós-colonial e africana [...] [a] africanização almejada exigia enfrentar o próprio passado” (Schubert, 2000, p. 129).

Os sectores de actuação estão igualmente descritos na longa carta pastoral que, paralelamente a isso, apresenta a declaração de saudação ao novo poder instituído.

Contudo, reconhece a mesma carta de 11 de Novembro de 1975, que “nesta profunda viragem de Angola, também a Igreja acompanha as transformações históricas, aberta aos novos condicionalismo sociológicos; esforçar-se por servir o povo sem reserva, colaborando com as Autoridades legitimamente constituídas que prossigam o objectivo do bem público” (CEAST, 1998, p. 34).

Para os bispos, “a igreja não aceita a violência para tal liberdade, pois ela põe em risco a vida dos homens, destrói riquezas e é fonte de fracturas e ódio entre irmãos”, mas, adverte, “a euforia da independência foi obnubilada pelo pesadelo de um futuro imediato repleto de apreensões. E este estado de espírito afecta tanto os europeus como os africanos. Os primeiros buscam precipitadamente fora de Angola a segurança e tranquilidade que esta lhes nega, abandonando haveres e deixando aqui um vazio difícil de preencher em curto prazo; os segundos procuram ansiosamente nos meios rurais aqueles mesmos bens de que os centros urbanos se tornaram avaros” (*ibid.*, pp. 34-35).

Os anos 1974 e 1975 foram particularmente importantes para a Igreja Católica de Angola pelo facto de se registarem mudanças profundas no seu seio, nem sempre resolvidas de modo conciliatório. Por isso, longe de constituir uma liderança unívoca, houve também

no interior da própria Igreja contradições quanto ao papel que deveria assumir nos novos tempos.

“As tensões entre padres e religiosos que ansiavam pela independência próxima e aqueles para quem o fim do sistema colonial significava uma perspectiva obscura e pesada, dificultavam para a igreja o processo da superação honesta e efectiva do seu próprio passado recente. Em todos os níveis, até dentro da Conferência Episcopal, não havia concordância em como avaliar a história e como reagir frente às novas condições que se articulavam” (Schubert, 2000, p. 131). Dois exemplos de maior relevância são o caso do Bispo do Uíge, que no passado entendia que os sinais de vocação divina cabiam a Portugal na história, e com o aproximar da independência mudou radicalmente de posição, colocando em causa a Concordata e defendendo maior abertura ecuménica, e o caso do cardeal que chegou a defender que seria melhor abandonarem o país aqueles que não podiam ou não quisessem acompanhar as mudanças políticas e sociais.

Em 1976, a carta pastoral desse ano colocava uma ênfase sobre a guerra generalizada e a liberdade religiosa do novo Estado angolano.

A despeito do clima político e do alastramento da guerra em todo o território nacional, os bispos católicos fizeram saber ao novo poder político as consequências do agravamento da situação para as populações locais que, ao mesmo tempo, condicionavam mais uma vez a acção dessa instituição religiosa.

A referida carta vinha decididamente denunciar os procedimentos arbitrários praticados pelo novo poder, ao ponto de se verificarem, segundo a mesma, prisões e raptos, devastação dos bens e patrimónios da Igreja, bem como obstáculos aos missionários que se ocupavam da administração das missões católicas em determinadas regiões do país.

Tais procedimentos, segundo os bispos, violavam e entravam em colisão com a Lei Constitucional de 1975, na qual a liberdade religiosa era consagrada e garantida, bem como reiteradas vezes os altos dirigentes reconheciam publicamente.

A este propósito, a Lei Constitucional de 1975 consagrava que “A República Popular de Angola é um Estado laico, havendo uma completa separação entre o Estado e as instituições religiosas. Todas as religiões serão respeitadas e o Estado dará protecção às igrejas, lugares e objectos de culto, desde que se conformem com as leis do Estado” (Lei Constitucional de Angola, 1975, p. 6).

Nesta fase verificou-se a primeira contradição em que a Igreja foi fortemente afectada, ao ponto de reagir desfavoravelmente à postura dos dirigentes que obrigavam a estação

radiofónica da Igreja a transmitir programas de propaganda político-partidária, muitas das vezes criticando a própria doutrina (cf. Wolfers & Bergerol, 1983, p. 183).

Segundo os bispos católicos que estavam em sintonia como o Estado revolucionário, “a igreja não formula objecções à construção de uma sociedade socialista aberta aos valores humanos e cristãos. A sua bem conhecida Doutrina Social aponta claramente os males e injustiças dos sistemas capitalistas, reclamando que as riquezas naturais ou produzidas pelo trabalho e inteligência dos homens sejam postas ao serviço de toda a comunidade” (CEAST, 1998, p. 50).

Procura, no entanto, estar em sintonia com as exigências do novo Estado: “dentre as palavras programáticas, que presentemente mais circulam no país, destaca-se a de construir um homem novo, como diz o hino nacional” (*ibid.*, p. 37). Para a referida instituição missionária, havia “nisto perfeita consonância com a letra da mensagem cristã” (*ibid.*), cuja articulação fazia sentido com a concepção de transformação dos indivíduos à luz da visão da Igreja.

Nesta carta, além da preocupação com a guerra, os bispos apontavam o dilema da educação da juventude, onde os pais deveriam ter a oportunidade de decidir, pois, segundo eles, o Estado revolucionário reservou-se o direito de definir exclusivamente a orientação educativa, o que muito contrariava os princípios da liberdade individual adoptados pela Igreja (*ibid.*, p. 53; Nascimento, s.d., p. 69).

Este episódio foi certamente o primeiro sinal de confrontação e antevisão do que se avizinhava no futuro próximo, embora afirmativamente a Igreja Católica tenha assumido nas cartas anteriores uma postura de colaboração com o novo poder.

No decurso da guerra que se alastrava país adentro, além do desenvolvimento da situação política de confronto directo no seio do partido do governo, a Igreja fez publicar uma carta pastoral no mesmo ano em resposta ao novo poder.

Na sexta carta pastoral pós-independência, de 14 de Dezembro de 1977, sensivelmente quatro dias após a realização do congresso do MPLA e sete meses depois dos episódios do 27 de Maio, os bispos católicos de Angola voltaram a pronunciar-se acerca da situação política e da liberdade religiosa nacional. Os acontecimentos que estiveram na base de tais pronunciamentos prendem-se com três principais aspectos de particular importância para a Igreja.

O primeiro deles era acerca da contradição entre a teoria e a prática sobre a liberdade religiosa, uma vez que os bispos constatavam sucessivos atropelos à acção missionária

cristã, ao ponto de se verificar o encerramento da sua estação radiofónica por se recusar a transmitir a propaganda política do novo poder.

O segundo aspecto a considerar pelos bispos católicos diz respeito à orientação ideológica do novo poder político angolano para o marxismo-leninismo, pois viam nisso um verdadeiro descaminho para a jovem República Popular de Angola.

Houve, no entanto, reacções enérgicas dos poderes políticos e da imprensa pública, criando por isso um clima de crispação entre o Estado e a Igreja.

Para a Igreja era inaceitável e intolerante que se educasse ou se pretendesse que a juventude encarasse a sua acção como uma ameaça e alienação. Os bispos viam nisso uma manifestação de puro desprezo e um atentado contra a contribuição que vinham prestando nas comunidades a diferentes níveis, ao ponto de comprometer a actuação missionária nas regiões mais recônditas no país, onde o Estado não se fazia representar.

A Igreja Católica, diante do seu poder e conhecimento missionário acumulado, viu nessa manifestação política um cunho autoritário e a usurpação do seu papel de influência e orientação das populações, na medida em que se tornava vulnerável face ao poder ora instalado em Angola.

Segundo Benedit Schubert, imediatamente após o término do congresso do MPLA, os bispos publicaram uma carta pastoral em que confirmavam o receio do governo de que a Igreja era uma instituição que não se deixaria encaixar voluntariamente no sistema da República Popular de Angola. Pelo contrário, os bispos acusaram o governo de não respeitar os limites de competência do seu poder; era facto que o MPLA enquanto partido que suportava o governo havia elaborado uma constituição que assegurava a liberdade de fé e de consciência; a sua política, porém, feria estes mesmos princípios (Schubert, 2000, p. 186).

Como se pode verificar na carta pastoral de 1977, o governo justificou a nacionalização da emissora católica com o facto de que a legitimidade para o seu funcionamento baseava-se na Concordata entre a Igreja Católica e Portugal que datava de 1947, argumentado pois que a rádio necessitava de uma nova base legal, sendo que a Concordata passou a ter efeito nulo.

A emissora católica ainda chegou a funcionar no quadro da nacionalização, enquadrada no aparelho informativo da emissora nacional, cabendo-lhe a tarefa de coordenar as edições de acordo com as directrizes do partido e de as distribuir pelas respectivas subestações provinciais.

A polémica entre a Igreja e o Estado revolucionário estendeu-se para as páginas do diário nacional *Jornal de Angola*, pois este último havia noticiado que “batidos nas diversas

tentativas de destruir a Revolução por meios violentos, tentam os imperialistas levantar novos focos de tensão à revolução angolana” (*ibid.*, p. 64).

Mais adiante acrescentava o referido jornal que “a criação do MPLA-Partido do Trabalho, garantia da radicalização e prosseguimento da revolução socialista, guiada pela ideologia marxista-leninista, teria de ser forçosamente um alvo para a fúria e o estertor do imperialismo nesta zona do mundo. Vencidos nas confrontações directas, passam ao ataque calunioso e aleivosamente cínico através de alguns senhores, chamados venerados representantes da Igreja camaleonicamente dita universal” (*ibid.*).

O diário nacional, *Jornal de Angola*, evocava igualmente que as razões que estavam na base do encerramento da estação emissora da Igreja Católica prendiam-se com a transmissão do comunicado dos golpistas de 27 de Maio, argumentando assim a ligação dessa instituição aos primeiros. Porém, a resposta dos bispos foi bastante ténue e visou tão-somente contrariar tais pronunciamentos, sem, contudo, agravar as divergências, alegando que a rádio católica, uma vez limitada à sua acção pela estação nacional, apenas obedeceu aos ditames exigidos pela lei da nacionalização dos órgãos informativos.

De 1978 a 1987, nas cartas pastorais que se seguiram à polémica, a Igreja focalizou-se na reflexão sobre a acção missionária, os problemas internos da evangelização, e sobre os grandes temas considerados fundamentais como a família, o aborto, o matrimónio e a educação, que na visão dos bispos católicos continuavam a ocorrer de modo contrário aos princípios da liberdade. A pertinência da mensagem dos bispos incide no facto de mais uma vez constatarem a desvirtualização da educação juvenil religiosa e a sua substituição pela orientação ideológica, sendo que o Estado reservava para si a escolha dos cursos prioritários para o país, obrigando os jovens que fossem estudar para o estrangeiro, em particular nos países socialistas, a seguirem esse tipo de formação. Os bispos voltam a posicionar-se contra aquilo que consideram como o “materialismo solapado em todas as estruturas da vida, onde o prazer aparece como filosofia corrosivamente aceite no contexto social de hoje” e defendem que “é preciso repor no seu sítio a exigência da ascese, como meio necessário para nos centrarmos no essencial da vida e assumirmos a radicalidade da nossa vocação cristã” (CEAST, 1998, p. 170).

Em Novembro de 1989, volta a polémica entre a Igreja e o Estado independente através de dois textos amplamente divulgados no diário público, que assim assumia o papel de contra-ataque ao comunicado dos bispos, que apelavam urgentemente aos responsáveis políticos a retomarem a mesa das negociações para se pôr fim à guerra, pois segundo os

mesmos, os Acordos assinados em Gbadolite¹³ tinham lançado nuvens de esperança no país. Os bispos, como porta-vozes da comunidade católica, convidavam os responsáveis a procurar maior engajamento para com o processo de busca pela paz sincera e definitiva para Angola.

Esta mensagem não foi interpretada como sendo carregada de boas intenções, pois segundo o *Jornal de Angola*, a direcção da Igreja estava a imiscuir-se nos assuntos políticos e somente o governo de Angola tinha legitimidade para falar em nome do povo. O tom agressivo de uma série de editoriais do *Jornal de Angola* acusava os bispos de estarem interessados em manipular a opinião pública nacional, manifestando-se favoráveis às posições dos Estados Unidos da América e dos rebeldes da UNITA, pois não se compreendia muito bem que lições de democracia os bispos pretendiam dar ao governo (CEAST, 1998, p. 218).

De maneira pouco distanciada da posição católica, as igrejas protestantes mantiveram uma relação ambígua com o novo poder da República Popular de Angola. A tendência, algo exagerada, de associar os metodistas ao MPLA, tem como argumento a educação religiosa de Agostinho Neto e de alguns dirigentes da sua direcção. Porém, se é verdade que Neto foi certamente educado no seio dos metodistas, não é menos verdade que o seu relacionamento com esta instituição foi marcado pelo distanciamento e com base no princípio constitucional da separação entre a Igreja e o Estado independente – muito embora tenha visitado essa Igreja e reiterado a intenção de cooperação das duas instituições, isto é, entre o Estado independente e a Igreja Metodista. Mais do que Agostinho Neto, o bispo metodista Emílio de Carvalho manifestou-se mais interessado no estreitamento das relações, considerando a visita do presidente como um regresso deste a casa.

5.2. A posição das Igrejas Protestantes

Benedict Schubert traça a trajetória das Igrejas Protestantes e o relacionamento destas com os movimentos de libertação a partir da base regionalista e segundo o argumento da influência educativa que essas formações religiosas exerceram sobre eles. Tal associação,

¹³ Cimeira política ocorrida na cidade congolosa de Gbadolite que reuniu à mesma mesa vários chefes de Estado africanos – José Eduardo dos Santos (Angola), Quett Masire (Botswana), Pierre Buyoya (Burundi), Aristides Pereira (Cabo Verde), Hissène Habré (Chade), Denis Sassou-Nguesso (República do Congo), Omar Bongo (Gabão), Moussa Traoré (Mali), João Bernardo Vieira (Guiné-Bissau), Joaquim Chissano (Moçambique), Ibrahim Bembagida (Nigéria), Manuel Pinto da Costa (São Tomé e Príncipe), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Robert Mugabe (Zimbabué), Ali Hassan Mwinyi (Tanzânia) – e o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, sob iniciativa e orientação do presidente Mobutu Sese Seko (RDC ou ex-Zaire), para o alcance da paz e reconciliação entre o governo angolano e a UNITA, aos 22 de Junho de 1989 (Valentim, 2011, pp. 40-41).

como se pode verificar, encontra-se reflectida em outros autores, e coloca uma ênfase sobre os critérios adoptados que homogeneizam as divergências que se registaram no seio dessas denominações religiosas, bem como as estratégias para a sua afirmação no contexto da guerra prolongada e da viragem política de Angola.

No entanto, este mesmo autor sugere que as posições assumidas pelo bispo metodista Emílio de Carvalho tornaram claro o engajamento dessa Igreja no contexto de uma sociedade socialista em Angola. De acordo com Schubert, e referindo-se ao bispo Emílio de Carvalho, a defesa do “serviço cristão para a edificação de uma sociedade socialista é uma necessidade histórica” (Schubert, 2000, p. 144). Não havia, pois, uma oposição entre o cristianismo e o marxismo, sendo que o bispo apontava como certo o “caminho mais racional, mais ético, mais realista, mais responsável” (*ibid.*), assinalando que “todos os cidadãos socialistas de fé cristã” (*ibid.*) deveriam ser vistos pelo partido MPLA e pela comunidade de fé a que pertenciam “como verdadeiros camaradas na construção do socialismo” (*ibid.*).

Dito de modo mais claro, Emílio de Carvalho era da opinião de que “a orientação socialista da Angola independente não significava um problema para as igrejas, mas muito mais uma chance” (*ibid.*, p. 145).

Benedict Schubert sugere igualmente que “Emílio de Carvalho defendeu que Angola tinha-se decidido pelo socialismo, e a igreja devia definir o seu lugar neste contexto, o qual aproveitaria para pôr em prática a evangelização das populações. A opção socialista de Angola devia ser entendida como sinal dos tempos, não se colocando em oposição ideológica” (*ibid.*). Porém, o paralelismo socialista que o bispo metodista estabeleceu entre Angola e os países da Europa do Leste, ao justificar tal opção ideológica, ocultava as experiências das igrejas nesses contextos de fechamento político (cf. Pestana, 2002, pp. 127-128).

Schubert continua a defender que a Igreja Metodista beneficiou dos contactos pessoais dos seus membros com o MPLA. Ao mesmo tempo, portanto, sugere que “a direcção da IMUA pagou um preço alto pela sua parcialidade para com o MPLA, ao tentar abreviar um processo de tomada de decisão e nivelar diferenças existentes no seu interior devido à filiação política” (Schubert, 2000, pp. 146-147). Desta forma, a Igreja Metodista criou as condições de clivagens internas ao ponto de as tensões atingirem a separação de uma ala independente da igreja em Malanje em relação à direcção com a sede situada em Luanda. Retomaremos essa questão ao longo do último capítulo.

Por parte das outras Igrejas, a posição do bispo metodista “foi considerada como ‘a Igreja do Estado’, o que exprimia tanto inveja e admiração como receio e preocupação – e tornou difícil o relacionamento entre as diversas comunidades religiosas” (Schubert, 1999, pp. 409-410). Estas últimas comunidades religiosas protestantes, por causa das divergências políticas, lançaram-se num profundo silêncio, ao ponto de se absterem politicamente e recusarem manter influência sobre a vida social, tal como tinha ocorrido durante a guerra anticolonial, acabando por lidar da mesma forma com o novo poder político de Angola independente.

Obviamente que a abstinência política comparada à entrega da evangelização incisiva pode ter concorrido para codificar uma mensagem de não concordância com o modelo de sociedade que tinha sido instituído.

Entre 1976 a 1978, no seio da sociedade angolana registou-se um elevado nível de tensão por parte do Estado e de três denominações religiosas afastadas da matriz dualista católica e protestante. Duas delas eram as igrejas Tocoísta e Kimbanguista¹⁴, de matriz profética ou messiânica africana. A terceira era aquela que se figurava mais ou menos à margem da sociedade, nomeadamente a comunidade de Testemunhas de Jeová.

O confronto tomou proporções acentuadas quando a Organização da Mulher Angolana (OMA), o braço feminino do partido no poder, apresentou publicamente um protesto que exigia medidas severas do então primeiro-ministro Lopo do Nascimento em relação à reeducação política em campos de trabalho para os membros das igrejas Tocoísta, Kimbanguista e das Testemunhas de Jeová. O ambiente de confronto chegou ao ponto de se exibirem cartazes com dizeres que associavam as Testemunhas de Jeová a agentes da CIA em Angola, e os tocoístas e kimbanguistas à FNLA, pelo facto de muitos dos seus membros serem originários do norte do país.

No entanto, a atitude do governo acabou sendo mais condescendente para com os tocoístas e kimbanguistas do que em relação às Testemunhas de Jeová.

Em consequência disso, os órgãos centrais do MPLA-PT decidiram interditar a presença das Testemunhas de Jeová em território nacional, sendo essa medida decretada oficialmente a 8 de Março de 1978.

¹⁴ Ambas surgiram nos meios Kongo (no antigo Congo Belga), embora a Tocoísta fosse criada por um angolano exilado naquele país. Isto é importante pois participaria dos múltiplos factores de oposição, por um lado contra o poder colonial (no caso da Igreja Tocoísta) e, por outro, o Estado angolano e a Igreja Católica a seguir à Independência (caso da Igreja Kimbanguista fundamentalmente, vista como uma séria ameaça pelos católicos).

Em Novembro do mesmo ano publicou-se, a partir dos gabinetes do partido no poder, uma brochura que desencorajava a participação popular no seio da igreja Testemunhas de Jeová, considerando-a instrumento do capitalismo pela insistente recusa em respeitar os símbolos nacionais.

A brochura incitava os cidadãos e membros do partido a lutarem contra essa religião onde ela se fizesse presente, acusando-a de seita religiosa, que se recusava a participar dos sacrifícios nacionais com a objecção doutrinal à guerra e à transfusão de sangue.

A partir de 1983-1984, notou-se certa ambiguidade que resultava da arbitrariedade com que se ofereciam favores e vantagens às Igrejas ou se lhes limitavam as possibilidades de acção. No fim dessa década, à medida que avançava o materialismo científico, perante a perda do apoio popular, “o governo procurou novo acesso à população através das Igrejas, e começou o tempo a que o então director nacional dos assuntos religiosos chamava de ‘namoro entre o Estado e as Igrejas’” (*ibid.*, p. 412), quando internamente houve tentativas de aproximação dos vários grupos a partir de duas plataformas alargadas (o Conselho das Igrejas Evangélicas - CAIE e a Aliança Evangélica de Angola - AEA).

O autoritarismo vigente na RPA levou à “intimidação e à persuasão das estruturas democráticas do protestantismo [cujas práticas não correspondiam os seus interesses]” (*ibid.*, 413). Tal como no palco político, os conflitos e divergências no seio do protestantismo eram, muitas vezes, resolvidos na mesma via da repressão, exclusão e dominação” (*ibid.*). Isso provocou, a longo prazo, um clima de divisão e impotência estrutural, culminando na década de 1990 na chamada “proliferação de Igreja e seitas”.

Em 1985, durante a celebração do centenário da Igreja Metodista Unida de Angola, Lúcio Lara, então responsável do MPLA, no seu discurso alusivo a essa data afirmou o seguinte:

“Coube-me o honroso dever de presidir a delegação partidária governamental gentilmente convidada a participar no acto central comemorativo do 1º centenário da Igreja Metodista Unida de Angola e de endereçar, em nome do Partido, do governo e do presidente José Eduardo dos Santos, ao senhor bispo Emílio de Carvalho e através dele a todos os membros da sua igreja, vivas e fraternais saudações e os melhores votos de prosperidade. Não podíamos alhear-nos de uma efeméride centenária que toca uma significativa parte do nosso povo, a despeito do itinerário complexo percorrido nessa longa etapa em que acabou por desabrochar e desenvolver-se no seio dos metodistas angolanos uma atitude patriótica de inegável valor histórico, que a feroz repressão do colonialismo português não conseguiu liquidar. [...] Pelo contrário, essa repressão provocou uma crescente tomada de consciência nacional nessa família cristã, que acabaria por gerar aquele que veio a ser o fundador da nação angolana, o saudoso Dr. António Agostinho Neto. Foi tendo em conta a sua memória e a daqueles patriotas membros da Igreja Metodista que nas matas e nas chanas, nas aldeias e nas vilas, tombaram durante a guerra de libertação ou suportaram o sacrifício do cárcere ou do deserto, que se acedeu a ceder este recinto público para cenário deste simbólico acto

central. O partido aproveita assim esta ocasião para render, uma vez mais publicamente, uma sincera homenagem a todos os patriotas religiosos, católicos, protestantes ou animistas que, integrados ou não no MPLA, sacrificaram as suas vidas para que Angola se tornasse independente” (João, 2001, p. 252).

Neste discurso, Lúcio Lara argumentou que a concepção de Marx de a igreja ser considerada o “ópio do povo” deve ser entendida no contexto do Estado colonial português, cujas forças sociais se encontravam subordinadas àquele sistema político.

Este dirigente do MPLA, após um mau clima entre o Estado e as igrejas devido às difíceis relações entre ambos, assegurou naquele acto que “a opção filosófica do Partido e do Estado põe-nos à vontade para no seio desta comunidade religiosa angolana, reafirmar que o materialismo que inspira o programa do Partido e acção dos órgãos do Estado e a luta ideológica praticada contra o idealismo, não excluem o relacionamento e colaboração com as instituições religiosas reconhecidas, no quadro do respeito pelas leis e pelos interesses sagrados do nosso povo” (*ibid.*, pp. 252-253).

Continuando com o mesmo discurso, este dirigente máximo do partido no poder afirmou ainda que:

“Passou o tempo dos privilégios concedidos a uma única igreja instrumentalizada em benefício da exploração colonial, provocadores de preconceitos aberrantes de que é ilustrativo o excerto que cito a seguir de uma circular confidencial de Março de 1958, do governador colonial português aos governadores de distritos, a propósito da fiscalização que devia incidir sobre as populações evangélicas: ‘quem lida com os indígenas educados sob a influência das missões protestantes, nota uma influência flagrante com os que o são pelas Missões católicas. Aqueles são mais sociáveis, têm outros hábitos de trabalho, são bem-educados sob o ponto de vista cultural e profissional, são mais talhados para a vida prática. Estes são mais místicos, mais acanhados, mais pobres, incontestavelmente mais portugueses. É que nestes há uma unidade religiosa, a preocupação de fazer além de tudo os mais, bons cristãos. E essa preocupação dominante, pondo de parte outras de ordem prática, se por um lado tem uma inconveniência, por outro lado tem a vantagem de uniformizar, num mesmo estádio cultural, todos os indígenas de Angola”’ (*ibid.*, p. 253).

A partir desse momento, com a aceitação em participar nas celebrações do centenário da Igreja Metodista Unida de Angola, o partido MPLA, na pessoa de Lúcio Lara, dava assim um sinal de aproximação à Igreja, visto que logo a seguir à realização do primeiro congresso e, conseqüentemente, à adopção do socialismo, criou-se um ambiente que dificultava a convivência entre o poder político e o religioso, na medida em que pouco a pouco a doutrina política socialista se ocupou de áreas que estavam anteriormente sob a exclusiva alçada das igrejas. Um exemplo notável foi a área da educação dos jovens, que contava com uma forte intervenção das missões católica e protestante desde o período colonial. Ao verem-se confrontadas com uma suposta inversão do modelo de ensino, as igrejas viram-se na contingência de reagir face àquilo que considerava como sendo “um atentado à formação e educação da juventude” (*ibid.*).

O aparente unanimismo das estruturas do partido e o alargamento que se pretendia para as instituições sociais no período socialista angolano são, por via disso, problemáticos. Isso pode-se verificar na atitude das entidades religiosas, que concorriam entre uma aparente aceitação e o confronto directo com o poder político, pois, segundo Achille Mbembe, as igrejas e Estado proclamavam ‘sistemas de verdades’ que muitas vezes eram antagonismos declarados. Ou seja, “o recurso à unanimidade e à aprovação como regra decisória, iniciativa intelectual e modo de participação política, deixou o caminho aberto para uma personalização excessiva do poder que sugere a omnipresença da figura e do nome dos chefes de Estado nos locais públicos” (Mbembe, 2013, p. 114).

À medida que os anos foram passando entre as décadas de 1980 e 1990, verificou-se “a falência dos regimes que pretendiam conceder a salvação ao povo e a derrocada dos grandes mitos que, logo após as independências, visavam mobilizar os indígenas, geram um período de stress ideológico, cinismo e incredulidade popular perante as pretensões messiânicas dos poderes pós-coloniais” (*ibid.*).

Um exemplo notório é o confronto aberto que se verificou entre a Igreja Católica e o Estado independente de Angola, nos finais dos anos 80, onde a primeira de uma série de cartas pastorais criticava aquilo que considerava como sendo “uma visão totalitária do Estado e da concepção marxista-leninista sobre a religião e o diálogo político” (CEAST, 1998, p. 216), como resposta à reacção do *Jornal de Angola* à mensagem dos bispos. “A própria ideia do partido único, verificado na maior parte dos Estados Africanos, emana de uma lógica de pensamento que, teoricamente, rejeita qualquer diferença” (*ibid.*, p. 148), e não tolera concorrência ao seu “sistema de verdade” (*ibid.*), como se constatou no caso das igrejas cristãs, sem prejuízo das suas particularidades.

No que se refere ao Estado paralelo protagonizado pela UNITA, as lideranças da Igreja Protestante no centro e sul de Angola foram como que arrastadas pelas pressões exercidas por ambas as partes da guerra, acabando por aderir às fileiras dessa organização, arrastando consigo centenas ou mesmo milhares de pessoas muito em consequência da visão urbana e elitista de que era alvo a direcção do MPLA. A UNITA, por isso, articulou um discurso político, apesar do viés etnizante subjacente no apelo que Savimbi fez, em 1974, à ‘longa marcha dos Ovimbundu’ espalhados pelo norte de Angola. O líder da UNITA advogava que a sua organização tinha como base a defesa dos camponeses angolanos vítimas do capital estrangeiro (cf. Comaroff, 2006, p. 14).

Capítulo 6. “Estado Paralelo da Jamba”: Violência Política das Matas às Cidades

Este capítulo analisa a experiência de guerrilha da UNITA ao longo do tempo e a sua transformação de grupo armado em partido político, cujo centro de ‘gravitação política’ era a Jamba.

O enfoque do capítulo estará centrado na localidade da Jamba, situada no extremo sudeste de Angola, que de simples mata desértica se transformou num símbolo que representa a sobrevivência político-militar para a UNITA, e ainda representa tal no imaginário político do partido criado por Jonas Savimbi. Pretende-se, sobretudo, elaborar um mapeamento do percurso político e militar dessa organização durante as décadas de 1970 e 1980, mobilizando populações em torno da sua causa. Trata-se, sobretudo, de uma tentativa de compreensão da dimensão política e simbólica da Jamba como força mobilizadora à volta de um pedaço de terra no longínquo sudeste angolano (cf. Pearce, 2010), e como a violência venceu no seu seio enquanto parte beligerante envolvida directamente na escalada de violência política que se desenrolou em todo o país. É por isso que esse subtema se justifica na presente dissertação.

De referir que a UNITA surgiu no âmbito da conjuntura conflitual existente no seio do movimento nacionalista angolano, onde Jonas Savimbi aparece como agregador das reivindicações das populações das regiões centro, sul e parte do leste de Angola, uma vez que se incompatibilizou com os outros dois movimentos já existentes. De qualquer modo, aproveitando-se das simpatias de alguns líderes africanos, capitalizou esses ganhos para formar uma terceira força política que passou a ocupar-se da luta anticolonial em regiões onde não havia grande expressão política nem do MPLA nem da FNLA. Na verdade, a despeito das condições reais da luta anticolonial, a UNITA veio ocupar um espaço político que os dois movimentos anteriores a ela não foram capazes de preencher dada a existência de algumas características sociológicas salientes nessas regiões.

Entre a China, o Egipto e a Zâmbia, Jonas Savimbi projectou a sua organização política, beneficiando do apoio tácito das autoridades zambianas e da forte mobilização que se verificou junto das autoridades tradicionais e religiosas no seio dos refugiados angolanos na Zâmbia e no planalto central, em 1974, junto das principais missões protestantes. As acusações que proferiu contra o autoritarismo de Holden Roberto, associado à ausência de diversidade na FNLA, bem como a inconsistência que dizia se verificar no interior do MPLA, funcionaram como justificação para o seu abandono da primeira organização política e as reticências em relação à segunda organização, e serviram de pretexto para se lançar no

movimento nacionalista angolano por si próprio. Em entrevista a John Marcum (1969), Savimbi justificou a saída da FNLA porque pretendia criar uma organização que pudesse representar outras regiões de Angola, pretensão que, de algum modo, encerra algumas contradições com a sua prática política posterior.

Ao traçar o percurso dos grupos de protesto no planalto central que surgiram a seguir à Revolução Comercial, em meados do século XIX, Linda Heywood (2000) defende o argumento segundo o qual a UNITA incorporou as reivindicações deste “Estado Ovimbundu” e de um certo “nacionalismo oitocentista”. Apesar das disputas da época, essa autora sugere, também, que a UNITA foi resultado desse movimento nacionalista ‘Ovimbundu’ que se desenvolveu em paralelo aos outros dois movimentos em torno das regiões Kimbundu e Kongo. A autora argumenta, portanto, que este facto está na base do despertar do nacionalismo entre os ‘Kimbundu’ e os ‘Kongo’, associado ao desempenho das missões religiosas na educação e ao desenvolvimento das elites nas três regiões do país, nomeadamente do norte, litoral e do planalto central.

À partida, esta leitura sobre o movimento nacionalista levanta o mesmo tipo de problema que já foi abordado no primeiro capítulo concernente às associações feitas segundo critérios étnicos que, na realidade, desempenharam papéis fragmentários e pouco servem para explicar as divergências que surgiram no interior dele antes da independência de Angola.

Se é verdade que as missões católicas e protestantes desempenharam um papel crucial para a formação dos integrantes dos movimentos de libertação, por outro, não é menos verdade que desenvolveram as suas actividades em circunstâncias que as colocavam em sintonia com o poder colonial nas diversas fases. Daí que, ao contrário da primeira gesta da UPA, descendentes da monarquia Kongo quiseram, num primeiro momento, reestruturar o movimento nacionalista em torno do legado desse reino. Ao contrário disso, salvo em termos muito remotos, a UNITA pode ser tida como sendo um resultado da matriz identitária regional para que funcionasse como eixo de agregação da causa nacional. Mas, como se poderá facilmente verificar, a UNITA surge originalmente associada a outros grupos do norte (Cabinda) e nordeste (Malanje e Lunda Norte), sul e sudoeste (Kuanjo Kubango e Cunene e Moxico) de Angola, facto que coloca em contradição qualquer projecto exclusivamente ancorado sob a matriz nacionalista Ovimbundu (Heywood, 2000).

De acordo com o moçambicano Aquino de Bragança, Savimbi, tendo falhado as tentativas de entrada no MPLA e posterior abandono da FNLA, teria criado a UNITA junto das comunidades angolanas refugiadas na Zâmbia, e ultrapassou o MPLA quando abriu uma

frente militar no leste angolano. Bastante mal equipado em armamento, não dispo de uma base de apoio de retaguarda e tendo-lhe sido recusado o apoio pelo presidente Kaunda, o combate da UNITA nessa região baseava-se em “acções espectaculares” (Bragança, 1981, p. 94). Este autor sugere que o movimento de libertação liderado por Savimbi sobreviveu graças ao apoio discreto da DGS, que se deu perfeitamente conta que “a UNITA tem mais ódio ao MPLA do que aos portugueses e poderia, portanto, ser um aliado objectivo contra o inimigo comum, o movimento de Agostinho Neto” (*ibid.*). De acordo com António Vakulukuta, a decisão de a UNITA ter escolhido o leste do país para organizar a sua luta não foi por mero acaso. Tinha sido cuidadosamente planificado o início da luta e o estabelecimento da primeira base de guerrilha na região sudeste do país, de modo a estar próxima das massas populares que se encontravam aí a resistir à primeira ocupação estrangeira (Vakulukuta, 1982, p. 15).

Apoiando-se sobretudo no primeiro grupo de estudantes angolanos espalhados pela Europa e Estados Unidos, Jonas Savimbi fez a primeira mobilização de quadros para a UNITA. Trata-se da primeira geração de estudantes que integrou a organização de Jonas Savimbi, a que mais tarde se juntaram outros grupos, desenvolvendo na década de 1960 actividades políticas de menor dimensão. A consolidação dessa organização política terá contado decisivamente com a intervenção chinesa, que forneceu treinamento militar ao primeiro grupo de guerrilheiros do qual faziam parte Samuel Chiwale e mais outros jovens que abraçaram o movimento liderado por Savimbi.

Segundo Aquino de Bragança, foi ele próprio que revelou publicamente, a contragosto da direcção do MPLA, algumas cartas ou *dossier* de Savimbi, pois “havia interesse em revelar a personalidade extremamente complexa, contraditória, conflituosa e ambígua desse homem que se chama Jonas Savimbi, que foi um companheiro na luta contra a situação colonial” (1985, p. 34). Bragança afirma igualmente que foi ele próprio que apresentou Jonas Savimbi ao guerrilheiro Ché Guevara, reconhecendo o desempenho deste no seio do movimento nacionalista, e que tinha perspectivas de aliança com o MPLA (*ibid.*). Este autor defende também que “Jonas Savimbi e a UNITA nascem como movimento nacionalista, que logo desemboca num conflito com o MPLA” (*ibid.*).

A mobilização feita pela UNITA antes da independência ao nível das missões evangélicas protestantes do Huambo e do Bié, colocou sob pressão as populações, sobretudo os jovens pertencentes às famílias da elite local e outros menos afortunados que viviam as agruras da situação colonial nessa região. Esta mobilização foi realizada em toda a extensão

do planalto central, sobretudo a partir das missões evangélicas, vilas e cidades do Huambo e do Bié (cf. Peclard, 2005), como se pode verificar no seguinte excerto:

“então eu deveria ir para a missão evangélica do Elendu para fazer a 3ª e a 4ª classe. Aí realmente vi que ia mesmo para a UNITA, porque depois esse Elendu foi todo para a UNITA. Tudo que era missão evangélica” (Homem, 60 anos, ELis, 2014c).

O líder da UNITA, quando na véspera da independência nacional deslocou-se para a província do Huambo, “converteu tudo. Porque ele também era protestante. Mas o Savimbi faz uma coisa tremenda aí durante três meses, entretanto, mudou o Huambo” (*ibid.*).

Jogando com o facto de a UNITA, em relação aos outros dois movimentos nacionalistas, ter sido aquele que surgiu mais tarde, Savimbi articulou a sua mensagem política com aspectos de natureza étnica como mecanismo de mobilização:

“Há coisas que depois se tornam fatais. Ele foi sempre com essa coisa [étnica] com a esperança que poderia haver eleições. Com a esperança de que a independência seria feita através de eleições em Novembro de 1975. Ele pensou [imediatamente na vantagem numérica que lhe proporcionavam] os 40 porcentos” [da população local] (*ibid.*).

Não tendo logrado os seus objectivos na guerra que eclodiu imediatamente a seguir à independência,

“a UNITA criou a Jamba, bastião da resistência e denominada capital das terras livres. A região em que está situada constitui, é verdade, habitat privilegiado daqueles corpulentos mamíferos. Por isso, Jamba é, também, sinónimo de resistência, força, determinação. Com os elefantes firmamos um pacto de não agressão. Estabelecemos a coabitação. E fizemos deles um símbolo vivo da nossa firmeza no combate por uma Angola Livre e Democrática” (II Congresso da UNITA, 1989).

A ‘República da Jamba’, conforme se procurará demonstrar, foi também um lugar de produção e reprodução de violência. A partir disso, a primeira interpelação vai no sentido de saber de que forma se produziu essa violência, além do facto de o país estar em guerra. Nessa fase em concreto, a UNITA opunha-se formalmente ao MPLA, ou ao tipo de Estado por este proclamado?

A presente hipótese é a seguinte: a Jamba simbolizou para a UNITA o ideário da resistência contra a ocupação estrangeira em aliança com o MPLA, que julgava totalitário, limitando a convivência com uma segunda força política, embora o objectivo máximo de Savimbi fosse a conquista do poder em Luanda. Ou seja, a Jamba funcionou para Savimbi e para a UNITA como o centro de mobilização popular de apoio político e militar, e marco da trajectória dessa organização com vista à conquista da capital do país.

Falhado estava o plano de proclamação da independência e a criação da República Democrática de Angola, em conjunto com a FNLA e a UNITA no Huambo, em 1975. Mas uma proclamação que iria acontecer de modo desunido e conflitual: nem Savimbi nem

Holden aceitaram presenciar o evento, como resultado de divergências (inclusive no seio da UNITA) sobre o princípio mesmo de se proclamar a ‘República Democrática de Angola’ (Muekalia, 2009, p. 34; Henderson, 2013, p. 636). Ao contrário do que sucedeu em Luanda,

“no Huambo, por exemplo, só 2000 pessoas se reuniram às zero horas do dia 11 de Novembro num estádio de futebol, ouvindo-se à volta tiros de metralhadora, alguns dos quais eram disparados para comemorar a independência, mas outros provinham dos recontros entre a UNITA e a FNLA. Aquela cerimónia decisória terminou quando um oficial de baixa patente da polícia militar da UNITA fez a saudação, enquanto a bandeira da UNITA estava a ser içada”. Ali, não havia nenhum dirigente da UNITA” (Henderson, 2013, p. 636).

Um ano mais tarde, após terem sido empurrados pelas forças militares das FAPLA e os catangueses para os extremos sul e norte do país, a República Democrática de Angola iria deixar de facto de existir. A ela sucedera, mais tarde, uma entidade territorial que a UNITA iria erguer por via militar, e que teria como epicentro simbólico, político e militar, a ‘República da Jamba’, capital dos territórios sob o controlo da UNITA. Portanto, a declaração de independência, feita nessas condições, foi seguida pela intensificação das hostilidades, marcando assim o reinício de um conflito armado que, na realidade, já tinha começado em plena luta armada anticolonial, primeiro entre o MPLA e a FNLA, e depois de 1966, entre os três movimentos armados. O conflito armado duraria até 2002, e os seus actores principais foram: o MPLA, antes de tudo apoiado por Cuba, pela União Soviética e uma aliança militar com catangueses/zaienses (Mabeko Tali, 2005, p. 271) que foi determinante para a defesa de Luanda; a FNLA, apoiada pelos exércitos zairense (regime de Mobutu Sese Seko) e sul-africano, e que acabaria por ficar fora do baralho, de certo modo vítima da hostilidade diplomática angolana junto da então República do Zaire, e como moeda de troca contra as antigas tropas dos ‘gendarmes’ catangueses, aliados do MPLA desde 1975, e tão temidos pelo presidente Mobutu; e a UNITA, apoiada financeira e militarmente pelo regime do apartheid da África do Sul e pelos EUA (sobretudo durante as administrações Reagan e Bush) (cf. Hodges, 2002; Messiant, 2008; Muekalia, 2009) e que acabaria por constituir o protagonista político-militar face ao MPLA/governo angolano até ao fim do conflito.

Segundo Samuel Chiwale, a fixação da UNITA na região leste de Angola foi feita por sugestão dos “velhos da Zâmbia e devido ao pensamento revolucionário subjacente ao nosso projecto político-militar” (Chiwale, 2008, p. 93) assente no facto de que a luta deveria ser travada do campo para as cidades. Essa aproximação à Zâmbia permitiu-lhe uma circulação constante entre os dois territórios, de modo que, “em Março de 1966, estava sob o [...]”

controlo o território que ia do Buraco a Rivungo, isto é, do Moxico ao Kuando Kubango” (*ibid.*).

A despeito das intervenções levadas a cabo pela PIDE, e após a chegada de Jonas Savimbi e de um grupo de influentes guerrilheiros, “o I congresso Constituinte da UNITA realizou-se em Muangai, em pleno coração da floresta, de 11 a 13 de Março de 1966. Arrostartam com as ameaças das autoridades coloniais cerca de cento e setenta delegados, que discutiram e aprovaram o estatuto, o programa assim como o projecto sobre a formação das forças armadas da UNITA” (*ibid.*, p. 95) e adoptaram mais tarde o modelo da luta inspirado na China, onde Savimbi e os seus partidários, dentre os quais o próprio Samuel Chiwale, receberam treinamento militar.

A luta política e as reivindicações da UNITA, com o evoluir da cena política nacional, foram ganhando mais espaço e colhendo maior número de simpatizantes e aderentes, mas tal desiderato não impediu que nos finais dos anos 80 e início dos 90, a organização política de Savimbi perdesse os argumentos políticos que davam sustentabilidade à causa. Savimbi personificou em demasia a luta política pelo poder que julgava alcançável pela via das armas, usando todos os meios para esse fim. Por último, a guerra tornou-se um fim em si. Savimbi, segundo Chiwale, ou a UNITA enquanto organização, preconizava, apoiando-se nas “teses do marxismo, que refutava a fórmula aplicada pelo MPLA, que o poder deve[ria] ser arrancado da classe burguesa e entregue à classe operária e camponesa.”

“É verdade que a luta da UNITA foi e está a ser feita para os pobres, os desprotegidos, aqueles que não têm e nunca tiveram alavancas para se levantarem na vida. E para isso, ninguém o pode negar, o marxismo dá-nos uma base, é bom princípio, mas agora aplicá-lo mecanicamente e a ferro e fogo num contexto socioeconómico e cultural como o nosso, poderá fazer com que se incorra em erros graves. Os princípios que norteavam a ideologia da UNITA eram diferentes dos do MPLA. Se para este a resolução partia dos centros urbanos para a periferia, a nossa perspectiva era contrária, ou seja, devia partir-se do campo para a cidade por não termos, em Angola, dado o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, uma classe operária na real acepção da palavra” (*ibid.*, p. 250).

A ‘República da Jamba’, administrativamente, é um município da província do Kuando Kubango, extremo sudeste de Angola, e figurava para a UNITA como o Estado paralelo face ao MPLA, em Luanda, após a guerra que se seguiu à proclamação da independência nacional (cf. Coelho, 1994, pp. 262-263). O tipo de violência protagonizado pela UNITA inscreve-se naquilo que Walter Benjamin considera como ‘a violência do direito’, cuja reivindicação era precisamente a instauração de outro ‘Estado’, fazendo uso da violência como meio para o alcance do poder político.

Ainda segundo Samuel Chiwale, foi a partir de 1977 que a UNITA começou a ter preocupação de se estabelecer num lugar seguro e que oferecesse melhores condições para a

resistência ou ‘revolução’ que pretendia levar a cabo, pois nesse momento impunha-se a tal ‘teoria dos grandes números’. Com isso, o movimento de Savimbi contava ter na sua posse os camponeses e pessoas formadas que pudessem emprestar maior vigor à UNITA. Inicialmente, este local recaiu para a região centro do país (nas províncias do Huambo e Bié), de onde era proveniente grande parte dos efectivos da UNITA e pela densidade populacional na época que facilitava a estratégia política de Savimbi.

Após vários meses de discussões entre o grupo de guerrilheiros com posições antagónicas devido às condições das regiões, as opções alteraram-se radicalmente para o extremo sul de Angola, uma vez que esta organização tinha criado bases de proximidade com o leste do país. Preparadas que estavam as condições logísticas através do apoio sul-africano, em finais de 1978 a UNITA decide então dar corpo à ideia de criação da sua base central e permanente, pois dispunha já de pequenas bases militares espalhadas.

No entanto, foram enviados os primeiros homens para o Kuando Kubango a fim de prepararem o terreno:

“a Sul de Luiana, com lagoas que nunca secavam. Eles dirigiram-se para lá de Unimog para explorarem o terreno, caminhando a jusante do rio Luenge. E realmente deparou-se com as lagoas: eram sete ao todo e viam-se à volta elefantes, búfalos, rinocerontes a matarem a sede. Os dois homens, esfomeados, abateram e esfolaram um elefante (que na língua Umbundu é designado de Jamba) e levaram consigo parte da carne, deixando ali o resto. Dali em diante, sempre que se referiam a este local chamavam-lhe Jamba e, pela força do hábito, passou a designar-se assim. Em 1978, foram enviados para o local pequenos grupos de pessoas, porque havia [...] um plano de povoamento antes de ser habitado na sua totalidade. Numa primeira fase, a Jamba funcionou como centro de reeducação de condenados, julgados no Delta, base central, que cumpriam ali as penas. Apenas muito mais tarde evoluiu para o estatuto que teve” (*ibid.*, p. 254).

Ainda a este propósito, Manuel Rojas Garcia, ex-prisioneiro cubano na Jamba, confirma pelo seu punho o seguinte:

“a Jamba era constituída por um conjunto de acampamentos separados entre si ao longo de vários quilómetros, formando uma ferradura em direcção a Sul, próximo da fronteira com a Namíbia e da linha divisória com a Zâmbia. Uma rede de caminhos fazia a ligação entre os acampamentos e um grupo de casas onde ficavam os dirigentes da UNITA e os visitantes estrangeiros. Nalguns sítios havia torres de observação com vários metros de altura onde, possivelmente, deviam ter uma defesa antiaérea com canhões de vários milímetros e mísseis portáteis” (Rojas, 2012, p. 99).

6.1. Da disciplina das armas

A ‘República da Jamba’, criada do ponto de vista administrativo em 1979, vai ser, no entanto, uma recriação feita pela UNITA da tão almejada República Democrática de Angola, projecto efémero. Por conseguinte, esta parte do ‘território livre’ sob o controlo da UNITA vai funcionar com estruturas que obedeciam a uma lógica de partido-Estado: as divisões

administrativas eram mais ou menos interligadas a estruturas do partido, com um presidente, administradores, serviços comunitários com acesso à electricidade (por meio de geradores mecânicos e de painéis solares), à água canalizada em vários pontos (através dos afluentes dos rios e lagoas à volta), hospital, escolas improvisadas de um sistema generalizado (dos níveis primário e secundário, enquanto que o superior era feito no exterior do país, em zonas de influência da UNITA), edifícios das Igrejas Católica e Protestante, e estruturas militares, estas com uma organização hierarquizada igualmente militar (Muekalia, 2009, pp. 129-130). De facto, era uma região ameaçada pelas forças militares do partido-Estado mais convencional controlado pelo MPLA. A UNITA dispunha de um sistema de comunicação dos mais sofisticados da época, de um sistema de segurança e uma rádio transmissora, ‘Voz de Resistência do Galo Negro’ (VORGAN), que permitia estabelecer contactos efectivos com o interior das suas bases espalhadas pelo país e com os ‘amigos’ do exterior, para deles beneficiar apoios militares e logísticos. Muitas pessoas que se encontravam nas zonas controladas pela UNITA tiveram toda uma vivência multifacetada na ‘República da Jamba’.

Em Angola, “ao estabelecer-se um regime de partido único que foi reconhecido como representante do país pelo ‘concerto das nações’, em Outubro de 1976, os outros dois movimentos de libertação nacional (FNLA e UNITA) signatários dos Acordos de Alvor, tendo sido derrotados no plano da guerra regular, lançaram uma guerra de guerrilhas, num primeiro tempo mais para sobreviverem que para resistirem, já que eram perseguidos de forma implacável” (Pestana, 2012, p. 189).

Fritz Sitte, documentarista alemão e primeiro jornalista a reportar a trajetória de vida do movimento de Jonas Savimbi nas matas do Bié e, posteriormente, no seu bastião da Jamba, narra uma aventura em tempo de guerra de tipo romântico. No essencial, trata-se de um relato em que o autor conta como foi parar à Jamba. O documentário fotográfico sobre a UNITA reporta a maior parte das vezes descrições desse percurso ou marcha em barco pelos diferentes afluentes do rio Zambeze e, em outras ocasiões, a marcha do autor e guerrilheiros da UNITA faz-se a pé pelas florestas do centro de Angola, mais concretamente na província do Bié. Fritz Sitte reporta ainda os perigos constantes, havendo por isso frequentes ocasiões em que o grupo de combatentes era confrontado com emboscadas (ou bombardeamentos) por parte do exército português. Deste percurso, o autor narra igualmente os treinos dos soldados da UNITA (marchar, usar armas e contornar obstáculos típicos do relevo local), com uma ênfase notória na participação das mulheres em combates, e no processo de implantação da democracia interna a cujas regras o próprio Jonas Savimbi tinha que se submeter (Sitte, 1979).

Em clara contradição com aquilo que se conhece sobre a Jamba, pelo menos em parte, este autor reporta também a vida precária que se levava, sem os mais elementares cuidados médicos. O autor descreve como estava estruturado o hospital central da Jamba, descrevendo-o como um lugar praticamente sem medicamentos nem pessoal treinado; os ferimentos eram frequentemente tratados apenas lavando as feridas e de seguida à sua volta enrolava-se pequenos pedaços de panos coloridos (*ibid.*).

De modo enfático, Fritz Sitte narra sobre aquilo que designa como falta de apoio por parte da comunidade internacional, com a única excepção do Conselho Cristão Internacional e a República Popular da China. Não obstante isso, o autor observa que a organização militar em torno de Jonas Savimbi parecia não se importar com essa falta de apoio e reconhecimento, chegando mesmo a supor que a UNITA achava melhor, pois a União Soviética não conhecia verdadeiramente as condições africanas.

Em certa medida, Fritz Sitte revela uma ideia um tanto ou quanto romantizada da guerrilha protagonizada pela UNITA nos finais dos anos 70, e olha para esta última como uma organização injustamente tratada pelo mundo afora. O autor reiteradamente sugere que nenhum país africano naquela altura tinha ainda reconhecido a UNITA enquanto movimento de luta pelas populações do sul de Angola (*ibid.*).

Por sua vez, o discurso do Estado independente era, efectivamente, contrário a qualquer ideia elogiosa e de convivência a favor da FNLA e da UNITA, considerando que esses dois movimentos rivais serviam os interesses estrangeiros e deveriam ser banidos do território nacional através de uma perseguição permanente. Contudo, a oposição armada passou às ‘guerras compactas’ e à guerra regular a partir do momento em que conseguiu reunir um arsenal bélico considerável. De modo que desenvolveu pela via das armas um ‘território próprio’, fora do alcance político e administrativo do Estado, permitindo-lhe que protagonizasse acções militares de grande envergadura, e que fundasse uma ordem política igualmente autoritária centralizada na figura do chefe.

Este mesmo poder, organizado em torno de Savimbi, nas chamadas ‘terras livres de Angola’, aspirava ser uma alternativa ao modelo político da ‘República Popular’, e para atingir esse desiderato passou a proclamar-se ‘República Negro-Africana Socialista de Angola’ (JES, discurso, 1982, p. 20), um nome de todo em todo significativo da filosofia de exclusão do ‘Outro’ que lhe é subjacente e do seu carácter autoritário. A legitimação era assente numa subordinação ao poder do chefe militar e numa relação de autoridade/obediência, cuja inspiração era baseada sobretudo no carisma e na ‘tradição’. Pois se o Estado nacional ‘independente’ fez apelo, sobretudo para uso externo, à sua

legitimidade legal-nacional, a oposição armada, não tendo conseguido o reconhecimento da sua proclamada ‘República Negro-Africana Socialista de Angola’, vai insistir, no plano interno, na legitimidade revolucionária, enquanto no plano externo evocará um direito de insurreição e de resistência contra a ditadura democrática instalada pelo MPLA (*ibid.*).

Paradoxalmente, não obstante o seu carácter autoritário, a UNITA reivindicava uma insurreição armada interna, ao passo que igualmente se apresentava perante o mundo como a vanguarda da democracia em Angola.

A Jamba, capital do ‘Movimento da Terra Livre de Angola’, era conhecida por muitos nomes. Uns chamavam-lhe ‘Bastião da Resistência’; outros ‘Última Esperança da Raça Negra’. Na altura em que os soldados da UNITA erravam pelo sul de Angola, tentando sobreviver, não passava de uma aldeia à beira de um pântano. Agora, Angola era um país dividido. O norte estava sob o controlo do MPLA, o sul pertencia à UNITA: “Toda a gente se orgulhava da Jamba. Era um símbolo de que a vitória estava ao alcance da mão” (Jamba, 1991, p. 133). Porém, tal como no resto do sudeste de Angola, “a Jamba estava construída sobre areia” (*ibid.*).

Segundo João Soares,

“a Jamba chegou a ser em Portugal e até, pode dizer-se sem exagero, no mundo um must turístico-político. O sinaleiro que colocavam [...] durante as visitas de estrangeiros, numa confluência das principais vias de circulação internas da povoação foi manchete de muitas publicações em Portugal e não só. E tornou-se de alguma forma um símbolo da qualidade da ‘gestão’ da UNITA nas zonas libertadas do controle do governo do MPLA. [...] A capacidade organizativa de que a UNITA dava prova na Jamba surpreendeu-me pela positiva. [...] o que vimos dava para perceber um muito razoável sentido da organização, plano da logística civil e militar. [...] [A] maior surpresa na Jamba foi, no entanto, a qualidade dos quadros da UNITA com quem travei conhecimento. [...] A Jamba era uma povoação com uma dimensão já bastante razoável para algo que tinha começado por ser apenas a base de retaguarda de uma força de guerrilha de dimensão e peso nacionais. Chegaram a viver por lá mais de uma dezena de milhar de pessoas. Dispunha para além do hospital que já referi, de cuja capacidade de intervenção no plano clínico eu beneficiei, de várias escolas e outras instalações comunitárias que estavam muito para além do que se espera poder encontrar na retaguarda de uma guerrilha a travar uma guerra tão feroz, como era o conflito armado angolano naquela época. A propósito da qualidade das escolas refira-se que alguns alunos do secundário na Jamba prosseguiram com bom aproveitamento os seus estudos em Portugal, onde conseguiram, sem dificuldades, a admissão em liceus dada a qualidade dos conhecimentos que demonstraram” (Soares, 2003, pp. 152-154).

6.2. Defesa da ‘República da Jamba’

A defesa da Jamba, no contexto estratégico da UNITA, levou a colocar a sua vanguarda na região de Mavinga, uma localidade que funcionou sempre como um tampão de defesa de todo o tipo da ‘República da Jamba’, ideário de luta e resistência da UNITA. Por exemplo, a Jamba sofreu dois bombardeamentos, em 24 de Fevereiro e em 2 de Março

de 1990, respectivamente, sendo que o segundo por pouco destruiu a rádio emissora da UNITA, a VORGAN.

A guerra decorria em todo o país, mas muito longe da Jamba, pois a vida nesta localidade bastião da UNITA continuava o seu curso normal, embora de vez em quando se fizessem ouvir os alarmes para o recolher obrigatório em ‘bunkers’ e nos abrigos próprios para a população civil.

A UNITA na Jamba tinha as suas estruturas militares e equipamentos, entre os quais podem ser destacados os mais importantes. Havia, por um lado, as instalações da rádio emissora (VORGAN – Voz de Resistência de Galo Negro); havia igualmente o chamado TRMS (Transmissões Militares), situado no círculo do QG (Quartel General), que englobava também algumas casas e os escritórios do líder da UNITA. As máquinas do TRMS eram muito avançadas tecnicamente.

O Hospital Central da Jamba era uma instalação para os cuidados de saúde. Este “era constituído por vários edifícios construídos com caniços. O edifício principal era uma espécie de ‘bunker’, para que, caso houvesse um ataque aéreo, o número de baixas não fosse elevado” (Jamba, 1991, p. 133). Tal unidade hospitalar contava com várias enfermarias e salas de operações com equipamento médico. Nela recebiam tratamento médico doentes civis e o corpo militar da UNITA, muitas vezes transferidos directamente das frentes de combate. O hospital era assistido por um corpo médico diverso, entre os quais missionários americanos e canadianos, que se encontravam em Angola nas zonas de controlo da UNITA. Olhando com atenção para o primeiro foto-documentário sobre a UNITA e as condições na Jamba, o hospital central e outras instalações aí construídas estavam longe de corresponderem com a imagem que era propalada mundo afora por essa organização político-militar. Apesar da propaganda, decerto que as condições não eram as mais adequadas apesar dos equipamentos altamente sofisticados (cf. Sitte, 1979, pp. 61-64).

Quanto ao quartel-general (QG), como mencionado há pouco, era constituído de várias casas e um pavilhão, este último usado também para a realização de eventos de natureza diversa, dentre os quais culturais.

Por último, destaca-se o centro de produção denominado “resistência” que, na verdade, era mais um espaço para a reeducação de militares e civis considerados faltosos nas suas actividades. Este centro é sem dúvida o melhor exemplo de como na estrutura organizativa da UNITA a violência era usada como forma de imposição da disciplina aos seus integrantes em situação de contravenção às regras estabelecidas, como trataremos posteriormente (cf. Fonte, 2014, p. 162).

Nos primeiros anos da construção da Jamba, fora do centro de transmissões, dos painéis solares, dos equipamentos hospitalares e do centro de costura para o fabrico dos uniformes dessa organização, as restantes instalações eram bastante rudimentares e não correspondiam com aquela imagem passada pelos seus órgãos informativos (cf. Sitte, 1979, pp. 58-66).

6.3. Metamorfose na Jamba

No contexto externo, o apoio americano, e não só, dado à UNITA, era de carácter público e constituía um elemento importante da política externa do governo dos EUA, desde os tempos do presidente Reagan. Debates sérios, na Câmara dos Representantes e no Senado norte-americano, tiveram lugar nas comissões especializadas de inteligência militar. A única parte secreta dizia respeito a operações logísticas; tal resultava do facto de a entrega do material incluir a sua passagem por países que não queriam ser conhecidos abertamente como sendo favoráveis à UNITA. Por exemplo, o ex-Zaire do tempo do Mobutu foi um porto seguro a favor da política externa dos EUA no apoio prestado à UNITA, a partir da base de Kamina. Neste particular, “aviões de tipo C-130 e Boeings 707 da companhia aérea Santa Lúcia, ao serviço da CIA (serviços secretos americanos), e encorajados pelo Pentágono, partiam regularmente em voos nocturnos já num ritmo quase diário para levarem todo o material necessário à resistência da UNITA no seu bastião, a Jamba” (Valentim, 2011, p. 86). As operações partiam da base de Kamina, fazendo parte da equipa membros da UNITA e cidadãos de origem americana. Em Dezembro de 1989, um avião de tipo Hércules despenhou-se quando se preparava para aterrar na Jamba, a escassos metros da terra. A queda da aeronave deveu-se a uma falha técnica de navegação, e custou a vida da tripulação.

Igualmente, em Setembro de 1989, o avião que transportava os deputados portugueses João Soares, Nogueira de Brito e Rui Gomes da Silva, que apoiavam a UNITA, despenhou-se, sem que, contudo, houvesse a registar perdas humanas.

Não obstante o isolamento nas terras da Jamba e Mavinga, e a intensa pressão internacional promovida pela diplomacia de Luanda (que passou a funcionar razoavelmente bem por força da diplomacia da UNITA e à custa de imensos recursos financeiros), os apoios do exterior para a UNITA continuavam cada vez mais fortes:

“O presidente Ronald Reagan, dos EUA, declarou publicamente que a UNITA era um movimento que lutava pela liberdade e que merecia o apoio da administração americana. Esta era a doutrina Reagan que visava encorajar e apoiar todos os movimentos armados que garantissem e se mostrassem favoráveis aos interesses dos EUA” (*ibid.*, p. 111).

Por isso, os EUA colocaram à disposição da UNITA, em 1987, cerca de 15 milhões de dólares americanos. Além do apoio suplementar vindo da vizinha África do Sul, com quem a organização de Jonas Savimbi mantinha uma aliança político-militar, recebendo anualmente cerca de 400 milhões de rands, o equivalente a 200 milhões de dólares, enviados para Angola nas terras controladas pela UNITA via Zaire (actual República Democrática do Congo) ou pela base de Rundu (República da Namíbia).

Enquanto a logística americana entrava para a Jamba via Zaire, sendo Mobutu seu principal intermediário, o apoio logístico da África do Sul era transportado por terra, a partir da base militar da SADEF (Força de Defesa da África do Sul) em Rundu, zona fronteira com a República da Namíbia.

Entretanto, a partir do ano de 1989 a UNITA passou efectivamente de movimento de guerrilha para força regular, com unidades compactas bem treinadas por instrutores sul-africanos, em bases estacionadas ao longo da vasta linha de fronteira entre o território nacional de Angola e a Namíbia.

Na base de Rundu, centro estratégico da SADF até 1989, a UNITA dispunha de um representante permanente com quem as autoridades sul-africanas interagiam. Cabia-lhe organizar a logística alimentar, de saúde, treino militar e do movimento de quadros que se deslocavam para a África do Sul ou para Europa, África e EUA. Neste contexto, Rundu era efectivamente um centro de contactos político-diplomáticos da UNITA.

Nos primeiros anos da guerrilha, a UNITA sobreviveu politicamente graças aos apoios logísticos e financeiros que recebia do exterior do país, através dos seus aliados que tinham fortes interesses em Angola e esperavam que este movimento lhes desse garantias quando alcançasse o poder.

Passaram pela ‘República da Jamba’ inúmeras personalidades americanas, britânicas, sul-africanas, portuguesas, francesas e de muitos países africanos com quem a UNITA mantinha relações, tais como a Costa do Marfim, Zâmbia, Zaire, Togo e o Reino de Marrocos; passaram igualmente por lá prisioneiros militares cubanos e outros.

De acordo com Anstee,

“a base principal da UNITA, situada na extremidade sudeste, na misteriosa cidade da Jamba, nunca aparecera no mapa, embora tenha sido durante anos a sede do Dr. Savimbi e ostentasse uma pista de aterragem de categoria internacional que tinha assistido a muitas idas e vindas de pessoas internacionalmente conhecidas, senadores e congressistas americanos, jornalistas e um fluxo constante de dignitários sul-africanos, e de mantimentos. Mesmo assim, vista de cima, a cidade quase não se conseguia distinguir, composta de cabanas com telhados cobertos de erva, dispersas por uma vasta área escondida pelo matagal e indistinta da natureza circundante” (Anstee, 1997, pp. 246-247).

Nas décadas de 1980 e 1990, a UNITA procurou manter o controlo de zonas diamantíferas, conseguindo que os diamantes obtidos servissem de moeda de troca nas relações económicas e contrapartidas com os seus aliados. De facto, a ‘ajuda’ que recebia de fora não acontecia sem benefícios mútuos. Os mesmos diamantes causaram, anos mais tarde, problemas enormes à UNITA devido às exigências estabelecidas pela União Europeia, que outrora havia beneficiado desses diamantes. Muitas das vezes os “senhores da guerra” usavam as redes de tráfico para alimentar o mercado mundial de diamantes, cujo centro era a própria Europa. Na verdade, a UE estava a proteger-se directamente dos chamados ‘diamantes de sangue’ e, indirectamente, as medidas tomadas tinham uma incidência nas redes africanas de fornecimento (cf. Hodges, 2001; Pearce, 2004; Sluvoy, 2002).

Após as negociações de Nova Iorque, em 1988, ocorreram intervenções militares dos dois movimentos rivais, que alegavam, por um lado, a violação dos Acordos de Alvor por parte do MPLA e, por outro, mais tarde, a invasão do país por forças cubanas e soviéticas em auxílio das FAPLA, o braço armado do MPLA.

O fim das missões militares cubanas e soviéticas de auxílio ao governo dirigido pelo MPLA, a que se seguiu a retirada do exército sul-africano, gerou um novo cenário que acabou por isolar a UNITA e obrigar este movimento a adoptar outro argumento político para a luta que protagonizava.

Usando a mesma fórmula oficial, o ‘Estado da Jamba’ fez uso de uma violência desproporcional contra populações inteiras, estrangeiros (cf. Fonte, 2014), militares das forças opositoras, bem como estabeleceu um tipo de disciplina militar baseada na obediência ao chefe máximo em que a mínima contradição resultava em tortura, espancamento e, em alguns casos extremos, em mortes para que servisse de exemplo aos demais.

As páginas cinzentas que marcaram a história política da UNITA na Jamba tiveram uma grande repercussão interna e externa por envolverem membros da sua direcção que foram vítimas de arbitrariedades. Assim, no início dos anos 90 houve um momento de tensão no seio da UNITA a seguir às denúncias feitas a partir da capital portuguesa de mortes ocorridas devido às primeiras dissidências.

A denúncia dos dissidentes da UNITA feita em Lisboa, em 1990, visou chamar a atenção da comunidade internacional para as arbitrariedades que tinham sido cometidas no seu interior, ao ponto de levar a vida de dois membros seus influentes e bem relacionados na Europa e na América. Tratou-se, entre outras, das mortes de Tito Chingunji e de Wilson Fernando dos Santos, representantes em Londres e em Lisboa, respectivamente.

A propósito da morte de ambos, no calor dos Acordos de Bicesse, o jornal norte-americano *The New York Times* de 7 de Abril de 1992, dois anos depois, denunciava o seguinte:

“Com eleições marcadas para Setembro, a imagem que Savimbi cultivava em alguns países ocidentais como grande esperança democrática para Angola, foi arranhada por acusações de ter prendido e condenado à morte, na sua base principal no leste de Angola, dois homens bem conhecidos, que em tempos haviam sido seus protegidos. Dois camaradas de Savimbi desertaram e acusaram-no de matar os seus opositores” (Fonte, 2014, p. 137).

Savimbi procurou sempre negar tais acusações, não obstante ter assumido a responsabilidade de qualquer abuso que pudesse ter acontecido durante a guerra de guerrilha. “O chefe duma empresa não sabe tudo o que se passa lá dentro” (*ibid.*), respondeu Savimbi quando interrogado numa conferência de imprensa em Luanda, assumindo as responsabilidades enquanto dirigente máximo da UNITA.

Para além das arbitrariedades acima referidas, as mulheres, muitas das vezes em condições de anonimato, denunciaram serem as principais vítimas das arbitrariedades perpetradas pela UNITA na Jamba. Sobre o terror nas ditas ‘terras libertadas’ trataremos mais adiante.

A metamorfose da UNITA de movimento revolucionário em partido político de carácter civil ter-se-á iniciado em 1990 (cf. Malaquias, 2007), mas continua uma página por virar sobretudo devido à guerra mais intensa que decorreu entre os anos de 1998 e 2001. A legitimidade política e os apoios que conseguiu alcançar dentro e fora do país fizeram com que esse partido político excedesse as expectativas quanto a uma possível vitória nas eleições de 1992, organizadas pelas Nações Unidas, ignorando a tensão política que alimentava os dois principais concorrentes – o MPLA e a UNITA. Como consequência da desconfiança e ressentimento do passado de ambas as partes, a UNITA não desarmou completamente as suas forças armadas, ao passo que as FAPLA foram desmanteladas pelas exigências do Acordo de Paz de Bicesse. Curiosamente, a UNITA apresentou um número dos seus efectivos militares inferior ao real e equipamentos obsoletos, enquanto o equipamento das extintas FAPLA foi comercializado nos principais mercados de Luanda por efectivos então desmobilizados e sem as devidas condições garantidas. Por isso, em parte, o exército governamental foi forçado pelas circunstâncias a fazer manobras para se rearmar convenientemente nos anos seguintes, face à ameaça que representava a força opositora. O reacender do conflito, na ressaca do período pós-eleitoral, obrigou o exército governamental a recorrer mais uma vez aos expedientes internacionais, sobretudo russo e francês, o que resultou no rearmamento da população civil e a criação de milícias nos principais pontos

estratégicos do país. O grupo de negociação que representava o governo (com altas chefias do Exército e da Polícia, entre os quais Fernando da Piedade dos Santos e Higino Carneiro, bem como Faustino Muteka) precisou ainda, em 1993, de recorrer aos vários intermediários franceses para adquirir armamento pesado no mercado russo. Disso resultou o tão propalado caso ‘Angolagate’, envolvendo figuras centrais do governo (e seus intermediários) francês e russo. A justiça francesa e sectores de extrema-direita, contudo, tentaram utilizar o caso ‘Angolagate’ como moeda de troca para pressionar o governo angolano a fazer concessões e abertura política, comprometidos que estavam no engajamento para o fim do conflito devido às pressões internas e de grupos angolanos residentes em França. Tal desiderato não foi totalmente atingido, não obstante o processo jurídico, que se arrastou por muitos anos, ter desgastado a imagem do governo angolano na pessoa do próprio Presidente da República. Com isso, a justiça francesa mostrou-se parcialmente envolvida com um dos beligerantes face à situação de guerra. Por um lado, o país encontrava-se numa situação desesperada, e, por outro lado, os serviços secretos franceses e sectores da sua diplomacia continuavam fortemente comprometidos com a UNITA, não obstante os interesses próprios do governo francês no sector extractivo. Com efeito, de modo a jogar com as mesmas cartas, o governo de Angola utilizou a tática de suspensão da licença da companhia extractiva *Total Fina ELF* como forma de pressionar o lado francês a fazer concessões junto do sector da justiça.

Passados vinte anos após o reacender da guerra pós-eleitoral é possível demonstrar que as eleições gerais de 1992 foram organizadas sob a forte pressão política internacional e nacional e sob acusações mútuas entre o MPLA e a UNITA. Neste contexto, o retorno às hostilidades estava apenas por um fio, uma vez que a capital se tornou um barril de pólvora, onde o governo para fazer face às movimentações das tropas da UNITA teve de rearmar a população civil, embora dificilmente se possa confirmar se algumas vezes as milícias, sobretudo em Luanda, que faziam parte das ODP (Organização de Defesa Popular) tivessem sido desarmadas. Abordaremos este assunto com mais detalhes no próximo capítulo.

A UNITA, situada politicamente na capital do país e com apenas alguns seguranças armados para proteger o seu grupo negociador, mantinha um contingente militar de elite na província do Bengo, a escassos quilómetros de Luanda, subestimando assim a força de mobilização popular do MPLA, e, ao primeiro disparo, retomaram-se as hostilidades, havendo por isso inúmeros episódios, prisões, torturas e mortes de ambos os lados, mas pesando sobremaneira para a parte da UNITA. A cidade capital, dois meses a seguir à realização das eleições de 1992, transformou-se num ‘autêntico cemitério a céu aberto’, com corpos inchados em estado de decomposição, outros com sinais de tortura e espancamento,

muitos carbonizados, espalhados pelas ruas do centro e das zonas periféricas. Os pátios dos principais hospitais públicos não tinham mais espaço para tantos cadáveres amontoados. Este período pós-eleitoral provocou um efeito bola de neve que se generalizou, havendo de seguida prolongamento de pequenos episódios nas restantes capitais das províncias do litoral, do norte e do centro do país como uma espécie de acertos de contas, havendo igualmente aproveitamento político para a eliminação física de muitas pessoas inocentes e despolitizadas (cf. Messiant, 2008). Criou-se, portanto, um clima de terror, desconfiança e de ajuste de contas devido aos ressentimentos mal geridos do passado¹⁵. Esta fase de tensão, de terror e de arbitrariedades de ambos os lados culminou efectivamente com a morte de altas figuras da hierarquia da UNITA que se encontravam em Luanda a negociar com o governo uma solução airosa para a crise pós-eleitoral que se abatia sobre o país. A esse aspecto retornaremos mais adiante.

6.4. UNITA - Mudança de classificação

Desde a sua criação como movimento de libertação, a UNITA foi alvo de várias classificações que contribuíram para o aumento das dificuldades no seu percurso enquanto organização político-militar. No entanto, entre 1975 e 1991, os ataques conduzidos pela UNITA são, grosso modo, considerados legítimos. A entrada em vigor do cessar-fogo a 24 de Julho de 1989 como resultado dos Acordos de Gbadolite, segundo a CEAST, “lanç(ou) uma nuvem de esperança para o alcance da paz em Angola” (CEAST, 1998).

Tabela 1 – Mudança de nomenclatura e classificação¹⁶

UNITA (1975 - 1989)	
1975 - 1989	Os ataques da UNITA são considerados legítimos
A partir de 24 de Julho de 1989	Entrada em vigor do cessar-fogo de Gbadolite
Após os acordos de Bicesse (1991)	Os ataques da UNITA passam a ser considerados violação do cessar-fogo

¹⁵ Exemplo do agravamento desses episódios foi a denominada “Sexta-feira sangrenta”, uma onda de massacres que ocorreu em Luanda, em 1993, na sequência das eleições de 1992, contra indivíduos originários do norte do país, pejorativamente designados “langa-langas”, referindo-se à comunidade angolana que havia regressado da República Democrática do Congo, acusados de terem “votado mal” ao depositarem as esperanças de mudança na UNITA. Sobre esse assunto mais detalhado, ver Mabeko Tali (2005).

¹⁶ Tabela elaborada a partir de indicações de Valentim (2011).

Variação das denominações da UNITA perante o MPLA e o exterior	
a) Antes de 1989	Membros do grupo de Jonas Savimbi são considerados “bandidos armados”;
b) Negociações de Gbadolite de 1989	Membros da UNITA são considerados “rebeldes”
c) Negociação de Oeiras, Portugal, 1990	Considerados “beligerantes”
d) Acordos de Bicesse em 1991	A designação muda, passando a UNITA a ser descrita como “parte do processo de paz”

O que este quadro sugere é que o movimento de Jonas Savimbi não acompanhou a evolução do tempo nem aproveitou o espaço político que lhe foi reservado pela mobilização junto das populações. Numa entrevista feita à revista francesa *Jeune Afrique Plus* em 1990 o jornalista francês caracterizava a Jamba e o seu líder da seguinte maneira:

“à Jamba, au cœur du territoire contrôlé par son mouvement l’UNITA, Jonas Savimbi a reçu notre collaborateur Sennen Andriamirado. Et pendant des heures, il a répondu à toutes ses questions. Même celles auxquelles il n’avait jamais auparavant accepté de répondre. Sur son alliance avec le régime de l’apartheid, sur ses relations avec Houphouët, Mobutu, Kaunda, Hassan II et les autres, sur le soutien que lui ont accordé les services secrets français, et américains, Savimbi le guérillero, pour la première fois, a raconté ce qui s’est vraiment passé” (Jeune Afrique, 1990, p. 32).

A UNITA e seu líder souberam utilizar o ‘poder simbólico’, na acepção de Bourdieu, que granjearam junto das populações do centro e sul do país durante toda a década de 1980, com o argumento de invasão estrangeira cubana e soviética. Este processo motivou a entrada de muitos jovens angolanos, sobretudo das províncias do norte, centro, leste e do sul, que pouco ou nada tinham que os vinculasse com o que se passava em Luanda. O estilo de vida aparentemente metropolitano que se vivia na capital do país por si só significava muito pouco para inúmeros jovens que viram na causa da UNITA um meio de fazer vincar as suas aspirações pessoais e locais colocando-as ao serviço dessa organização político-militar detentora de um discurso anacrónico que se propunha defender os interesses das populações do centro e sul. Houve, porém, a utilização do ‘capital educacional’ como moeda de troca e mola mobilizadora das vontades e aspirações dos jovens combatentes, para além do elevado grau de parentesco que se pode verificar, ainda hoje, nas fileiras da UNITA. Contudo, e devido às formas de mobilidade no seu seio, nem todos os integrantes das fileiras tinham o privilégio de obter formação no exterior do país nem de fazerem parte dos quadros de nível

avançado que ocupavam cargos de destaque na estrutura dessa organização. Havia, nessa conformidade, uma escala de mobilidade variável dos quadros da UNITA entre os de nível superior e carreira militar, dos quadros político-diplomáticos, os intermédios e os escalões mais baixos que integravam maioritariamente os soldados de proveniência do sudoeste, leste, sul e seus familiares. A luta pela causa da UNITA acabou dando sentido à vida de muitos desses jovens combatentes, pois, de outro modo, talvez não tivessem a oportunidade de formação e afirmação no contexto nacional e internacional (cf. Messiant, 1997, p. 62).

Savimbi usou estrategicamente todos os meios e recursos para o alcance de um fim que acreditava ser possível pela via da insurreição armada, pois só assim entendia fazer sentido a sua luta política. Porém, em 1992, a UNITA perdeu a oportunidade de se transformar de facto num partido político verdadeiramente. A Jamba, depois de um projecto político que não logrou o seu resultado como preconizava Savimbi e seus seguidores, representa para a UNITA parte do seu legado revolucionário e, como um pedaço de terra outrora sem significado, atribuiu certa importância histórica à província do Kuando Kubango, colocando-a na geografia política angolana como o bastião da rebelião armada.

Após o fracasso anunciado de Bicesse, os Acordos de Lusaka entre o governo e a UNITA de 20 de Novembro de 1994 criaram a oportunidade para que gradualmente a organização de Savimbi se tornasse um partido político civil, não obstante permanecer prisioneira da sua cultura militar. Para Savimbi, tal como se referiu mais acima, a luta política nas cidades ganhou sentido através da pressão exercida pela força das armas. Esta é, sem sombra de dúvida, uma divisa estratégica que a ala militar da UNITA procurou levar até às últimas consequências.

A UNITA ganhou substância política a partir da pressão militar feita ao governo, forçando-o à assinatura dos vários acordos político-diplomáticos em que se destacam: Nova Iorque (1988), Bicesse (1991) e Lusaka (1994). Num intervalo de três a cinco anos, o governo de Angola liderado pelo MPLA julgou-se detentor de prerrogativas ilimitadas ao equilibrar e ter encurralado a força opositora armada, para falar e exercer o seu poder, ainda que de forma autoritária, em nome de todos os angolanos.

6.5. Terror e ritualização da violência na Jamba

A violência no interior da Jamba que tinha ocorrido entre 1983 e 1989, após o referido acordo de Nova Iorque, colocava uma ênfase política sobre os destinos da vida das pessoas que nela estavam envolvidas (cf. Marcum, 1993, p. 219).

O processo de ritualização da violência, no entanto, impunha sobre esses indivíduos que eram apoiantes, simpatizantes e até mesmo membros da estrutura organizativa, o terror como forma de obter obediência inquestionável. Ao contrário do que inicialmente se pressupunha, a violência no interior das fileiras da UNITA, na Jamba, não era meramente um acto de manifestação da banalização da vida (cf. Mbembe, 2005). Era, sim, um mecanismo de pressão política que implicava a busca incessante pela valorização da vida em casos de contravenção das regras estipuladas e que se regiam por uma lógica de natureza político-militar.

Fred Bridgland, biógrafo oficial de Savimbi, numa fase de completa desilusão chegou a considerar, em 1995, que a história do terror nas ‘terras livres’ ainda estava por contar. Por exemplo, os casos de prisões arbitrárias, torturas, violações, mortes por desobediência às chefias militares, etc., são instrutivos do tipo de violência exercida pela UNITA. O caso mais emblemático é a denominada ‘queima das bruxas’, onde terão morrido muitos membros da estrutura partidária da própria UNITA e seus familiares directos. A violência, na perspectiva de Hannah Arendt (2011), era praticada por Savimbi como estratégia para a sobrevivência do seu poder. Ao mesmo tempo, usava a violência contra o Estado independente como um fim justificado pelo projecto revolucionário, um meio para o alcance do controlo do poder político em Angola.

Pouco depois do Protocolo de Lusaka, que colocou à mesma mesa entidades político-militares de ambas as partes em conflito, mediado pelo maliano Alioune Blondin Beye e coadjuvado pelas autoridades zambianas – como mais uma tentativa para pôr fim ao conflito armado em toda a extensão do território nacional – verificaram-se no interior dessa organização política manifestações públicas de desagregação e aquilo a que se pode considerar como sendo a terceira dissidência no seio da UNITA. Sete anos antes tinha havido, em 1990, em consequência de um conjunto de denúncias na imprensa internacional – sobretudo portuguesa –, o afastamento de algumas figuras proeminentes e co-fundadoras da UNITA, nomeadamente Miguel N’Zau Puna e António da Costa Fernandes, e outros membros associados como Paulo Chipilica, organizadores do TD (Tendência para a Democracia), e o FDA encabeçado pelo seu presidente Jorge Chicoty, integrantes da primeira dura cisão política e que culminou com a constituição do ‘Fórum Democrático Angolano’ (cf. Malaquias, 1995)¹⁷ ocorrida nos Estados Unidos no mesmo ano de 1989 do

¹⁷ O FDA concorreu às eleições gerais de 1992, tendo feito eleger apenas um deputado. São membros desse partido político Manuel Adão Domingos (secretário-geral), Assis Malaquias, Alípio Parreirão, Dinho

congresso da UNITA realizado na Jamba¹⁸. Este grupo de dissidentes da UNITA, num período imediatamente a seguir aos Acordos de Bicesse, manteve uma aliança estratégica com o MPLA, e acabou, pelo menos o cabeça de lista, sendo integrado no governo saído das eleições de 1992.

A terceira dissidência a que nos referíamos mais acima foi o resultado do virar de costas entre a Ala Militar de Savimbi e o secretário-geral – que encabeçou o grupo dissidente – por ter-se sentido traído pelo presidente fundador da organização. Eugénio Manovakola passou a representar certos interesses políticos da organização, tornando-se uma figura chave e tendo ascendido na hierarquia do partido após a morte dos membros influentes de uma segunda geração política no interior da UNITA – entre eles Salupeto Pena, Alicerces Mango e Jeremias Tchitunda – no trágico episódio de 1992 em Luanda quando procuravam escapar à caça ao homem protagonizada por grupos de paramilitares e milicianos¹⁹ (cf. Maier²⁰, 2007, pp. 104-114). Depois dessa pesada derrota da UNITA em Luanda e nalguns centros urbanos do país, o governo necessitava estrategicamente de efectivos moderados da UNITA com quem pudesse negociar, ainda que estivessem politicamente condicionados e fisicamente controlados. A dissidência de Manuvakola, em 1997, deu origem à denominada UNITA-Renovada (cf. Malaquias, 2007, p. 219), que integrava igualmente Jorge Valentim, Fernando Heitor, Vitorino Hossi, Ruben Sicato, Aniceto e Albertina Hamukwaya. Estes já não queriam a guerra e funcionaram dentro dos limites políticos em consonância com o partido no poder, opondo-se formalmente à “Ala Militar” da UNITA, sob a liderança de Savimbi.

Chingunji, Armelindo Canjongo e André Yamba-Yamba. A maior parte deles eram jovens que estiveram ligados à UNITA e com vivência fora de Angola entre a Europa, Estados Unidos da América e Canadá.

¹⁸ De acordo com Ricardo Noblat, jornalista brasileiro da empresa *Propeg* ao serviço da campanha eleitoral do MPLA em 1992, foi João Lourenço, que se tornou mais tarde secretário-geral do MPLA no congresso de 1998, que tinha orientado para que “os programas de rádio e de televisão do Fórum Democrático Angolano [fossem] produzidos por nós em segredo. FDA é uma dissidência da Unita comprada a peso de ouro pelo MPLA” (Noblat, 2008, p. 168). É ponto assente que algumas das figuras que marcaram aquela que é considerada como sendo a primeira dissidência da UNITA negociaram em segredo com o MPLA, e alguns integraram as estruturas do governo.

¹⁹ Numa situação similar àquela que ocorreu em Malanje, as milícias em Luanda, que estão na base da morte dos membros da comissão negociadora da UNITA, encontravam-se identificadas por códigos de acção e a sua denominação mais vulgar era *fitinhas*, em referência às fitas brancas amarradas à cabeça.

²⁰ Este autor retrata no seu livro *Angola: Promises and Lies* o momento de diálogo entre alguns membros principais da comissão política da UNITA encarregue de negociar com o governo o processo de paz pouco antes do episódio ocorrido em 1992, nos arredores de Luanda, mais concretamente no Sambizanga, quando a comitiva da UNITA procurava escapar dos bombardeamentos das milícias urbanas. Karl Maier aborda em detalhe a conversa mantida ao telefone entre Jeremias Chitunda e o secretário americano para os assuntos africanos Herman Cohen, bem como as conversas que o mesmo manteve posteriormente com Salupeto Pena e Abel Chivukuvuku na tentativa vã de persuadir o governo a pôr fim aos bombardeamentos que pesavam sobre eles na residência oficial de Savimbi situada no bairro Miramar.

Paradoxalmente, foi nessa mesma fase que se intensificaram os confrontos militares, como resultado de desconfianças que até àquela data não tinham sido ultrapassadas nem com os Acordos de Bicesse e muito menos com o Protocolo de Lusaka (cf. Messiant, 2004). As sucessivas violações do Protocolo de Lusaka por ambas as partes criaram um impasse de tal ordem que permitiu o regresso da guerra em proporções mais violentas, nos anos 1998-2002 (cf. Messiant, 2008). Nesta fase houve lugar para uma aceleração da economia de livre mercado no âmbito da lógica da guerra, ou seja, uma economia que se pode denominar como sendo da guerra, que permitiu a acumulação primitiva de capitais pela ‘nomenclatura’ por meio da conversão do capital político em económico de figuras ligadas ao partido no poder (cf. Ferreira, 1995).

Doze anos depois, o desaparecimento físico de Savimbi acabou sendo um duro golpe para a organização a que pertencia. Fragilizada devido à morte do seu líder, a UNITA nada mais fez senão enfrentar as negociações para pôr, em definitivo, fim ao conflito armado que havia ceifado muitas vidas no país. Porém, coube ao sector castrense, numa articulação com o civil, de ambas as partes beligerantes, dar o primeiro passo para a condução das negociações de paz complementares ao Protocolo de Lusaka, com a parte do governo chefiada por Armando da Cruz Neto (cf. Heywood, 2000).

A morte de Jonas Savimbi, se por um lado abriu uma fissura no interior da organização político-militar que liderava, por outro, foi encarada como o fim de um ciclo de guerra prolongada, que levou ao desgaste político de muitos dos seus opositores mais directos. Em muitos locais da imensa Angola, com realce para os casos de Malanje e de Luanda, a morte do líder da UNITA foi festejada com júbilo e com rajadas de armas de guerra de origem russa. Para certos sectores políticos conservadores do partido no poder em Luanda, a morte do líder da UNITA significou o fim de uma página política tumultuosa.

A UNITA liderada por Jonas Savimbi teve ao longo da sua trajectória cerca de três gerações de chefias entre militares e civis – pelo menos na fase da segunda grande dissidência do partido –, e Savimbi colocou em lugares de destaque os seus familiares directos. Esta organização militar e posteriormente política contabiliza pelo menos três dissidências que fragilizaram profundamente a liderança e foram enfraquecendo as suas posições no estrangeiro e no teatro das operações militares após a retirada em definitivo do apoio norte-americano, sensivelmente com a administração Clinton depois de o governo angolano ter sido formalmente reconhecido em 1995, e ter jogado diplomaticamente nos corredores de Washington DC e Nova Iorque.

Teresa Koloma Beck, num estudo exaustivo sobre a experiência de ex-combatentes pertencentes às forças militares da UNITA levado a cabo na província do Huambo durante a segunda metade da década passada, defende que a UNITA criou no seu seio um projecto de engenharia social associado à distinção entre civilizado e não-civilizado ou entre cidade e o ‘mato’²¹. Esta experiência, por sua vez, baseava-se em práticas de recrutamento forçado de jovens rapazes e raparigas, constituindo-se por essa via no segmento social que suportava a ordem social da UNITA, vivendo sob as hostes dessa organização militar tipicamente disciplinada para o efeito e com um controlo apertado. Para essa autora, o fim do prolongado conflito armado em 2002 foi o único momento de apaziguamento das suas vidas ou de distanciamento do convívio militar que esses grupos de ex-combatentes conheceram muitos anos depois de terem sido ‘arrastados’ pela UNITA (Beck, 2009, p. 344). A lealdade desse grupo de indivíduos sobreviveu, assim, no seio do próprio grupo. Teresa Beck considera igualmente que esse expediente de contingência a partir do qual foram socializados ex-combatentes da UNITA, é “um barril de pólvora para a paz social no contexto do pós-guerra de Angola” (*ibid.*).

Assim, essa questão que é levantada por Teresa Beck está relacionada com a forma como muitos desses ex-combatentes foram desmobilizados e entregues à sua própria sorte, embora tivesse havido alguns programas de reintegração e de apoio imediato. É evidente que esses programas governamentais tiveram um tempo útil de execução e, ao fim do prazo estipulado, os ex-combatentes, sobretudo dos últimos processos de guerra, não têm sido beneficiados, e caíram na vulnerabilidade social.

Tal como dissemos mais acima quando nos referíamos à violência perpetrada pelo Estado, o recrutamento forçado de cidadãos para ingressarem nas forças militares do governo fazia-se sem aviso prévio face à iminência da guerra, e o mesmo ocorria no contexto da mobilização que era feita no seio da UNITA, como atesta a autora.

²¹ O mato é aqui entendido como sendo o oposto da cidade, e diferente do meio rural, pois no mato as pessoas estão desprovidas dos meios mais elementares de sobrevivência. É também um termo pejorativo associado à pessoa não civilizada comparada com o animal selvagem e o seu meio natural.

Capítulo 7. Violência Política em Malanje: o percurso de uma terra martirizada

No capítulo anterior abordámos a experiência de guerrilha da UNITA e vimos como a Jamba – um lugar situado no extremo sudeste de Angola (ver mapa em anexo) – se transformou num espaço de sobrevivência política e militar para essa organização. Procurámos, pois, analisar em síntese o projecto político dessa organização e o contexto sobre o qual esteve assente, bem como as suas contradições e tensões existentes que configuraram uma outra ordem social de violência política que vigorou mais ou menos ao mesmo tempo e em paralelo com o Estado independente.

No presente capítulo trataremos do contexto de violência política em Malanje, uma das 18 províncias de Angola, martirizada pelo conflito armado que assolou o país na sua generalidade, tendo como foco o processo de negociação da normalidade e as dinâmicas dos grupos paramilitares (milícias locais com abrangência nacional) que surgiram naquela localidade, bem como do tipo de estratégias que a população local teve de adoptar para fazer face à situação de conflito que provocou a fome e a penúria no seio desses grupos sociais. A sua discussão, com efeito, insere-se na perspectiva teórica de Norbert Elias e John Scotson sobre o ângulo das noções de *estabelecidos* e *outsiders*. De acordo com Norbert Elias, a noção de *estabelecidos* é definida a partir da relação que um determinado indivíduo estabelece com outro ou entre grupos de indivíduos que possuem autoridade no meio em que estão inseridos, capazes de influenciar os outros fundamentalmente através de valores ou princípios sociais considerados mais ou menos heterogéneos. Ao passo que os *outsiders* são aqueles indivíduos ou grupos considerados estranhos ao meio e detentores de valores ou laços relacionais difusos ou menos intensos do que os outros (Elias & Scotson, 2000, p. 7).

Os ‘estabelecidos’ e os ‘*outsiders*’ relacionam-se de modo conflituoso ou com base numa negociação da normalidade aqui entendida como o processo a partir do qual os indivíduos têm de enfrentar desafios ingentes do quotidiano perante contextos e conflitos geradores de incertezas e de instabilidade. Tal conceito, de normalidade, está intensamente relacionado com a ideia de moral que as pessoas atribuem a uma determinada situação da sua vida. O conceito implica, contudo, um senso de moralidade “[daquilo] que é bom, certo ou desejável: a *vida normal*”; uma descrição de como se pretende viver o presente: “a pessoa normal é aquela que pensa e faz coisas tidas como aceitáveis. Assim sendo, ‘*normalidade*’ como um conceito émico implica normas sociais aceites pelas pessoas e, como tal, muitas vezes indica e pressupõe uma posição ideológica” (Macek, 1997, p. 26).

No entanto, enquanto conceito analítico, a ‘normalidade’ é um processo social onde essas mesmas normas sociais estão em constante mudança. Pois é nesta perspectiva que ele é utilizado na discussão. De acordo com Ivana Macek, num estudo sobre a experiência da violência política após a guerra em Sarajevo, “é importante ter em mente que as normas sociais são sempre um processo de mudança. Cada membro de uma sociedade define e redefine continuamente suas normas de conduta e percepção da realidade de acordo com sua experiência diária. Este processo pode existir sem ser notado, e não é raro que as pessoas envolvidas percebam a *normalidade* como uma entidade estável” (*ibid.*). De facto, o sentimento essencialista de que esta é a forma como as coisas realmente são, parece ter grande importância na criação de uma sensação de segurança. Esta necessidade humana de segurança, por sua vez, “pode ser usada por vários sectores [do campo político] para promover as suas próprias versões de realidade e, conseqüentemente, aqueles que têm mais poder definem o que pode ser a normalidade” (*ibid.*).

No contexto de uma guerra no meio urbano e suburbano como a que ocorreu em Malanje, as noções de civil e combatente confundem-se, pois a sua pertinência permite demonstrar como nessas circunstâncias é curta ou bastante ténue a fronteira que as separa²². Os termos *establishment* e *established* são complementares às duas noções assinaladas mais acima e, por sua vez, referem-se “a grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e de poder. Um *establishment* é um grupo que se auto-percebe e que é reconhecido como uma ‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: o *established* funda o seu poder no facto de ser um modelo moral para os outros” (Elias & Scotson, 2000, p. 7).

Tal como mencionado, este capítulo analisa a experiência do conflito armado na cidade de Malanje e suas redondezas – bairros periféricos – partindo, assim, do argumento segundo o qual o conflito armado angolano, em particular nesta cidade, coloca em evidência situações flagrantes de carência social e tensão política, chegando ao ponto crítico de paralisação das instituições e da circulação de pessoas e bens. No caso em estudo, as populações usaram das várias estratégias ao seu alcance para enfrentar as adversidades trazidas pela guerra que colocou em confronto famílias inteiras e transformou os seus parentes em combatentes e em milícias, alguns mais tarde integrados nas forças oficiais de defesa.

²² Por exemplo, o facto de mesmo depois de desmobilizados muitos combatentes das FAPLA ou mesmo das FALA, devido às condições de vida e da situação de guerra, acabaram por voltar a pegar em armas, como modo de se manterem úteis.

7.1. Transformações sociopolíticas em Malanje

A importância dessa região situada no planalto noroeste de Angola foi crucial para as trocas comerciais e para a implantação da administração colonial durante todo o século XIX. A criação do concelho de Malanje, em 1867, a construção do forte e a disseminação da epidemia de varíola explicam, em boa parte, o facto de Ambaca ter perdido, definitivamente, a sua importância económica e social, depois de haver exercido influência excepcional e ocupar lugar de destaque no conjunto das povoações angolanas. Por isso, Malanje serviu de sede temporária do distrito da Lunda, quando foi criado, no final do século XIX, pois oferecia vantagens enormes sobre a excêntrica sede Capenda Camulemba (Santos, 1973, pp. 70-71). O distrito de Malanje adquiriu essa categoria desde 1921, tendo sido anteriormente capital do distrito de Kwanza-Norte, que englobava vastas regiões.

Após a construção do caminho-de-ferro para ligar o distrito à margem litoral de Luanda, Malanje passou a ser um importantíssimo factor de desenvolvimento económico na região, atraindo e aumentando o seu valor estratégico e retirando o lugar a Massango, forte militar colonial e região rica em recursos minerais.

Devido ao desenvolvimento urbano verificado em 1932, de simples vila Malanje atingiu a categoria de cidade, acentuando, assim, a divisão que opunha os colonos brancos e a população negra, sobretudo devido “à introdução nos anos seguintes de colonatos” (Bender, 2009, pp. 202-204) nas terras mais aráveis. A compreensão da importância que representou a província de Malanje para a economia do período colonial impõe que se faça um recuo histórico.

Em meados do século XX, “a penetração do modo de produção capitalista nos campos [de cultivo] de Angola tinha-se processado pela conjugação simultânea de dois mecanismos fundamentais: através da ocupação colonial dos melhores terrenos expulsando *legal* ou compulsivamente os camponeses que aí viviam e trabalhavam, e criando-lhes uma situação de miséria que os obrigava através de impostos e da repressão a proletariarem-se e a trabalhar como *contratados*” (CIDAC, 1980, p. 5). Este tipo de desenvolvimento que se verificou na colónia de Angola e em particular na região de Malanje tem explicação no uso desigual e no modelo distorcido da realidade com que se praticava a agricultura na época. Os grandes proprietários coloniais fizeram acumulação de capitais tendo como base a comercialização a baixo preço dos produtos agrícolas provenientes das colónias.

Na região de Malanje, o tipo de desenvolvimento que se verificou nas décadas de 1960 (Pacheco, 1991) e 1970 esteve assente na exploração agrícola pelas grandes plantações

caracterizadas pela monocultura, em certo grau de mecanização e a utilização massiva de mão-de-obra barata. “Até o ano de 1971 grande parte da exploração agrícola da região se encontrava em posse da COTONANG, um consórcio entre o capital belga representado pela *Société Générale* com 70% e português representado pelo Banco Burnay que se tinha implantado na região e detinha o monopólio da exploração do algodão” (*ibid.*, p. 26).

A COTONANG, que surgiu em 1926, era uma das maiores empresas concessionárias de Angola, funcionando ao abrigo do decreto de 28 de Julho de 1926, “que combinava a prática da cultura obrigatória com a atribuição do monopólio da compra a um número restrito de empresas, tendo como objectivo o fornecimento do algodão ao mais baixo preço para a indústria têxtil portuguesa que, até então, se via obrigada a importar a matéria-prima do Brasil e dos Estados Unidos da América com sobrecargas elevadas para a balança comercial de Lisboa” (CIDAC, 1980, p. 25).

Segundo o historiador John Marcum, desde os finais da década de 1920 verificavam-se, na região da Baixa de Kasanje, mobilizações de protesto de grupos *nativos*, como foi o caso da *Companhia Nativista* que, nessa mesma década, “tinha dirigido uma carta à Sociedade das Nações pedindo a intervenção internacional contra as injustiças coloniais” (Marcum, 1969, p. 47) devido à lucrativa economia algodoeira (ou a economia baseada na produção da cultura obrigatória do algodão) prejudicial aos nativos. Ocorreu, porém, que “a carta enviada via postal [...] caiu nas mãos da polícia que, com ajuda de um informador, um funcionário [...] [da administração], deteve os principais dinamizadores desta acção: Manuel da Silva Lameira e Pais Brandão, que foram enviados para o exílio durante vários anos, para o longínquo Timor, enquanto um terceiro ‘agitador’, Joaquim Filipe Cardoso [...] foi encarcerado em Luanda” (*ibid.*).

Segundo ainda o mesmo autor, “em meados dos anos 1930, um movimento conhecido pelo nome de *Moisés Negro* espalhou-se pela região. De acordo com a sua mensagem o negro americano viria libertar o africano da opressão europeia” (*ibid.*). Pouco depois dos anos 1950, “o filho de Joaquim Filipe Cardoso da anterior *Companhia Nativista* terá ajudado a organizar o *Baha*, um outro movimento de protesto, que era formado por um sistema de pequenas células secretas.” A mais importante no plano dos acontecimentos em curso na época foi uma religião sincrética conhecida pelo nome de *Kasonzola*, que se manifestou na região nos anos 1930 (*ibid.*) sob a influência do protestantismo e do catolicismo, bem como de práticas animistas. Para este autor, o movimento religioso *Kasonzola* ainda estava numa fase de amadurecimento, pois, em finais da década de 1950, um dos seus elementos, de nome António Mariano, é que fazia a ponte entre a região de Kasanje e a fronteira com o

vizinho Congo Belga, onde tinha contacto com partidários da UPA/FNLA (*ibid.*, p. 48) estabelecidos aí no seio de uma considerável comunidade angolana. Pouco tempo depois, António Mariano, de regresso à região, esteve na base do surgimento de um outro grupo de cariz religioso denominado “*Maria*” (*ibid.*) cujas canções de protesto prestavam tributo às influências congolenses associadas ao movimento político-religioso, sobretudo entoando o nome do nacionalista Patrício Lumumba.

Estas mobilizações acabaram, entretanto, sendo silenciadas pelas entidades policiais estacionadas na região da Baixa de Kasanje e pela propaganda no então governo colonial, atenuando assim os protestos dos camponeses, que se fizeram ouvir mais tarde e com consequências agravadas para os revoltosos, como veremos mais adiante.

Por seu lado, no âmbito do sistema de exploração agrícola, na verdade, cerca de metade das terras cultiváveis de Cacuso e 80% de Malanje pertenciam a proprietários portugueses cuja produção se baseava, essencialmente, no algodão, girassol, tabaco, milho e arroz. Dados os níveis de produção que se verificaram na região de Malanje, e sobretudo no distrito, que correspondia a mais de metade da produção agrícola, assistiu-se à emigração de fortes contingentes de trabalhadores provenientes do planalto central para as zonas do café e do algodão no norte, sobretudo nas localidades de Malanje e do Uíge. Somente em “Malanje registaram-se cerca de 91 mil trabalhadores que emigraram para a região entre os anos 60 e 70 do século passado” (*ibid.*).

A cidade em si começou a desenvolver-se rapidamente na década de 50 com alta cotação de alguns géneros agrícolas produzidos, sobretudo o algodão, que no distrito era o principal produto em Angola, a par do sisal e do tabaco. Com efeito, a região de Malanje era também “ponto obrigatório de passagem de Luanda para as terras do algodão e para a Lunda, o seu caminho-de-ferro conheceu neste tempo um notável aumento de mercadorias. Iniciaram-se os trabalhos da continuação da linha para leste, mas feito o aterro até Kaculama – cerca de 70 km² – as obras não continuaram” (Gabriel, 1982, p. 177). Olhando para “o censo de 1950²³, a cidade de Malanje contava com 9.473 habitantes, sendo que o distrito contabilizava 2.792, o que significa que mais de metade vivia na cidade e apenas nove por cento fora do concelho de Malanje” (*ibid.*, p. 178).

Como refere Nuno Vidal, Malanje foi assim “uma das [localidades ou cidades] mais prósperas economicamente, tendo tido um peso importante na produção agrícola de que exportava em grandes quantidades para Portugal. Era uma das províncias criadoras de gado

²³ Levado a cabo pela Junta de Povoamento e pela Igreja Católica.

e ao nível da produção mineral extraía-se ferro e manganês, sendo ainda um importante entreposto no comércio de diamantes, atraindo várias actividades comerciais” (Vidal, 1997, p. 84).

A exploração e o monopólio da COTONANG, exercidos através do cultivo obrigatório do algodão, resultaram em vantagens múltiplas para os seus proprietários e levaram, em Janeiro de 1961, à revolta dos camponeses da Baixa de Kasanje entre as províncias de Malanje e da Lunda Norte, que se insurgiram contra as condições precárias nos campos de cultivo do algodão (cf. Freudenthal, 1995/99, pp. 245-283). Em resposta a isso, as autoridades coloniais portuguesas organizaram milícias locais e convocaram para uma participação activa a 4ª Companhia de Caçadores Especiais (CCE), embarcando da estação de caminhos-de-ferro do Bungo, em Luanda, chegando a Malanje pouco depois do dia 4 de Fevereiro. Esta acção levou à repressão da população com lançamento de napalm, obrigando-a a procurar refúgio no antigo Congo Belga (cf. Santos, 2005, pp. 437-438). Egídio de Sousa Santos refere que durante a operação de repressão “a conduta da 3ª Companhia de Caçadores Especiais (CCE) foi mais radical do que a da 4ª CCE, tendo feito elevar o número de mortos pela parte dos revoltosos” (p. 438) O auxílio da Força Aérea se revelou indispensável na localização e na sinalização dos esconderijos dispersos pelas aldeias que circundavam a região.

“Fui à escola com 18 anos e lá cresci. Tínhamos as missionárias que eram originárias dos Estados Unidos da América, havia a dona Albertina, a dona Violeta, a dona Rose Marie. Todas elas eram missionárias que tínhamos lá no internato do Quéssua. Era para nos orientar e para podermos aprender a costura e a culinária para além do estudo da Bíblia. É assim que estive aquele tempo todo, fiz lá o 3º ano do liceu. Quando chegámos em 1961 então o meu pai como pastor tinha que se deslocar a 25, 30 ou 40 quilómetros de distância a pé, sem transporte, para poder evangelizar o povo. Para o povo poder conhecer Cristo, quem é e como veio à terra. Essa coisa toda. Para então deixar a parte mundana, porque não significava nada. Era considerado escuridão. [...] Em 1961 entrou a guerra com os colonos, e o meu pai foi levado e enterrado vivo aqui em Cacuso, próximo da cidade de Malanje, porque ele era muito activo. Mesmo na prisão cantava, orava e evangelizava os outros presos. Tivemos conhecimento através do meu avô, o falecido velho Domingos dos Santos, mais conhecido por Canginga. Ele também esteve preso, lhe tiraram daqui e lhe levaram para Cacuso. Como estava na mesma cela com o meu pai, ele assistia tudo de perto. Andava já assim curvado, e o único trabalho dos velhos era limpar a cela logo que matassem os outros. E ele acompanhou o sobrinho ser morto pela polícia colonial. Este velho era tio do meu pai. Foi assim que nos deu a notícia como tinha acontecido. Primeiro tinha sido levado para uma vala comum. Antes lhe disseram: ‘Vamos ver se o teu Deus vai-te salvar’. Então lhe meteram primeiro e depois os outros corpos em cima, e enterraram numa vala comum.” (Mulher, 70 anos, reformada, EM, 11/2013d).

De facto, parte considerável dos refugiados angolanos no Congo, e que mais tarde regressariam nos anos de 1980, era originária da província de Malanje (cf. Brinkmann, 2008), e outra parte era originária da região do planalto central devido ao elevado

movimento de contratados que tinham emigrado para o norte (cf. Hodges, 2000, p. 21; Keese, 2013), como referido mais acima. Não obstante as reformas que se seguiram à revolta, o ambiente social em Malanje e, particularmente, na Baixa de Kasanje, não voltou a ser o mesmo embora se tenha registado de igual modo a proibição da produção obrigatória da cultura do algodão e a diversificação agrícola.

Por um lado, a própria concessionária dedicada à produção do algodão – a COTONANG – introduziu nova maquinaria e novos processos de cultura intensiva, seguida, aliás, de perto pelas outras fazendas coloniais da província. Por outro lado, vai investir num plano de extensão rural por via do Instituto do Algodão (IAA) e inicia a criação dos chamados blocos de mecanização – grandes extensões compreendendo várias parcelas dos camponeses africanos aos quais era facultado o apoio em máquinas. Tais medidas, que tinham sido introduzidas como resultado das reformas políticas e económicas, redundaram em fracasso para a produção desenvolvida pelos pequenos e grandes proprietários.

Apesar disso, a COTONANG continuava a dominar quase toda a produção algodoeira da região de Malanje, quer através da exploração própria (ao nível das 1.800 toneladas), quer ainda pela compra de cerca de 30 mil toneladas de algodão-carço aos restantes pequenos agricultores europeus e africanos. Importa referir que a COTONANG não se limitava apenas à exploração e cultivo do algodão, mas dedicava-se igualmente a outras áreas de apoio às estruturas oficiais locais. Por exemplo, após a criação da diocese de Malanje e a sua disseminação pela região do planalto norte, a missão católica local, aflita em termos de condições de instalação, beneficiou do apoio das duas empresas de grande envergadura económica da região, a COTONANG e a DIAMANG. Neste particular, “os edifícios cedidos pela Cotonang para se instalar a missão encontravam-se em mau estado e foi necessário repará-los. Um incêndio destruiu mais tarde a residência dos missionários, que foi substituída por uma nova e confortável, construída com a colaboração das duas empresas que ocupavam a região ou ali tinham interesses – a Cotonang e a Diamang” (Gabriel, 1982, p. 181). Isso pode demonstrar que o apoio material e financeiro concedido pela concessionária algodoeira à missão católica de Malanje para a construção de infra-estruturas diocesanas revela a pujança que esta entidade representava para a estrutura social da época e como as relações sociais entre a Igreja local e o poder económico estavam imbricadas.

A seguir à independência, a província de Malanje em geral e a cidade em particular continuaram a desempenhar esse papel de pólo de atracção económica, permitindo de igual modo a mobilidade das populações entre o litoral passando pela faixa norte e terminando no

leste do país, outro ponto de intersecção com a fronteira da Zâmbia e com a República Democrática do Congo. A sua vasta geografia permitia-lhe usufruir das potencialidades ao nível económico nas regiões do baixo Kasanje e das Lundas (cf. Henrique, 1997).

“Não tinha pessoas da família ligadas à UNITA. Mas da FNLA sim. Inclusive tive uma prima que foi parar no Zaire [actualmente República Democrática do Congo]. Ela estudava, vivia em Xá-Muteba nessa altura, na província da Lunda Norte. Durante essas escaramuças foi parar no Zaire. O meu primo pastor amigo do Samuel Abrigada também era da FNLA e foi para o Zaire. [...] Depois regressaram. Este pastor regressou mesmo para Malanje. Deram-lhe uma igreja no Luau. Teve depois acidente e acabou por morrer muito cedo. Mas essa prima ainda está viva e tem três filhos, mas não cá em Malanje, vive em Luanda (Mulher, 55 anos, responsável política, EM, 11/2013i).

7.2. Malanje – um laboratório para a mobilização dos camponeses

O partido-Estado que vigorou a partir de 1975 procurou articular a sua mensagem política de produção agrícola e de segurança nacional tendo como base a província de Malanje, onde o lançamento de tal mobilização foi feito pelo então Primeiro-Ministro de Angola, Lopo do Nascimento, durante a deslocação que fez à província no âmbito do primeiro seminário local do partido. Este dirigente do governo e do MPLA era portador de uma mensagem política segundo a qual os camponeses e as estruturas da província deveriam conjugar a actividade de produção nos campos agrícolas com a protecção do território local devido às tentativas de controlo por parte dos outros movimentos rivais, como veremos mais adiante.

Ao abrigo da Lei nº 5/84, de Fevereiro de 1984, cria-se, no entanto, uma nova divisão administrativa da província de Malanje. A referida lei, aprovada pela então Assembleia do Povo sob proposta do Comissariado Provincial de Malanje, em articulação com o comité do MPLA-PT ao nível local, confere legalidade à existência de cinco comunas no município sede administrativa, nomeadamente Cambaxe, Ngola Luije, Bângalas, Muquixi e Bengue, além de duas outras no município de Kahombo, as comunas de Soqueco e Caribo.

De acordo com a Lei Constitucional de 1975, no seu artigo 8, era considerada a “agricultura como base e a indústria como o factor decisivo do seu desenvolvimento” (LCRPA, p. 8) sendo que o ano de 1978 foi determinado como dedicado exclusivamente à agricultura e à produção alimentar nacional.

As estruturas do topo do partido-Estado receavam que a falta de mobilização dos camponeses nas zonas rurais e também nas cidades, permitisse a infiltração de militantes ou simpatizantes dos outros dois movimentos nacionalistas rivais do MPLA. A par disso, esteve também a preocupação tendente com o funcionamento das estruturas do partido ao nível

local que, segundo este dirigente máximo, “eram incapazes de pôr em prática a linha política traçada pelo partido” (Nascimento, 1975, p. 7).

A nível provincial era notória a incapacidade ou incompatibilidade para a aplicação das directrizes globais traçadas pelo partido e pelos órgãos centrais, o que veio demonstrar que, embora funcionassem no plano ideológico para o topo, encontravam-se na base as contradições mais flagrantes do modelo socialista do ponto de vista social e económico.

O modelo socialista foi coercivo e demonstrou ser incompatível com as aspirações locais dos camponeses de Malanje, acrescentando a isso o controlo efectivo e a imposição de um modo de vida e de sustento que criava outras formas de dependência perante os órgãos do Estado, para além do tratamento desajustado e [outras distorções e silenciamentos levados a cabo pelas ordens instrutivas] do partido-Estado (*ibid.*, p. 9).

Esse desajustamento a que nos referimos é bem notado pelo pesquisador brasileiro Valdir Sarapu (1980), quando analisa a política do Estado independente para aquilo que designou de cooperativas agrícolas entre Luanda e a periferia de Malanje que procuravam organizar os camponeses com vista a elevar a produção agrícola na cintura verde de Angola.

“Eu estava lá quando isso aconteceu. Mas antes de chegarmos aí, deixa-me dizer o seguinte: eu fui nomeado delegado do Ministério da Agricultura, e o governo na altura tinha definido Malanje como uma província prioritária para o desenvolvimento da agricultura” (Homem, 62 anos, agrónomo, EL, 01/2015a).

Tanto a cidade de Malanje como a região do Planalto Central de Angola presenciaram as várias fases do conflito armado que assolou o país, mais do que a capital. As suas populações conheceram de perto a experiência da devastação. A primeira fase surgiu de uma conjuntura difícil entre as clivagens sociais e culturais que marcaram a sociedade angolana em geral, no caso de Malanje, onde as comunidades se encontravam desarticuladas entre o “centro do asfalto” e os musseques que circundam a cidade.

A primeira fase da confrontação, que afectou a província e particularmente a cidade de Malanje, ocorreu em 1975 com a denominada “guerra dos 12 dias”, que opunha as forças militares da FNLA (EL, 2012a), apoiada pelo exército zairense, e do MPLA, apoiado pelos combatentes cubanos, provocando o êxodo da população branca e a ocupação da cidade pela população negra local. De acordo com Manuel Gabriel, “a cidade e quase todo o distrito haviam sido teatro de frequentes e calamitosas confrontações entre os dois movimentos militares e políticos – MPLA e FNLA – que disputavam a supremacia do poder, acabando o primeiro por suplantar o segundo, cujas forças se retiraram em grande parte para o Kwanza-Norte e Uíge. A população europeia em grande parte vexada e ameaçada – em Kalandula perpetraram-se vários assassinatos de portugueses – acabou por fugir para Luanda e

Huambo à espera de transporte para Portugal. Bastantes angolanos os acompanharam” (Gabriel, 1982, p. 288).

O tecido socioeconómico foi totalmente paralisado pois não havia qualquer tipo de autoridade reconhecida que pudesse levá-lo a bom porto. Enquanto isso decorriam os combates, como atesta o excerto que se segue:

“Em 1975 na cidade de Malanje houve o conflito armado entre as forças do MPLA e da FNLA. A guerra durou 12 dias, após o pedido de reforços feito por Agostinho Neto aos cubanos. Depois, a FNLA foi empurrada para fora da cidade de Malanje. A FNLA durante essa certa guerra usou armas de tipo estilingue e o MPLA usou AKM. Havia um homem grande, um major do MPLA chamado Canhangulo²⁴ foi quem movimentou a guerra e conseguiu acabar com a FNLA em Malanje. Mas não metiam minas como aconteceu na guerra de 1992. Naquela altura o céu da cidade parecia avermelhado devido aos tiros e os bombardeamentos [...] para salvar as famílias o major Canhangulo²⁵ mandou recuar pelo menos 25 quilómetros. Depois a população começou a sabotar as coisas que os brancos tinham deixado, como lojas, máquinas, casas, mobílias e até alimentação, etc. Porque naquela altura o colono também tinha deixado a cidade devido à guerra entre a FNLA e o MPLA [...]. Depois disso apareceram muitos mortos no chão das ruas da cidade. As tropas do MPLA tiveram de mobilizar a população para enterrarem os mortos espalhados pela cidade a seguir ao movimento de sabotagem das coisas dos colonos em Malanje. Assim, em 12 dias, a cidade de Malanje ficou libertada das forças da FNLA” (Homem, 61 anos, pintor auto, EL, 8/2012a).

Além disso também,

“Houve muita gente que procurou refúgio nas matas durante a noite, e só regressávamos de manhã cedo. Eu e mais alguns membros da família fugimos para um sítio. O papá e o resto fugiram para outro sítio fora da cidade. Nós estávamos mesmo na cidade quando começou a guerra” (Mulher, 58 anos, vendedora, EL, 8/2012b).

À medida que os confrontos de 1975 iam decorrendo, parte considerável da população negra que tinha ocupado a cidade procurou refugiar-se nas zonas rurais e cidades adjacentes; outros caminharam em direcção a Luanda e ao Zaire (actual República Democrática do Congo) à procura de refúgio e segurança.

“Eu fui viver para Malanje em 1978, porque tinha sido nomeado como delegado do Ministério da Agricultura. Portanto nessa condição vivi durante oito anos em Malanje. Isso indica que assisti não de camarote, como dizem os brasileiros, mas assisti o início das escaramuças entre as duas partes do conflito na província de Malanje” (Homem, 62 anos, agrónomo, EL, 01/2015a)

Desde muito cedo que a província de Malanje se revelou um campo de ensaio político dada a sua importância económica e estratégica, pois situava-se numa zona geográfica com

²⁴ Em homenagem aos feitos heroicos, o MPLA partido no poder desde 1975 atribuiu o nome deste combatente numa das ruas mais movimentadas do centro da cidade da capital, designadamente a rua Major Canhangulo [ou também grafado de Kanhangulo] adstrita à Avenida da Marginal e ao porto de Luanda.

²⁵ Este comandante das forças militares do MPLA que esteve na base do conflito em Malanje para forçar a retirada das forças da FNLA é o mesmo que mais tarde fez parte da DISA, então polícia política responsável por boa parte das prisões e execuções sumárias em Malanje pouco depois do trágico drama do 27 de Maio de 1977. Mais adiante retomaremos esse aspecto.

vários pontos de interligação, com o extremo norte e com o litoral a partir das vias ferroviária e rodoviária, ligada igualmente com as províncias do Planalto Central e com o leste do país. Por outro lado, do ponto de vista económico, a província de Malanje e a sua cidade sede constituem uma das zonas com potencial agrícola considerável, na medida em que no passado foi bastante importante para a balança comercial e para as importações.

Nestas circunstâncias, desde muito cedo Malanje foi campo de batalhas políticas e militares na região noroeste de Angola. A seguir à independência, a sua característica geográfica essencialmente rural levou a que o MPLA-PT criasse aí bases de apoio junto das populações camponesas partindo do pressuposto de que a guerra contra os rivais internos deveria processar-se nas bases rurais, pois era muito mais difícil que esses atingissem as cidades onde dominava. Os pequenos grupos de camponeses espalhados pelas fazendas da província, depois da sua própria revolta de 1961, conferiram ao MPLA a oportunidade para fazer deles e do seu local de residência um laboratório político para que continuassem a luta pós-independência. É assim que o *slogan* “produzir e resistir” serviu para mobilizar as populações, criando a partir daí as chamadas brigadas populares de vigilância.

“Sim, Malanje foi um laboratório político em termos de mobilização para a política agrícola num contexto posterior às escaramuças militares entre o MPLA e a FNLA, e sete anos depois entre o governo e a UNITA. Foi a partir de Malanje que se iniciou a primeira experiência de agricultura imediatamente a seguir à independência. Tanto é assim que depois tentou-se generalizar essa experiência que só tinha sido possível porque havia condições em Malanje. O que se seguiu depois nas outras regiões do país foi um autêntico fracasso” (Homem, 62 anos, agrónomo, EL, 01/2015a).

A experiência do campesinato local para a mobilização política nos anos 1980 está, em parte, na base do conflito intenso que eclodiu naquela província nos finais da década de 1980, alterando-se significativamente no decurso dos anos 1990 até 2002. A região agrícola de Malanje oferecia para ambos os beligerantes, primeiro a FNLA e o MPLA, e posteriormente, o MPLA e a UNITA, possibilidades de penetração para a realidade rural do nordeste de Angola, apropriando-se do legado reivindicativo dessas populações. Aliás, as regiões de Malanje, Kwanza-Norte e Kwanza-Sul, bem como o Bengo, após a mudança administrativa, constituíram-se em zonas de bloqueio para uma eventual penetração militar na capital Luanda. As forças políticas e militares encontravam-se mobilizadas e conscientes dessa realidade geográfica.

A par das brigadas agrícolas, as brigadas populares de vigilância eram, no essencial, estruturas que funcionavam sob a lógica da extensão do ‘poder popular’, com direcções locais que dependiam politicamente do centro de decisão máximo que era o partido (JA, Malanje, 1985). Estas estruturas actuavam em paralelo com as cooperativas que surgiram no

mesmo período, pois “a sua criação correspondia, numa fase em que eram já claros os confrontos armados entre o MPLA e a FNLA, ao objectivo traçado pelo MPLA desde o tempo da luta de libertação e praticado nas áreas libertadas, de organizar e mobilizar os camponeses para formas de associativismo e cooperação agrícola” (CIDAC, 1980, p. 65).

O propósito era o de disseminar uma estrutura política aparentemente descentralizada que funcionasse como guardião dos interesses produtivos para o país ao mesmo tempo que fosse garantida a vigilância política nas zonas rurais contra as forças hostis aos intentos do partido-Estado.

Contudo, dada a extensão da província e a incapacidade de mobilização interna permanente, na medida em que os camponeses tinham de ocupar grande parte do seu tempo a produzir, a UNITA na segunda metade da década de 1980, aproveitando-se das fraquezas que existiam nas bases do MPLA ao nível do sul da província, nomeadamente nos municípios do Quirima e Lukembo, ensaiou implantar-se sobretudo devido à relativa facilidade de se movimentar nas regiões sul e leste, de modo que, desiludidos com os mecanismos de concentração do poder real em benefício das elites, os camponeses do sul de Malanje foram pressionados a juntarem-se à UNITA sob o cerco das armas que lhes fora imposto (*ibid.*, p. 67).

A descoordenação organizativa e a precariedade do sistema de abastecimento de produtos e insumos aos camponeses, sendo parte das políticas agrícolas de impulso à produção pelo Estado independente na cintura agrícola de Malanje, estão igualmente na base dos resultados surpreendentes devido ao excesso de confiança e do tipo de mensagem política passada a estes segmentos da população rural, convencidos que esta fosse suficiente para lhes conferir um activismo político que garantisse e assegurasse os interesses do partido-Estado. Tal fragilidade seria usada pelo sector Nitista no interior do próprio MPLA e através das estruturas militares, dado ao facto de Malanje se constituir em 9ª região militar, em que a corrente de Nito Alves tinha conseguido largos apoios, aproveitando-se do incumprimento das promessas e reivindicações junto das cooperativas locais.

“Essa prática levou a que, em várias regiões, os camponeses perdessem toda espontaneidade inicial e a iniciativa de base morresse e comesçassem a encarar as próprias estruturas quer as de apoio agrícola (cooperativas), quer mesmo a política como corpos estranhos a si, como qualquer coisa mais ou menos imposta pelo Estado” (*ibid.*, p. 72).

Era evidente que “o campesinato malanjino moveu-se mais por perspectivas concretas de transformação da sua situação objectiva do que por discursos ideológicos ou imperativos nacionais abstractos. A experiência posterior mostrou que, com o desenrolar da prática,

viesses a existir uma interacção dialéctica entre esses factores, crescendo a mobilização e consciência política a par da resolução dos aspectos concretos da vida do dia-a-dia” (*ibid.*, p. 76).

Importa fazer alusão ao papel desempenhado por uma figura chave que durante a mobilização serviu e ainda serve de intermediário entre a política do Estado e do partido, e as estruturas organizativas dos camponeses da região de Malanje. Esse papel é muitas das vezes exercido pelos próprios sobas (cf. Pacheco, 1991, p. 22) ou as ditas autoridades tradicionais, sendo o elo de ligação enquanto responsáveis dos comités locais (cf. Andrade *et al.*, 2000, p. 23), integrando de igual modo as estruturas filiais da organização feminina do partido MPLA, a OMA, e estruturas sociais que giram em torno da ODP, que naquela altura era representada por 17 membros. O comité tinha delegados nas pequenas concentrações dos arredores da aldeia, para o trabalho de mobilização dos camponeses com vista a formas de colectivização. Estes dinamizadores rurais, ao nível dos comités, constituíram-se como um novo tipo de poder que muitas das vezes se confrontou com formas antigas (ou feudais) de poder locais garantidas pelos sobas. O soba, normalmente um dos camponeses mais velhos, é um chefe da chamada família extensa africana, depositário do saber e do poder dos seus antepassados, e continua a exercer um domínio a vários níveis. O problema do conflito de poderes que se verificou em Malanje atingiu mais tarde proporções acentuadas devido à tentativa de golpe de Estado levada a cabo pelos seguidores de Nito Alves²⁶. A imposição das formas preconizadas para a mobilização e controlo do ‘poder popular’ a partir dos Nitistas e com respostas dos Netistas em Malanje tiveram resultados assustadores junto da população rural, e mais devastadores no centro da cidade (cf. Wolfers & Bergerol, 1983, p. 77).

A tragédia do 27 de Maio e pouco mais tarde, como temos vindo a referir, teve um impacto devastador em Malanje, sendo que entre as vítimas directas encontrava-se o então primeiro Comissário Provincial do período independente, João Manuel da Silva, nomeado pelo decreto do Conselho da Revolução nº 4/76, de 11 de Fevereiro de 1976, acusado de ter participado na tentativa de golpe de Estado, uma vez que os Nitistas se reuniram várias vezes nesta província e tinham aí muitos adeptos e simpatizantes. Aconteceram casos

²⁶ Importa assinalar que há divergência entre os historiadores sobre esses acontecimentos, pois se para alguns (Birmingham, 1978) se tratou de golpe de Estado ou ainda de uma dura dissidência política (Mabeko Tali, 2001), para outros como Dalila Mateus e Álvaro Mateus, isto não passou de uma encenação do poder.

dramáticos de perda de famílias inteiras, facto que se verificou com a família do então Comissário Provincial de Malanje²⁷ (cf. Botelho, 2007, p. 301).

Depois do fatídico acontecimento, o então Comissário Provincial de Malanje, através do Despacho nº 5/77, de 28 de Maio, determina que “são exonerados por conveniência de serviço público, João Manuel da Silva e Estevão Gungo Arão, dos cargos de Comissários provinciais, respectivamente, de Malanje e de Benguela” (D-R Iª Série nº 126, de 30 de Maio de 1977). Passou então a ocupar em período provisório o mesmo cargo de Comissário para a respectiva província Eusébio Sebastião Júnior²⁸, nomeado pelo Despacho Presidencial 66/77, de 31 de Agosto de 1977 (D-R Iª Série nº 208, de 2 de Setembro de 1977).

Segundo Carlos Sarapu, “em Malanje, o fraccionismo aparece, sem sombra de dúvida, como um desdobramento do ‘poder popular’. O surgimento dessa tendência no interior do MPLA teve a força de polarizar a vida do partido que depois de Luanda, constituiu-se em Malanje como o núcleo mais ativo dessa tendência. A amplitude deste movimento foi de tal ordem que todo o partido localmente parece identificar-se com a tendência. A questão, contudo, não estava seguramente em negar o lugar dominante que essa tendência possuía no seio do partido local, nem se a província em si se constituiu como um bloco coeso e sem fissuras aí existentes. A corrente fraccionista, aparentemente muito sólida, deixou-se armadilhar pelo seu ‘nó górdio’” (Sarapu, 1980, p. 186). Ainda segundo o mesmo autor, “dois factores podem ajudar a explicar, em bom rigor, a propagação fácil do fraccionismo em Malanje. O primeiro está relacionado ao facto de a grande maioria das entidades políticas, responsáveis pela organização e pela direção local do partido, ser composta por jovens militantes, de combatentes da luta de libertação pela independência nacional, e que esta[vam] envolvidos nesse processo de luta apenas na última fase. Por essa razão, eles [se encontravam] desprovidos de uma experiência de vida partidária, e [desconheciam] as relações de disciplina [partidária] imposta pela direção tradicional do MPLA estruturada a partir do exterior, no exílio” (*ibid.*, p. 187).

O segundo factor teve que ver com o discurso político do fraccionismo. Tendo sido “emprestada do ‘Poder Popular’ a sua marca libertária e descentralizadora dado a pouca experiência de vida partidária, fornece[u] ao mesmo tempo meios pelos quais o partido, a

²⁷ Esta família (Kitumba) para além do desaparecimento físico do então Comissário Provincial, teve a mesma sorte que o seu irmão Luís Kitumba, responsável da Juventude do MPLA (JMPLA) em Malanje, e uma sobrinha de ambos. Outros comissários provinciais, como os de Benguela e do Kwanza Sul, tiveram na mesma sorte.

²⁸ Este ex-comissário seria exonerado do cargo que ocupava dois anos depois, seguindo-se a sua nomeação no cargo de embaixador, onde iniciou carreira diplomática até ao seu desaparecimento físico.

nível provincial, se pode exprimir como força regional. Tentou sobretudo preservar certas condições adquiridas no decurso do início da guerra civil na província, face às pressões de ordem centralizadora, mais e mais crescente e que pesavam sobre a elite urbana local. A característica regionalista impôs-se, depois da libertação da província [da ocupação pelas forças da FNLA] e de ‘negociações’ que não foram sempre fáceis de se conseguir junto do centro [do poder]” (*ibid.*).

Mais, “a província de Malanje foi, como Luanda, influenciada pela 1ª Região Militar, que depois de Agostinho Neto permaneceu autónoma em relação à direção do exterior, criando aí redes próprias de apoio e amizades. O fraccionismo, veiculado no seio do partido local pelo núcleo da [...] [elite local] urbana, manteve o controlo indivisível do aparelho partidário, tendo por essa via, se espalhado pelos militantes de base. Esta tendência propagou-se facilmente nos quadrantes populares da cidade de Malanje, com menor força nos outros centros urbanos [do país], e jamais excedeu o meio urbano” (*ibid.*).

“O fraccionismo permanece[u] [pois como um fenómeno] estranho e [incompreendido] para o país. Este [foi] o seu [nó-górdio]. [...] Se, por um lado, as ideias em torno do ‘Poder Popular’ não tiveram problemas para se espalhar das comunidades aldeãs aos camponeses quando se trat[ou de] instruções sobre ocupação de terras e de propriedades abandonadas [devido ao êxodo para fora do país da população portuguesa], a recuperação dos tratores, a formação das cooperativas, etc., dadas pela direção do partido; por outro, porém, estas ideias instrutivas não se aplicaram da mesma [...] [maneira aquando das discussões sobre a] luta entre tendências no interior do MPLA” (*ibid.*).

“Os camponeses são, como em toda a parte, fiéis a coisas concretas e perceptíveis. Para este segmento, a vida política era feita através das questões quotidianas, os problemas que os afetam de perto, tais como [...] [o êxodo] dos colonos, a independência, a guerra contra a FNLA, a simpatia pelo partido, e os sentimentos muito positivos [favoráveis a]o MPLA de Agostinho Neto. Adiciona-se, no entanto, a clivagem entre o meio rural e urbano, algumas contradições que, a longo prazo, danificaram as influências [positivas exercidas pelo partido MPLA] sobre [as populações do] meio rural, tornando-se numa barreira que dois anos mais tarde impediu a mobilização anti-fracionista” (*ibid.*, p. 188).

Uma das contradições mais fortes foi criada pela campanha iniciada pelo partido local contra as autoridades tradicionais (sobas) das comunidades aldeãs, realizada num estilo jacobino rígido e sectário. Pretendia com isso introduzir uma nova autoridade do partido, dissociada da personalidade do soba, e assente em propaganda que acusava efectivamente os chefes tradicionais de terem trabalhado em estreita colaboração com o governo colonial. Em

consequência disso, os sobas optaram por se manterem em silêncio, mas reprimindo os ressentimentos acumulados (*ibid.*).

Não havia acção mais desmobilizadora e vexatória que as acusações de serem cúmplices do governo colonial pouco depois da proclamação da independência. Ou seja, o espectro da situação colonial não estava ainda totalmente resolvido e tal acusação foi um factor perturbador e desmobilizador que estabeleceu certo grau de tensão e de vira costas entre o partido MPLA local e as autoridades tradicionais.

Estes factos, pela rapidez com que se desenrolaram, tornaram menos eficazes os esforços de dominação ideológica empreendidos pela então elite urbana local sobre a maioria dos camponeses através do controlo absoluto da direcção do partido MPLA na província. No entanto, durante a ocorrência da tentativa de golpe de Estado de 1977, apesar do seu fracasso quase anunciado, as forças que se opuseram aos fraccionistas encontraram, no meio rural, aliados entre os camponeses, colocando-os sob pressão e contra a “influência” exercida pelos fraccionistas no interior da direcção do partido MPLA²⁹.

Como ficou dito, o projecto de iniciar o golpe de força a partir de Malanje não passou de uma intenção por causa da fraca aderência que o partido na província conseguiu mobilizar junto dos camponeses (*ibid.*).

Em contrapartida, a acção de contragolpe anti-fraccionista dependeu parcialmente do meio rural, sobretudo dos camponeses da Baixa de Kasanje. Uma das principais figuras que se destacou nessa acção foi um camponês-guerrilheiro³⁰ originário da região, cuja imagem é lendária pelo seu prestígio pessoal nos comícios de mobilização dos sobas e, assim, de todo o campesinato daquela região. Esta mobilização ocorreu num período muito curto, conseguindo daí obter o apoio social necessário para manter a província sob controlo, neutralizando a acção dos fraccionistas. A força dessa campanha mobilizadora anti-fraccionista fez silenciar boa parte da cidade de Malanje. “Como retribuição pela acção de quase desespero contra os fracionistas, [...] [34] sobas [da província de Malanje, sobretudo originários] da região da Baixa de Kasanje foram recebidos pelo então Presidente Agostinho

²⁹ Alguns jovens de Malanje simpatizantes da facção Nitista no interior do MPLA-PT que sobreviveram à repressão do 27 de Maio mais tarde entraram em dissidência com esse partido e, em 1991, formaram o Partido Renovador Democrático (PRD), que participou nas eleições gerais, conseguindo por sua vez eleger um deputado à Assembleia Nacional. São, dentre eles, Luís dos Passos da Silva Cardoso e Adriano Botelho de Vasconcelos.

³⁰ Trata-se mais uma vez do comandante *Canhangulo*, que depois incorporou as forças de defesa nacional. Terá desempenhado igual missão dois anos antes nos confrontos de 1975 entre o MPLA e a FNLA em Malanje, naquilo que se considera como sendo a “guerra dos 12 dias”.

Neto³¹, para além de no mesmo período ter-se iniciado uma vasta operação de ajuda material à Baixa de Kasanje, especialmente em bens de consumo durante os dois meses posteriores ao 27 de Maio” (*ibid.*, p. 189).

“Depois veio o fenómeno do 27 de Maio de 1977, o fraccionismo. Foi uma outra situação bastante pesada para a província. A província de Malanje perdeu muitos jovens nesse processo. Morreram outras pessoas que não eram jovens. Quer numa situação quer noutra, independentemente do que foi ocorrendo, continuou a haver um êxodo principalmente daquelas pessoas que não queriam sujeitar-se à situação de Malanje” (Homem, 60 anos, agrónomo, EL, 01/2015c).

Pouco tempo após o 27 de Maio, o Presidente da República, Agostinho Neto, voltou a fazer mexidas no seu governo muito em razão do espectro desse fatídico episódio que tinha alterado as relações de força e estabelecido, em consequência disso, um clima de desconfiança acentuada nas hostes do partido MPLA ao nível nacional e do Estado em si, com maior incidência para as províncias de Malanje, Benguela e as do Kwanza-Norte e Sul. Foi então que para substituir Eusébio Sebastião Júnior, também ele no cargo de Comissário Provincial de Malanje a título provisório, é nomeado, provisoriamente, Domingos Afonso Neto no mesmo cargo, através do Decreto Presidencial nº 116/78. Na ocasião outro decreto, nº 115/78, pôs também fim ao mandato do primeiro (D-R Iª Série nº 280, de 28 de Novembro de 1978), contabilizando-se três comissários num período de apenas três anos. Significa que cada um dos dois primeiros demorou no cargo pouco mais de sete a oito meses efectivos. Este cenário é ilustrativo da dificuldade que passou a existir no seio do MPLA para a nomeação nos cargos de comissários provinciais de pessoas de extrema confiança das estruturas centrais. Clarifica também a opção que passou a vigorar de uma rotatividade governativa ao nível das províncias que tinha como pressuposto a nomeação de membros do partido que não fossem naturais ou originários dessas localidades, com vista a se evitar o domínio ou controlo das elites locais em detrimento da central. Essa opção ajuda também a explicar que, para além do factor guerra em curso, se tenha articulado fortemente as estruturas políticas e militares, como se veio a acentuar nas duas décadas seguintes. Esta opção não se limitou aos cargos dos responsáveis provinciais, pois pode-se verificar o mesmo ao nível das estruturas centrais do MPLA e do Estado.

³¹ O *Jornal de Angola* publicado aos 2 de Junho dedica a primeira página à visita feita pelos sobas da província de Malanje ao Presidente da República, António Agostinho Neto, cujo objectivo era o de apresentar cumprimentos ao Chefe de Estado, ao Comité Central e ao Governo. Foram também, segundo ainda o mesmo jornal, denunciar os actos de sabotagem praticados pelo Comissário Provincial e pelo fraccionista Santos. Eles, os sobas, receberam do Presidente a promessa de apoio e houve a partir daí uma mudança no tipo de relação entre as autoridades tradicionais e o Estado, na medida que essa promessa passava pela atribuição de responsabilidades administrativas a essas autoridades que, na maior parte vezes, foram tidas como colaboradores do Estado colonial português.

Como acima mencionado, a partir da década de 1980 devido à situação militar que se ia agravando, o país foi dividido em regiões militares, onde as províncias do Kwanza-Norte e de Malanje correspondiam à nona região. Estes organismos, criados em Julho de 1983, numa lógica de defesa territorial e do sector produtivo nacional, foram pouco tempo depois substituindo os Conselhos Militares Regionais em batalhões territoriais de forças, incluindo tanto os trabalhadores como os camponeses enquanto unidades milicianas (cf. Ferreira, 1999, p. 270).

O então quarto comissário provincial de Malanje e coordenador do comité do partido local, Ludy Kissassunda, fazendo alusão à situação militar na região evocava que “a província começou a sentir a presença militar inimiga nos finais de 1982, na fronteira com a província do Bié. Em 1983, começou a introduzir as primeiras colunas nas áreas do Pungo-Andongo, Cacuso e Kangandala, com a missão de realizar acções de mobilização das populações e, em 1984, um grupo de comandos com a missão de fazer a abertura da sua ‘frente norte’, nas áreas de Massango. Após a criação desta frente, [infiltrou] 4 batalhões semi-regulares e 7/8 colunas regionais com a missão de realizar acções nas províncias de Malanje, Kwanza-Norte, Uíge e Bengo” (*ibid.*, p. 268).

A partir de 1985, efectivamente, as forças militares da UNITA ocuparam a parte norte da província, especificamente o município de Massango, rico em recursos minerais, permitindo que se criassem pequenas bases de apoio nestes municípios do norte junto da população rural que depois das eleições gerais que se seguiram aos acordos de paz lhes conferissem vantagens políticas.

Em 1989 retomaram-se os confrontos militares entre as forças governamentais e a rebelião armada da UNITA, resultantes da ocupação dos municípios a norte e sul da província, restando apenas o centro da cidade, que resistiu aos fortes bombardeamentos que eram lançados pela UNITA a partir do município de Kangandala. Este confronto militar provocou a situação de ocupação e o controlo de oito municípios pela UNITA, a destruição do aeroporto da cidade capital e a devastação das zonas de residência.

Passados três anos após a última ocupação da província de Malanje, os cenários social e político alteraram-se novamente devido às confrontações militares que se seguiram às eleições de 1992, de 31 de Outubro a 2 de Novembro, tendo sido ocupada quase por completo, deixando de fora apenas a sede província, onde se encontram as estruturas governamentais.

Mesmo durante a realização das eleições gerais, havia uma tensão muito grande nos discursos políticos que foram proferidos em Malanje. “Aos 27 de Agosto de 1992, em

comício para 70 mil pessoas na província de Malanje, José Eduardo dos Santos disse que não [desmobilizaria] o exército do MPLA enquanto Savimbi não [desmobilizasse] o da UNITA” (Noblat, 2008, p. 169).

Finalmente, a cidade de Malanje, sede da província com o mesmo nome, sofreu novamente os bombardeamentos das forças militares e viveu sob fortes ameaças entre Janeiro e Agosto de 1999, naquela que é considerada como sendo a última fase do conflito militar em Angola (cf. Birmingham, 2002, p. 181).

7.3. A governação bicéfala: ocupação do espaço político

Sob proposta do Bureau Político do MPLA, o primeiro comissário provincial, a título provisório, João Manuel da Silva foi nomeado ao abrigo do decreto do Conselho da Revolução nº 76, de 10 de Fevereiro, juntamente com outros comissários para mais seis províncias³².

Como temos vindo a referir, dada a situação que se impôs à província de Malanje, a governação foi articulada entre as estruturas políticas e militares, pois umas dependiam fortemente das outras. Foi, porém, uma opção que deu os seus resultados e permitiu a manutenção das estruturas governativas ao nível dessa e de outras províncias em que se verificavam movimentações da UNITA. Aquilo a que consideramos de governação bicéfala em Malanje tem a ver com o facto de ter havido uma articulação governativa semi-civil e militar, como forma de consolidação do poder que o Presidente da República procurou evidenciar ao colocar em paralelo entidades com poderes de execução política numa coabitação do mesmo espaço com entidades militares; quando muito, fazia desses militares actores políticos civis sem os desmobilizar, atendendo à natureza e orientação do próprio Estado. No caso de Malanje, pode-se constatar que houve cerca de cinco comissários políticos responsáveis provinciais pela governação e igual número de adjuntos a partir dos anos 80, que em determinada altura foram distribuídos por áreas sectoriais. O cargo de comissário provincial do período de partido único até 1992 é o equivalente a governador actualmente. Desde 1975 a 1992, altura que em se introduziram as mudanças políticas e alterações substantivas da estrutura administrativa do governo central e provincial,

³² O decreto refere nos termos legais que os comissários das províncias são provisoriamente as seguintes individualidades: Província de Luanda (antes da divisão em duas, Luanda e Bengo) – Pedro Fortunato Luís Manuel; Província de Cabinda – Jorge Chimpuati; Província da Lunda (antes da divisão em duas, Norte e Sul) – João Manuel Sakulukombo; Província do Kwanza-Sul – António Gaspar Conceição; Província do Zaire – Adolfo João Pedro; Província de Malanje (antes da actual divisão administrativa) – João Manuel da Silva; Província do Kwanza-Norte – José Congo Sebastião.

sobretudo durante os anos 80, a governação foi uma forma de acomodação política das sensibilidades locais em torno da qual o partido-Estado visou atenuar, senão mesmo eliminar dissidências.

Como referido mais acima, o caso de Malanje implicou medidas adicionais devido ao espectro do 27 de Maio que ainda pairava no ar e cujos ânimos não estavam totalmente ultrapassados. À escala de responsáveis políticos, Domingos Afonso Neto, Ludy Kissassunda, Cristóvão da Cunha e João Ernesto dos Santos, são nomes de ex-comissários provinciais que endossam a lista política de Malanje. Este último comissário provincial – João Ernesto dos Santos³³ – foi exonerado do cargo em 1992, ao abrigo do Decreto Presidencial nº 17/92, de 3 de Abril de 1992, e em seu lugar pelo decreto nº 32/92, do mesmo dia, foi nomeado João Filipe Martins, cuja denominação passou a ser de governador provincial de Malanje.

Curiosamente, o ano de 1992 para o caso de Malanje foi de inúmeras exonerações e nomeações num curto espaço de tempo, facto que se verificou tendo em conta quer o carácter provisório daqueles que tinham sido indicados para o cargo, quer a pouca confiança que lhes era depositada pelo titular do poder executivo. Nesta toada, ao abrigo do Decreto Presidencial nº 71/92, de 28 de Agosto, é exonerado João Filipe Martins³⁴ do cargo de governador provincial de Malanje e, em seu lugar, é nomeado João Manuel Bernardo, através do decreto nº 74/92, do mesmo dia e ano. Um ano depois, através do Decreto Presidencial nº 80/92, é exonerado João Manuel Bernardo do cargo de governador provincial de Malanje e, em seu lugar, é nomeado Flávio Fernandes, através do Decreto Presidencial nº 5/93, de 5 de Fevereiro de 1993.

Esta última nomeação de Flávio Fernandes para o cargo de governador da província de Malanje, quando tinha exercido anteriormente os cargos de secretário do Conselho de Ministros e de ministro da Saúde, culminou com a exoneração de todo o governo através do Decreto Presidencial nº 80/92, dando lugar à nomeação de Marcolino Moco para o cargo de primeiro-ministro mediante o Decreto Presidencial nº 82/92, de 4 de Dezembro de 1992³⁵. Isto é, em plena crise político-militar, um mês depois de ter-se instalado nas principais capitais provinciais, onde os casos mais agravantes foram os de Malanje e de Luanda. Nesta mesma altura e através dos decretos presidenciais nº 85 e 86/92, foram nomeados

³³ Nomeado mais tarde como comissário/governador do Moxico, cargo que ele ocupa praticamente há cerca de 20 anos.

³⁴ Assumiu igualmente os cargos de ministro da Educação e de reitor da Universidade Agostinho Neto.

³⁵ Este é seguido de outros que dão suporte à nomeação de membros de um supergoverno após a realização das eleições gerais de 1992. Ver a composição em anexo.

igualmente Pedro Maria Tonha “Pedalé” e Santana Pitra Petroff para os cargos de ministro da Defesa e ministro do Interior, respectivamente.

Ao contrário dos outros cerca de cinco comissários provinciais e mais três governadores para a província de Malanje, Flávio Fernandes foi aquele que permaneceu no cargo mais tempo, cerca de nove anos e durante o período mais intenso do conflito armado naquela província, o que, em bom rigor, revela a confiança que lhe foi atribuída pelo chefe do governo ao nível central. Não obstante ter ignorado durante algum tempo os ecos de descontentamento que surgiam contra o governador de Malanje, Flávio Fernandes, o Presidente da República³⁶ de visita à província no âmbito das denominadas “presidências abertas”, propunha reunir o Conselho de Ministros fora da capital do país, em Julho de 2002, pouco depois da celebração da paz definitiva. Perante uma audiência de cerca de 700.000 pessoas que se tinham reunido para saudar a visita do Presidente da República a Malanje, depois de ter proferido o seu discurso que foi muito aplaudido e quando o então governador se preparava para falar ao público, este impediu-o de o fazer, protestando com vaias e apupos. Numa tentativa inglória para dissuadir a rejeição da população quanto à permanência de Flávio Fernandes no cargo de governador, o Presidente da República acabou sendo embaraçado e em plena multidão enfurecida prometeu a nomeação de um novo governador (cf. Comerford, 2005, p. 196). Poucos dias depois desse incidente, jamais visto em Angola e numa altura em que o próprio Presidente havia feito a sua quarta visita àquela província num espaço de 21 anos, Flávio Fernandes foi exonerado do cargo de governador de Malanje ao abrigo do Decreto Presidencial nº 38/02, de 23 de Julho de 2002. Em seu lugar, foi nomeado Cristóvão da Cunha³⁷ – ex-comissário provincial adjunto –, através do Decreto Presidencial nº 45/02 do mesmo dia e ano, culminando, assim, com mais uma substantiva remodelação de todo o governo da República. Em mais outros decretos presidenciais foi igualmente exonerado Fernando da Piedade Dias dos Santos do cargo de comandante geral da Polícia Nacional e, em seu lugar, nomeado José Alfredo ‘Ekuikui’, através dos decretos nº 37 e 48/02, de 23 de Julho de 2002.

³⁶ O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ao longo da sua longa experiência de governação efectuou pelo menos quatro deslocações à província de Malanje durante o conflito armado, designadamente em 1981, na comuna do Cuale adstrita ao município de Kalandula, em 1986, em 1992 no município sede e em véspera da campanha eleitoral, e logo depois do fim do conflito em Julho de 2002.

³⁷ Este ex-comissário provincial adjunto de Malanje havia exercido igualmente, na segunda metade dos anos 90, o cargo de governador da província de Luanda. Completa-se a lista com o senhor Cristóvão da Cunha (2002-2008) seguido dos senhores Boaventura Cardoso (2008-2012) e ainda em curso Norberto dos Santos (2012-)

Em grande medida um dos critérios para a nomeação, quer dos comissários provinciais e de seus adjuntos, quer dos governadores, foi o facto de serem originários de Malanje, salvo os casos de Ludy Kissassunda [Rodrigues João Lopes] e de João Ernesto dos Santos [Liberdade], este último originário do leste, e o primeiro originário do Zaire, norte de Angola. O comissário político João Ernesto dos Santos, não sendo originário da região de Malanje, provavelmente a sua nomeação para dirigir a província de 1986 a 1991 tenha resultado do facto de ter sido responsável da quarta região militar.

A gestão da província de Malanje no período de guerra de desestabilização contou igualmente com a participação de dois comissários adjuntos originários daquela região, designadamente Agostinho Pedro Ramos e Pedro António Sebastião, nomeados pelos decretos presidenciais nº 34/87 e 38/87, de 14 de Março de 1987, um ano depois de João Ernesto dos Santos ter sido empossado no cargo de comissário principal cumulativamente.

Desde o início da década de 1980 que o partido no poder enfrentava a difícil tarefa de assegurar o interior do território nacional, pois não estava muito bem claro o papel que organizações como as Brigadas Populares de Vigilância (BPV) e a Organização de Defesa Popular (ODP) deveriam ter, embora fosse a manutenção da segurança nos diversos níveis. Houve, contudo, uma discussão que se levantou no interior do MPLA no âmbito do discurso do Presidente dirigido à escola nacional de quadros do partido. O presidente José Eduardo dos Santos, no referido discurso, orientava para que se fizesse uma delimitação concreta do papel a desempenhar por cada uma das duas organizações, pois os fins de ambas confundiam-se na prática. Em parte, a ambiguidade entre os dois órgãos surgiu do facto de actuarem na mesma área sem a devida definição das suas competências.

Genericamente, as forças da defesa civil encontravam-se organizadas de acordo com as directivas nacionais. Nas outras províncias de Angola, a defesa da população tornou-se prioritária, passando a ser uma missão delegada pelas FAPLA. Assim, as massas populares, funcionários e dirigentes do governo e do partido MPLA foram convocados a participar na Organização de Defesa Popular – ODP. Elaborou-se, no entanto, um plano directivo que orientava a formação militar basicamente para o manejo de armas de vários calibres, principalmente de fabrico russo, postas à disposição dos comandos provinciais da ODP. No entanto, coube aos funcionários públicos em sintonia com as estruturas provinciais e com o sector a que pertenciam assegurar o seu posto de trabalho, sob a orientação de uma hierarquia militar.

Cada região, município, localidade e aldeia de Angola tinham a sua própria estrutura da ODP, o que dificilmente se conseguia distinguir da direcção do quartel militar, ou seja, não era possível diferenciar o funcionário civil do militar das FAPLA. Qualquer civil tinha que estar em permanente prontidão quando fosse chamado a ingressar para as estruturas de defesa. Muitos desses casos eram de indivíduos que iam para os seus locais de trabalho fardados e em posse de armas de fogo.

No essencial, esse grupo de pessoas iam igualmente reforçar outros níveis de necessidades sentidas nas comunidades, por exemplo, o amplo trabalho de reconstrução realizado com a finalidade de recuperar as estruturas destruídas pela guerra nos primeiros confrontos armados, para a reactivação da vida social e económica do país. As deslocações para transportar esse contingente paramilitar, na maior parte das vezes, eram realizadas em comboios. Por exemplo, os carros que saíam de Ondjiva para outras localidades do interior e para outras províncias como Huila, Namibe, Benguela e Luanda, eram escoltados por funcionários dos diversos ministérios que residiam na sede provincial. Enquadrados na ODP, não era raro ver funcionários públicos vestindo a farda verde oliva da organização, com cartucheiras no peito e armas nas costas percorrendo todo o país.

As referidas acções evidenciam que a actuação do Estado privilegiou a actividade de defesa, que visava resguardar a integridade nacional. A segurança, nesse sentido, tornou-se política e pública, consumindo quase todos os esforços do poder público.

Acontece, porém, que após a realização das eleições gerais, em face do clima de tensão que emergiu, o governo angolano teve que rearmar a população civil, “inclusive rapazes de 15 e poucos anos tiveram pela primeira vez experiências com armas de fogo de calibre de guerra” (Homem, 36 anos, político, EM, 11/2013g).

As áreas do acordo que se estabeleceu entre as partes beligerantes abrangiam questões como o compromisso para com a validade dos acordos de paz e o reconhecimento dos resultados eleitorais. A principal área de desacordo continuava a ser a disposição da polícia antimotim, relativamente à qual a UNITA ressuscitou as suas antigas acusações de que o governo violara a ‘cláusula de triplo zero’ ao importar equipamento de guerra de Espanha, uma acusação que o governo rejeitava mais uma vez de forma veemente. A UNITA também exigiu a abolição das designadas ‘forças auxiliares’ (a ODP - Organização de Defesa Popular, e as BVP - Brigadas de Vigilância Popular), ao passo que o governo negava a existência de forças institucionalizadas desta natureza, afirmando que os grupos civis armados eram simplesmente o resultado da escalada militar provocada pela rejeição por parte da UNITA dos resultados eleitorais (Anstee, 1997, p. 499). “Por força dos acordos de

Bicesse, a UNITA chegara a Malanje, desde sempre um feudo do MPLA, ocupando a cidade com os seus comités de instalação, protegidos por um número considerável de seguranças pessoais. O choque com a população foi inevitável, resultando, por isso, nalgumas dezenas de mortos e feridos, sendo que a situação tornou-se mais preocupante pois temia-se pelo envolvimento das tropas governamentais que se encontravam acantonadas próximo ao centro da cidade, violando, assim, os acordos de paz caso interviessem. Por outro lado, unidades de guerrilheiros [da UNITA] movimentavam-se para o município de Kalandula, parecendo prepararem-se para um assalto à cidade. Sob a pressão da Comissão Conjunta Política e Militar - CCPM, a UNITA decidiu reduzir o número dos seguranças pessoais e interromper a movimentação das suas tropas em Kalandula. As FAPLA, por seu lado, mantiveram-se acantonadas, e a situação normalizou-se, mas num quadro de equilíbrio ameaçador, com os dois lados prontos e dispostos a intervir, a qualquer momento” (Albuquerque, 2002, pp. 176-177).

Segundo a socióloga Christine Messiant, “a guerra pós-eleitoral, perpetrada sem piedade pelos dois lados contra civis tornados inimigos por terem ‘votado mal’, assumindo contornos de crueldade e implicando do lado do governo uma militarização miliciana do ‘seu povo’, provocou enorme destruição num extenso território, desfez e atomizou a sociedade. Já que a ONU não apresentou à UNITA deslegitimada pelo voto uma proposta que esta considerasse aceitável, a rebelião, na sua lógica de poder armado, vai querer desfazer a derrota eleitoral pelo recurso à força, levando a comunidade internacional a pôr-se mais do lado do governo, não só através do voto de sanções e do apoio diplomático, mas também de ajudas não unicamente políticas, nem abertas, por parte de vários indivíduos e países (Messiant, 2008, p. 139).

O percurso da guerra de longa duração que assolou a cidade de Malanje, em que as pessoas lutavam para sobreviver e fugir à penúria sob o domínio militar ora das forças do governo do MPLA, ora das forças da UNITA, lançando bombas de um lado para o outro, ilustra muito bem as limitações do uso do conceito de ‘estado de emergência’ no contexto em análise.

Como referido mais acima, a perspectiva de Agamben (2004) sobre o governo diante do ‘estado de exceção’ não está necessariamente associada à noção de ‘estado de emergência’ a partir do qual qualquer governo em situação de crise toma a prerrogativa de suspender a ordem legal vigente e instaurar o estado de guerra.

Considerada como praça eleitoral pró-MPLA, a verdade é que no decurso das eleições de 1992 esses dados foram postos à prova de choque, pois a UNITA durante o tempo que

manteve sob controlo e ocupação militar a província havia criado sustentáveis bases de apoio, sobretudo nas áreas rurais³⁸, com excepção da capital da província. Estas bases de apoio lhe valeram confiança, supostamente aventando uma possível vitória eleitoral.

De acordo com a representante da ONU em Angola, Margareth Anstee, “a UNITA considerava que a UNAVEN tinha feito ‘um bom trabalho’ e que o processo eleitoral tinha em geral corrido bem. Tinha havido alguns problemas, particularmente em Luanda e Malanje. A UNITA estava a apreciar o quadro completo e apresentaria a sua posição em devido tempo” (Anstee, 1997, p. 272).

Entretanto cinco incidentes tinham surgido, mas tinham sido resolvidos pela CMVF (Comissão de Monitorização e Verificação e Fiscalização) e pela UNAVEM. Um destes incidentes foi particularmente grave. Em Malanje as equipas da UNAVEM e das FALA depararam com o cadáver do coronel Pedro Macanga, um oficial político da UNITA que, presumia-se, fora vítima de uma emboscada na noite anterior” (*ibid.*, p. 83).

De acordo com Nuno Vidal, “os efeitos da guerra foram especialmente devastadores nesta província, onde a UNITA ocupou a maior parte dos municípios e cercou a cidade durante os dois anos após o reinício da guerra de 1992. A cidade esteve completamente isolada do resto do país nos meses imediatamente posteriores a Setembro de 92. O cerco nessa altura era extremamente apertado em volta da cidade e o aeroporto estava fechado, dada a proximidade das forças da UNITA que chegaram a ocupar os bairros periféricos da cidade” (Vidal, 1997, p. 85).

Na fase que se seguiu aos confrontos militares ocorridos na província de Malanje e particularmente na cidade capital, houve a emergência de grupos de milícias, entre simpatizantes e adeptos políticos dos partidos UNITA e MPLA, que imperaram em armas para lutar uns contra os outros, situando-se na fronteira ténue que os colocava entre combatentes e não combatentes. Ou seja, durante o dia eram cidadãos civis e ao passar da tarde empunhavam armas para defenderem a cidade dos ataques dos rivais políticos e militares. Do lado do MPLA ou do governo poderíamos encontrar as denominadas milícias civis ou defesa civil, que, desde os finais dos anos 80, haviam ganhado estatuto político e militar face às investidas dos rivais armados que se encontravam também na cidade (cf. Vidal, 1997, pp. 88-89).

³⁸ Um aspecto a merecer melhor pesquisa é a influência exercida pela UNITA em alguns municípios de Malanje, mais concretamente no mercado que surgiu durante a guerra no município de Kaculama sob o controlo dessa organização, onde se efectuavam trocas comerciais, sobretudo de produtos alimentares.

A par de Malanje, as milícias civis estavam espalhadas por todo o país, havendo, igualmente, subdivisões ao nível provincial e municipal, bem como nas zonas rurais. Este organismo havia sido desactivado durante o período que antecedeu a realização das primeiras eleições gerais de Angola, que culminou com a desmobilização da então Força Popular de Libertação de Angola, braço armado do MPLA, e das forças militares da UNITA.

Algumas das acusações foram muito graves e Malanje foi um desses casos. Situada a cerca de 400 quilómetros a leste de Luanda e capital da província com o mesmo nome, Malanje era uma praça-forte da UNITA. O equilíbrio de poder nos campos circundantes encontrava-se nas mãos da outra facção e a UNITA, tirando vantagens do acesso a centros urbanos, concedido pelos acordos de paz, tentou conquistar uma posição segura na cidade. A situação agravou-se com a presença de uma grande área de aquartelamento das FAPLA, que se encontrava muito mais perto da cidade do que era normal, e com as actividades sombrias de um personagem misterioso e de má reputação, conhecido como ‘Fubu’, e dos seus seguidores. Não era muito claro se esse tal de ‘Fubu’ denotava um indivíduo ou uma organização, apesar de um membro da UNAVEM afirmar que o vira em carne e osso. A UNITA afirmava que as actividades nefastas deste grupo eram apoiadas e mesmo fomentadas pelo governo, uma alegação que o governo negou veementemente, afirmando que ‘Fubu’ era um criminoso comum.

“A guerra começou devido aos golpes. Alguém desapareceu no grupo dos ex-militares das FAPLA, e a partir daí um outro grupo famoso, *Fubu*, e alguns indivíduos da Carreira [bairro da Carreira de Tiro] organizaram-se totalmente a fim de poderem defender essa área, como o antigo *Mandingo* das FAPLA, um grupo de oficiais. Depois disso começaram a fazer a revolta contra as FALA” (Homem, 34 anos, funcionário público, EM, 2014a).

“Era uma população armada mesmo pelo governo. Eu lembro-me que naquela altura na Canâmbua alguns kotas nossos saíam com as armas e distribuía nas casas das pessoas. Então a partir desse momento os jovens com um bocado mais de aventura, alguns até sem preparação militar, pegaram em armas para a luta; outros já tinham preparação militar: falo do Zeca que era chamado *Kifumbi*, e do *Fubu*” (Homem, 38 anos, funcionário público, EM, 2014b).

Contrariamente àquilo que refere Alex Vines, sobre a situação política e militar, segundo o qual “uma organização paramilitar denominada ‘*Fubo*’ era composta pela unidade de forças especiais do governo transferidas para Malanje para evitar que a UNITA se infiltrasse na cidade, e tinham ordens para encorajar um sentimento anti-ONU, associando-a deste modo à UNITA” (Ansee, 1997).

Na verdade, tratava-se de um grupo de milícia que surgiu em Malanje por iniciativa popular entre ex-integrantes das extintas FAPLA e de indivíduos que foram recrutados nas zonas periféricas da cidade. Com efeito, no decorrer do conflito em Malanje após a pressão

feita à cidade pelas forças da UNITA, impôs-se a necessidade de entrosamento entre todas as forças de defesa governamentais para uma única coordenação militar, como veremos mais adiante.

“na fase em que era a UNITA que controlava a cidade” (Homem, 79 anos, líder religioso, 11/2013a) [...] Malanje foi uma das zonas muito atingida pela guerra. Isso foi já nos anos difíceis, anos de 1980. Houve muita fome e morreu muita gente. Depois nós ficámos cercados, no meio. A UNITA não conseguiu entrar em Malanje. Uma cidade pequena, mas nunca conseguiu entrar. Faziam os ataques de fora através dos morteiros que lançavam. Mas então ficámos aqui. A Caritas depois fez um trabalho extraordinário de apoio à população. Quando foram os primeiros refugiados que chegaram foi o PAM que os acudiu. [...] Eles confiavam-nos toda a comida que pretendiam distribuir. Isso foi tomando uma proporção tão grande que nós depois tivemos de assumir. Mas naquela altura não tínhamos meios para fazê-lo. Nós tínhamos muitas cozinhas. Somente na cidade chegamos a ter 75 cozinhas para crianças e 14 para os adultos. Então foi um trabalho muito grande nessa altura e sempre com uma boa colaboração da população nos serviços” (Mulher, 65 anos, religiosa, EM, 11/2013d).

Depois os voos do PAM retomaram a normalidade (cf. Maier, 1996, p. 151).

“Nós ficamos cercados, e a oito quilómetros não podíamos sair. A cidade ficou cercada, morreu muita gente, muitas famílias que iam às suas lavras fora da cidade. Muitos saíram em grupos e depois já não voltavam; ou eram mortos lá. Ou também eram raptados e iam para a mata com os guerrilheiros. Crianças eram deixadas em casa fechadas, pois não sabiam o que se passava. Depois os vizinhos é que iam buscá-las, dando-lhes água e alimento. As crianças ficavam disformes, não podiam andar com as pernas inflamadas. [...] Então, eles nos carrinhos de mão traziam-nas até às nossas cozinhas, e à tarde vinham buscá-las. Depois muita gente regressou para as matas quando pensavam que não haveria mais guerra. A seguir a isso, também tivemos muito trabalho com os campos de acolhimento dessas pessoas que vinham da mata depois do fim da guerra e dos acordos de paz. Muita desgraça que a gente viu” (Mulher, 65 anos, religiosa, EM, 11/2013d).

Por sua vez, efectivamente, tanto os apoiantes do governo quanto os da UNITA não resistiram à tentação de se lançarem em acções de provocações mútuas. Em virtude desse ambiente, entretanto, o conflito entre as milícias e tropas de ambos os lados concentrou-se num bairro de Malanje em particular, e no início de Julho a espiral de violência parecia não ter qualquer solução. Ao fim de algum tempo, no início do dia 13 de Julho, foi convocada uma reunião de emergência no quadro da CPPM, com vista a controlar as acções inflamatórias que decorriam nesta localidade a norte do país.

Tal como mencionado, “em Outubro e Novembro de 1992 foi distribuído aos civis, em Luanda, um grande número de metralhadoras AK-47 para que ajudassem o governo a esmagar as forças da UNITA ‘na batalha de Luanda’. Nas zonas rurais, tanto o governo como a UNITA armaram unidades de ‘defesa civil’ nas aldeias, destinadas a complementar as suas forças regulares” (Hodges, 2002, p. 120). No caso vertente da cidade de Malanje, o cenário não foi diferente se comparado com aquilo que ocorria um pouco em todas as capitais

provinciais, segundo apontado por um dos nossos entrevistados: “Os bombardeamentos eram lançados de Kangandala para aqui. Havia certa convivência harmoniosa com a Igreja Metodista” (Homem, 79 anos, líder religioso, EM, 11/2013a)

Segundo uma das nossas entrevistadas, de facto, “a guerra decorria durante a noite. Ao longo do dia voltava-se para uma vida normal para trabalhar, à procura de alimento e tratamento dos feridos ou mortos dos bombardeamentos” (Mulher, EM, 2013a).

De acordo com Tony Hodges, houve ocasiões em que o governo de Malanje negociava com a UNITA concessões de recursos mineiros. Por exemplo, entre 1998 e 1999 aconteceu que por ordem do governador Flávio Fernandes, camiões da *Sonangol* distribuíam combustível para aquela organização política, num município situado a leste da província, operação que veio a prolongar-se alguns meses até à altura em que a UNITA tomou sob controlo a quase totalidade da província. Ou seja, houve claramente momentos em que entidades do governo provincial negociavam secretamente com a rebelião armada: por um lado, as primeiras vendiam recursos e, por outro, a segunda comprava combustível em troca de diamantes para a manutenção da máquina de guerra (Hodges, 2000, p. 246).

7.4. Hotel Kijima – quartel-general da UNITA em Malanje

Devido às cláusulas asseguradas no quadro do Acordo de Bicesse, assinado entre o governo e a UNITA, que permitiram igualmente o cessar-fogo e a preparação das eleições gerais, os principais actores políticos e militares opositores regressados das matas foram alojados nos poucos hotéis das cidades que ofereciam condições condignas. Tal regresso do *maquis* para as cidades das populações sob a custódia da UNITA e respectivos combatentes é resultado daquilo que a própria organização político-militar denominou o ‘regresso às cidades’, que duas décadas antes lhes fez caminhar das longínquas matas do leste de Angola.

Ocorreu que no caso particular da província de Malanje, o local escolhido para albergar o conjunto de oficiais militares e políticos da UNITA foi o hotel Kijima, situado no coração da cidade, na rua Henrique de Carvalho, junto à praça 4 de Fevereiro. Este hotel surgiu oficialmente em Outubro de 1975 no calor da guerra pela independência nacional, tendo registado fissuras devido ao lançamento de morteiros durante os confrontos entre o MPLA e a FNLA. Por um lado, a localização do hotel, situado no centro da cidade, oferecia à delegação da UNITA, naquela província, certa visibilidade pública e facilidades de locomoção devido à necessidade de mobilização política eleitoral e o estatuto que essa organização tinha granjeado por força dos acordos de paz. Por outro, no decurso dos

confrontos que ocorreram no interior da cidade, a respectiva delegação viu-se obrigada a empreender várias estratégias para escapar à pressão militar das forças pró-governo na província, o que originou o “facto [de] esta unidade ter sido arrasada em três ocasiões, durante o conflito armado no país” (JA, ed. Malanje, 2010, p. 28).

“Havia os aviões. Só tivemos um mês, mês e meio em que o aeroporto foi atacado. Isso entre 1991 a 1992. E foi uma coisa terrível. Então os serviços que estavam cá: a Visão Mundial, os Médicos sem Fronteiras, se retiraram. O PAM deixou uma pequena delegação com gente local, e os Médicos Sem Fronteiras deixaram todo o seu armazém e a chave nas nossas mãos. Nós tiramos tudo o que era necessário. E o PAM também nos tinha dado muita coisa, tínhamos o armazém cheio. Fomos fazendo o atendimento, e depois houve uma coisa que foi feita. Não foi tornado público, mas nós sabemos o que é que se estava a passar. Havia na Caritas central de Luanda pessoais que também eram militantes da UNITA. Então quando eles fecharam o aeroporto não era possível a aterragem de nenhuma aeronave. [...] Foi feito então um acordo secreto entre esses militantes da UNITA responsáveis da Caritas e a UNITA. Então houve um acordo: a Caritas vinha trazer comida a Malanje e ia levar comida também à Jamba, onde eles tinham o seu quartel-general e tinham também muitos prisioneiros. Muita gente acantonada. Deram essa autorização, o PAM deu a comida e a Caritas pagou o transporte. E nós tivemos no mês de Agosto 28 voos ao mesmo tempo que levavam comida para a Jamba. Neste período ninguém atacou ninguém. Só que era uma combinação secreta para autorizar a aterragem dos aviões em Malanje (Mulher, 65 anos, religiosa, EM, 11/2013b).

7.4.1. “A paz de mentira ou a mini paz de 92”³⁹

Messiant refere que o Protocolo de Lusaka de 1994 foi um fracasso para os esforços da conquista da paz (cf. Anstee, 1997, pp. 319-529; Comerford, 2005, pp. 82-83). Tal argumento tem como base o falhanço de que foi alvo a tentativa de partilha do poder político entre as duas partes beligerantes. Contudo, a natureza do próprio Protocolo de Lusaka previa a pacificação de Angola pela via da negociação ou partilha de poder entre o governo dirigido pelo MPLA e a UNITA, além de que a assinatura desse mesmo acordo foi realizada sob a ameaça militar e pressão internacional, movidos pelo desejo de ‘conciliar’ e de obter uma estabilização do conjunto do país que permitisse um desenvolvimento menos inseguro e mais vasto da economia e dos negócios, e por seu turno a criação de um exército único. Esta vontade encontra-se manifesta como consequência dos três cenários para pôr fim à guerra apontados pelo presidente angolano.

Uma das soluções deste protocolo, embora sem grandes efeitos sobre o núcleo mais forte de Savimbi, foi encontrada na formulação de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, a 11 de Abril de 1997 (cf. Messiant, 2008, pp. 19-20), três anos após a assinatura

³⁹ Excertos de duas entrevistas realizadas em Malanje, em 1996 (Andrade, Carvalho e Cohen, 2000, p. 93) e pelo autor em 2015c.

dos acordos sob o olhar de vários chefes de Estado africanos na capital zambiana. O GURN⁴⁰ manteve-se incluindo outras forças políticas resultantes das eleições de 1992 até à realização das segundas eleições em 2008.

No período pós-Lusaka, diante do impasse de “nem paz, nem guerra” (Messiant, 2006, p. 141), criou-se um ambiente de permissividade e consolidação do “açambarcamento económico, de modo a manter a hegemonia política e económica” dos principais actores envolvidos na governação do país (cf. Pestana, 2005, pp. 199-200). Desta forma o Protocolo de Lusaka criou uma lógica de impasse estrutural, e o regresso à guerra (em 1995-2001) tomou proporções elevadas e se intensificou aos olhos de uma comunidade internacional prisioneira dos interesses económicos criados pelas facilidades do petróleo, resultando naquilo que Paul Collier denomina “economia da guerra” (cf. Messiant & Marchal, 2002; Pestana, 2005; Vallée, 2008). No entanto, a posição expressa pelo Presidente da República, a qual indicou os três cenários possíveis para Jonas Savimbi e a sua tropa, demonstra bem a complexidade da guerra por um lado, e a pressão política e social por outro, bem como o fracasso das negociações com a UNITA e GURN, que recaía no próprio governo.

7.4.2. Confronto entre milícias – no centro da cidade

A definição de milícias em contexto de conflito armado revela-se complexa. De facto, as milícias fazem parte de um grupo mais abrangente que se designa por paramilitarismo, entendido como sendo um fenómeno multifacetado e nebuloso, com aspectos comuns, mas diferentes entre si (Kalyvas, 2005, p. 25). As evidências disponíveis sugerem que o paramilitarismo, amplamente entendido, muda de acordo com várias dimensões. A primeira

⁴⁰ Através do Decreto Presidencial n.º 6/99, de 29 de Janeiro de 1999, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional tinha a seguinte estrutura: Ministro da Defesa, Kundy Payama; Ministro do Interior, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandó”; Ministro da Justiça, Paulo Tchিপilica; Ministro da Administração do Território, Faustino Muteka; Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço; Ministro das Finanças, Joaquim da Costa David; Ministro dos Petróleos, José Botelho de Vasconcelos; Ministra das Pescas e do Ambiente, Maria de Fátima Jardim; Ministra da Indústria, Albina Faria Assis; Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Gilberto Buta Lutucuta; Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto; Ministro da Saúde, Adelino Manaças; Ministro da Educação e Cultura, António Burity da Silva; Ministro dos Transportes, André Luís Brandão; Ministro dos Correios e Telecomunicações, Licínio Tavares; Ministra da Família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste da Silva; Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, Pedro Van-Dúnem; Ministro da Juventude e dos Desportos, José Marcos Barrica; Ministro das Obras Públicas e Urbanismo, António Henrique da Silva; Ministro do Comércio, Victorino Hossi; Ministro de Hotelaria e Turismo, Jorge Valentim; Ministro da Assistência e Reinserção Social, Albino Malungo; Ministro da Comunicação Social, Hendrick Vaal Neto; Ministro da Energia e Águas, Luís Filipe da Silva; Vice-Ministro do Interior para a Segurança Interna, Fernando Garcia Miala; Vice-Ministro da Geologia e Minas, António Carlos Sumbula; Vice-Ministro da Ciência e Tecnologia, Sebastião Pedro Teta; Governador do Banco Nacional de Angola, Aguinaldo Jaime. Através do Decreto Presidencial n.º 3/99, de 25 de Fevereiro, nomeia-se outros ministros e vice-ministros do GURN, entre eles, o Vice-Ministro da Defesa para Administração e Finanças, Matias Vicente Félix, por intermédio do Decreto Presidencial n.º 21/99, do mesmo dia e ano.

está relacionada com o tamanho. Alguns grupos paramilitares são pequenos e exclusivamente locais, tendo actividades somente numa área restrita: estes denominam-se normalmente “vigilantes”; outros grupos, no entanto, crescem e tornam-se exércitos móveis quase regulares que terminam realizando um importante papel político, militar e económico para a política do seu país (*ibid.*, p. 27). Em alguns casos uma percentagem significativa da população pode envolver-se em vários tipos de actividades paramilitares. Ao passo que, em outros, estes grupos têm um número limitado de integrantes (*ibid.*).

A segunda dimensão diz respeito aos cenários em que esses grupos surgem e também como eles variam. Alguns regimes autoritários usam os esquadrões da morte para suprimir qualquer tipo de oposição. No entanto, a maioria dos regimes autoritários deixam estas actividades a cargo da polícia secreta. Os grupos paramilitares são comuns em insurgências étnicas onde os Estados podem provocar “deserção étnica” (*ibid.*). Distintos grupos paramilitares também são recorrentes em operações de contra-insurgência contra guerrilhas revolucionárias. Os conflitos da América Latina ilustram a variedade de formas que este fenómeno pode tomar em diferentes países, como também em diferentes regiões no interior de um mesmo país (*ibid.*, p. 28).

Quanto à terceira dimensão, prende-se com a existência de alguma variação em termos de relativa autonomia dos grupos paramilitares no que concerne às suas relações com o Estado. Muitos desses grupos – senão todos – tendem a ser formados pelo próprio Estado de forma aberta ou clandestina, normalmente em contexto de campanhas contra insurgentes; alguns grupos são independentes do Estado mas este tolera-os tendo um inimigo em comum (*ibid.*).

Na quarta dimensão, o uso da violência e o seu grau de selectividade também variam. Embora alguns grupos cometem um baixo número de homicídios, outros, pelo contrário, usam a violência massivamente, como os grupos paramilitares criados pelo presidente do Uganda durante a década de 1960 (*ibid.*).

Perante o tipo de definição mais analítica e de quatro dimensões dos grupos paramilitares, para o estudo em causa trataremos apenas das milícias e do contexto a partir do qual elas surgiram em Angola.

Neste contexto, as milícias estão enraizadas entre os camponeses que viviam com os guerrilheiros nas “zonas libertadas”. O MPLA armou o povo para se defender contra o exército português e os colonos. As milícias foram preparadas segundo critérios militares partindo da experiência das forças de guerrilha cujo trabalho era realizar ataques específicos contra o inimigo. Em Abril de 1975, em resposta à campanha de terror dos saqueadores da

FNLA e da UNITA, o MPLA começou a organizar grupos de defesa das pessoas nas cidades e no campo. Em Agosto de 1975, a Organização de Defesa Popular (ODP) foi criada para organizar as milícias à escala nacional. Os membros das milícias não precisavam pertencer às estruturas do MPLA-PT, ou mesmo serem simpatizantes durante os dias da batalha para o controlo de Luanda. Com pouco mais de um milhão de homens e mulheres trabalhadores e membros da ODP, em comparação com cerca de 30 000 membros do Partido, as milícias representavam um amplo corte transversal da população armada em defesa dos seus interesses e do partido. As milícias tinham o seu próprio comando nacional e comissariado político, separado hierarquicamente do Ministério da Defesa. O recrutamento era organizado a partir dos locais de trabalho ou de residência (Wolfers & Bergerol, 1983, p. 121). “Só muito raramente é que as forças milicianas se ocupavam da defesa a tempo inteiro. Por exemplo, por volta de 1978, uma força de milícias em tempo integral foi agrupada na província do Cunene, para se defender contra as [...] [incursões militares] constantes da [vizinha] África do Sul. As milícias passaram por treinamento militar básico, e depois tornaram-se sentinelas em listagens básicas, nos locais de trabalho e de produção. Os novos recrutas assistiam às aulas políticas antes do treino militar para discutir os objectivos e o papel das milícias na comunidade. Em geral os números elevados das milícias concentram[ram-se] no Huambo, Bié e Moxico, nas regiões do centro e leste do país. Dezenas de milhares de pessoas juntaram-se [aos grupos milicianos] após a derrota da UNITA, cujos retardatários estavam ameaçando as colheitas e exigindo alimentos, e milhares de civis indefesos foram forçados a ir para o mato para acompanhar as colunas da UNITA” (*ibid.*).

A ODP também atendia às necessidades decorrentes do declínio gradual da autoridade tradicional. A ODP ajudava igualmente a resolver os problemas da comunidade: brigas conjugais e acusações de feitiçaria. Além disso, porque a alfabetização era vista como um primeiro passo na batalha contra os comerciantes negros e especuladores que dominam a vida das pessoas, muito tempo era dedicado a aprender a ler e escrever (*ibid.*, p. 122).

Contra todos os mitos, o certo é que se alimentou durante muitos anos a confusão de denominar ‘ninjas’ a defesa civil que se mobilizou a seguir à realização das primeiras eleições gerais. Como referido mais acima, a defesa civil ou denominada Organização de Defesa Popular (ODP) são milícias que foram criadas no decurso dos anos 80, a fim de assegurar partes do extenso território nacional em auxílio às forças armadas. No entanto, este segmento armado jamais foi desmobilizado passado todos esses anos, e ao fim de 1991 alguns acabaram integrando as forças armadas devido às experiências acumuladas e ao

presumível risco caso fossem mal desmobilizados, pois muitos se mantiveram em posse de armamento de guerra. Por isso, os ‘ninjas’ são uma força espontânea de iniciativa popular que se confundiu com as unidades paramilitares formadas em Espanha, fazendo parte de um plano de contingência, visto que o governo viu-se pressionado pelos acordos a desmobilizar toda a tropa e a reestruturar quer o exército nacional, quer a polícia de ordem e segurança pública.

Todavia, o assunto sobre este segmento paramilitar não tinha sido colocado na mesa das negociações, até porque não era de domínio público, e tão-pouco a UNITA sabia dos planos. Pouco mais tarde, após o reinício da guerra em 1992, esta tropa especial denominada de anti-terror ou PIR (Polícia de Intervenção Rápida) acabou sendo posta à prova para conter os ataques das forças da UNITA nos principais centros urbanos. Enquanto isso, as discussões que se geraram ao nível da Comissão Conjunta foram de certo antagonismo quanto à necessidade de formação de nova polícia de segurança que pudesse ser neutra e unificada, ou seja, que estivesse acima das forças políticas e partidárias e que abrigasse indivíduos de ambos os lados. Sobre isso a posição do governo foi veemente, pois chamava para si a prerrogativa de decidir unilateralmente, convidando apenas a UNITA a participar com os seus efectivos caso quisesse.

Curiosamente, “sem qualquer conhecimento da UNAVEM II ou controlo da CCPM, o governo avançou para a criação de um corpo policial de elite: a Polícia de Intervenção Rápida (PIR), que viria também a ser conhecida por polícia de choque, polícia anti-motim, ou ‘ninjas’ (Albuquerque, 2000, p. 172), devido ao facto de usarem uma farda azul escura e camuflados dos pés à cabeça. As próprias designações de polícia anti-motim e ‘ninjas’ foram rapidamente popularizadas devido ao uso que lhes dava o líder da UNITA, quando quisesse se referir aos actos praticados por essa tropa ou às baixas que sofriam no teatro das confrontações armadas.

Sem descurar a capacidade militar e combativa dessa tropa, a UNITA e o seu líder colocaram-na num valor de incalculável comparação e na ordem dos acontecimentos em Angola, pois, volta e meia, se referiam aos ‘ninjas’ que, na verdade, funcionavam como um elemento perturbador para a própria UNITA para os acordos de paz de Bicesse. Nesta força “foi integrada uma selecção dos melhores oficiais, sargentos e soldados das FAPLA, por critérios de avaliação, tendo em conta as habilidades académicas e as aptidões físicas. Treinada com técnica anti-terrorismo, de comandos, e de combate à guerrilha urbana, a PIR surgiu como uma força paramilitar, bem armada, dispendo de viaturas modernas que lhe

garantiam rápida e fácil movimentação, blindados, e novos fardamentos azul-escuro, distinguindo-os de quaisquer outros” (*ibid.*).

Como referido, o apoio dado aos ‘ninjas’ era suportado na íntegra pela Espanha. Isto é, “a formação, armas, veículos e fardas dos ‘ninjas’, foram garantidos pelo governo espanhol. Em 28 de Janeiro de 1992, o então Primeiro-Ministro de Espanha, o socialista Felipe González, visitou Angola, tendo assegurado ao Presidente, apoio político e disponibilidade para cooperar [...] na desmobilização dos excedentários do exército e no seu reenquadramento” (*ibid.*, pp. 172-173).

Contudo, contra todas as expectativas, os ‘Anti-motim’ tiveram a sua primeira aparição pública durante a visita do Papa João Paulo II a Angola, nos dias 4 e 10 de Julho de 1992, sob apertadíssimo aparato de segurança policial. De acordo com Carlos Albuquerque, a polícia que assegurou a visita do Papa João Paulo II foi muito bem remunerada, pois os seus salários na altura foram pagos em dólares, e apresentavam “uma postura que os mantinha discretamente afastados das pequenas querelas quotidianas” (*ibid.*, p. 173), para satisfação da população, sobretudo nos centros das cidades.

Reagindo ou não à ofensiva lançada pelas forças do governo, o certo é que após o fracasso dos Acordos de Lusaka, no início do mês de Dezembro de 1998, a UNITA empreendeu uma contra-ofensiva que teve como resultado o bombardeamento da cidade de Malanje. Não houve sinal de que os bombardeamentos tivessem como alvo apenas os militares do governo ou as milícias armadas, pois a artilharia lançada afectava a cidade indiscriminadamente, fechando assim todos os acessos à mesma. Muitas casas de civis ficaram sem telhado, e uma igreja foi atingida num destes ataques, ao que parece de artilharia 120 mm.

Novamente a 4 de Janeiro do ano seguinte, em 1999, a UNITA voltou “a bombardear Malanje, continuando a fazê-lo durante os meses de Fevereiro e Março. De início, os alvos pareciam ser os mercados muito populosos da cidade, numa tentativa de obrigar os civis a fugir” (HRW, 1999, p. 90). Entre os dias “23 e 24 de Fevereiro os ataques mataram quatro pessoas, sendo que este número foi aumentando conforme se fazia a contagem. Por causa do cerco à cidade, houve o deslocamento das populações para lugares que oferecessem melhor refúgio, como as igrejas locais, católica e protestante, respectivamente. Esta situação que tinha assolado a cidade conferiu-lhe um aumento exponencial da população que, antes de o reacender da guerra, rondava os 400.000 habitantes, para os cerca de 600.000” (*ibid.*, p. 91).

Em Julho de 1999, os bombardeamentos retomaram com maior intensidade, atingindo a parte periférica da cidade, mais concretamente os bairros da Maxinde e Kassala,

destruindo as suas residências. Ao que tudo indicava os alvos dos ataques das bombas eram efectivamente os bairros periféricos da cidade, pois algumas infra-estruturas do centro mantiveram-se quase intactas.

“Vivi dois momentos muito fortes: a experiência das bombas que a UNITA lançava sobre a população de Malanje, a 15 ou 25 km de distância. Durante algum tempo até de noite caíam as bombas. Foi uma experiência trágica. O pânico era tremendo. Sofremos bombardeamentos que duraram [oito] meses sem interrupção (de Janeiro até Agosto de 1999). Só neste ano dramático, morreram mais de mil pessoas vítimas destas bombas. E outras foram tratadas no hospital, feridas por estes bombardeamentos. A minha residência, o bispado, não foi poupada. Duas bombas caíram-me em casa. A primeira no dia 14 e a segunda no dia 27 de Março. A primeira foi enorme. Furou o telhado e vinte e um quilo de ferro apareceram lá dentro. A segunda caiu a vinte metros do lugar onde estava. Ouvimos o barulho da saída da bomba e explodiu 30 a 35 segundos depois. Encostei-me a uma parede, mas experimentei a morte muito de perto. Vi o pânico do povo e considero uma vergonha contra os direitos humanos bombardear as populações civis” (Neves, 2002, pp. 33-34).

Como se poderá confirmar no excerto que se segue:

“Em marco de 1998, os tanques da UNITA entraram pela cidade adentro até à vila Matilde, eram um total de cinco tanques de guerra. No bairro da Carreira de Tiro ouviam-se muitos tiros de tanques. O povo pegou nas suas coisas e fugiu para Luanda. Felizmente os militares estavam mais além do controlo e não vieram para a cidade. Mas, naturalmente, os tanques foram destruídos e os tanquistas foram queimados. Às 6 horas da tarde, o vice-governador disse-nos que estávamos a salvo, pelo menos naquele dia [...]. Malanje tem 14 municípios, 12 dos quais estavam sob o controlo da UNITA, apenas dois municípios escaparam, isso durante os anos 80. Por isso, sobretudo Cacuso sofreu duramente os efeitos da guerra. Aquilo foi um desastre! Quando entrava o governo seguido da UNITA era uma guerra. Normalmente, quando estava somente a UNITA havia paz. Mas quando estavam ambos, era um desastre total. Já agora, Cacuso era um município controlado pelo governo e a UNITA recebia os seus em Kaculama. Naquela altura ninguém de Malanje podia ir ao rio onde está a ponte. Não podiam passá-la. Mas o bispo podia passar regularmente, e os catequistas vinham comigo. Não tínhamos nenhum problema. O rio era uma verdadeira fronteira” (Homem, 79 anos, líder religioso, EM, 11/2013a).

Tendo em consideração o pressuposto argumentativo de autores como Marcum, (1968/1976), Pélissier (1979/2009) e Messiant (1995), segundo os quais o MPLA tem grande influência histórica sobre as populações que se estendem desde o litoral de Luanda, percorrendo o corredor do Bengo, Kwanza-Norte e Malanje, tal argumento encontra dificuldade de comprovação na medida em que os focos de apoiantes quer da FNLA quer da UNITA em alguns municípios dessas províncias assim o contraria. A primeira pista tem a ver com o contexto que se viveu durante o período imediatamente a seguir às eleições de 1992, quando a UNITA anos anteriormente exercia pela força das armas pressão em algumas localidades da extensa província de Malanje. Desde já, os municípios que se situam a sul da província com ligação ao Bié não escaparam à influência da UNITA.

“Durante o período em que as coisas estavam a correr bem as populações não foram favoráveis ao surgimento da guerrilha. Porque a população não recebeu a guerrilha de braços abertos. Exactamente porque começava a ver os seus problemas resolvidos. Mas

com a instabilidade que foi instalada a partir de um determinado momento começou a haver emboscadas que tornavam as estradas inseguras. Se as estradas estavam inseguras, os técnicos deixam de viajar normalmente, seguidos dos comerciantes, e começou-se então a criar dificuldades para as populações. Isso foi um processo que se degradou gradualmente e, pouco mais tarde, a população não apoiava mais a guerrilha. Não se pode dizer que a população de Malanje tenha aderido em massa à UNITA. Mas havia alguns casos diferentes. E isso não significa que não tivesse havido grupos da população que não tenham ajudado a UNITA. [...] Quirima, Luquembo e Kambundi Katembo, foi por esses municípios que a UNITA entrou para Malanje. Esses municípios tinham as seguintes particularidades: por um lado, eram os que confinavam com o Bié, onde a UNITA tinha a grande implantação. Por outro, eram municípios cujas características ecológicas permitiam a criação de bases sustentáveis de guerrilha. Eram regiões que tinham muita água e que permitiam a pesca; eram regiões onde se produzia muito mel; o mel é um alimento fundamental para quem anda na guerrilha, porque dá muita energia. Eram regiões onde havia minas de salgema e favoráveis à caça. Região habitual da palanca. (Homem, 62 anos, agrônomo, EL, 01/2015a).

Contrariamente à tese avançada por muitos historiadores (entre os quais se incluem John Marcum e René Pélissier, bem como Douglas Wheeler) que estudam o contexto angolano antes e durante a luta de libertação, desde a década de 1980 e sobretudo no início dos anos 1990 essa realidade de aparente dominação do MPLA no noroeste de Angola e especificamente em Malanje foi-se alterando com o passar dos anos. Nesta conformidade e olhando para o quadro que ilustra os resultados eleitorais da respectiva província, a UNITA, paradoxalmente, obteve vantagens expressamente em quatro municípios desde o norte ao sul de Malanje. São os municípios da Marimba a norte, Quela a oeste, Kangandala ao centro e Luquembo a sul. A UNITA conseguiu obter resultados folgados em quatro municípios situados em diferentes pontos da província de um total de catorze, como podemos confirmar no excerto mais abaixo.

Decerto que, como vimos, a preocupação com as milícias em África não é caso exclusivo de Angola, particularmente de Luanda ou de Malanje. Rémy Bazenguissa-Ganga em dois estudos⁴¹ demonstra como grupos de jovens no período de transição política na República do Congo emergiram no principal centro urbano do país, e as formas de violência política que esses grupos usaram para se afirmarem no contexto brazzavillense. Diferente do período dominado pelo partido único, esses grupos de jovens em Brazzaville, apesar da violência subjacente, exerceram uma forma de pressão política para a transição, na medida em que:

“eles são geralmente vistos como jovens e civis. Ao mesmo tempo, apresentaram-se como milícias e bandos armados. As novas formas de acção violenta emergentes [foram]: barricadas, guerrilha urbana ou rural, pilhagem, massacres colectivos, etc. Este repertório de acção violenta [tinha dois propósitos]: o reconhecimento oficial do multipartidarismo

⁴¹ Verificar as duas referências na bibliografia.

(1990-1992) e a consagração institucional das eleições” (Bazenguissa-Ganga, 2001, p. 120).

Segundo ainda o mesmo autor, o contexto político em Brazzaville ganhou outros contornos precisamente durante o conflito armado, de cariz urbano, que se desencadeou em 1998, onde as milícias urbanas congolesas apoiadas pelas suas congéneres milicianas e militares angolanos se opuseram ao poder instituído, como vimos no capítulo 3, resultando no golpe de força que levou ao poder Denis Sassou-Nguesso, antigo aliado do MPLA (*ibid.*, p. 123). Tal como no caso de Malanje, em Brazzaville o aparecimento e a designação dos “ninjas” ou “cobras” para descrever a forma como esses grupos de milícias armadas se identificavam é igualmente notável. Esses grupos são, em bom rigor, os principais actores da violência política eclodida nos dois centros urbanos, com idades entre os 12 e 25 anos, e principalmente do sexo masculino, não se registando casos de mulheres. Outro aspecto relevante é que não são grupos homogéneos (*ibid.*, p. 126), pois, como no caso de Malanje, existem tensões entre eles, e formas de exclusão e inclusão herdadas do período de partido único em que alguns detinham posições sociais distintas e patentes militares na estrutura das forças armadas de libertação nacional – braço armado do MPLA. Outros, ainda, são estudantes, funcionários públicos, camponeses mobilizados, e grupos de ladrões urbanos.

“Eu que estou a falar, em 1992 rasguei panfletos do partido ao qual pertença hoje, e nunca estive nas matas. Depois da vinda do Dr. Savimbi a Malanje em que proferiu o seu discurso no campo do Ferroviário, nós vimos cenários que custa descrever. Se tivesses um prato de comida, era impossível comer devido aos corpos putreficados espalhados pela cidade. Havia mesmo um caos, era uma verdadeira hecatombe. [...] Havia bombas e até os corpos humanos desapareciam. [...] as bombas vinham de ambas as partes. Eram bombas de M21 – os chamados Monacaxito do lado do governo – e do outro lado eram B12 e B30 que a UNITA lançava contra a cidade [...] nos era dito pelo actual regime no poder que os homens da UNITA são animais, tinham caudas. A UNITA era perseguida e não poderiam fazer política na cidade em 1992. Colavam nas paredes caricaturas dos homens da UNITA com cabeça grande e caudas.” (Homem, 36 anos, político, EM, 11/2013j).

7.4.3. “Vida coragem”: deslocações forçadas e a ‘cultura da fome’

A guerra que eclodiu em Angola e particularmente na cidade de Malanje teve como impacto directo não somente a destruição das infra-estruturas como também, e de modo severo, provocou o surgimento de vagas elevadas de deslocados internos que fugiam aos confrontos militares nos restantes 13 municípios. Na busca de segurança e de refúgio, um número elevado de deslocados de outros municípios correu para a sede da província de Malanje, onde na altura se registavam confrontos militares que opunham as tropas do governo - maioritariamente compostas por milícias e escassos polícias de segurança e ordem

pública – às forças da UNITA, na medida em que por força dos acordos de Bicesse os militares foram aquartelados e outros tantos desmobilizados (cf. Porto, Parsons e Alden, 2007).

“Depois de 1992 até 1994 houve também outra situação caótica. Perante essa situação toda, Malanje ficou circunscrita praticamente ao casco urbano. Lembro-me que aquilo tinha o casco urbano; tinha uma zona que parecia ser de ninguém; e naturalmente havia mais lá ao fundo uma zona com indícios da presença de tropa da UNITA. Houve um fenómeno que ocorreu naquela altura, havia uma crise de fome e essa coisa toda. As pessoas iam para essas lavras que ficavam no primeiro anel, iam lá apanhar mandioca porque as lavras estavam abandonadas e muitas áreas minadas. Muita gente morreu, muita gente foi raptada, muita gente caiu nas minas. Aquele acto de ir procurar mandioca ou outros produtos alimentares chama-se “vamos à vida, coragem”. As pessoas usavam essa expressão: “vamos à vida, coragem”. Iam para lá e traziam um pouco de mandioca. Estou lembrado que havia um padrinho da minha esposa que morreu aí nas imediações da estação da *Sonangol*. Foram para essa coisa e, entretanto, sofreram uma emboscada e ele foi morto. Foi quase [esquartejado]. Então viveu-se essa situação de 1992 a 1994. Em 1994 foi quando assinou-se um dos acordos. Houve um alargamento do raio de acção. Começou-se nos municípios maiores” (Homem, 62 anos, agrónomo, EL, 01/2015c).

Ao contrário do discurso que predomina no seio das agências oficiais de reinserção social de Angola e dos organismos internacionais, por deslocados entende-se os grupos de populações que são forçadas abandonar as suas zonas de origem à procura de segurança e condições de vida em outro sítio. “Os deslocados são agentes activos, e não vítimas passivas. Eles também escolhem as estratégias em situações adversas, como quando a guerra contínua bate à sua porta” (Birkeland, 2010, p. 112). Os deslocados acabam sendo uma categoria social que serve para designar certos grupos de populações de um determinado país que por situações adversas, na maior parte das vezes alheias à sua vontade, são forçados a fixarem residência em outras localidades do interior, ou mesmo além-fronteira, o que remete para outras categorias distintas.

Tal como se mencionou mais acima, de acordo com Filomena de Andrade “as sucessivas vagas de deslocados que a capital da província foi recebendo – para além de outros destinos aqui não especificados como o norte do país, o leste e a capital – correspondem grosso modo ao evoluir da situação militar no território de Malanje (Andrade, 2000, p. 21). Desde o início da década de 1980, mais concretamente em 1984, que os municípios de Cacusso a sul e a via Luanda-Malanje – importante porta de entrada e saída da província – confrontaram-se com ataques das forças militares da UNITA. Consequentemente, o município de Massango foi ocupado militarmente em 1985.

Posteriormente, em 1989, um total de nove outros municípios (Marimba, Kahombo, Kalandula, Kunda Dia Baze, Quela, Kambundi-Katempo, Luquembo e Quirima) viriam a

ser ocupados pelas forças da UNITA, que investiram seriamente para a conquista da província de Malanje a partir do sul.

Nos dois anos seguintes houve o reacender do conflito armado que culminou com a ocupação efectiva pelas forças militares da UNITA estacionadas na região norte de pelo menos quatro dos municípios da província de Malanje: Cacuso, Kiwaba Nzoji, Kaculama e Kangandala⁴².

“Talvez me agarre em termos dos resultados eleitorais de 1992. Há dados credíveis que dizem que a UNITA em 1992, em Malanje, pese embora tivesse perdido o total da província, nas suas áreas de influência teve bons resultados no município do Quela. A UNITA teve grandes resultados no município da Marimba, do Luquembo, e mais ou menos no município de Kangandala. Esses quatro municípios tiveram uma forte influência sob a UNITA. Aqui ela teve bons resultados em relação a outros municípios como Cacuso, e por aí fora. São municípios que em função dos resultados das eleições de 1992 haviam tido uma grande influência” (Homem, 38 anos, funcionário público, EM, 2014b).

Na segunda metade dos anos 1990, fruto da situação militar intensa na província de Malanje, a sua capital registou perto de 50.000 deslocados internos (cf. Simon, 2001). Não obstante a situação difícil, “a população, entretanto, estabelecia contactos entre si, através das chamadas zonas de troca existentes nas cercanias da capital da província e referidas, quer pelos deslocados, quer pelos residentes e instituições em Malanje” (Andrade, 2000, p. 23).

Como se pode confirmar no excerto que se segue, a situação imposta pela guerra não era de fácil gestão.

“Passámos a época de guerra sofrendo com a fome. No princípio da guerra houve invasão dos armazéns dos empresários da própria província, ODESPAL e outras empresas como a Gamek e do projecto Capanda os cabazes dos trabalhadores” (Homem, 34 anos, funcionário público, EM, 2014a).

O impacto da guerra teve implicações directas para a vida das pessoas que, contrariamente ao que estavam acostumadas, enfrentaram enormes dificuldades que provocaram a criação de estratégias sociais várias para a “negociação da vida” (Macek, 1997). Devido à escassez e à falta de quase todo o tipo de alimento:

“Apenas restavam pequenas quantidades de produtos cultivados nas lavras que se encontravam nos arredores da cidade, onde a própria população residente aí e a refugiada tiveram a visão de ir buscar mandioca e outros produtos alimentares [como feijão, batata doce e rena – tudo quanto lá existia] no campo onde se encontrava o inimigo” (Homem, 34 anos, funcionário público, EM, 2014a).

⁴² No início do programa de desminagem levado a cabo pela Ajuda Popular da Noruega à província de Malanje foi encontrado um conjunto de equipamentos militares que se supõe pertencerem às extintas FALA, no município de Kangandala, para além de pequenas quantidades do mesmo equipamento em outros municípios.

Na fase que eclodiu o conflito pós-eleitoral, para além dos confrontos, houve invasão das principais empresas do Estado que actuavam naquela localidade.

“Enquanto traziam, havia também outras dificuldades, os próprios ninjas ou a força que defendia o povo dentro da cidade, alguns ainda chegavam a desarmar os alimentos que o povo trazia das lavras ou das áreas iminentes para a cidade, que defendiam o povo dentro da cidade. Recebiam os produtos, e se discutisses davam-te um tiro” (*ibid.*).

Era pois muito frequente ocorrerem esses episódios graves perpetrados pelas milícias que asseguravam a cidade, apropriando-se dos escassos bens alimentares e outros da população local, tal como confirma o excerto mais acima.

“Nestes acontecimentos rompemos aquela época, pois o primeiro abastecimento dado para o sustento do povo foi das Caritas, que estavam a sustentar normalmente a população malanjina. Davam prioritariamente aos órfãos e adultos, na maior parte velhos da terceira idade. Depois procuraram sustentar toda a população mais carente ou a todos que tinham o cartão das Caritas” (*ibid.*).

De acordo com Andrade, Carvalho e Cohen, na sua conclusão sobre o estudo referente às deslocações forçadas em Malanje e Benguela, imediatamente a seguir ao eclodir do conflito armado pós-eleitoral, “a perspectiva de regresso coloca a questão do reencontro entre famílias, comunidades e poderes divididos por longos anos de guerra e também por opções políticas diversas. Este facto pressupõe capacidade para a reconciliação (tendo como ponto focal a conciliação de interesses entre partidos, grupos e indivíduos a vários níveis), o que, por sua vez, implica duas dimensões de actuação: a individual e a institucional. Individualmente, a história de cada um é profundamente marcada por reacções imediatas visando a sobrevivência, individual ou da família (quase nunca tendo em conta a ‘comunidade’, pois a comunidade original de que fazia parte foi perdida, mesmo que temporariamente, e a nova é uma tentativa de recriação muitas das vezes não conseguida), o que não permite determinar o potencial para respostas mais comunitárias ou de grupos a um processo de reconstrução e reconciliação” (Andrade, Carvalho & Cohen, 2000, p. 76). “Um desafio, ao nível institucional, coloca-se na forma como Estado, sociedade civil e sociedade política saibam relacionar-se de forma a criar o ambiente propício a uma alteração adequada desta situação, recriando papéis, funções e negociando complementaridade com vista à reconciliação e à reconstrução” (*ibid.*).

Retomando a questão da fome, como temos vindo a referir, devido à “concentração de pessoas [deslocadas de outras regiões da província para o centro da] cidade [de Malanje], a situação era de fome generalizada, com inúmeras mortes em face dos combates à doença e à própria fome. O abastecimento à cidade era feito mediante o lançamento [do alimento] por via aérea pelos aviões do governo, mas sempre insuficiente, além de que a proximidade das

tropas da UNITA era tal que algum desse abastecimento caía nas mãos da própria UNITA” (Vidal, 1997, p. 85). Pouco tempo mais tarde, “gradualmente, o cerco foi-se alargando, as tropas governamentais foram-se reorganizando e afastando as tropas da UNITA para zonas mais distantes. A partir daqui a ajuda alimentar e o abastecimento à cidade começou a ser um pouco mais regular dada a reabertura do aeroporto e o início das operações de ajuda internacional de emergência do PAM das Nações Unidas, acrescido da ajuda de emergência da União Europeia, que foram encontrar a população num grave estado de desnutrição” (*ibid.*).

“Essa imagem foi muito marcante para a minha vida. Fomos de avião para Malanje durante a fase de guerra intensa. Quando abriu-se a porta do avião vimos o asfalto, aquele tapete preto de alcatrão estava esburacado sim, mas continuava ainda a receber aviões. Sobre esse manto preto de alcatrão via-se o edifício do aeroporto completamente destruído, mas não chamou tanto a minha atenção como ver aquele manto preto de alcatrão com grãos de milho espalhados por todos os lados. Eram os grãos de milho amarelo ou branco que sobressaíam muito no alcatrão preto ao ver crianças magras, magríssimas, com umas barrigas enormes, de gatas a catarem uns grãosinhos de milho. Aquilo não eram sacos de milho, era o milho que se escoava e que havia caído no momento da transportação. Aqueles poucos bagos que ficavam no chão as crianças pequenas de gatas no alcatrão a catarem os grãos de milho e a pô-los em saquinhos (Mulher, 60 anos, intérprete/consultora, EL, 01/2015b).

O retorno do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas à cidade de Malanje só foi possível pouco tempo depois de tomado o controlo do aeroporto pelas forças do governo, e porque a própria UNITA também tinha necessidade de se abastecer para fazer face à fome que apertava no seio dos seus soldados. No entanto, em Novembro de 1993, “o PAM lançou uma campanha massiva para levar alimentação à população malanjina de 140 toneladas por dia” (Maier, 1997, p. 154), pois a situação estava fora de controlo, e a desnutrição grassava sobretudo entre as crianças inocentes e indefesas. Para essa missão desafiadora foi necessário mobilizarem-se todas as entidades públicas e privadas, tais como Word Vision, Caritas de Angola, entidade ligada à Igreja Católica, e o governo central e local.

A situação de fome e de penúria em Malanje ocorrida entre 1993 e 1994 foi, sem sombra de dúvida, a fase mais crítica devido sobretudo à grande vaga de deslocados que a cidade recebeu vindos de outros municípios. A partir de 1996 e 1997, depois do pequeno intervalo de estabilidade derivado do Protocolo de Lusaka, a situação foi de relativa acalmia dada a possibilidade de retorno e a reinstalação das ONG das Nações Unidas que ofereciam apoio em bens alimentares à população por causa da fome e a desnutrição. Passada a fase em que a alimentação era feita por via aérea, com todos os riscos à mistura, a partir de 1997 o abastecimento alimentar passou a ser mediante a prévia inscrição dos deslocados, principais beneficiários desse apoio. Acontece que nem sempre esse processo

burocrático era satisfatório (Andrade, Cohen & Carvalho, 2000), tendo havido manifestações de descontentamento por parte dos deslocados.

Como já mencionado anteriormente, o PAM com apoio das igrejas, predominantemente a católica e a protestante, sobretudo a Igreja Adventista do Sétimo Dia, muitos dos deslocados que naquela altura recebiam apoio do PAM e do governo de Malanje queixavam-se que o abastecimento alimentar era feito mediante o trabalho nas lavras, e somente aqueles que lavrassem a terra tinham apoio (*ibid.*, p. 45), pois essa entidade humanitária exigia que recebia alimento quem trabalhasse, ou seja, era troca de alimento por trabalho. O problema, contudo, era que nem todos aqueles potenciais beneficiários tinham, na verdade, força de trabalho disponível para lavrar a terra, havendo entre eles velhos e crianças, ou mulheres que tinham perdido toda a família durante a guerra e não havia quem as pudesse ajudar no cultivo da terra.

A certa altura a população de Malanje beneficiária da ajuda do Programa Alimentar Mundial mostrou-se insatisfeita e descontente por causa do tratamento que recebia dos agentes dessa organização e pela qualidade do alimento que era distribuído. Os beneficiários directos do apoio do PAM manifestavam insatisfação devido ao facto de lhes ser distribuído um tipo de alimento a que não estavam acostumados, como é o caso da “farinha de milho ou arroz” (*ibid.*, p. 49), produtos que não são prioritários na cadeia alimentar das populações da região norte ou noroeste do país. Por essa razão a população beneficiária da ajuda alimentar do PAM era obrigada a vender ou a trocar esses produtos alimentares “por outro como a farinha de mandioca (ou mais vulgarmente conhecida como fuba de Bombó)” (*ibid.*), que está mais de acordo com a dieta alimentar diária.

7.5. Geografia do conflito armado na cidade

Apoiando-se nas considerações analíticas de Norbert Elias (2000) sobre os *estabelecidos* e os *outsiders*, é possível compreender que, para as milícias armadas em Malanje, sobretudo na última fase do conflito, os militantes e simpatizantes da UNITA fossem elemento estranho ao meio social em que viviam. O contexto em si foi gerador de tensões já acumuladas desde o início da guerra pela independência nacional. Nem mesmo o facto de muitos apoiantes da UNITA serem naturais daquela localidade impediu que as reacções dos grupos armados locais pró-governo fossem mais moderadas quanto a provocações, intimidações e até a morte de pessoas conhecidas por simples vingança. O nosso argumento parte da teoria de Norbert Elias segundo a qual os militares e apoiantes da UNITA, entre famílias e indivíduos civis, em Malanje, sobretudo na cidade, foram tomados

como não pertencentes a essa localidade, ou seja, como se fossem estranhos ao meio social malanjino. Esse aspecto pode ser reforçado pelo facto de muitos desses apoiantes locais se terem identificado com a organização que trazia uma mensagem política diferente daquela que era propalada na cidade sob controlo efectivo do governo.

A UNITA, por sua vez, trazia desde o início da guerrilha um discurso e uma identidade construída na base da experiência das matas⁴³ (cf. Beck, 2012, p. 110). Após 1992, altura em que aceita negociar e regressar às cidades, essa identidade *maquisarde* colide com a identidade cidadina que encontra nos meios urbanos, daí que o conflito pós-eleitoral que se desencadeou em Luanda ou mesmo Malanje tornou-se para a UNITA de difícil gestão. Para contornar esse desafio as forças da UNITA tiveram que retirar-se abruptamente dos centros urbanos, e a partir de pontos estratégicos reorganizar ataques militares, porque apesar da capacidade bélica foram incapazes de se manterem nas cidades e controlá-las. Recorrendo, uma vez mais, à perspectiva de Norbert Elias, as identidades *maquisarde* e cidadina colidiram como corpos estranhos para os respectivos grupos que se opunham nos ciclos de confrontos militares em Malanje, na medida em que para uns, a cidade era um meio desconhecido que precisava ser domesticado, enquanto para outros, a presença e penetração de forças militares estranhas traziam uma linguagem e força bélica não comum ao meio citadino. Não obstante a simpatia nutrida por alguns, foi percebida como sendo invasora e provocadora de repulsa por parte de milicianos e mesmo de forças desmobilizadas pró-governo.

A geografia do conflito armado em Malanje foi, em parte, definida pelas posições estratégicas das forças militares do governo, das milícias civis e das forças da UNITA, bem como pela posterior disseminação efectiva de milhares de minas terrestres implantadas no decurso dos longos anos de guerra. De facto, pode-se constatar actualmente junto da população malanjina as consequências reais derivadas da implantação desses engenhos bélicos, pois, passados mais de dez anos após o fim oficial do conflito, a própria cidade capital da província continua a registar zonas minadas.

O controlo administrativo que passou a vigorar logo após o Protocolo de Lusaka teve implicações sérias na gestão do conflito armado nos municípios do interior do país, do qual Malanje não foi excepção. Por força do protocolo assinado pelo governo e pela UNITA, ambos indicaram os seus representantes administrativos ao nível dos municípios e das

⁴³ Este confronto entre cidade e *maquis* foi antes uma questão enfrentada pelas forças militares do MPLA que tiveram que se adequar ao meio urbano. Isso para dizer que não é uma questão exclusiva da UNITA apesar da percepção e das formas que adquiriu no seio das duas organizações.

comunas. Por exemplo, pode-se destacar a indicação feita pela UNITA, no âmbito do referido protocolo, de um administrador para o município de Quela, dois vice-administradores para os municípios de Malanje e Kangandala, e quatro administradores para as comunas de Caxinga⁴⁴, Ngola-Luije⁴⁵, Kateco-Kangola⁴⁶ e Bângalas⁴⁷, sendo que essas localidades coincidem com os espaços onde esta organização político-militar manteve as suas bases de apoio no período posterior a 1994 (Round Table Conference, Malanje, 1995).

Ainda no quadro da disseminação dos engenhos bélicos, segundo a organização não-estatal Ajuda Popular da Noruega⁴⁸ - NPA⁴⁹, que iniciou trabalho em Angola em 1995, o impacto das minas particularmente em Malanje foi significativo e de difícil gestão, pois envolveu recursos humanos e meios materiais, além do facto da inexistência oficial de mapeamento das áreas minadas na extensão territorial da província. No total, quase toda a extensão da província de Malanje foi alvo da implantação de minas das mais variadas gerações de engenhos, desde terrestre, antipessoal e antitanque. Para além das organizações internacionais que trabalham no campo da desactivação das minas, o próprio Estado, pelas responsabilidades da gestão da guerra, foi forçado a contribuir substancialmente para a desactivação desses engenhos, criando, por sua vez, o Instituto Nacional de Desminagem (INAD) ao abrigo do Despacho Presidencial nº 28/05, de 5 de Dezembro de 2005, o qual estava encarregue de orientar a política do Estado para este sector, incluindo nesse desafio a Comissão Nacional de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), e dispondo da colaboração das Forças Armadas Angolanas (FAA) e de efectivos da UNITA.

De acordo com um dos representantes em Angola da organização HALO, “durante o prolongado conflito armado (1975 a 2002), ambas as partes criaram vastos campos minados: uma parte queria proteger as suas bases, cidades e infra-estruturas, e a outra proteger as suas posições ou ajudar os seus movimentos” (Homem, EIM, 2013d). Como as cidades e os pontos estratégicos mudavam de mãos durante os combates, mais e mais minas foram colocadas. “Não existem nem mapas nem documentos para dar uma ideia da localização

⁴⁴ Comuna adstrita ao município de Kaculama.

⁴⁵ Comuna pertencente ao município sede de Malanje.

⁴⁶ Comuna pertencente ao município do Quela.

⁴⁷ Comuna pertencente ao município de Kalandula. Este município viu-se ocupado pelas forças militares da UNITA no decurso do conflito pós-eleitoral de 1992, e a sua população teve de procurar refúgio na sede provincial. Aqueles que não tiveram possibilidade nem tempo de fugir das hostes das forças da UNITA procuraram esconder-se nas montanhas e nas matas cerradas da comuna sede, bem como nas margens do rio Lucala, um dos que banham as Quedas de Kalandula (Homem, EIM, 2013c).

⁴⁸ Sigla em inglês NPA - *Norwegian People's Aid*.

⁴⁹ Contactada durante a pesquisa de campo efectuada na sede provincial de Malanje, onde possui os seus escritórios.

precisa das mesmas, por isso temos de fazer primeiro um levantamento para determinar as áreas de alto, médio e baixo risco” (*ibid.*).

Em Malanje muitas das aldeias e vilas retomam o curso normal ‘da vida’ depois de desaparecer a ameaça que as minas constituíam. Sem a presença dessas minas e o seu impacto na vida das pessoas e sobretudo no meio rural, a pressão pela posse da terra diminuiu e as relações entre as populações são mais harmoniosas. Em muitos casos, contudo, só se tornaram alarmantes depois de feita a limpeza ou conclusão dos trabalhos em determinadas áreas.

“as áreas minadas depois de concluídas do final de um dia ao início da manhã do dia seguinte as pessoas próximas já se mudam para começar a construir as suas novas casas” (Homem, EM, 2014d).

Há por isso conflitos de terra em Malanje decorrentes da desminagem de zonas ou vastas extensões de terra que, logo a seguir à solicitação da população para se efectuar o trabalho, ao invés destes serem os beneficiários directos das terras aparecem outros potenciais proprietários, sobretudo altos funcionários a desempenharem funções no aparelho do Estado que tomam localmente a designação pejorativa de *barrigudos*, sendo que esta também assume o significado de ostentação de riqueza.

Os ditos ‘barrigudos’, como são localmente tratados, tanto podem ser os detentores de cargos públicos quanto militares ou simplesmente pessoas ligadas ao ramo empresarial, todos envolvidos nos conflitos de terra, que ganharam impacto logo depois de aprovada a Constituição de 2010 (Homem, EIM, 2013c), cujo artigo 98 estabelece sobre os direitos fundiários o seguinte: 1. “*a terra é propriedade originária do Estado e integra o seu domínio privado, com vista à concessão e protecção de direitos fundiários a pessoas singulares e colectivas e às comunidades rurais, nos termos da Constituição e da lei, sem prejuízo do disposto no nº 3 do presente artigo*”. Já no seu ponto 2 diz que “*O Estado reconhece e garante o direito de propriedade privada sobre a terra, constituído nos termos da lei*”. No seu ponto 3 a Constituição consagra que “*A concessão pelo Estado de propriedade fundiária privada, bem como a sua transmissão apenas são permitidas a cidadãos nacionais, nos termos da lei*”. Essa nova fase constitucional entra em colisão com umas das bandeiras que orientou a luta de libertação, que consistia na desapropriação da posse da terra das entidades coloniais para as populações dos respectivos países sob domínio colonial.

A questão da terra, em suma, é um velho problema. Devido à pressão demográfica que se desenrolou em Malanje sob a forma de vagas de deslocados, a desocupação dos espaços

urbanos tem colocado notáveis desafios quer para as autoridades, quer para as populações locais (cf. Pacheco, 2012, pp. 464-465).

O conflito armado que ocorreu em Malanje e as formas que foi assumindo são uma demonstração das várias nuances do impacto da violência política que se terá desenrolado em outras capitais provinciais. Este conflito, para além das saliências sociológicas como a emergência alimentar com a instalação de cozinhas nutricionais criadas pelo PAM e pela Caritas de Angola devido à fome que se abateu sobre a população malanjina enquanto uma característica comum à quase totalidade do país, assume algumas particularidades que tornam pertinente a sua abordagem. Estas particularidades manifestam-se sob a forma de confronto das configurações sociais historicamente tidas como sólidas e evidenciam, por sua vez, a dimensão destruidora e desagregadora causada pela violência política urbana protagonizada pelas milícias locais e grupos do exército governamental em reacção à “presença estranha” das forças militares da UNITA. Evidenciam, de igual modo, a forma como esses grupos de indivíduos empenharam-se para dar resposta à emergência alimentar negociando com a outra parte beligerante tréguas momentâneas para permitir a circulação das agências humanitárias, ambos beligerantes necessitando desesperadamente de alimento, bem como de combustível para pôr em funcionamento a máquina da guerra nos dois lados.

O conflito armado em Malanje permitiu, igualmente, descortinar a forma como pouco tempo depois de assinado o Protocolo de Lusaka, em 1994, assumiu-se localmente o impacto real da “paz de mentira” entre o governo e a UNITA, na medida em que a cidade ainda registava o cerco das forças da UNITA, e uma das “fronteiras” que separava essas duas forças militares era a ponte sobre o rio Luchima, situada entre os municípios de Malanje e de Kaculama (Homem, 79 anos, EM, 11/2013; ver anexo 8). Nesta ponte era possível, por intermédio do comércio para o sustento das necessidades vitais, o encontro de civis e militares dos dois exércitos, pois a travessia dessa ponte era uma passagem obrigatória. Foi também sobre a ponte do rio Luchima que houve sinais de boa vontade e negociação entre militares dos dois exércitos para a abertura de uma estrada de transição igualmente obrigatória, numa altura em que a localidade de Kaculama leste se manteve, assim, como o “quartel-general” das forças da UNITA na província de Malanje, com uma estrutura administrativa própria cujas influências se manifestavam na convivência do dia-a-dia (Homem, EIM; 2013b). Tal mudança administrativa do centro de coordenação militar da UNITA da sede provincial para Kaculama foi uma consequência directa do conflito que teve início no epicentro da cidade, entre Outubro e Novembro de 1992, como vimos mais acima. No interior do território sob o controlo da UNITA a circulação de pessoas e de bens só era

possível mediante o uso de passes ou de salvo-conduto. Por essa medida restritiva que era colocada pelas forças da UNITA em áreas por si controladas, as pessoas tinham poucas possibilidades de obterem autorização de saída e regresso. O mecanismo frequentemente utilizado pela dita “defesa civil”, na verdade grupos de milícias locais, era de incentivo para que as pessoas sob o controlo da UNITA fugissem dessas zonas, ao passo que aqueles que obtivessem autorização de saída, no seu regresso eram submetidos a intensos interrogatórios (*ibid.*).

Contrariamente àquilo que ocorria em Kaculama, nas outras zonas diamantíferas, nomeadamente nos municípios do Quela ou de Caombo, as medidas restritivas eram muito mais apertadas (Homem, EIM, 2013a).

A negociação da normalidade, portanto, era um risco que as pessoas corriam todos os dias, movidas pela necessidade de sobrevivência contra as arbitrariedades cometidas pelas forças militares de ambas as partes beligerantes.

7.6. “Na guerra ninguém tem as mãos limpas”: depois do conflito

Na secção anterior abordámos só o início da guerra na cidade de Malanje e o impacto que esta provocou ao nível dos 14 municípios que compõem a província com o mesmo nome, com particular realce para o município sede. A secção que se segue visa examinar a noção de reconciliação, tida como um processo indispensável para a harmonia social no contexto do pós-conflito em Angola. O enfoque dessa análise concentra-se na versão oficial e também sobre as percepções não oficiais dos entrevistados quanto ao processo em curso de reconciliação nacional, bem como outras nuances reflectidas nas posições assumidas pelas igrejas angolanas.

Ao longo das mais de duas décadas de guerra civil, a sociedade angolana depositou as suas esperanças em três acordos de paz, a saber, os Acordos de Bicesse (1991), o Protocolo de Lusaka (1994) e, finalmente, o Memorando de Entendimento do Luena (2002), estabelecidos entre o Governo e a UNITA. Tais acordos corresponderam, cada um com as suas especificidades, a três pontos-chave do processo de reconciliação nacional. No primeiro caso, o cessar-fogo entre as partes beligerantes foi menos motivado pela expressão de uma certa pressão interna a favor da paz e da reconciliação nacional do que pela pressão internacional exercida pelas potências mundiais, particularmente os Estados Unidos da América, no contexto pós-Guerra Fria. Tal desiderato teve em vista a constituição de uma nova ordem política, económica e social, consubstanciada no fim do regime monopartidário

e a passagem para o multipartidarismo, seguido do prolongamento dos ciclos do conflito armado.

7.6.1. Reconciliação

Assefa, no seu capítulo intitulado “*Peace and reconciliation as a paradigm*”, afirma que “o conceito de reconciliação é um tema muito importante para a Teologia Cristã. O termo reconciliação é derivado da palavra latina *conciliatus*, que significa ‘caminhar juntos’, ou ‘congregados’, isso implica ‘caminhando juntos’”. Reconciliação refere-se, para este autor, a “*the act by which people who have been apart and split off from one another begin to stroll or march together again*” (1996, p. 46). Ainda de acordo com o mesmo autor, “*essentially, reconciliation means the restoration of broken relationships or the coming together of those who have been alienated and separated from each other by conflict to create a community again. Reconciliation is conflict resolution, but it has greater dimensions and more profound implications*” (*ibid.*). Apesar das implicações de ordem espiritual que encontram ressonâncias nas intervenções das igrejas angolanas, Assefa, ao referir-se aos conflitos que assolaram diversos países africanos, com particular enfoque para o angolano, propõe aquilo que considera como sendo a reconciliação política.

“*These suggestions begin to form what can be called ‘reconciliation politics’, which proposes that before deeply torn African societies are subjected to the division assault of multiparty competition, their community spirit must first be restored and nurtured back to health. What is needed at this point is a political system that emphasizes healing and wholeness instead of more upheaval and disruption*” (*ibid.*, p. 56). A crítica que Assefa faz acerca dos processos de paz e reconciliação cujos termos das negociações entre beligerantes colocam os seus interesses no centro da abordagem, vem muito a propósito daquilo que veremos mais adiante. Ademais, para Assefa, nos termos da reconciliação após conflitos de natureza político-eleitoral “*the politics of reconciliation suggests that in deeply divided societies, social healing should take precedence over elections. As multiparty campaigns and elections are likely to re-open wounds and further reinforce mutual resentments, incompatibilities, fears and suspicions, this kind of politics would suggest delaying multiparty elections until the social wounds of the past are for the most part held*” (*ibid.*, p. 57).

O mesmo autor prossegue sugerindo que “a reconciliação política é uma política de cooperação. Ao contrário da competição em contextos pós-eleitorais, que têm estreita definição do auto-interesse, a cooperação vê-se num contexto relacional e inclui os outros”

(*ibid.*). Assefa sugere uma concepção de reconciliação assente numa dimensão espiritual cristã que reconheça o outro em estreita cooperação.

Numa perspectiva diferente, Totemeyer, abordando o discurso de reconciliação da igreja na Namíbia, refere que “*reconciliation is ambiguous and contested term, one heavily laden with theological and political meaning and historical legacy. [...] A relationship between the politics of reconciliation and the Christian doctrine of reconciliation cannot be doubted, but [...] aptly warns to avoid missing politics and theology in mapping national reconciliation: what is required in speaking about reconciliation at the interface between theology and politics of reconciliation is to find ways that make the connections without confusing the genre and ending up in a futile quest that cannot be fulfilled*” [...] “*At same time it needs to be emphasized that the Church, and for that matter Christians, including theologians, have no monopoly on reconciliation. It should also not become just a rhetorical concept and tool. The value lies in its application. The intimate relationship between reconciliation with God and national reconciliation involves a politicization of religious discourse*” (Totemeyer, 2010, p. 117).

Numa perspectiva diferente da primeira e da segunda, Achille Mbembe, abordando o caso da reconciliação na África do Sul, ao contrário do optimismo com que tem sido apresentado por inúmeros estudos, releva que as contradições internas que esse processo encerra têm sido mais intensas do que a aparente harmonia social. Mbembe refere que o processo de reconciliação da África do Sul está estreitamente relacionado com as dimensões raciais, de equidade socioeconómica e de ressentimentos acumulados entre as vítimas da maioria negra e os protagonistas da minoria branca antes do fim do apartheid. Mbembe considera ainda que “*In a country where very few apartheid-era atrocities have been prosecuted, where key political figures refused to testify to the Truth and Reconciliation Commission, where there have been hardly any acts of public contrition from former executioners and where most killers and torturers have escaped jail time, the persistent denial of white privilege partly explains the acrimonious nature of the controversy. But so does the drive to assent a form of black identity predicated on the idea of victimhood. The two defensive logics of black victimhood and white denialism collide and collude, often in unexpected ways*” (2008, p. 7).

Já para Richard Wilson, “*reconciliation was not fully defined in the initial state documents establishing the TRC, and its meaning proliferated and transformed during the life of the Commission* (Wilson, 2001, p. 98). Este autor coloca uma ênfase na aceção da reconciliação vista pela principal figura do processo pós-apartheid na África do Sul. Trata-se

do arcebispo anglicano Desmond Tutu, para o qual “*reconciliation shouldn’t be based on repentance and remorse... it is just a capacity to co-exist as individuals. It shouldn’t be based upon Christian ideas. We should guard against stereotyping collectives [...] If only the Afrikaner would apologize, then we’d see the Goodwill of society. But who is the Afrikaner? Can I apologize for all Afrikaners? I don’t think so. The concept of guilt does not exist in traditional societies, only responsibility*” (ibid, p. 101).

No caso de Angola, tendo em conta a versão oficial, a noção de reconciliação surge pela primeira vez nos discursos públicos feitos no âmbito dos Acordos de Bicesse, de 1991, como veremos mais adiante. Anteriormente, no entanto, o governo falava em *política de clemência e harmonização social*, e só depois dos posicionamentos das igrejas que advogavam a reconciliação com toda a carga cristã subjacente ao termo, o governo angolano passou então a fazer uso do mesmo sem as devidas consequências quanto à ideia relacional. Pois, como *política de clemência* se poderia entender a ideia de verticalidade e de concessão de uns (o governo) sobre os outros (a UNITA), não satisfazendo por isso a outra parte beligerante (a UNITA) pelo facto de não lhe ser reconhecida igualdade de tratamento e de parceria. Até pouco antes da assinatura dos Acordos de Bicesse, para o governo de Angola, a UNITA não passava de um “bando armado” que se opunha às instituições do Estado devido à capacidade do seu arsenal bélico acumulado durante anos a fio e que criava enormes transtornos à acção governativa.

Posto isso, importa referir que o período do pós-conflito, ainda que com relativas diferenças do anterior, e que permitiu a política de reconciliação nacional, se processa, do mesmo modo, no âmbito de uma *lógica social* criada pela cultura da guerra ou *atmosfera de violência* na acepção de Frantz Fanon (Fanon, 2010). Ou seja, a reconciliação nacional nos moldes em que se realizou não foi necessariamente uma interrupção da lógica da guerra, ensaiada em 2002. A política oficial procurou enfatizar o contrário.

Para a política oficial, a paz é considerada condição indispensável para o desenvolvimento do país (Pestana, 2012). Ou seja, em Angola a política da paz e reconciliação nacional está fortemente associada ao desenvolvimento das infra-estruturas destruídas durante os vários ciclos de guerra, sobretudo na última fase em 1998. A reconciliação *stricto sensu* é aqui entendida em várias dimensões que são as seguintes: a dimensão político-administrativa e legal; a dimensão espiritual (tem a ver com a experiência traumática que remete precisamente para esquecimento e *perdão*, sobretudo numa perspectiva cristã, mais concretamente católica [Comissão Episcopal de Angola e São Tomé – CEAST] e também protestante [Conselho das Igrejas Cristãs de Angola - CICA ou também

o COEIPA] (cf. Pedro, 2010; Neves, 2012, pp. 225-257); e a dimensão material, relacionada com a reconstrução nacional e desenvolvimentista.

Em certa medida, para a política oficial, a reconciliação faz-se com a reconstrução do país, pois o objectivo primordial é o de apagar em definitivo as marcas da guerra nas principais cidades⁵⁰, apenas para referir aquelas que foram mais atingidas pelo impacto destrutivo. Deste ponto de vista, uma posição diferente do projecto desenvolvimentista é notória nas cidades do litoral angolano⁵¹, que maioritariamente foram espaço de acolhimento das populações do centro-sul que fugiam aos confrontos armados à procura de melhores condições de abrigo e segurança. Actualmente é nas cidades e centros urbanos onde se concentra grande parte da população, não obstante os apelos para o retorno às suas zonas de origem.

Posto isso, levanta-se o argumento segundo o qual a reconciliação em Angola resultou num conjunto de rituais comemorativos e na indução por meio de apelos ao *esquecimento e perdão público* como política oficial (Lázaro, 2010). Ou seja, mais concretamente uma política oficial do silêncio, associando a isso o *fantasma da guerra*, que continua a ser usado como moeda de troca para manter uma suposta estabilidade nacional (Lázaro, 2012).

Num primeiro momento a reconciliação é marcada pela assinatura do cessar-fogo que permitiu o retorno à mesa das negociações cujos termos da agenda política foram ditados pela Cidade Alta⁵². A UNITA, em posição de fragilidade política e militar, não possuía condições efectivas que lhe permitissem contrariar as posições assumidas pelo governo. Assim sendo, era materializada a dimensão político-administrativa e legal da reconciliação nacional⁵³. Tal passo dado limitava o processo de negociação exclusivamente sob o controlo dos beligerantes, de maneira que os tornava actores determinantes para o desfecho de um longo ciclo de guerra fratricida, em conformidade com a lei de amnistia contra todos os crimes praticados durante o conflito, aprovada por unanimidade pela então Assembleia Nacional saída das eleições gerais realizadas em 1992. Faziam parte da Assembleia Nacional, como uma exigência do processo democrático instaurado no país depois de 1990, os deputados dos principais partidos concorrentes nas primeiras eleições, havendo, mais adiante, o envolvimento dos deputados da UNITA-Renovada, como referimos no capítulo 5.

⁵⁰ Huambo, Bié, Malanje, Benguela, Kuando Kubango e Moxico.

⁵¹ Benguela, Luanda, Kwanza-Sul, Namibe e Zaire.

⁵² Palácio Presidencial e residência oficial do Presidente da República, que divide o espaço paredes-meias com a sede do episcopado católico nacional.

⁵³ Referimo-nos a todo o conjunto de procedimentos jurídico-políticos adoptados assim como à legislação que conferiu plausibilidade ao processo de negociação.

O segundo momento da reconciliação pode ser compreendido a partir do processo promocional denominado *Ponto de Reencontro*, que permitiu unificar famílias inteiras separadas durante os vários ciclos de guerra (Lázaro, 2010). Este momento permitiu igualmente um ambiente de consciencialização do *perdão*, que vinha sendo proposto pelas autoridades religiosas e encontrou ressonância na própria política oficial de reconciliação. Tal processo foi, antes da apropriação feita pelo governo, planificado por um grupo de jornalistas angolanos e brasileiros⁵⁴, com vista ao reencontro da família de um dos seus membros, que havia perdido o contacto depois da guerra de maior intensidade dos finais de 1997. O governo angolano viu, de modo estratégico, nessa iniciativa do grupo de jornalistas, uma forma oportuna de retirar daí dividendos políticos (Lázaro, 2010), chamando a si o controlo e a gestão do referido programa extragovernamental. A partir de então assistiu-se a uma divulgação extraordinária e a um alcance da iniciativa jornalística que ganhou impacto e dimensão nacional, e a concorrência dos aderentes fez com que se criassem outros pontos de reencontro nas mais diversas províncias do país, para albergar a avalanche de pessoas que aí acorriam todos os dias.

Um terceiro momento da reconciliação é marcado pelas mensagens políticas e religiosas que coincidem na necessidade do *esquecimento* e *perdão público* do *outro*. O entendimento do *outro* era efectivamente o reconhecimento do *ex-inimigo* e actualmente *irmão*, outrora divididos entre as partes do conflito (Lázaro, 2012). Trata-se mais concretamente da dimensão espiritual, que denota um elevado nível de complexidade e ambiguidade.

Tal como refere Tony Neves, a visita do papa João Paulo II a Angola marcou de modo decisivo o relacionamento entre as autoridades angolanas e as entidades da Igreja Católica em particular, abrindo uma nova fase, contrariando, assim, o clima de crispação que tinha até então orientado as suas relações pouco depois da independência. A coberto dessa oportunidade, as entidades religiosas foram aos poucos se reaproximando do governo, mas não sem haver algumas reservas e cautelas de ambas as partes, como ficou referido no capítulo 5.

Esta aproximação com as devidas cautelas permitiu com que a Igreja angolana, como um todo, representada pelos dois organismos já referidos, nomeadamente a CEAST e o CICA, lançasse iniciativas próprias com vista a influenciar positivamente para o alcance de

⁵⁴ O jornalista brasileiro Sérgio Guerra foi o coordenador dos trabalhos, criando, para o efeito, a produtora *Maianga Produções*, que pouco depois do final do projecto de reencontro das famílias continuou prestando outros serviços para o governo angolano.

uma plataforma de paz onde ela se fizesse representar, falando em nome dos cristãos angolanos que estavam cansados da guerra (cf. Comerford, 2005).

Acontece, porém, que nem sempre essas iniciativas foram muito bem acolhidas pelo governo, como já referido no capítulo 5, pois as posições da Igreja foram algumas vezes tidas como brandas perante os atropelos dos acordos de paz que eram imputados à UNITA. Outras vezes o governo foi mais veemente na sua posição, chegando mesmo a apontar o dedo à Igreja como cúmplice dos desmandos feitos por Savimbi e seus seguidores, ou simplesmente a Ala Militar da UNITA.

Nelson Pestana, em alusão ao processo de reconciliação em Angola na sua dimensão espiritual, em sintonia com a visão das igrejas angolanas, refere que o mesmo apresenta duas subdimensões: a processual e a reparadora. A processual alberga tudo o que é produtor da possibilidade de alteridade: “o respeito, o conhecimento, a solidariedade e a convivência numa sociedade heterogénea. [...] O diálogo permanente entre o Estado, os cidadãos e as comunidades é tendente a um maior engajamento destes na solidificação da coesão social” (Pestana, 2010, p. 135). Já a reparadora, em alusão ao caso sul-africano:

“Esta permite à pessoa humana recuperar a sua dignidade, a auto-estima, a identidade e a cultura. Os ganhos da paz são associados à possibilidade e a concretização da integração e da criação das condições de realização da justiça social, o que permite um sentido reparador e restaurador. Mas também a um perdão colectivo que fosse baseado no reconhecimento do desencontro e na recuperação do cânone da conciliação, perdido pela ruptura da guerra civil, que permitisse a construção de uma nova história, através do reencontro com a verdade colectiva. O exemplo da África do Sul ilustra-se pela dualidade dialéctica da reconciliação nacional, entre verdade e futuro, e nunca pelo recurso a um ajuste de contas com o passado. A célebre Comissão da Verdade e Reconciliação - TRC, ao investigar os actos dos actores políticos do conflito, durante o período do apartheid, visa[va] um processo reparador (indemnizando as vítimas) e integrador (ao outorgar o perdão) mas também de catarse social pois baseia-se na avaliação valorativa dos actos condenados socialmente, constituindo um mecanismo de desanuviamento e de prevenção para o futuro, quer porque a voz dos sofridos tem um espaço de livre expressão, quer porque os autores dos actos julgados processam uma introspecção reparadora. Outros exemplos são de reter, pela sua dimensão pedagógica e simbólica e pelo facto de trazer subjacente o compromisso da sua não repetição, no futuro (*ibid.*).

Ao contrário da perspectiva de Nelson Pestana (2010) partindo do pressuposto segundo o qual a reconciliação nacional é possível somente e através do mecanismo de *verdade e futuro*, em alusão ao caso sul-africano, a nossa perspectiva de abordagem afigura-se diferente, pois argumentamos que o contexto da reconciliação no país vizinho assume uma dimensão restauradora dada a natureza do conflito que teve como base a divisão social entre as populações brancas, negras e mestiças, resultando por isso num conflito sócio-racial e a reivindicação de direitos políticos e cívicos. Às vezes essas reivindicações obedeciam ao uso de métodos violentos adoptados pelos movimentos negros que, defendendo uma nova

África do Sul, tinham como base a explosão de pontos económicos e politicamente estratégicos de modo a pressionar o governo de minoria branca. Esses ataques eram praticados pelo ImKhonto We Sizwe, braço armado do partido [*African National Congress - ANC*, sigla em inglês] e por vários outros pequenos partidos e movimentos juvenis e estudantis, sobretudo criando um clima de pânico e perturbação social em zonas como Soweto e KwaZulu Natal. Não havia, pois, no caso sul-africano, uma guerra aberta que envolvesse dois exércitos com capacidades equivalentes, e mais do que isso, tal como refere Achille Mbembe, uma *zona de indistinção*⁵⁵ (2001, p. 24) militarmente falando.

Para esse autor, durante a vigência de um conflito armado entra-se “em uma *zona de indistinção*, ou seja, em um espaço fora da jurisdição humana, em que as fronteiras entre a regra da lei e o caos desaparecem, as decisões sobre a vida e a morte se tornam inteiramente arbitrárias e tudo se torna possível. Na maioria das zonas de guerra na África, a entrada em uma *zona de indistinção* é marcada por um carácter sem precedentes de tortura, mutilação e assassinato em massa” (*ibid.*).

Ainda em alusão ao caso sul-africano, que se tornou modelo de análise para a questão da reconciliação, segundo Lyn Graybill, “*Amnesty may be understood as the secular counterpart of forgiveness. The view is shared by a minority of theologians and a majority from the legal/human rights community that South Africa’s Truth and Reconciliation Commission - TRC was wrong to offer amnesty to perpetrators*” (Graybill, 2002, p. 57).

Mais adiante a mesma autora acrescenta, questionando o argumento da amnistia: “*It was in fact the renunciation of punishment – the amnesty provision – the most controversial aspect of the TRC. National surveys found that more than half of those interviewed believed perpetrators should be brought to trial*” (*ibid.*, p. 58).

A despeito das suas particularidades, o conflito armado angolano, apesar de em determinados momentos assumir dinâmicas raciais, foi marcado pela violência política aberta entre dois exércitos mais ou menos convencionais que obrigaram e fizeram com que todos tomassem partido ou se conformassem como vítimas. O conflito armado em Angola não foi um evento de mera separação territorial, mas de confronto político-militar que se transformou numa espiral de *sujeição à morte*, pelo menos nas zonas de confrontação. Retomaremos essa questão mais adiante quando nos referirmos aos procedimentos adoptados, como a lei de amnistia de 2002.

⁵⁵ Usamos essa noção para se referir aqueles momentos em que durante a guerra perde-se o controlo efectivo e as partes beligerantes submetem-se mutuamente, ou às vítimas, a acções de arbitrariedade.

7.6.2. Rituais de reconciliação nacional

Entende-se como rituais de reconciliação os procedimentos formais políticos e jurídicos que deram suporte à formalização do processo de negociação da paz levado a cabo pelos dois beligerantes do conflito angolano.

Acordos de Nova Iorque de 1988;
Lei de Amnistia nº 17/88, de 24 de Dezembro de 1988;
Acordos de Bicesse de 1991;
Lei de Amnistia nº 24/91, de 12 de Junho de 1991;
Protocolo de Lusaka de 1994⁵⁶;
Lei de Amnistia nº 18/94, de 10 de Novembro de 1994;
Formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) de 1997;
Promoção de campanhas de desmobilização de ex-combatentes das FALA e integração de outros nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e na Polícia Nacional (PN) desde 1991, 1994 e 2002;
Ponto de Reencontro das famílias separadas durante a guerra (*Nação Coragem e Angola em Movimento*) de 1999-2002;
Assinatura do Memorando de Entendimento do Luena de 2002;
Lei de Amnistia nº 4/02, de 4 de Abril de 2002;
Proclamação do 4 de Abril como Dia da Paz de 2002;

A reconciliação nacional faz parte da lógica da guerra, na medida em que foi necessário “fazer-se a guerra para acabar com a guerra” (Discurso PR, 1999, *Jornal de Angola*), impondo de modo decisivo uma derrota militar ao último reduto da UNITA, que culminou com a morte em combate de Jonas Savimbi. A precariedade dos vários acordos de paz em que se inclui o rubricado em 2002, no entanto, é resultado da fórmula adoptada pelos principais actores políticos nacionais, pois um dos principais argumentos assentava na ideia segundo a qual a paz e reconciliação são apanágios da *política de clemência* concedida aos restantes políticos e militares da UNITA, poupando-lhes a vida para que fossem materializadas negociações para o fim do conflito.

Esta *política de clemência* é um apanágio do primeiro governo de Angola independente, quando o presidente Agostinho Neto, pouco antes da sua morte, se lançou em negociações mais ou menos secretas com os oponentes militares externos (África do Sul) e com os dois outros movimentos de libertação, com vista a trazê-los para a convivência política desde que aceitassem as condições previamente expostas.

⁵⁶ O Protocolo de Lusaka, no seu ponto quanto às modalidades da reconciliação nacional, previa a participação da UNITA nos governos central, provincial, local e nas missões diplomáticas mediante a ocupação de 4 cargos de ministros (Geologia e Minas, Comércio, Saúde e Hotelaria e Turismo), 7 de vice-ministros (Defesa, Interior, Finanças, Agricultura, Obras Públicas, Reinserção Social e Comunicação Social), 6 de embaixadores (no Canadá, México, Índia, Cabo Verde, Polónia e UNESCO), 3 cargos de governadores provinciais (Uíge, Lunda Sul e Kuando Kubango); 7 de vice-governadores provinciais (Luanda, Bengo, Kwanza Sul, Benguela, Huambo, Bié e Huíla); 30 cargos de administradores municipais, 35 cargos de vice-administradores municipais e 75 cargos de administradores comunais.

Tal *política de clemência e harmonização nacional* foi mais uma vez reafirmada aquando da assinatura dos Acordos de Nova Iorque, entre o GRPA, Cuba, África do Sul e os observadores EUA e URSS, que conferiu legitimidade para que se aprovasse pela então Assembleia do Povo a lei de amnistia nº 17/88, de 24 de Dezembro de 1988, cujo preâmbulo considera o seguinte:

“Em homenagem aos ideais de justiça e generosidade que caracterizam o Povo angolano, foi tornada pública em 1978 a política de clemência e harmonização nacional visando, por um lado, o reforço e a consolidação da unidade nacional e, por outro, possibilitar a todos os que no interior do país promoveram ou incitaram a subversão, a sua reintegração na sociedade angolana. Convindo todavia traduzir num instrumento jurídico essa política de clemência e harmonização de modo a oferecer uma maior garantia jurídica aos cidadãos naquela situação e que pretendam reintegrar-se na sociedade angolana” (D-R, I Série, nº 50, 1988, p. 398).

Pode-se constatar que as referências à reintegração são feitas nos termos daqueles cidadãos que tenham praticado incitação e subversão à ordem e que pela generosidade dessa política, em atenção à unidade nacional, esses cidadãos poderiam então reintegrar-se na sociedade angolana. O referido preâmbulo é muito claro nesse sentido e não deixa lugar a equívocos uma vez que o instrumento jurídico era precisamente para atender “aos cidadãos naquela situação e que pretendam reintegrar-se na sociedade angolana” (*ibid.*).

A lei de amnistia de 1988, como refere o seu primeiro ponto, “aplica-se aos crimes cometidos no interior ou exterior do território nacional por cidadãos angolanos que, directa ou indirectamente e de forma organizada, tenham promovido, incitado ou praticado a violência e subversão contra a unidade nacional e a integridade territorial da República Popular de Angola” (*ibid.*). No seu segundo ponto, a lei refere que a “amnistia aplica-se igualmente, àqueles que anteriormente à data de entrada em vigor desta lei se tenham apresentado voluntariamente aos órgãos competentes do Estado” (*ibid.*).

Acrescenta-se ainda que “os beneficiários da presente lei deverão assumir o compromisso de que renunciam à violência e que pautarão a sua conduta futura pelo respeito estrito das disposições da Lei Constitucional e demais legislação em vigor” (*ibid.*).

Eram, por assim dizer, as condições para que os indivíduos militantes ou simpatizantes da UNITA e da FNLA pudessem reintegrar-se na sociedade, reafirmando o seu compromisso de pautarem-se por outra conduta que não atentasse contra os interesses do Estado, cuja generosidade tinha sido tornada pública, e que vigorariam “por um período de 12 meses a

contar de 4 de Fevereiro de 1989, no que diz respeito à apresentação dos beneficiários” (*ibid.*, p. 397).

Recuando no tempo pode-se considerar que a política oficial baseou-se, efectivamente, na introdução de mecanismos jurídico-políticos para a conquista da paz e alteração da estrutura administrativa, dando primazia aos aspectos de natureza política no que à divisão do poder diz respeito, negligenciando ou colocando em segundo plano a reconciliação propriamente dita. Desde os Acordos de Nova Iorque, passando por Bicesse, de 1 de Maio de 1991, a ênfase era colocada nos seguintes pontos:

“O governo da República Popular de Angola - GRPA e a União Nacional para a Independência Total de Angola - UNITA, com a mediação do governo de Portugal e a participação de observadores dos governos dos Estados Unidos da América - EUA, e da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas - URSS, aceitam como vinculativos os seguintes documentos:

a) Acordos de cessar-fogo; b) princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola (incluindo o anexo relativo à Comissão Militar Mista); c) conceitos para a resolução de questões pendentes entre o GRPA e a UNITA; d) O protocolo do Estoril” (Accord, 2004, p. 69).

A lei de 12 de Julho de 1991 que visava amnistiar os crimes cometidos durante o conflito, ao abrigo dos Acordos de Bicesse, como temos vindo a referir, não obstante ter privilegiado as questões políticas de partilha de poder e as de natureza militar, foi um pouco mais além do que anterior. Separadas por uma escala temporal de três anos, uma vez que a anterior tinha sido decretada em 1988 ao abrigo dos Acordos de Nova Iorque, a lei de amnistia de 1991 foi um pouco mais além, pois, apesar de continuar no âmbito da *política de clemência e harmonização nacional*, o seu preâmbulo refere-se nos seguintes termos: “convindo criar as condições psicológicas necessárias à implementação de uma democracia multipartidária, no espírito de tolerância, humanismo e justiça social que devem acompanhar o processo político em curso no país” (D-R, Iª Série nº 29, 1991, p. 135).

O seu artigo nº 1 estabelece que “são amnistiados todos os crimes contra a segurança interior do Estado e todos os outros com estes relacionados, cometidos até ao dia 31 de Maio de 1991” (*ibid.*). No segundo ponto, acrescenta-se que “são amnistiados todos os crimes militares cometidos até à data referida no artigo anterior, excepto os crimes de violência de que resulta a morte, previstos no nº 3 do artigo 6 e nº 3 do artigo 26 da lei nº 16/78, de 24 de Novembro” (*ibid.*, 1991, p. 1136).

A novidade da lei, porém, consiste em amnistiar com a maior abrangência possível os crimes militares, referindo no artigo 3 que “são amnistiados igualmente todos os crimes comuns puníveis com pena correccional e contravenções, cometidos por militares e não militares até à data referida no artigo 1 da presente lei” (*ibid.*). Nesse ponto adiciona-se aos crimes militares os crimes de natureza comum que tenham sido praticados por efectivos militares e não só, de modo a dar maior abrangência ao acto.

Por outro lado, o artigo 4 refere que “as penas aplicadas em função dos crimes [inicialmente] não abrangidos pela amnistia serão [igualmente] perdoadas” (*ibid.*), ao passo que o artigo 5 acrescenta que o perdão será “concedido sob condição resolutive de o beneficiário não reincidir nem cometer crime doloso a que corresponda pena de prisão superior a um ano, nos três anos subsequentes à data de publicação desta lei” (*ibid.*). Pela primeira vez o termo perdão é aplicado aos crimes de natureza militar com todas as suas especificidades.

Como se pode verificar, salvo uma referência ténue da consulta que deveria ser feita junto dos outros partidos civis para a realização das eleições gerais que tiveram lugar nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992, da aceitação do respeito pelos direitos humanos e liberdades básicas, bem como a desmobilização dos efectivos militares, em nenhum momento se fez alusão à reconciliação nacional.

Tal omissão ocorre de igual modo nos Acordos de Lusaka assinados aos 15 de Novembro de 1994, onde, mais uma vez, a ênfase é colocada nas seguintes questões:

“Anexo 1 - Agenda das conversações de paz sobre Angola entre o governo e a UNITA; Anexo 2 - Reafirmação pelo governo e pela UNITA dos instrumentos jurídicos pertinentes; Anexo 3 - Questões militares I; Anexo 4 - Questões militares II; Anexo 5 - Polícia; Anexo 6 - Reconciliação Nacional; Anexo 7 - Conclusão do protocolo eleitoral; Anexo 8 - O mandato da ONU, o papel dos observadores e da Comissão Conjunta; Anexo 9 - Calendário de aplicação do Protocolo de Lusaka”.

Com uma ligeira referência à reconciliação nacional, os Acordos de Lusaka secundarizam na mesma proporção que o anterior a importância que era suposto merecer. É evidente o entendimento que ambas partes beligerantes apresentam sobre a reconciliação pelo menos do ponto de vista formal ou documental.

Eis, pois, o entendimento de ambos beligerantes sobre a reconciliação no Anexo 6: “Este anexo refere-se às tarefas e processos específicos ponderados, na busca do imperativo da reconciliação nacional, incluindo o papel da comunicação social, a implementação de uma descentralização e desconcentração administrativa, e os papéis das autoridades

provinciais também incluem provisões para a participação da UNITA nas instituições do governo e do Estado” (Accord, 2004, p. 74). Mais adiante, o referido Anexo acrescenta que “os princípios gerais do Anexo 6 indicam a vontade do Governo e da UNITA de coabitarem no âmbito do quadro constitucional, político e jurídico angolano, reafirmando o seu respeito pela vontade popular, expressa através de eleições livres e justas, e pelo direito de oposição. [...] Implicam a descentralização e desconcentração administrativa do país e condenam a utilização da violência como meio de resolução de diferendos. Identificam o papel dos meios de comunicação social no apoio ao processo de convivência e consolidação democrática [...]. Referindo-se a concessão e aprovação da lei de Amnistia nº 18/94, de 10 de Novembro de 1994, [...] aplicando-se a todos os crimes contra a segurança nacional e a todos outros afins cometidos por cidadãos angolanos no contexto do conflito militar após as eleições gerais, desde 1 de Outubro até à assinatura do protocolo de Lusaka” (D-R, Iª Série nº 29, 1991).

De acordo com Christine Messiant, o fracasso dos acordos de Bicesse e posteriormente de Lusaka resultaram de um conjunto variado de factores internos e externos. Por um lado, “o acordo de paz assinado em Bicesse em Maio de 1991 assemelha-se bastante a outros acordos da altura em muitas das suas características, tais como o objectivo de democratização das instituições políticas e de escolha entre dois lados em conflito através de um processo eleitoral precedido por uma transição” (Messiant, 2004, p. 18). Por outro lado, a despeito dos interesses apenas com o poder dos seus principais actores bélicos e autoritários, os interesses dos observadores envolvidos falaram mais alto face às exigências que deveriam ser colocadas em cima da mesa como garantia de estabilidade antes da realização das tão almeçadas eleições.

Por seu turno, “os actores não armados em Angola (morais, políticos e cívicos, etc.) não tiveram qualquer desempenho nas negociações nem na implementação dos acordos. Na altura os princípios de gestão de conflitos, em geral, não os reconheciam, já que se resumiam essencialmente à utilização de meios eleitorais para ajustar as contas deixadas pela guerra fria” (*ibid.*).

A dita transição, entretanto, “foi inteiramente entregue às duas partes armadas. Não se estabeleceram regras políticas transitórias nem se optou por um governo de coligação para o período pós-eleitoral (que evitasse os perigos de um desfecho de *quem vence, vence tudo*) [ou o jogo de soma zero]. Os próprios partidos, e em particular uma UNITA influente, rejeitaram a opção de um governo de coligação antes das eleições [...]. De facto, para os EUA (com o consentimento dos outros dois países), a paz não era o primeiro e único

objectivo. O processo de paz era encarado mais como uma via para a UNITA chegar ao poder. [...] A UNITA, por seu lado, não desejava arriscar perder credibilidade assumindo responsabilidades governamentais. A única coisa que interessava aos EUA era acompanhar a vitória esperada da UNITA, enquanto para os outros países o envolvimento dos EUA era uma garantia suficiente da tranquilidade com que se desenrolariam os acontecimentos” (*ibid.*, pp. 18-19).

Goradas as elevadas expectativas com o resultado das eleições, o reacender do conflito que se seguiu ao pleito eleitoral criou uma barreira intransponível entre as duas partes concorrentes e ensombrou o clima de optimismo e de esperança no futuro que se verificou durante o período de campanha. “A guerra desencadeou uma imensa violência. Como a UNITA permaneceu armada enquanto o exército governamental se desintegrara [tal como se referiu no capítulo 6] e as forças paramilitares eram claramente insuficientes para fazer face à rebelião, de início conseguiu uma vantagem considerável. Enquanto a UNITA detivesse a superioridade militar, rejeitaria quaisquer novos termos de acordo propostos pela comunidade internacional” (*ibid.*).

O governo, porém, através da divisa petrolífera descoberta em maior quantidade ao longo da vasta costa angolana, usa-a como moeda de troca para estabelecer novas alianças político-diplomáticas, dessa vez pressionando os EUA, que se viram confrontados a optar por nova escolha de políticas dada a realidade pós-eleitoral e a desaliança com a UNITA.

Como consequência directa dessa nova aproximação entre o governo angolano e a administração norte-americana sob a direcção de Bill Clinton, esta última veio a reconhecer oficialmente o governo angolano dirigido pelo MPLA em 1995, com base numa legitimidade saída das eleições gerais de 1992, e de um acordo político fracassado pelo retorno à guerra.

“Em Novembro de 1994, depois de uma série de desaires militares, a UNITA – embora não Jonas Savimbi pessoalmente – foi forçada a assinar o Protocolo de Lusaka. Este acordo, todavia, não constituía a ratificação de uma derrota.” (*ibid.*, p. 20). Questões militares como o desarmamento total e completo, a desmobilização efectiva, e recursos disponíveis para uma agenda de paz, bem como o envolvimento sério da ONU, foram tidas como medidas processuais que visavam assegurar novas opções para o acordo entre as partes. A UNITA, no entanto, “era agora considerada uma força rebelde ilegítima e assim punha-se fim à simetria entre os dois partidos que caracterizava os Acordos de Bicesse” (*ibid.*).

A existência de ambiguidades na passagem de um acordo para outro manteve-se. Como bem notou Messiant, enquanto a UNITA confrontava-se agora com a sua condição de ilegitimidade pelo facto de ter rejeitado os resultados eleitorais e retomado a guerra, o

governo, por seu lado, “viu a sua legitimidade aumentada por dois outros elementos. Em primeiro lugar, e apesar do acordo, as sanções impostas em 1993 para obrigar a UNITA a negociar não foram levantadas. Em segundo lugar, a *cláusula triplo zero* contida nos acordos de Bicesse (repetida num anexo ao Protocolo de Lusaka) – uma cláusula que proibia ambos os partidos de se rearmarem e outros países de lhes fornecer armas – não fazia parte do Protocolo em si mesmo. Isto significava que em termos do texto do acordo e da resolução da ONU de 1993 que impunha sanções, o rearmamento constituía uma verdadeira violação para a UNITA, enquanto já não era um problema para o governo, pelo menos em termos legais” (*ibid.*, p. 21).

Em tese, o impasse que Christine Messiant considerou de *nem guerra nem paz*, que se seguiu ao Protocolo de Lusaka, em parte explica-se pelo desajustamento do equilíbrio de forças entre o governo e a UNITA. Esta última tinha agora que assumir a sua cota parte de responsabilidade quanto ao desarmamento, e uma retirada gradual dos apoios externos de que gozava outrora foi o início do enfraquecimento da sua capacidade de resposta no teatro militar.

Tal como tinha ocorrido com Bicesse, mais uma vez os actores políticos civis não eram tidos em consideração na mesa das negociações de paz. As deficiências do passado mantiveram-se de tal sorte que o novo acordo “não atribuía qualquer papel às forças não armadas – as que não faziam parte da luta pelo poder, que eram as que estavam mais preocupadas [e se mostravam mais preocupadas] com a paz. E embora tivesse sido atribuído um papel mais importante à ONU, a Troika continuava no cerne da operação. Sobretudo, o acordo foi assinado num contexto de total desconfiança entre as partes, e ignorava o facto de ambos os partidos estarem muito determinados a não cumprir as regras do jogo, se tal fosse necessário” (*ibid.*).

No jogo de forças com desequilíbrios notáveis a pesar para a UNITA, as lideranças dos dois partidos mantiveram-se irredutíveis quanto à conquista do poder, por um lado, e à consolidação, por outro. O fracasso de Bicesse e o conflito pós-eleitoral que se seguiu, com perdas consideráveis para o lado da UNITA, serviram, efectivamente, para a radicalização das posições, embora o governo usasse a divisa política do retorno da guerra para se reforçar militarmente e consolidar a sua legitimidade nos meios urbanos do país.

Pouco depois do Protocolo de Lusaka, “o governo, durante dois anos de guerra conseguiu funcionar tal como antes, mesmo sob um sistema multipartidário no seio do qual criara, logo após as eleições, um denominado mas fictício governo de unidade nacional com pequenos partidos aliados. Por essa razão rejeitava, completamente, a ideia de ser

considerado responsável e apenas acordava em partilhar formalmente o poder com a UNITA no GURN, estabelecido por Lusaka para não alienar a comunidade internacional” (*ibid.*). Apesar das violações mútuas e de um desenfreado enriquecimento pela via da governação que fora proporcionado pelas novas condições que o petróleo assegurava, o GURN foi um modelo interessante de acomodação política dos pequenos grupos que começaram a se perfilar em torno do poder, e uma forma de o MPLA se manter no poder e se reforçar política e militarmente. Tal como mencionado no capítulo 6, alguns membros da UNITA em Luanda, sobretudo naquilo que se pode considerar como sendo a segunda dissidência, aceitaram integrar o GURN mesmo sabendo de antemão que era mais uma acomodação do que propriamente partilha do poder – embora em condições de fragilidade política, nem estes e muito menos a Ala Militar tivessem capacidades reais para fazerem quaisquer exigências.

Contrariamente à perspectiva de Alberto Cafussa, segundo o qual o GURN “visou harmonizar as aspirações, principalmente, dos dois principais partidos políticos, cujo pano de fundo do antagonismo era o exercício do poder político” (Cafussa, 2008, p. 57), do nosso ponto de vista o GURN foi uma saída política do partido no poder depois de confrontado com a guerra pós-eleitoral, pela rejeição por parte da UNITA dos resultados do pleito, socorrendo-se de uma ideia avançada pela Troika em Bicesse. Cafussa analisa as implicações do GURN sem levar em conta todo um processo histórico-político de disputas pelo poder anterior a 1995, ou pelo menos não explorou ao máximo essa questão, e ao afirmar que o GURN é “uma concepção nova na Ciência Política” (*ibid.*, p. 59) esquece-se que a coabitação política entre duas ou mais forças é uma realidade histórica de países que viveram conflitos militares ou sociais a exemplo do Camboja. Passou, entretanto, ao lado do facto de a proposta da formação de um governo de coligação, ou assumindo forma e características próprias como foi o GURN, ter sido avançada pela Troika de observadores e imediatamente rejeitada pelos dois partidos beligerantes antes da realização das eleições. Ambos estavam demasiado convencidos de que teriam resultados que lhes permitiriam, cada um a seu modo, vencer as eleições de 1992 com maioria absoluta, impondo ao outro a sua vontade política.

A forma que adquiriu o GURN, no entanto, não poderia ser de outro modo, sendo que até à sua formalização, o partido do governo tinha, como vimos, consolidado a sua legitimidade em razão da rejeição dos resultados eleitorais de 1992 e o imediato retorno à guerra. E parte dos efectivos da UNITA que integraram o GURN são aqueles que imediatamente, pela força das circunstâncias e uma vez traídos por Savimbi, se colocaram formalmente contra a Ala Militar. Em bom rigor, estando em Luanda e sem a capacidade de

exigência ou pressão ao MPLA, além das alianças veladas, não lhes restava outra saída política senão colocarem-se contra Jonas Savimbi por considerarem-no um obstáculo para a paz.

Se, por um lado, a perspectiva de Alberto Cafussa enfatiza o facto de o GURN ser uma via de acomodação política e de distribuição de benesses sociais para os membros da UNITA e de outros pequenos partidos, por outro, se esquece que nenhum outro membro do GURN, quer da UNITA, quer dos pequenos partidos políticos, tinha qualquer poder de decisão. Pelo contrário, subordinavam-se aos ditames do MPLA além de que, caso fosse ministro da pasta, tinha que coabitar às vezes a contragosto com um vice-ministro do MPLA. Aconteceu, por exemplo, com a pasta da Saúde em que o ministro era da UNITA e o vice-ministro do MPLA, sendo que o vice-ministro tinha mais poder real do que o próprio ministro da área, isso para já não dizer das sucessivas exonerações por desarticulação e tentativa de autonomia política sectorial. Enfatiza, com efeito, que ao considerar o GURN uma “solução de Angola *sui generis*, passando a ser modelo para muitos outros países africanos como a Guiné-Bissau, Costa do Marfim e a República Democrática do Congo⁵⁷” (*ibid.*, p. 59) é construir um cenário fictício em que o poder fosse realmente partilhado simetricamente, ignorando, assim, as implicações reais histórico-políticas anteriores a 1995. Ou seja, o GURN não representou nenhuma medida excepcional de engenharia política angolana. A sua formalização sob condução do MPLA foi uma medida política de circunstância para resolver o impasse gerado pelo Protocolo de Lusaka, oferecendo à oposição civil 28 cargos de ministro e 55 vice-ministros, a maior parte dos quais preenchidos pela UNITA, para atenuar o descontentamento desses partidos. De tal sorte que o GURN não foi capaz nem de evitar nem de abrandar a intensidade da guerra que se seguiu à tomada de posse dos seus membros.

No cenário político real, todavia, “a situação azedou ainda mais quando o governo decidiu intervir militarmente nos vizinhos Congos – movimentações proibidas no Protocolo – para ajudar a instalar no poder governos amigos, sem que isso provocasse qualquer

⁵⁷ Como ficou demonstrado, nenhum dos casos que se tenham provavelmente inspirado na “solução *sui generis* angolana”, como a considerou Alberto Cafussa (2008), obtiveram resultados satisfatórios e de longa duração; pelo contrário, assistiu-se, tal como ocorreu no país modelo, ao retorno do conflito armado nesses países: na Guiné-Bissau à morte de Assumane Mané e pouco mais tarde a deposição e assassinato de Nino Vieira, anterior golpista; na Costa do Marfim uma tensão “político-militar provocada pela exclusão política dos regimes de Henri Konan Bédié e Laurent Gbagbo, e de uma figura política de destaque e antigo primeiro-ministro ivoiriense sob o presidente Houphouët-Boigny – Alassane Ouattara – por alegadas dúvidas sobre as suas origens nacionais (Mabeko Tali, 2004, p. 17); e na República Democrática do Congo, primeiro a fuga e morte de Mobutu e pouco depois a deposição e morte do presidente e líder do movimento rebelde contra Mobutu, Laurent-Désiré Kabila, anterior golpista substituído pelo filho Joseph Kabila actualmente no poder.

reação internacional. Ambos os partidos se preparavam indelutavelmente para um novo confronto, e as tensões no terreno cresciam. Em 1998 o governo considerou que estava política, diplomática e militarmente capaz de desencadear uma verdadeira guerra” (*ibid.*).

Perante a impotência da comunidade internacional e o reforço da legitimidade do governo através das sanções do Conselho de Segurança de Junho de 1998, estava, assim, criado o cenário para aquela fase que é considerada de maior intensidade da guerra.

Paulo de Carvalho, num texto sobre as características da última fase do conflito angolano, considera com elevada ênfase que “importa-se e utiliza-se armamento de tipo e origens diversos, com o objetivo de causar mais destruição. Recrutam-se cidadãos (nalguns casos, contra a sua vontade), que são utilizados como soldados de guerra. Atingem-se populações e objetivos civis, sempre que isso resulte vantajoso para qualquer das partes em conflito. Não se olha a meios para alcançar o fim pretendido. [...] a destruição é total: não atinge apenas alvos militares, mas atinge sobretudo pessoas. Mais que uma guerra para destruir, a guerra para matar” (Carvalho, 2002, p. 25).

É neste contexto de guerra de altíssima intensidade que se insere o caso específico da cidade de Malanje que, dentre outras capitais provinciais, foi fustigada pelos bombardeamentos de ambos beligerantes, chegando a uma distância de menos de cinco quilómetros, havendo por essa razão o envolvimento dos grupos paramilitares, como já referido na secção anterior.

No âmbito desse clima de retorno à guerra de intensidade e destruição, a Assembleia Nacional fez aprovar a Resolução nº 7/98, que em uníssono estabeleceu uma espécie de ultimato à UNITA ao referir-se nos seguintes termos: “Considerando que a situação político-militar no País se degradou consideravelmente nos últimos tempos, em virtude da paralisia do Protocolo de Paz de Lusaka. Tendo em conta que tal paralisia é devida, fundamentalmente, à intransigência da UNITA em realizar as últimas tarefas que a referida organização se comprometeu a implementar no âmbito daquele Protocolo. Lembrando que expirou no passado dia 30 de Julho de 1998 o prazo final concedido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para que a UNITA permitisse a extensão da Administração do Estado aos municípios do Andulo, Bailundo, Nharea e Mungo, procedesse à desmobilização de todos os seus oficiais-generais e instalasse a sua direcção política em Luanda, sem que nenhuma dessas tarefas tenha sido levada a cabo:

A Assembleia Nacional condena inequívoca e veementemente a estratégia obstrucionista, dilatória e irresponsável da direcção da UNITA que mantém o País sob uma tensão armada permanente, cujo objectivo é inviabilizar o esforço de governação, criando o

descontentamento da população e o caos, propícios à tomada do poder pela força das armas” (D-R Iª Série, nº 32, de 24 de Julho de 1998).

O acordo de paz que se seguiu a essa fase de intensidade da guerra, iniciado aos 15 de Março de 2002, tinha como base a continuidade do Protocolo de Lusaka. O Memorando de Entendimento do Luena ficou conhecido como complementar a este último cuja questão central colocava, uma vez mais, o acento tónico nos “objectivos e princípios do cessar-fogo e da resolução das questões militares pendentes e, subsequentemente, a definitiva resolução do conflito armado” (Accord, 2004, p. 75). Ao contrário dos anteriores acordos de Bicesse e Lusaka, no Memorando de 2002 a reconciliação nacional surgia como ponto seguinte às questões militares⁵⁸, tendo o governo se comprometido, mais uma vez, a fazer “aprovar e publicar uma lei de amnistia contra os crimes cometidos no âmbito do conflito armado” (*ibid.*), além do facto de que dessa vez ao menos havia garantia efectiva da fragilidade política e sobretudo militar da UNITA, associando a isso a derrota e a morte do seu líder como um peso psicológico de grande relevância.

Pela terceira vez consecutiva, os actores políticos civis foram deixados de fora do processo de negociação. Se nos acordos de Bicesse e de Lusaka houve, inevitavelmente, a intervenção de actores externos, dessa vez no âmbito do Memorando do Luena, o governo orgulha-se de ter encontrado uma solução interna sem mediação externa para pôr fim ao prolongado conflito armado, pautando-se por um discurso moderado e conciliatório, mas igualmente assente na ideia de “generosidade” do Presidente da República por ter poupado a vida aos rebeldes.

A sobrevivência dos rebeldes dependia, assim, do *paternalismo* do Presidente da República José Eduardo dos Santos, tendo impedido, como refere o discurso oficial, que a máquina militar do governo pusesse fim às suas vidas – já de si fragilizadas, quer pela perda da capacidade combativa e militar, quer pelo cansaço e pela desnutrição, por falta de alimento e recursos, reduzindo consideravelmente a capacidade de resistência das forças da UNITA.

Aquilo que não ficou expresso no texto do acordo, mas que volta e meia o MPLA serve-se disso como mecanismo de chantagem política para fazer calar o ímpeto dos opositores da UNITA, é uma sujeição política, sobretudo atendendo à *generosidade*

⁵⁸ As áreas de aquartelamento da região nordeste foram as seguintes: Comuna de Capoia, município de Lucapa, Lunda Norte; Damba Penitenciária, comuna de Catala, município de Caculama; Ganga Sol, comuna de Quissole, município de Malanje, província de Malanje; Chinege, comuna de Muriege, município de Muconda, província da Lunda Sul, e Nguimbi, comuna de Xá-Muteba, município de Xá-Muteba, província da Lunda Norte.

paternalista representada pela figura do Presidente da República. Retomaremos esse aspecto mais adiante.

“A sensação de que o *Memorando de Luena* fora um pacto entre dois partidos, excluindo outras forças políticas, permaneceu. Apesar do seu sucesso em terminar com a guerra, e apesar das palavras amigáveis do plano de paz, as outras forças políticas e sociais foram deixadas de fora. A 3 de Abril, na véspera da cerimónia de assinatura, o Presidente Dos Santos fez um discurso ao país sobre o perdão, a reconciliação nacional, a reconstrução, e os cuidados com os desfavorecidos [pouco depois de ter regressado da viagem aos EUA]. Em resposta, o líder da Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA), Holden Roberto – o único líder sobrevivente dos três movimentos de libertação [...] – pediu que uma comissão preparasse “‘um diálogo nacional sem exclusões’ para garantir a transição pacífica para a democracia e a reconstrução nacional” (Griffiths, 2004, p. 27).

“As provisões acordadas para a amnistia aumentaram a sensação de um pacto exclusivo de dois partidos. A UNITA e as FAA receberam do parlamento uma amnistia total, aprovada unanimemente dias antes da assinatura. Foi a primeira vez que uma proposta foi aprovada unanimemente pela Assembleia [Nacional], mas a reacção dos observadores [com papel irrelevante no processo de paz] foi menos entusiasta. A 11 de Abril [de 2002], [o representante da ONU Ibrahim] Gambari encontrou-se com [o secretário-geral da comissão de gestão da UNITA Lukamba] Gato e reiterou que a ONU não reconheceria a amnistia, uma vez que os crimes de guerra teriam de ser julgados. A amnistia também foi questionada por 63 partidos políticos mais pequenos numa carta [dirigida] ao Presidente [da República]. [Paulo Lukamba] Gato (e até Holden Roberto) consideraram a intervenção de Gambari indesejável e potencialmente desestabilizadora do ambiente optimista reinante” (*ibid.*).

O período anterior a 2002, por conseguinte, foi de continuação da política de *clemência* do partido no poder. De qualquer modo, durante a fase da guerra de maior intensidade ocorrida nos finais dos anos de 1990, nem todos no interior do partido MPLA partilhavam da mesma solução para que se pusesse fim ao prolongado conflito armado. Havia pontos de vista diferentes e até certo ponto divergentes, na medida em que uns eram partidários de uma solução militar que tinha como pressuposto impor uma pesada derrota às hostes opositoras, obrigando-as à rendição, e outros, porém, eram de opinião de que se criassem formas de persuadir os opositores, enquanto as forças armadas iam fazendo o seu trabalho no teatro militar (cf. Matos, 2002, p. 91). Havia, ainda, os radicais que defendiam o aniquilamento completo de toda a estrutura militar opositora. Imperou, pois, uma medida

que visou conciliar as várias perspectivas para se pôr fim à guerra sem ignorar nem a opção militar nem a político-diplomática, sendo que uma dependia inevitavelmente da outra (*ibid.*).

A unidade nacional e a reconciliação são percebidas como um cálculo político feito entre o governo e a UNITA enquanto partido armado. Por um lado, apesar da eliminação física do responsável máximo da UNITA, o governo precisava efectivamente da outra parte beligerante, ainda que fragmentada, para que pudesse conferir legitimidade ao processo de paz liderado por si. Por outro, perante a impotência manifestada pela UNITA devido à pesada derrota militar imposta pelas forças do governo, a sua sobrevivência política formal dependia sobremaneira do acordo com o governo no cenário de igual incapacidade da comunidade internacional, prisioneira dos seus próprios interesses económicos. A UNITA, decididamente atomizada e sem uma linguagem política articulada, tentou rapidamente fazer congregar as diferentes partes: a Ala Militar, que trazia a legitimidade militar por ter-se mantido com Savimbi até às últimas consequências, a Comissão Externa – que inicialmente havia lançado suspeitas sobre a seriedade do processo e ainda chegou a considerá-lo de farsa – e finalmente a UNITA-Renovada, cujo representante máximo se comprometeu a não interferir nas negociações. No entanto, afinadas as vontades e salvaguardando os interesses, governo e UNITA sob a formal Comissão Militar Mista (CMM) assumiram, assim, a condução do processo de negociação de paz.

No caso vertente, a guerra de Angola e a violência política que lhe está subjacente invariavelmente demonstram que a violência é compensatória, na medida em que os principais actores políticos estando no centro do processo, são aqueles que mais benefícios retiram das abundantes concessões durante e depois do fim do conflito, acedendo aos recursos disponíveis utilizados para reforçar a máquina de guerra ou a consolidação do poder. Ao passo que em contexto pós-conflito, esses mesmos recursos são partilhados e serviam, via de regra, para a acomodação de indivíduos e de determinados grupos, partindo do princípio que assim estaria assegurado o não retorno ao conflito (cf. Mbembe, 1993, p. 18).

“Sim, eu tive a sorte nessa altura de estar em Malanje em 2002. De um lado havia o processo da reconciliação. Tinha duas vertentes: de um lado o cansaço dos dois lados; o povo em si estava cansado e depois do desaparecimento físico do Dr. Savimbi, acho que as pessoas se reencontraram, e acharam que era melhor nos reconciliarmos. Mas de outro lado, estavam lá aqueles sentimentos de um ter perdido ente querido de um lado ou de outro, enfim. Então o processo não estava assim tão bem. Nos primeiros nove meses, o processo parecia ser pacífico, mas quando a UNITA pensa em começar a replantar-se, em colocar os seus aí começa logo a intolerância política em níveis elevados. Quando ainda estavam nos aquartelamentos e aquelas questões todas, ali não havia nenhum problema. Mas depois da assinatura da paz enfim, a UNITA pensa agora em começar a implantar ou

reimplantar as suas estruturas ao nível das províncias, dos municípios, então ali começa a intolerância. Nessa altura o processo da reconciliação já não estava pacífico. Até mesmo 2008 foi difícil. Houve uma pequena abertura antes das eleições de 2008. Depois disso o processo de reconciliação começou a marcar alguns passos seguros, embora de forma tímida. Mas muito melhor em relação ao pós-2002” (Homem, 38 anos, funcionário público, EM, 2014b).

O excerto acima traz para a discussão variáveis da reconciliação que não podem ser postas de parte. Foi notória a existência de um certo cansaço que a guerra impôs às pessoas, principalmente àquelas que viam esta como um obstáculo para as suas vidas. A outra variável também importante para a análise tem a ver com os ressentimentos acumulados entre as pessoas e um clima de desconfiança muito acentuado, em razão das experiências amargas e sofredoras que muitas delas tinham vivenciado. Por outro lado, há ainda o ponto assente que consiste na visão oficial de que a reconciliação é uma exclusividade daqueles que negociaram o processo político.

“Posso falar em termos técnicos da minha área que é o direito: uma coisa é a formal e a outra é material. Formalmente todos os políticos: o MPLA, a UNITA, a FNLA e o PRS falam em reconciliação. Vamos nos reconciliar, vamos a isso. Esse discurso está muito no alto formalmente, mas materialmente ainda está difícil. Porque você vê que há localidades em que determinadas forças políticas encontram dificuldades mesmo que as pessoas optarem... Mas durante a noite são mesmo totalmente intimidadas. Então é essa a dificuldade de não se materializar a reconciliação. Formalmente está lá na Constituição, está lá nos discursos dos partidos políticos. Quando oiço o rádio. Quando assisto a televisão também. Vamos nos reconciliar, vamos nos reconciliar. Vamos viver junto, mas materialmente está difícil. Eu que estou a falar de dia que vamos viver junto, mas durante a noite ao saber que o fulano ou aquele recebeu esse ou aquele partido, sofre discriminação. Então quer dizer que a reconciliação está assim, assim; não sei” (*ibid.*, 2014b).

Nesta conformidade, *a cortina de fumaça* que encobria ou que ainda encobre o processo de reconciliação desde a imediata assinatura do término das hostilidades, em 2002, começa a ficar cada vez mais clara para as pessoas, porque desfizeram-se, gradualmente, as ambiguidades que o mesmo encerrava. Por um lado, compreende-se que uma reconciliação formal é aquela que é apregoada pelos principais actores políticos partidários, sobretudo pelo partido que sustenta o governo. Por outro, a reconciliação – na sua dimensão material – que é sentida e vivida no dia-a-dia pelas pessoas, é contrariada quer pela prática política daqueles que no plano formal a defendem inequivocamente, e que degenera para intolerância política, quer ao nível da convivência entre as pessoas que outrora estavam de costas viradas e que ainda assim fazem parte do mesmo meio social. Há, portanto, inevitavelmente, o peso do passado que vem ao de cima, sobretudo em contexto de perda de famílias ou de pessoas próximas, ou mesmo quando se está perante disputas políticas de curta duração.

“Eu acho que a reconciliação é muito importante. Falando da reconciliação, há actualmente unidade entre as famílias; há programas comuns, estamos todas solidárias umas com as outras. Eu acho que há uma ou outra pessoa que discrimina, mas nós convivemos normalmente. Depois, na organização onde trabalho quando temos actividades comunicamos a eles, e eles também quando têm actividades nos comunicam. Ainda há poucos dias veio aqui o presidente Samakuva da UNITA, esteve cá em Malanje. Convidaram-nos e eu não fui porque tinha outro programa. Pegámos num grupo de três ou quatro secretárias minhas colegas e participaram do seminário. Não temos esses problemas” (Mulher, 52 anos, responsável política, EM, 11/2013i).

Se em alguns casos podemos constatar percepções quotidianas sobre a reconciliação desencorajadoras, em outros há a manifestação de um certo optimismo de casos pacíficos, onde as pessoas se encontram numa plataforma comum. Porém, tal como referimos mais acima, trata-se na maior parte das vezes de manifestações ou de convivência formal dos actores políticos, e as percepções sobre a reconciliação aparecem como instrumento político-partidário. O excerto que se segue vem confirmar que essa convivência formal é muitas vezes percebida a partir da posição partidária das pessoas.

“Eu acho que a reconciliação temos que a trabalhar com as nossas mãos, nos actos diários; a reconciliação não é só ausência de paz, não é mesmo verdade. As consequências são do fórum [foro] mais psicológico e emocional. É algo que a pessoa não controla. Pode-se aprender a controlar ao longo da vida. Essas coisas levam muito tempo. O aspecto psicológico da reconciliação tem que ser trabalhado pelas pessoas que estão no poder de forma activa. Não pode ser apenas uma palavra-chave que diz Reconciliação Nacional. Esses palavrões que a gente ouve todos os dias. Isso tem que ser praticado todos os dias lá dentro da Assembleia Nacional. E cá fora por nós, no trânsito, ao despejar o lixo” (Mulher, 62 anos, intérprete/consultora, EL, 01/2015a).

A percepção que salta à vista é de que os políticos – aqueles aos quais está reservado o monopólio da reconciliação – não estão comprometidos com uma verdadeira reconciliação nacional. O exemplo revelador, e que às vezes ganha proporções alarmantes, é dado na própria convivência entre deputados na Assembleia Nacional, lugar que deveria e é de esperar que fosse, o palco para a construção de consensos em matérias de interesse social mais abrangentes. Ou seja, os actos praticados pelos deputados da maioria parlamentar e com a cumplicidade e impotência da oposição, muitas vezes no âmbito da principal arena política formal – a Assembleia – vêm gradualmente deixando de ser entendidos como modelo de sã convivência entre cidadãos com posições políticas diferentes e de utilidade para o quotidiano do cidadão.

“Os discursos dessas pessoas de meia-idade eram mais cautelosos, e muitas das vezes pressenti que estavam a olhar para mim e diziam: tu estás a vir daquela banda, logo me discurssei. Os mais velhos têm um discurso que é característico em África. O meu sentimento, a minha interpretação, é que eles são pessoas que não têm nada a perder, já atingiram um ponto na vida em que a morte está tão perto, e ronda por ali todos os dias. Portanto qual é a diferença fundamental que existe entre eu dizer as coisas que penso e não

dizer, posso garantir a minha sobrevivência por mais uma semana, mas também posso ter aqui um ataque qualquer e morrer” (*ibid.*, 2015a).

A situação ganha outra figura e contornos ímpares, quando as percepções são captadas longe da atenção política da capital. Ao nível local, apesar das resistências que as pessoas têm em transmitir as suas opiniões, sobretudo em matérias consideradas sensíveis, a reconciliação nacional é uma ideia de apaziguamento, quiçá de grau acentuado de despolitização. Ou seja, um afastamento e distância calculada dos assuntos políticos em favor de uma vida dedicada ao trabalho ou à família e ao lazer.

“Só para você ter uma ideia: trabalhávamos com meninas, mas trabalhávamos em zonas de reassentamento de populações depois da guerra, e então esses psicólogos partiam para essa zona para trabalhar com as mulheres e com os homens, mas sobretudo com as mulheres e crianças. Muitas dessas crianças necessitavam de tratamento especial. Havia meninas que tinham deixado de falar, e não era por causa de problemas físicos. Tinham deixado de falar há muitos anos. Então trabalhei nessa organização com psicólogos, nessa altura já tinha percebido que um processo de reconciliação faz essas pessoas falar, contar as suas histórias, pôr cá para fora o que se sente. É como se alguém morresse em tua família, se você não fazer o luto dentro de si próprio, se você não chorar, se não falar do assunto, você não ultrapassa essa situação. Ela vai ficar como a morte daquelas pessoas em que o corpo não aparece. Então muitas dessas famílias perderam pessoas, mas não sabem se perderam mesmo.” (*ibid.*, 2015a).

A reconciliação é muitas vezes percebida como o apaziguamento de uma memória traumática dos horrores da guerra. Ela é accionada sempre que se está perante uma situação que remete, imediatamente, para a rememoração do passado, sobretudo se estão em causa perdas de vidas e circunstâncias que não permitiram o *trabalho de luto dos mortos*.

“Eu penso que isso aconteça! Quando se está numa guerra, qualquer parte chega e pode matar homens que são militares, mas os civis que encontra, em vez de os matar, o que tenta fazer é os absorver para os ganhar para o seu lado. Portanto, provavelmente poderão matar alguns, mas sobretudo os mais jovens não-de ficar com eles, os mais velhos que têm algum poder eles tentam controlar para que eles trabalhem a população em seu benefício, e matem homens indistintamente que pensaram que não têm tanta importância. [...] As mulheres, pela sua condição de mulher, elas ficam sujeitas a condições incríveis, primeiro são as violações, depois quando os homens fogem, fogem sozinhos, eu raramente ouvi relatos de que homens fugiram com os filhos atrás. Isso cria nas mulheres divisões e dificuldades de fuga e de recomeçar uma vida nova. É extremamente difícil.” (*ibid.*).

Outra vez ela aparece como um processo gradual e demorado, em que os implicados necessitam de momentos de apaziguamento dos seus temores, da ideia de tolerância para a convivência do dia-a-dia, mas tudo isso não implica, obrigatoriamente, o esquecimento do passado traumático. Os contornos que assumiu a configuração do campo político (Bazenguissa-Ganga, 1997, p. 14) e a sua extensão para outros campos, como o religioso, dado as alianças tecidas no período pós-2002, reforçam a memória do passado traumático.

“Reconciliação vai havendo aos poucos. A reconciliação é uma coisa muito difícil. Ela vai havendo à medida que a geração se renovar. Um filho que viu matar o seu pai, viu matar e

faltar ao respeito à sua mãe não pode estar amigo do outro! É preciso entender. É uma carga de sofrimento muito grande. E hoje aquele que matou o teu pai ou mãe é capaz de matar a ti. É mais tolerância do que reconciliação. Agora, à medida que o tempo vai passando, os netos e bisnetos, para eles isso já não tem o mesmo peso. Vai havendo uma decantação [...].

Ninguém gosta da UNITA. Alguns têm a UNITA como seu partido, mas a UNITA fez tanto mal, assim como o MPLA fez tanto mal nas outras áreas da UNITA. Porque *na guerra ninguém tem mãos limpas*” (Mulher, 70 anos, farmacêutica/reformada, EM, 11/2013h).

“A Igreja Metodista teve algumas ligações com Agostinho Neto, tudo isso ligado a questões da Igreja. Houve ainda algum conflito dentro da Igreja Metodista entre as pessoas [...] e depois os *catetenses*. Sobre todos esses conflitos não tenho argumentos suficientes para falar. As influências das igrejas aí em Malanje, sobretudo da Metodista, são muito evidentes. Não é só evidente no meio urbano mas também no rural. Há zonas de Malanje, sobretudo mais nas aldeias porque é onde trabalhei, você entra e sente claramente a influência da Igreja. Ela se reflecte um bocado nas concepções que as pessoas têm, mas reflecte-se também em coisas, por exemplo, haver uma infra-estrutura social nessas aldeias e não existir no resto das aldeias” (Mulher, 62 anos, intérprete/consultora, EL, 01/2015b).

7.6.3. Desreferenciação política e a “generosidade paternalista”

A noção de *desreferenciação política* é baseada na proposta teórica do antropólogo James Ferguson, aplicada ao caso das promessas de desenvolvimento do Lesoto rural. Ferguson, na verdade, utiliza a noção de *máquinas anti-políticas* para explicar como imensas agências (entre nacionais e estrangeiras, com o Banco Mundial à cabeça) prometiam desenvolver diferentes projectos em zonas rurais agrícolas, sobretudo na cidade de Thaba-Teka, e fracassaram nos seus intentos. O fracasso que daí resultou após sucessivos anos de intervenção, segundo Ferguson, era efectivamente o discurso normativo que acompanhava os respectivos projectos, e a perspectiva subjacente à promessa de eliminação da pobreza. Ao contrário dessa pretensão desenvolvimentista, Ferguson mostra como essas máquinas anti-políticas reforçaram a expansão do exercício burocrático do poder do Estado fazendo do combate à pobreza um dos seus pontos cruciais (Ferguson, 1994, p. 254). Na verdade, a conclusão deste autor é que esse aparato das agências de desenvolvimento associadas à burocracia do Estado acabara por provocar a despolitização da pobreza no meio em que actuavam.

No caso vertente a que nos referimos sobre a desreferenciação política e a generosidade paternalista, apoiando-se nas dimensões de despolitização e de burocratização propostas por Ferguson, pretende-se ao trazer para o caso angolano demonstrar como os movimentos que se apresentavam como sendo de apoio social e que surgiram em Angola logo após a assinatura do Protocolo de Lusaka tiveram como finalidade a produção de um discurso de apoio e engrandecimento moral da figura do Presidente da República (Lázaro,

2010, pp. 62-63). Sob a máscara do assistencialismo aos desfavorecidos e às vítimas do conflito armado, esses movimentos ou grupos específicos de ONGs apresentavam como pano de fundo um discurso que colocava no centro da acção o *arquitecto da paz*, garante da estabilidade social e da unidade nacional que essa mesma paz trazia para o país. Essa *desreferenciação política* das organizações sociais pelas suas práticas acabou também por produzir uma expansão da despolitização de grupos de ex-combatentes de guerra, viúvas, órfãos, desmobilizados de guerra e suas famílias, e toda a sorte de indivíduos que se envolviam como beneficiários de uma suposta acção humanitária que se destinava a solucionar os problemas de vulnerabilidade social com medidas assistencialistas (*ibid.*, p. 35). Estas organizações ditas da “sociedade civil do Estado” (cf. Pestana, 2003) durante a sua acção deram visibilidade à figura de generosidade do Presidente da República, uma imagem devastada pelos anos de guerra, desprovida de qualquer carga ideológica ou político-partidária, sobretudo perante a decisão de poupar a vida dos rebeldes armados e trazê-los para a concórdia da política civil. E num contexto de paz se voltava para os desfavorecidos e principais vítimas da guerra civil.

O nosso argumento no uso da noção de *desreferenciação política* é baseado na ideia segundo a qual a promessa de paz e de estabilidade depois do fim do conflito armado apregoada por esses agrupamentos sob a máscara do assistencialismo provocou a despolitização nos meios em que actuaram associada a toda uma estrutura burocrática do Estado, à imprensa pública e dispendo de financiamento público, cuja finalidade era elevar ao mais alto pedestal a figura do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, como o garante dessa paz.

Christine Messiant, na crítica que faz a esses grupos considerando-os de “sociedade civil estatal”, defende que o Estado angolano foi impondo a sua hegemonia sobre os outros grupos sociais a ponto de restringir as actividades destes, ou quanto muito as estrangularem sob regras apertadíssimas. Essa autora sugere ainda que depois do Protocolo de Lusaka e num contexto hegemónico, “o MPLA continu[ou] a apertar o controlo sobre as organizações de massas do ex-Partido do Trabalho que tinham sido algo autonomizadas aquando do início do multipartidarismo; assim acontece[u] com a Organização da Mulher Angolana (OMA) e sobretudo com a juventude (JMPLA), força activa do partido e viveiro de ‘novos dirigentes’ que o Presidente selecciona e promove. A estas vieram juntar-se novas organizações, conduzidas por este tipo de dirigentes partidários, mas sendo menos directamente políticas e apoiando sobretudo o Presidente e não tanto o partido: elas têm uma postura muito activista

e enérgica neste apoio, principalmente o dito ‘Movimento Nacional Espontâneo⁵⁹’ – já com suas filiais jovens no estrangeiro” (2006, p. 151). Por outro lado, Messiant acrescenta que o Estado angolano pretendia neutralizar a autonomia das ONG independentes (sobretudo aquelas que mesmo sem o necessário reconhecimento prestam apoio ao próprio governo). Este, por sua vez, não tendo conseguido atingir essa finalidade, criou simplesmente outras ONG nacionais, as quais poderiam então controlá-las e usá-las a seu proveito. Não é nossa intenção problematizar a noção de sociedade civil amplamente usada pela autora para se referir quer aos grupos sociais locais independentes, quer àqueles criados sob auspício do governo de e para suporte da acção governativa.

A despeito de toda a problemática que Messiant levanta em torno da relação entre o Estado angolano e as organizações nacionais e internacionais de apoio social, a política subjacente a essa difícil relação “é acompanhada da criação de associações activistas e de ONGs agindo mais perto do terreno e deste modo mais susceptíveis de orientarem as populações. Com todo o dinheiro que vem do petróleo, das empresas públicas e privadas (amigas), das subvenções do Estado ao abrigo do estatuto de ‘utilidade pública’ de fundos vindos não se sabe bem de onde (ver por exemplo o caso da AJAPRAZ), e contando inclusive com o contributo de cooperações estrangeiras (às quais as ONGs amigas são, central ou regionalmente, ‘indicadas’ pelo governo), e enquanto o Estado não cumpre as suas tarefas sociais mínimas, as populações tornam-se dependentes desta beneficência, ostensivamente oriunda dos do poder” (*ibid.*, p. 152).

É notório que há aqui uma clara divisão dos recursos disponíveis em função da lealdade que é manifestada pela Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da Zâmbia - AJAPRAZ⁶⁰, o Movimento Nacional Espontâneo⁶¹, o Fundo Lwini - de Solidariedade Social (cf. Vidal, 2006:41)⁶², e a Liga de Apoio à Reintegração dos Deficientes - LARDEF⁶³ para a escolha da atribuição ou não desses fundos públicos e a pressão exercida para a

⁵⁹ Um dos episódios protagonizado por esse grupo de “desreferenciação política” foi durante a tensão que se instalou entre o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e o então Primeiro-Ministro, Marcolino Moco. O Movimento Nacional Espontâneo enquanto correira de transmissão dessa tensão do partido MPLA para a sociedade esteve na base da realização de uma manifestação de rua contra Marcolino Moco, usando expressões vexatórias como “Abaixo os bailundos” ou “Abaixo os sulanos”, referindo-se à proveniência do Primeiro-Ministro como resultado da exoneração do cargo que ocupava.

⁶⁰ O responsável máximo do grupo integrou as listas para deputado pelo MPLA. Actualmente desempenha as funções de presidente da organização e de deputado na Assembleia Nacional.

⁶¹ Este grupo actualmente perdeu um pouco da sua energia inicial, estando na base disso divisões que se registaram entre os responsáveis. Dessa cisão não anunciada surgiu um outro grupo denominado AMANGOLA, ao qual em menos de dois anos foi atribuído o estatuto de associação de utilidade pública, gozando dos fundos públicos através do Despacho Presidencial nº 44/15, de 11 de Abril de 2015.

⁶² Esta fundação é gerida pela primeira-dama de Angola.

⁶³ O seu principal responsável e rosto de maior visibilidade pública é actualmente deputado pela bancada do MPLA, tendo participado na lista desse partido às eleições de 2012.

concessão de fundos privados quer pelas empresas quer pelos bancos comerciais. A crítica que se deve tecer a Christine Messiant, contudo, é de uma certa simpatia por uns e não por outros. Tal simpatia se manifesta na análise que faz da acção política tanto dos actores internos quanto dos actores externos. Messiant não é crítica às acções dos grupos que ela considera como sendo as ‘Organizações não governamentais, grosso modo a Sociedade Civil’. É como se as acções levadas a cabo por essas organizações não obedecessem a nenhum tipo de agendas internas e externas próprias de grupos bem articulados, e que as suas acções não fossem aquelas das promessas do desenvolvimento e do combate à pobreza questionadas pelo antropólogo Ferguson para o caso do Lesoto. Messiant parte do princípio segundo o qual a análise da economia política do poder em Angola é suficientemente abrangente para explicar o difícil e desigual relacionamento que estabelece com grupos sociais autónomos ou aparentemente independentes do Estado angolano. A postura do Estado é, no entanto, a maior parte das vezes autoritária na relação com a sua clientela. E mais adiante fica-se com a impressão de que Christine Messiant constrói a sua análise partindo de cima para baixo, ao não se referir às estratégias que esses grupos sociais trazem para se relacionarem com o Estado que qualifica de clientelas. Messiant dá como um dado adquirido a independência das ONG internacionais e nacionais, sem reflectir criticamente sobre aquilo que assegura as suas agendas de trabalho, justificando que o apoio dado às populações desfavorecidas é mais importante, pelo facto de terem sido deixadas ao abandono pelo Estado angolano clientelista.

De qualquer modo, a análise de Christine Messiant, a despeito dos aspectos acima expostos, revela-se útil para entendermos a estrutura sobre a qual assentam as associações sociais que se perfilam em torno do poder político com uma postura aparentemente de não engajamento no espaço público. Ao contrário da autora, consideramos pertinente incluir as ditas organizações não estatais de âmbito internacional e nacional cuja bandeira é a defesa dos direitos humanos no leque desse aparelho anti-político que temos vindo a referir, por considerar que a sua acção não é alheia a interesses próprios de grupos e de uma postura de assistencialismo, aparecendo como porta-vozes dessas mesmas populações desfavorecidas ou vulneráveis do contexto pós-conflito.

Na mesma esteia, Cesaltina de Abreu, num artigo em que problematiza a intervenção social pública das organizações da “sociedade civil controladas pelo governo”, refere que “a primeira via de controlo da sociedade civil consiste na criação de organizações que seguem os ‘modelos’ identificados, ao longo da história, com a ideia de sociedade civil. [...] [Durante a segunda metade da II República] surgiram ‘movimentos sociais espontâneos’,

organizando actividades como comícios e passeatas em homenagem ao Presidente da República e excursões de apoio à selecção nacional de futebol. Surgiram projectos como o ‘Criança Futuro’, criaram-se comités de especialidade sócio-profissional que organizam e coordenam profissionais das diversas áreas (arquitectos, engenheiros, advogados, etc.) como instâncias de consulta do, e apoio [...] [às acções do governo e, sobretudo do Presidente da República]” (Abreu, 2008, p. 19).

Mais adiante a mesma autora refere ainda que essas “Associações cívicas distribuem medicamentos, alimentos, ambulâncias, etc. como a AJAPRAZ, Associação de Jovens Angolanos Provenientes da República da Zâmbia, e a Causa Solidária. Entre as organizações filantrópicas, para além da Fundação Sagrada Esperança do MPLA, destaque para a FESA, Fundação Eduardo dos Santos e o Fundo Lwini [...]. No cômputo geral, todas estas organizações constituem uma sociedade civil ‘organizada’, [...] que é mobilizada sempre que este [o Estado angolano] precisa de reafirmar a sua autoridade e de legitimar a sua acção perante os seus parceiros internacionais. Em troca, a atribuição do Estatuto de Utilidade Pública confere-lhes *status* e, acima de tudo, permite-lhes acesso a recursos públicos a partir do Orçamento Geral do Estado” (*ibid.*). Coisa que dificilmente aconteceu com as organizações que não são tuteladas pelo governo.

De acordo com Jon Schubert no seu texto “Democratização e consolidação do poder político em Angola pós-conflito”, trata-se de um exemplo claro de uma relação desajustada entre as organizações não governamentais e o Estado, sendo que este último tem os seus próprios aliados. O caso que se segue é paradigmático quanto à imbricação entre algumas associações e o governo angolano, pois a “AJAPRAZ apresentava-se como um exemplo especialmente intrigante e ao mesmo tempo um exemplo típico dos investimentos do Governo angolano na sociedade civil. A organização definia-se como sendo constituída por antigos refugiados regressados da Zâmbia para contribuir para o processo de reconstrução do país. Quando ocorria um desastre natural a AJAPRAZ enviava alimentos, tendas e cobertores para os necessitados e ajudava na reconstrução das casas. A organização parecia ter acesso a fundos ilimitados, alcançava as zonas afectadas em aeronaves do Exército e distribuía artigos de luxo, como televisores, entoando *slogans* políticos e fardados com bonés do MPLA. Essas acções tinham sempre uma enorme cobertura mediática por parte dos *media* públicos” (Schubert, 2013, p. 091).

Do mesmo modo que Christine Messiant, Cesaltina de Abreu não questiona igualmente as acções que são levadas a cabo ou desenvolvidas pelas organizações não governamentais independentes, como se estas estivessem livres de interesses políticos. Da

nossa perspectiva, tais organizações e suas acções merecem igual questionamento quanto ao tipo de actividades que exercem nas comunidades, baseado fundamentalmente na assistência e na promessa de desenvolvimento das populações desfavorecidas. Um exemplo é a insatisfação manifestada pelas populações de Malanje pelo tratamento e a qualidade de alimento fornecido pelo PAM.

Acontece que muitas dessas organizações não governamentais ao assumirem-se como porta-vozes das populações desfavorecidas, às quais dizem defender, colidem com os interesses do Estado angolano devido à sua característica autoritária e de controlo excessivo. Também a acção não controlada reduz a eficácia do discurso assistencialista das suas congéneres ao serviço do mesmo governo angolano, opondo-se, involuntariamente, contra o protagonismo do Presidente da República e a sua *generosidade paternalista*. Essa involuntariedade é vista e percebida pelo poder como uma afronta aos seus intentos.

A noção de *generosidade paternalista* que temos vindo a referir define-se como o sentimento de favor com que as acções do Estado e dos seus agentes, como essas organizações, são percebidas pelas populações, muitas das vezes pela via da persuasão, considerando o Presidente da República como um “pai dos desfavorecidos”, o que se aproxima ao culto da personalidade do chefe de Estado e de toda a acção governativa que possa realizar.

É evidente que no meio de tudo isso uma atitude autoritária e maniqueísta de estar na política revela a relação difícil entre o governo angolano e as organizações sociais, criando por isso vítimas e protagonistas indesejados. O mal-estar, contudo, intensifica-se quando o governo angolano faz vista grossa a todo um trabalho público notável que tem sido desenvolvido desde os difíceis anos da guerra de maior intensidade por algumas poucas associações nacionais (ADRA, Mãos Livres e AJPD – apenas para citar essas) e mesmo internacionais, que muitas das vezes no exercício das suas actividades se vêem confrontadas com acções várias que não escapam às denúncias públicas contra o governo. Este facto é, portanto, o ‘nó górdio’ desse difícil relacionamento, pois o governo não tolera críticas às acções que são por si desenvolvidas, ainda por cima vindas de associações nacionais ou internacionais cujos financiamentos não são do conhecimento do governo angolano. O governo angolano, por sua vez, actuando sob o signo da cultura política autoritária e personalista, principalmente da sua liderança política, não tolera receber pressões seja de que organismo for e de onde vier, salvo se estiver algo muito importante em jogo e houver, por isso, possibilidades de negociação com ganhos mútuos.

Por seu turno, para essas associações acima citadas é injustificável a atribuição do estatuto de utilidade pública, para benefício de fundos públicos, em flagrante conflito de interesses. Ou seja, isso acontece quando os seus principais responsáveis ocupam cargos na hierarquia do Estado e por meio dos fundos públicos ligados a outras empresas suas negociam contratos milionários com o próprio Estado. Muitas dessas associações (AJAPRAZ, Fundo Lwini, LARDEF, FESA, Fundação Sagrada Esperança⁶⁴ e outras), adquirindo tarde ou cedo o estatuto de utilidade pública cujos critérios não são claros, e segundo interesses político-partidários, têm trabalho associativo menos notável, salvo a mediatização excessiva, em comparação com, por exemplo, associações como a ADRA, fundada em 1992, que procura apoiar a acção do governo nas zonas rurais, sobretudo em articulação com outros organismos locais. É o caso de Malanje, onde a ADRA tem escritórios e onde trabalhou lado a lado com o governo local aquando das vagas de refugiados e deslocados fruto do retorno do conflito armado após as eleições de 1992 (cf. Andrade *et al.*, 2000).

No meio de tudo isso, a problemática da reconciliação manifesta-se mais como o veículo para a confluência de outros interesses políticos imediatos e eleitoralistas do que propriamente para a partilha de mesma linguagem política sobre o trauma provocado pelo prolongado conflito armado e o seu impacto, que ainda paira na sociedade angolana. Na verdade, a simulação da acção humanitária de muitas associações sob a máscara do assistencialismo cívico, financiadas com fundos públicos, esconde outros interesses e torna visível a gramática política autoritária e ambivalente que utiliza, para efeitos de mobilização, o discurso da reconciliação nacional que confere legitimidade política e autoridade moral à figura do Presidente da República enquanto construtor da reconciliação e seu representante máximo.

⁶⁴ Com excepção da FESA, cujo estatuto de utilidade pública data de 20 de Dezembro 1996 (através da resolução do Conselho de Ministros nº 14/96), as demais adquiriram tal estatuto no decurso dos anos 2000, entre meados e finais da década passada (é o caso do Fundo de Solidariedade Social - Lwini, que obteve o estatuto através da Resolução da Comissão Permanente do Conselho de Ministros nº 1/01, de 5 de Janeiro de 2001, e da Fundação Sagrada Esperança, que obteve o estatuto de utilidade pública através da resolução do Conselho de Ministros nº 30/09, de 4 de Maio de 2009). As outras, como a LARDEF, adquiriram o estatuto muito recentemente. O problema aí existente é o de flagrante promiscuidade entre os fundos públicos para acções de assistência social e as organizações de carácter privado, como a criação de empresas privadas rentáveis e acções em bancos comerciais angolanos. No fundo, acabam sendo uma fonte de aquisição de fundos do Estado para fins desconhecidos.

Conclusão

Pode-se concluir que a violência é um fenómeno transversal à história da formação do Estado angolano enquanto unidade política desde o período colonial. A sua problematização requer um esforço de actualização teórica através de uma análise mais aprofundada sobre a violência e fundamentada nas relações sociais. Obviamente que, vista do lado governamental e do regime vigente, esta violência foi tida como um instrumento legítimo de acção política para a formação do Estado angolano independente; tal como refere Walter Benjamin, foi como um meio usado para justificar determinado fim, isto é, o poder político. Por um lado, o partido que tomou o poder em 1975 procurou mantê-lo a todo o custo e com base numa legitimidade histórica popular e triunfalista, ainda que para tanto não fosse consensual. Por outro lado, a rebelião armada protagonizada pela UNITA procurou, pela mesma via, reforçar a sua legitimidade política e militar em diferentes etapas da guerra a partir da articulação de um discurso de vítima da história política angolana. Uma “legitimidade” cuja reivindicação iria sustentar-se com base num quase-Estado paralelo, instaurado nas zonas sob o seu controlo, e que simbolizaria a localidade da Jamba, criada em meados dos anos 1980, como “capital” da UNITA, onde desfilariam figuras políticas e outras entidades oriundas da cena política internacional. Um quase-Estado ao qual apenas faltava o reconhecimento internacional. E nesta conformidade, a rebelião iria aplicar neste quase-Estado paralelo aquilo que estimava a ser a sua violência “legítima”. Assim sendo, o Estado independente e a rebelião armada, actuando sob o signo da violência política, assumiram-se como representantes legítimos dos angolanos, e foi em nome dos angolanos que seguiram em frente com uma guerra que atingiu períodos épicos.

A primeira linha de conclusão é que a sociedade colonial angolana foi constituída pela divisão entre o espaço dos colonos e o espaço dos indígenas, sob o manto de uma violência das estruturas coloniais sentidas nas relações interpessoais. Só do ponto de vista territorial, já se impunha uma divisão social entre ambos que afectava sobremaneira as relações sociais intra e extra-grupos.

A segunda linha conclusiva diz respeito à evolução da sociedade colonial que, grosso modo e apesar das suas singularidades, acompanha o movimento desenvolvido em torno da metrópole colonial e das ex-colónias conseqüentemente. Neste contexto, após a perda do Brasil com a sua independência, em 1822, Portugal colonial vira-se em absoluta aflição e acelerou a conquista e consolidação dos espaços territoriais que controlava em África no

âmbito da Conferência de Berlim de 1884-1885. É neste contexto que as províncias ultramarinas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique se tornam de elevada importância para as entidades coloniais portuguesas da época. O século XIX foi, sem sombra de dúvida, o período de consolidação dos territórios ora controlados pela potência colonial portuguesa e dada a sua importância económica para a metrópole, neste século despontaram as principais elites coloniais e suas ideias de governação ou ocupação dos territórios.

Como vimos no capítulo 2, o fim da monarquia constitucional e o advento da República trouxeram como consequência directa a emergência de uma elite militar com fortes pretensões e ambições políticas e com linhas divisórias entre si. António Ennes, Mouzinho de Albuquerque, Sá de Bandeira, Norton de Matos e muitos outros são entidades que se destacam nessa geração e vão defender as principais linhas programáticas para a ocupação efectiva dos territórios coloniais de Angola, Guiné e de Moçambique. Como se pode constatar no seio dessa mesma geração, nem todos partilhavam dos mesmos projectos de dominação das colónias. Havia, pois, duas linhas programáticas em torno das quais se deveria processar o desenvolvimento das colónias que, essencialmente, assentavam no povoamento e no redimensionamento da economia em favor da metrópole colonial. De qualquer modo, quer a política de povoamento, quer a criação dos colonatos bem como a tentativa tardia de industrialização com o envolvimento do capital estrangeiro, geraram reacção por parte de uma elite local já enraizada e que, apesar de manter as afinidades com a metrópole, pretendia autonomia local mas de modo gradual, para não perder as ligações económicas e afectivas com Lisboa.

O cenário de reivindicações da autonomia “conservadora” da elite local que se verificou no final do século XIX, bem como o relativo desenvolvimento económico e a mobilidade social via educação protagonizada pelas missões cristãs espalhadas pela colónia de Angola estiveram na base do surgimento, na segunda metade do século seguinte, de um segmento da população (entre negros e mestiços) com níveis de instrução elevados e que incorporou quer o legado passado quer as reivindicações do seu tempo.

Acontece que, o mesmo cenário que permitiu o gradual desenvolvimento económico e a relativa industrialização das principais zonas populacionais da colónia de Angola, criou ao mesmo tempo a despolitização individual e de grupo, na medida em que Norton de Matos foi o precursor da desarticulação das poucas associações cívicas, culturais e políticas locais que giravam em torno dos chamados assimilados e dos colonos, em prejuízo dos primeiros.

Poucos anos depois, o Estado Novo que surgiu em 1926 veio reforçar a despolitização ou a desarticulação do espaço político quer na colónia, quer na metrópole, criando para o

efeito a polícia política portuguesa, que exercia a violência política e pressão sobre a vida e as actividades dos indivíduos tidas como nocivas aos interesses do Estado, sobretudo no que concerne às liberdades associativas e políticas com fins reivindicativos.

Com efeito, o movimento nacionalista que surgiu na colónia de Angola de modo atomizado – entre o interior e o exterior – encontrou muitas dificuldades para a sua afirmação e realização. Tais dificuldades tinham muito que ver tanto com a cultura autoritária subjacente ao Estado Novo e que influenciou as divisões que se registaram no seio desse movimento nacionalista, como com as fracturas sociológicas de que enfermava a sociedade colonizada. (cf. Messiant, C., 2006).

Em suma, a despeito da sua singularidade, o tipo de violência generalizada que circulou em torno do Estado colonial nos seus mais variados períodos, quer de conquista, quer de consolidação ou de efectivação a partir dos finais do século XIX, é uma marca que se prolongou e provocou uma espécie de “psicose social” dos movimentos de libertação, fazendo com que as fracturas e divisões pudessem se tornar inconciliáveis.

No período pós-colonial, e ainda sob o manto dessa violência política, o Estado angolano independente emergiu de um contexto de confrontação militar que se prolongou muitos anos depois com a expansão do conflito armado após a independência nacional levada a cabo pelo próprio Estado e pela rebelião armada protagonizada pela UNITA a partir do sudoeste angolano, mais concretamente daquilo que temos referido como a “República da Jamba”. Essa violência política protagonizada pela UNITA baseada num ‘projecto de engenharia social’, como o designou Teresa Beck, teve efeitos devastadores para o país, pois foi usada como meio para a conquista do poder político. Como refere a historiadora Conceição Neto, “neste período de ‘dois partidos únicos’ em que o funcionamento interno da UNITA se regia por princípios similares (o ‘centralismo democrático’ marxista-leninista), [...] nas zonas sob domínio da UNITA, o poder é fundado na força e na ostentação da força; a sociedade é fechada, as relações do “interior” com o exterior são poucas, altamente selectivas. Nas zonas governadas pelo MPLA-PT vive-se uma ‘ditadura paradoxal’, não tão totalitária, pois comporta e tolera largas margens de ilegalismo, dissonância, indisciplina, permitindo mesmo crítica generalizada desde que não ponha em causa a fidelidade ao regime” (1997, p. 19). Conceição Neto acrescenta ainda que foi “graças a fortes apoios externos [EUA e África do Sul] que – a UNITA – pôde criar uma sociedade, nas áreas vizinhas da Jamba e outras sob o seu controlo, com relações sociais verdadeiramente totalitárias, com a população dependente da organização para tudo. Nessa experiência, o aparelho político-militar impõe total submissão ao chefe, misturando o ‘centralismo

democrático' com a disciplina militar (indispensável à guerrilha), a obediência religiosa e, inclusive, tradições africanas favoráveis aos interesses do verdadeiro culto da personalidade em torno de Savimbi. A par disso, a UNITA passou por um processo de etnização [saliência sociológica Ovimbundu], de 'tribalização' (ibid.) (sobretudo do Bié) e de nepotismo (o domínio dos sobrinhos de Savimbi e outros parentes).

No caso vertente de Malanje, a experiência dessa província vem demonstrar que a análise do conflito armado em Angola é atomizada e variável em função da região em estudo. As percepções locais apontam para uma compreensão da guerra que não escapa aos estereótipos e clichés políticos partidários criados pelo campo político. As percepções da guerra ou ainda do conflito armado cíclico que se desenrolou na província em particular, e no país em geral, está refém de uma interpretação histórica da bipolaridade político-partidária protagonizada pelos dois beligerantes no que concerne à distinção entre os "locais ou naturais" e os "estranhos", ou seja, os de "dentro" e os de "fora", como referem Norbert Elias e John Scotson (2000). Não obstante o seu impacto ter sido devastador para essa localidade a noroeste de Angola, no conjunto da sua população houve espaço para a recomposição do quotidiano das pessoas através de formas resilientes que ainda não apagaram definitivamente as marcas da guerra, mas foram capazes de contribuir para um certo apaziguamento entre grupos de pessoas no âmbito das relações sociais aí estabelecidas.

A guerra, por sua vez, para além do seu poder destruidor, permitiu o reforço de laços de "sociação" (Simmel, 1983) entre pessoas e organismos locais vocacionados para a acção social. Em certa medida as populações locais de Malanje serviram-se de inúmeras estratégias sociais tais como os mecanismos de busca de acolhimento nos lares da Igreja Católica provincial, o reforço da solidariedade entre as missões cristãs, os grupos de apoio aos feridos como resultado dos bombardeamentos que assolavam a cidade, ou a negociação entre a Caritas de Angola e as forças rebeldes da UNITA através de um "pacto de não-agressão" em troca de alimentos. Estes factos tornam evidentes as contrariedades e as reminiscências do passado e se afiguram no cenário da guerra em Malanje como um espectro de certa normalidade que dá espaço para a convivência entre as pessoas, mesmo tendo posições políticas opostas.

No âmbito da reconciliação, as percepções das pessoas em Malanje são bastante contrárias às veiculadas pelo discurso oficial, na medida em que há um limite do aceitável que assume variações e graus de intensidade de acordo com as simpatias políticas de cada um. As marcas da guerra estão recalcadas no interior de cada um, havendo casos de recusa

da partilha das experiências sofredoras e traumáticas do passado, e a convivência nessas circunstâncias não é possível e pode assumir formas explícitas de hostilidade.

Ao nível das forças políticas opositoras, os espaços são limitados, e a convivência afigura-se mais formal do que “sincera” e efectiva. Por exemplo, durante a realização de actos públicos de massa tem havido a participação dos diferentes actores políticos da província, não passando de uma convivência formalizada. O drama entre eles ocorre no âmbito da acção política individual de cada um desses grupos políticos ou ainda de tentativas arrojadas de autonomia do campo político formal, sendo que nessas circunstâncias, devido à excessiva bipolaridade política, o simples exercício da cidadania se confunde com reivindicação política oposicionista, chegando a assumir proporções alarmantes.

A violência política como um meio para a conquista e manutenção do poder, ou ainda, acomodação de vontades antagónicas, é compensatória na medida em que os seus principais actores têm o monopólio do discurso e a prática da e sobre a reconciliação nacional e são os beneficiários dos recursos partilhados através dos sucessivos acordos político-militares. Se ao nível do exercício político civil não é possível partilhar ganhos, o uso da violência política actua como mecanismo de pressão com vista à conquista de benesses e acomodação de interesses que geram ganhos económicos e politicamente simbólicos que atenuam, com efeito, reais ou potenciais clivagens. Como refere Achille Mbembe há, por isso, uma imbricação reveladora no caso do conflito armado angolano que “articula violência política, acumulação e poder entre grupos de indivíduos locais ou nacionais” (Mbembe, 1990, p. 22).

A memória hiper-traumática provocada pela repressão do 27 de Maio de 1977 que assolou o país e particularmente a província de Malanje constituiu-se como um golpe de força contra o surgimento de uma elite local capaz de ser independente e de se articular com o centro do poder político. Uma vez desarticuladas as suas bases locais, alguns mortos e outros abandonando desesperadamente a província, isso ajuda a explicar a razão que esteve na base da mobilização da juventude despreparada e despolitizada para fazer face à ameaça que constituía a presença das forças da UNITA em 1992.

Conclui-se, no entanto, que a concentração do poder político pelo MPLA e a repressão do 27 de Maio foram factores inibidores e que desarticularam o embrião que estava em formação no seio das elites locais em algumas províncias, com particular realce para a de Malanje, cujo capital educativo e cultural não se distanciava do de Luanda. A ausência de segmentos actantes das elites de Malanje no conflito desencadeado na primeira metade da década de 1990 ajuda a explicar a necessidade que se teve de rearmar a população civil

citadina e rural em face do surgimento das forças militares da UNITA no centro, ao abrigo dos acordos de paz, tidas como um elemento estranho e perturbador da ordem social vigente desde o período de partido único. Portanto, as populações de Malanje foram então forçadas pelos acordos de paz a conviverem com as tropas da UNITA, quando durante muito tempo a mensagem transmitida pela propaganda do MPLA apresentava-as como inimigas da paz e da unidade nacional.

De mais a mais, a excessiva concentração do poder político e militar coordenado a partir de Luanda para as províncias que se encontravam em conflito armado directo ajuda também a explicar, em parte, a razão da reactivação das milícias urbanas surgidas com estatuto público próprio durante toda a década de 1980, cuja reprodução desse modelo foi uma das saídas para se enfrentar o conflito armado no centro da cidade de Malanje.

Associado a grupos de ex-militares e a algumas lumpen-lideranças de bairros – a exemplo do tal de Fubo e outros –, esse movimento foi quem formou o bloqueio que impediu as forças da UNITA, que já controlavam 13 dos 14 municípios, de penetrarem no interior do principal centro urbano da província de Malanje.

Concluimos que durante e após o conflito armado que se desenrolou em Malanje, tal como tentámos demonstrar no último capítulo houve, entre outras acções, espaço para a negociação da normalidade social mediante formas resilientes que permitiram o retorno das pessoas ao seu curso de vida, além das tentativas oficiais de reconciliação, de reconstrução das infra-estruturas e do ingente trabalho de desactivação dos engenhos explosivos na extensão territorial da província.

Lista de entrevistas realizadas

Homem, 65 anos, pintor; Entrevista, 2012a. Luanda.

Mulher, 58 anos, camponesa/vendedora: Entrevista, 2012b. Luanda.

Homem, 79 anos, líder religioso (Caritas de Malanje); Entrevista, 2013a. Malanje.

Mulher, 65 anos, religiosa; Entrevista, 2013b. Malanje.

Homem, 35 anos, líder da juventude partidária; Entrevista, 2013c. Malanje.

Mulher, 63 anos, professora reformada; Entrevista, 2013d. Malanje.

Mulher, 65 anos, professora reformada; Entrevista, 2013e. Malanje.

Mulher, 66 anos, professora reformada; Entrevista, 2013f. Malanje.

Mulher, 70 anos, farmacêutica; Entrevista, 2013g. Malanje.

Mulher, 56 anos, líder político partidária; Entrevista, 2013h. Malanje.

Homem, 30 anos, professor do ensino primário; Entrevista, 2013i. Malanje.

Homem, 60 anos, político; Entrevista, 2014a. Lisboa.

Homem, 36 anos, funcionário público; Entrevista, 2014b. Malanje.

Homem, 39 anos, funcionário público; Entrevista, 2014c. Malanje.

Homem, 66 anos, Engenheiro agrónomo; Entrevista, 2015a. Luanda.

Mulher, 62 anos, Interprete; Entrevista, 2015b. Luanda.

Homem, 63 anos, Engenheiro agrónomo; Entrevista, 2015c. Luanda

Homem, 32 anos, funcionário público; Entrevista Informal, 2013a. Malanje.

Homem, 54 anos, funcionário público; Entrevista Informal, 2013b. Malanje.

Homem, 55 anos, ex-militar; Entrevista Informal, 2013c. Malanje.

Homem, 43 anos, ex-militar; Entrevista Informal, 2013d. Malanje.

Homem, 34 anos, professor do 1º ciclo, Entrevista Informal, 2013e. Malanje.

Bibliografia

Documentos e Legislação angolana: D-R (1975-2002)

Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé, 1940.

Comunicação no 1º Seminário das Comissões Directivas do MPLA-Malanje, Produzir é resistir” 1975, Primeiro-ministro, Lopo do Nascimento.

Comunicado final e propostas de Conclusões – Congresso Pró Pace, Luanda, 18-21, Junho, 2000.

Decreto do Conselho da Revolução nº4/76, D-R Iª Série, nº 34, de 11 de Fevereiro de 1976.

Decreto-Lei nº 1/75, D-R Iª Série, Suplemento nº 2, de 12 de Novembro de 1975.

Decreto Presidencial nº 20/78, de 1 de Fevereiro

Decreto Presidencial nº 61/80, D-R Iª Série, nº 160, de 8 de Julho de 1980.

Decreto Presidencial nº47/83, D-R, 1983, nº179, de 30 de Julho de 1983.

Decreto Presidencial nº 34/87, de 14 de Março, D-R Iª Série, nº 21, de 23 de Fevereiro de 1987.

Decreto Presidencial nº 38/87, de 14 de Março, D-R Iª Série, nº 21, de 23 de Fevereiro de 1987.

Decreto Presidencial nº 43/87, D-R Iª Série, nº, de Março de 1987.

Decreto Presidencial nº 63/88, D-R Iª Série, nº 50, de 24 de Dezembro de 1988.

Decreto Presidencial nº65/88, D-R Iª Série, nº 50, de 24 de Dezembro de 1988.

Decreto Presidencial nº 17/92, D-R Iª Série, nº 14, de 3 de Abril de 1992.

Decreto Presidencial nº 32/92, D-R Iª Série, nº 14, de 3 de Abril de 1992.

Decreto Presidencial nº 71/92, D-R Iª Série, nº 34, de 28 de Agosto de 1992.

Decreto Presidencial nº 74/92, D-R Iª Série, nº 34, de 28 de Agosto de 1992.

Decreto Presidencial nº 80/92, D-R Iª Série, nº 34, de 4 de Dezembro de 1992.

Decreto Presidencial nº 82/92, D-R Iª Série, nº 56, de 4 de Dezembro de 1992.

Decreto Presidencial nº 85/92, D-R Iª Série, nº 56, de 4 de Dezembro de 1992

Decreto Presidencial nº 86/92, D-R Iª Série, nº 56, de 4 de Dezembro de 1992.

Decreto Presidencial nº 5/93, D-R Iª Série, nº 5, de 5 de Fevereiro de 1993.

Decreto Presidencial nº 6/99, D-R Iª Série, nº 5, de 29 de Janeiro de 1999.

Decreto-Lei nº 3/99, D-R Iª Série, nº 9, de 25 de Fevereiro de 1999.

Decreto Presidencial nº 21/99, D-R Iª Série, nº 9, de 25 de Fevereiro de 1999.

Decreto Presidencial nº 38/02, D-R Iª Série, nº 58, de 23 de Julho de 2002;

Decreto Presidencial nº 37/02, D-R Iª Série, nº 58, de 23 de Julho de 2002

Decreto Presidencial nº 45/02, D-R Iª Série, nº 58, de 23 de Julho de 2002

Decreto Presidencial nº 48/02, D-R Iª Série, nº 58, de 23 de Julho de 2002

Decreto Presidencial nº 28/05, de 5 de Dezembro de 2005, D-R, Iª Série, nº 145.

Despacho Presidencial nº 5/77, de 28 de Maio de 1977, D-R Iª Série nº 126, de 30 de Maio de 1977.

Despacho Presidencial nº 66/77, de 31 de Agosto de 1977, D-R Iª Série nº 208, de 2 de Setembro de 1977.

Despacho nº 29/77, Gabinete do Primeiro-Ministro, D-R Iª Série, nº 132, de 6 de Junho de 1977.

Despacho Presidencial nº 115/78, D-R Iª Série nº 280, de 28 de Novembro de 1978.

Despacho Presidencial nº 116/78, D-R Iª Série nº 280, de 28 de Novembro de 1978.

Despacho Presidencial nº 44/15, D-R Iª Série, nº 66, de 11 de Abril de 2015.

Estatuto Orgânico da Organização de Defesa Popular, Assembleia do Povo, D-R Iª Série nº 39, de 1 de Setembro de 1990.

Informação do Bureau Político do MPLA, Angola: A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977, Edições Avante, Lisboa, 1977.

Lei Constitucional nº /75, Assembleia do Povo, 1975.

Lei de Amnistia nº 7/75, Conselho da Revolução, Diário da República Iª Série, nº 25, de 9 Dezembro de 1975.

Lei nº 73/76, Conselho da Revolução, D-R Iª Série, nº 280, de 27 de Novembro de 1976.

Lei nº 5/83, Comissão Permanente da Assembleia do Povo, D-R Iª Série, nº 179, de 30 de Julho de 1983.

Lei nº 54/84, Comissão Permanente da Assembleia do Povo, D-R Iª Série, nº 27, de 1 de Fevereiro de 1984.

Lei de Amnistia nº 17/88, Assembleia do Povo, D-R Iª Série, nº 50, de 24 de Dezembro de 1988.

Lei de Amnistia nº 24/91, Assembleia do Povo, D-R Iª Série, nº 29, de 12 de Junho de

1991.

Lei nº 91, Constitucional, Assembleia Nacional, 1991

Lei Geral de Serviço Militar nº/93, Assembleia Nacional, D-R Iª Série, nº,

Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas nº/93, Assembleia Nacional, D-R Iª Série, nº, 1993

Lei nº /94 dos Crimes Militares, Assembleia Nacional, 1994a

Lei nº /94, sobre a Justiça Militar, Assembleia Nacional, 1994b

Lei de Amnistia nº 18/94, Assembleia Nacional, de 10 de Novembro de 1994c.

O governo de Transição - rumo à independência, 1974.

Política Agrícola e participação camponesa na República Popular de Angola – A Região de Malanje, 1980.

Protocolo de Lusaka, Lusaka (Zâmbia), 15 de Novembro de 1994

Resolução da Assembleia Nacional nº 7/98, D-R Iª Série, nº 32, de 24 de Julho de 1998

Resolução do Conselho de Ministros nº 14/96, D-R Iª Série, nº 53, de 20 de Novembro de 1996.

Resolução da Assembleia Nacional nº 7/98, D-R Iª Série, nº 32, de 24 de Julho de 1998

Resolução da Comissão Permanente do Conselho de Ministros nº 1/01, de 5 de Janeiro de 2001.

Resolução do Conselho de Ministros nº 30/09, de 4 de Maio de 2009.

Memorando de Entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka, de 4 de Abril de 2002.

MPLA-PT, 2012. I Congresso do MPLA - 4 a 10 de Dezembro de 1977. MPLA - Gabinete de Coordenação de Estudos e Análises, Luanda.

Ministério da Defesa Nacional, 1993. Lei do Serviço Militar.

UNITA, 1989. II Congresso Extraordinário da UNITA (Resolução). UNITA, Jamba.

Publicações Científicas

Abreu, C., 2008. O espaço público em Angola: reflexões a partir da sociedade civil. 12ª Assembleia Geral do CODESRIA; Yaoundé. www.codesria.org

Adebajo, A., 2010. The curse of Berlin - Africa after the Cold War. University of KwaZulu- Natal Press, KwaZulu-Natal.

Africano, M., 1995. L'UNITA et al 2 guerre civile angolaise. L'Harmattan, Paris.

Albuquerque, C., 2002. Angola – a cultura do medo. Livros do Brasil, Lisboa.

Anderson, P., 1962. Portugal and the end of Ultra-Colonialism. *New Left Review* 3, 86.

Andrade, F., Carvalho, Cohen, G., 2000. Isto é uma vida de improvisos. Estudo sobre deslocados em Malanje e Benguela (1997). Humbi-Humbi, Luanda.

Andrade, M., 1997. Uma entrevista a Michel Laban. João de Sá, Lisboa.

Andrade, M., Olivier, M., 1974. A guerra em Angola. Seara Nova, Lisboa.

Andrew, C., 2010. Intelligent In the Cold War, in: *The Cambridge History of the Cold War, Crises and Détente*. Cambridge University Press, Cambridge: 417–437.

Andrew, C., Mitrokhin, V., 2005. The world was going our way - The KGB and the battle for the Third World. Basic Books, New York.

Angola - views of a revolt, 1962.

Angola Explicada: Ascensão e queda do processo de paz de Lusaka (Investigação), 1999. Human Rights Watch, Nova Iorque, Londres e Washington.

Anstee, M., 1997. Órfão da guerra fria. Campo das Letras, Porto.

Arendt, H., 2010. Sobre a violência. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Assefa, H., 1996. Peace and Reconciliation As a Paradigm: A Philosophy of Peace and Its implications for conflict, governance and economic growth in Africa. In *Peacemaking and Democratisation in Africa: Theoretical Perspectives and Church initiatives*, East African Educational Publishers, Nairobi/Kampala, pp. 34-41.

Balibar, E., 1993. Some questions no politics and Violence. *Assemblage* 12 – 13.

Bamba, O., Massaki, M., 2003. Le conflit Angolais. Cauris, Paris.

Bazenguissa-Ganga, R., 1997. Les voices du politique au Congo – Essai de sociologie historique. Karthala, Paris.

Bazenguissa-Ganga, R., 2001. “Rester jeune au Congo-Brazzaville: Violence politiques et Processus de transition democratique” *Autrepart*, nº 18, p. 119-134. Doi: 10.3917/autr.018.0119

Bazenguissa-Ganga, R., 2013. Les Ninjas, les Cobras et les Zoulou crèverent l'écran à Brazzaville: le role les medias et la construction des identities de violence politique,

Canadian Journal of African Studies/La Revue des études africaines, 33:2-3, 329-361.
<http://dx.doi.org/10.1080/00083968.1999.10751165>

Beck, T.K., 2009. Staging Society: Sources of Loyalty in the Angolan UNITA. *Contemporary Security Policy* 30, 343–355. doi:10.1080/13523260903060235

Beck, T.K., 2012. *The normality of war: Armed groups and everyday life in Angola*. Campus Verlag, Frankfurt/New York.

Bender, G., 2009. *Angola sob o domínio português – mito e realidade*, 2nd ed. Nzila, Luanda.

Benemelis, J., 1986. *Castro – subversão e terrorismo em África*. Historiaviva, Odivelas.

Benjamim, W., 2011. *Escritos sobre mito e linguagem*. 34, São Paulo.

Bhagavan, M.R., 1980. *Angola: Prospect for socialist industrialisation (Investigação No. 57)*. Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala.

Bhagavan, M.R., 1986. *Angola's Political Economy 1975-1985 (Investigação No. 75)*. Scandinavian Institute of African Studies, Uppsala.

Birkeland, N.M., 2000. Forced migration and deslocados in the Huambo Province, Angola. *Norsk Geografisk Tidsskrift - Norwegian Journal of Geography* 54, 110–115. doi:10.1080/002919500423717

Birmingham, D., 1978. The Twenty-seventh of may: An historical note on the abortive 1977 “coup” in Angola. *African Affairs* 77, 554–564.

Birmingham, D., 1992. *Frontline nationalism in Angola & Mozambique*. Africa World Press, Trenton and New Jersey.

Birmingham, D., 2002. Angola, in: *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Hurst & Company, Londres: 181.

Birmingham, D., 2006. *Empire in Africa - Angola and its neighbors*. Ohio University Press, Athens.

Bittencourt, M., 2008. “Estamos juntos!” - o MPLA e a luta anti-colonial (1961-1974). Kilombelombe, Luanda.

Bonomi, A., 1974. *Fenomenologia e estruturalismo, Perspetiva*, São Paulo.

Bragança, A., 1981. *SAVIMBI: Itinerário de uma contra-revolução*. Estudos Moçambicanos 94.

Bragança, A., 1985. Mais importante do que a ideologia é a defesa da nossa soberania. *Semanário* 34.

Bragança, A., 1988. A independência sem descolonização: a transferência do poder em Moçambique, 1974-1975. *Revista de Ciências Sociais*, pp. 8–26.

Bragança, A., Wallerstein, I., 1982. Prelude to the Revolution - FNLA, in: *The African Libertino Reader*. Zed Books, Londres: 14.

Bridgland, F., 1986. Jonas Savimbi (1986). A key to Africa. Mainstream Publishing Company, Edinburgh.

Bridgland, F., 1988. Jonas Savimbi: Uma chave para a África, *Perspectiva & Realidades*, Lisboa.

Bridgland, F., 1995. Savimbi et l'exercice du pouvoir un témoignage,. *Politique Africaine*, N° 56, Paris.

Brinkmann, I., 2004. Language, Names, and War: The Case of Angola. *African Studies Review* 47, 143–163. doi:10.2307/1514946

Brinkmann, I., 2005. A war for people: civilians, mobility, and legitimacy in South-East Angola during the MPLA's war for independence. Rudiger Koppe Verlag Koln, Colonia.

Cafussa, A., 2008. O papel do GURN na pacificação e reconciliação em Angola. In *Revista Angolana de Sociologia*, nº2: 53-68.

Cahen, M., 1997. Salazarisme, fascisme et colonialisme. *CEsA* 47, 3.

Cahen, M., 2004. Os outros – um historiador em Moçambique, 1994. P. Schlettwein Switzerland/F. Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Camau, M., 2010. À sombra da Europa, o autoritarismo no Mediterrâneo, in: *A Construção Social Dos Regimes Autoritários - Legitimidades, Consensos E Consentimentos No Século XX - África, Ásia*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Cardoso, S., 2000. Angola - anatomia de uma tragédia. Oficina do livro, Lisboa.

Carreira, I., 1996. O pensamento estratégico de Agostinho Neto. *Dom Quixote*, Lisboa.

Carvalho, P., 2002. “Características da guerra angolana” In *Angola, Quanto tempo falta para amanhã?*. Celta, Oeiras, pp. 23-26.

Carvalho, P., 2007. Até você já não és nada!.. Kilombelombe, Luanda.

Carvalho, P., 2008. Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda, 1ª ed, *Sociologia e Antropologia*. Kilombelombe, Luanda.

Carvalho, R., 2002. Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises, Nzila, Luanda.

Carvalho, R., 2008. Guerra, paz, violência estrutural e desenvolvimento, in: *A Câmara*,

a Escrita E a Coisa Dita... Cotovia, Lisboa.

Castelo, C., 2005. Passagens para África - O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974). Afrontamento, Porto.

CEAST, 1998. A Igreja em Angola entre a guerra e a paz.

Center for History and New Media, n.d. Guia de Início Rápido [Document]. URL http://zotero.org/support/quick_start_guide

Chabal, P., e Vidal, N., 2007. Angola - the weight history. Hurst & Company, Londres.

Chan, S., Venâncio, M., 1998. War and peace in Mozambique. Macmillan Press, Londres.

Chiwale, S., 2008. Cruzei-me com a história. Sextante, Lisboa.

CIIP, 2002. A conceituação da paz e da violência, in: O Estado Da Paz E a Evolução da Violência. A Situação Da América Latina. UNICAMP, Campinas: 33.

Clarence-Smith, G., 1980. Review Article: Class Structure and Class Struggle in Angola in the 1970s, Journal of Southern African Studies, Vol. 7, No. 1, Special Issue on Contemporary Politics: 109-126. (Acesso: 28/10/2014)

Clarence-Smith, G., 1990. O terceiro império português (1825-1975). Teorema, Lisboa.

Coelho, J., 2003. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Lusotopie 175–193.

Coelho, M., 1994. Rupture and Continuity: The State, law and the Economy in Angola, 1975-89 (Doutoramento). Warwick, School of Law, Warwick.

Collins, R., 2008. Violence. A micro-sociological theory. Princeton University Press, Princeton.

Collins, R., 2013. Micro and Macro sociological causes of violent atrocities. Sociologia, Problemas e Práticas, ISCTE-IUL, 9–22.

Comaroff, J., Comaroff, J., 2006. Law and Disorder in the poscolony. The University of Chicago Press.

Comerford, M., 2005. O Rosto pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1991-2002). do autor, Windhoek.

Cruz, E., 2005. O Estatuto de Indigenato - Angola - A legalização da discriminação na colonização portuguesa. Chá de Caxinde, Luanda.

Dáskalos, M., 2008. A política de Norton de Matos para Angola 1912-1915. Minerva,

Coimbra.

Dáskalos, S., 2000. Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo. Vega, Lisboa.

Diop, M., 2010. A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português, in: História Geral de África. UNESCO, Brasília: 93–121.

Domingues, J., 2004. Ensaio de sociologia – Teoria e pesquisa. UFMG, Belo Horizonte.

Edward, G., 2005. The Cuban intervention in Angola, 1965-1991: from Che Guevara to Cuito Cuanavale. Franz Cass, London & New York.

Elias, N., Scotson, J., 2000. Os Estabelecidos e os Outsiders. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

Fanon, F., 2010. Os condenados da terra. UFJF, Minas Gerais.

Ferguson, J., 1994. The Anti-politics Machine: developments, despoliticization and bureaucratization of power in Lesotho. University of Minnesota Press, Minneapolis, London.

Ferreira, M., 1999. A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91). Cosmo - Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.

Ferreira, M., 2002. Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990). *Análise Social* 37, 47.

Figueiredo, L., 2009. Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola. Alêtheia, Lisboa.

Finlay, C., s.d.. Violence and revolutionary subjectivity. *European Journal of Political*.

Fischer, G.-N., 1994. A dinâmica social. Violência, poder e mudança. Planeta ISPA, Lisboa.

Freudenthal, A., 1995. A baixa de Cassanje, algodão e revolta. *Revista Internacional de Estudos Africanos* 245–283.

Fonte, D., 2014. O rapto com os Kwachas até à Jamba. Lisboa: Edições Húmus.

Gabriel, M., 1982. Diocese de Malanje. Diocese de Malanje, Luanda e Lisboa.

Garcia, M., 2012. Prisioneiros da UNITA. Mayamba, Luanda.

Garcia, R., 2011. S.O.S Angola - os dias da ponte aérea. Oficina do livro, Lisboa.

Graybill, L., 2002. Truth & Reconciliation in South Africa – Miracle or model?, Lynne Rienner Publishers, Londres.

Geffray, C., 1990. La cause des armes au Mozambique – anthropologie d'une guerre

civile. CREDU - Karthala, Paris.

Geffray, C., 1991. A causa das armas. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento.

Glaser, D., 2007. African marxism's moment, in: Twentieth Century Marxism. Rutledge, London & New York.

Gleijeses, P., 2003. Conflicting Missions: Havana, Washington, Pretoria, Galago, University of North Carolina.

Gleijeses: P., 2010. Cuba and the Cold War, 1959-1980, in: The Cambridge History of the Cold War, Crises and Détente. Cambridge University Press, Cambridge: 327–372.

Gordon, L. et al, 1996. Fanon: A critical reader. Oxford Press, Massachusetts & Oxford.

Griffths, A., 2004. O fim da guerra: O Memorando de Entendimento de Luena. In Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano. Accord15 – Conciliation Resources2004. ibid.c-r.org

Guerra, H., 1979. Angola - Estrutura Económica e classes sociais. 70, Lisboa.

Guerra, J., 2002. Savimbi- vida e morte. Bertrand, Lisboa.

Guevara, C., 2000. Passage de la Guerre revolucionaria: le Congo. Le Métaillé, Paris.

Hatzfeld, J., 2005. Uma temporada de facções – relatos do genocídio em Ruanda. Companhia das Letras, São Paulo.

Heimer, F., 1980. O processo de descolonização de Angola 1974-1976. Regra do Jogo, Lisboa.

Heimer, F., 2002. Reflexões acerca de uma abordagem interdisciplinar das sociedades africanas. Cadernos de Estudos Africanos 153–159.

Helen, K., 1987. Angola, Mozambique and the West. CSIS, New York & London.

Henderson, E., 2008. When States implode Africa's civil war, 1950-92, in: The Roots of Africa's Conflicts. The Causes & Costs. James Curry, UNISA, Ohio University Press, Oxford, Pretoria, Athens: 51–70.

Henderson, L., 1990. A Igreja em Angola. Além-Mar, Lisboa.

Henrique, I., 1997. Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. IICT, Lisboa.

Heywood, L., 1989. Unita and Ethnic Nationalism in Angola. The Journal of Modern African Studies, Vol. 27, No 1 (Mar.): 47-66. (acesso 27/01/2011)

Heywood, L., 1998. Toward an Understanding of Modern Political Ideology in Africa: The case of the Ovimbundu of Angola. *The Journal of Modern African Studies*. Vol. 36, No. 1 (Mar.,): 139-167. (Acesso 27/01/2011)

Heywood, L., 2000. *Contested power In Angola - 1840s to the presente*. University of Rochester Press.

Heywood, L., 2011. Angola and the violent years 1975-2008: civilian casualties. In *Portuguese Studies Review* 19 (1-2): 311-332.

Hibou, B., 2010. Economia política da repressão: o caso da Tunísia, in: *A Construção Social Dos Regimes Autoritários - Legitimidades, Consensos E Consentimentos No Século XX - África, Ásia*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 119–156.

Hobsbawm, E., 2008. *Era dos extremos - o breve século XX (1914-1991)*. Companhia das Letras, São Paulo.

Hochschild, A., 2001. *O Fantasma do Rei Leopoldo*. Nzila, Luanda.

Hodges, T., 2000. *Angola: Anatomy of an oil State*. Indiana University Press, Indiana.

Hodges, T., 2002. *Angola - Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Principia, Lisboa.

Igreja, V., 2010. Frelimo's Political Ruling through Violence and Memory in Postcolonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies* 36, 781–799. doi:10.1080/03057070.2010.527636

Jain, C., 2010. China and the Cold War after Mao, in: *The Cambridge History of the Cold War, Crises and Détente*. Cambridge University Press, Cambridge: 181–200.

Jamba, S., 1991. *Patriotas*. Cotovia, Lisboa.

João, A., 2001. O 1º Centenário do metodismo em Angola – 1885-1985, in: *Bispo Emílio de Carvalho - A Caminhada História Da Liderança Do Episcopado Metodista de Angola - 1972-2000*. IUMA, Luanda: 252–253.

Kalyvas, S., 2005. Warfare in Civil Wars, in: *Rethinking the Nature of War*. Franz Cass, New York and Canada: 88–108.

Kalyvas, S., 2006. *The logic of violence in Civil War*. Cambridge University Press.

Kalyvas, S., Arjona, A., 2005. Paramilitarismo: uma perspectiva teórica, in: *El Poder Paramilitar*. Planeta, Bogota.

Kana, A., 2005. *L' interminável crise du Congo-Kinshasa - Origines & Consequentes*. L'Harmattan, Paris.

- Kaure, A., 1999. Angola: from socialism to liberal reforms. Sopes Broies, Harare.
- Keese, A., 2013. Searching for the Reluctant Hands: Obsession, Ambivalence and the Practice of Organising Involuntary Labour in Colonial Cuanza-Sul and Malange Districts, Angola, 1926–1945, *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 41:2, 238-258, (20 March 2014, At: 13:16)
- Keller, E., 1987. Afro-marxist regimes ideology and public policy, in: *Twentieth Century Marxism*.
- Kenez., 2007. *História da União Soviética*. 70, Lisboa.
- Laban, M., 1991. *Angola - Encontros com Escritores*. Associação Industrial Portuense, Porto.
- Lázaro, G., 2010. Angola: discursos e práticas dominantes de reconciliação e construção da nação (dissertação de Mestrado). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Lázaro, G., 2013. Violência e fragmentos da guerra em Angola (Assis Malaquias - Rebels and Robbers. Violence in post-colonial Angola, Uppsala: Nordiska Africainstitutet, 263p. *Revista Angolana de Sociologia* 1, 143–146.
- Lazitch, B., 1988. *Angola 1974-1988 - Un échec du comunismo en Afrique*. Est & Ouest, Paris.
- Mbah, J.-M., 2010. *As Rivalidades políticas entre a FNALA e o MPLA – (1961-1975)*, Mayamba, Luanda.
- Mabeko-Tali, J.-M., 1995. La chasse aux Zairois à Luanda. *Politique Africaine* 71–84.
- Mabeko-Tali, J.-M., 1997. L’interminable transition Angolaise et les multiplex dangers de l’incertitude politique. *Lusotopie*: 87-103.
- MabekoTali, J.-M., 2000. Queques dessous diplomatizes de l’intervention angolaise dans la guerre civile congolaise de 1997, in: *Rupture, Solidarité: Les Congos Dans La Tourment*. Karthala, Paris: 153–164.
- Mabeko-Tali, J.-M., 2001a. La question de Cabinda Séparatismes éclatés, habiletés luandaises et conflicts en Afrique centrale. *Lusotopie* 49–62.
- Mabeko-Tali, J.-M., 2001b. Dissidências e poder de Estado: O MPLA perante si próprio, (1962-1977). Nzila, Luanda.
- Mabeko-Tali, J. –M., 2004. Cidadania, Nacionalidade e Democracia, In *Democracia e Identidades Nacionais*, Caderno de Estudos Sociais, nº00, pp. 17-21.

Mabeko-Tali, J.-M., 2005. *Barbares et Citoyens: l' Identité national à l'épreuve des Transitions africaines - Congo-Brazzaville, Angola*. L'Harmattan, Paris.

Macamo, E., 2005. Introduction - Negotiating Modernity: From Colonialism to Globalization, in: *Negotiating Modernity - Africa's Ambivalent Experience, Africa in the New Millennium*. CODESRIA Books, Zed Books and UNISA, Dakar, London & New York, Pretoria: 1–16.

Macamo, E., 2010. Aquino de Bragança, estudos africanos e interdisciplinaridade, in: *Como Fazer Ciências Sociais E Humanas Em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas E Políticas*. CODESRIA, Dakar: 63–74.

Macamo, E., Neubert, D., 2004. The politics of negative peace: Mozambique in the aftermath of the Rome cease-fire agreement, in: *Reevaluating Mozambique, Portuguese Literary & Cultural Studies*. University of Massachusetts Dartmouth, Massachusetts: 23–48.

Macamo, E., Ngoenha, S., 2006. A ideia de África, in: *Um País Cheio de Soluções*. Produções Lua, Maputo: 65.

Macek, I., 1997. Negotiating Normality in Sarajevo during the 1992 - 1995 war. *Narodna Umjetnost* 34, 25–58.

Macek, I., 2007. Imitation of life: Negotiating Normality in Sarajevo under Siege, in: *The New Bosnian Mosaic. Identities, Memories and Moral Claims in a Postwar Society*. Ashgate, Aldershot.

Maier, K., (1997) 2007. *Angola: Promises and lies*, Serif, Londres,

Malaquias, A., 1995. *Angola: The challenges of Democratic Transition*. [Tese de doutoramento], Department of Political Science, Dalhousie University.

Malaquias, A., 2007. *Rebels and robbers: violence in post-colonial Angola*. Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala.

Mamdani, M., 1996. *Citizen and Subject - Contemporary Africa and the Legacy of Late colonialism*. Princeton University Press, Princeton & New Jersey.

Mann, M., 1987. Ruling Class Strategies and Citizenship. *Sociology* 21, 339–354. doi:10.1177/0038038587021003003

Marcum, J., 1969. *The Angolan Revolution – The anatomy of an explosion (1950-1962)*. MIT, Cambridge.

Marcum, J., 1978. *The Angolan Revolution – Exile politics and guerrilha warfare (1962-1976)*. MIT Press, Cambridge.

- Marcum, J., 1993. Angola: War again. *Current History*, pp.218-223.
- Marques, R., Campos, R., 2005. *Lundas: As pedras da morte. Relatório sobre os Direitos Humanos (Investigação)*. Luanda.
- Márquez, G., 1977. *Operación Carlota - Cuba en Angola. Por la libre obra periodística*.
- Marzui, A., 2010. Procurai primeiramente o reino político. in: *História Geral de África*. UNESCO, Brasília: 125–149.
- Matos, J., 2002. Retrato de Angola. In *Angola, à procura do seu passo. Política Internacional*, nº 25.
- Mbembe, A., 2001. Formas africanas de auto-inscrição. In *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº 1: 171-209.
- Mbembe, A., 2008. Passages to Freedom: The Politics of Racial Reconciliation in South Africa. In *Public Culture*, 20:1, Duke University Press. DOI10.125/08992363-2007-012
- Mbembe, A., 2013. *África insubmissa - cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Pedago e Mulemba, Lisboa.
- Mbokolo, E., 2007. *África Negra - História e Civilizações do século XIX aos nossos dias*. Colibri, Lisboa.
- Merton, R., 1968. *Social theory and social structure, "On Sociological Theories of the middle range. The Free Press & Collier Macmillan Publishers, New York & London*.
- Messiant, C., 1995. *MPLA et UNITA: processus de paix et logique de guerre" in L'Angola dans la guerre. Politique Africaine*.
- Messiant, C., 1997. Angola, entre guerre et paix, in: *Les Chemins de La Guerre et de La Paix*. Karthala, Paris: 157–195.
- Messiant, C., 2004. As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka. Uma análise crítica. In *Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano*. Accord15 – Conciliation Resources2004. ibid.c-r.org
- Messiant, C., 2008a. *L'Angola postcoloniale*. Karthala, Paris.
- Messiant, C., 2006 e 2008b. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia, in: *O Processo de Transição Para O Multipartidarismo Em Angola*. Firmamento, Luanda e Lisboa.
- Michaud, Y., 1989. *A violência*. Ática, São Paulo.
- Miguel, S., 2005. Cartas e António Jacinto do Amaral Martins e Viriato da Cruz, in: *Cartas D' África E Alguma Poesia*. Top Books, Rio de Janeiro: 17–47.

Milando, J., 2006. O Colonialismo em Angola: dinâmicas do pós-independência. Lucere 99.

Milhazes, J., 2009. Angola - o princípio do fim da União Soviética. Vega, Lisboa.

Miller, J., 1973. Slaves, slavers and social change in nineteenth Century Kasanje, in: Heimer, Franz, Social Change in Angola. Weltforum Verlag, Munchen: 10–12.

Minter, W., 1988. Operation Timbre: pages from the Savimbi dossier. Africa World Press, Trenton and New Jersey.

Minter, W., 1994. Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique. Zed Books, London & New Jersey.

Morais, F., 2010a. A guerra de Angola segundo Fidel Castro, in: A Ilha. Companhia das Letras, São Paulo: 197–201.

Morais, F., 2010b. Entrevista com Fidel Castro, in: A Ilha. Companhia das Letras, São Paulo: 165–193.

Morais, F., 2011. Os últimos soldados da guerra fria. Companhia das Letras, São Paulo.

Morais-Filho, E (Org.), 1983. "A natureza sociológica do conflito" in Georg Simmel, *Ática*, São Paulo, 122-134.

Moreira, N., 1979a. Agostinho Neto, um passado recente. Cadernos do Terceiro Mundo 50–54.

Moreira, N., 1979b. O pensamento de Agostinho Neto. Cadernos do Terceiro Mundo 55 –58.

Mudimbe, V., 1988. *The Invention of Africa - Gnose, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Indiana University Press & James Curry, Bloomington & Indianapolis, London.

Mudimbe, V., 2013. *A Invenção de África - Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Pedago e Mulemba, Lisboa.

Muekalia, J., 2010. *A segunda revolução: memórias de luta pela democracia*. Sextante, Lisboa.

Munanga, K., n.d. *A República Democrática do Congo - RDC*. Casa das Áfricas.

Nascimento, A., s.d. *Minhas origens e aprendizagens*. EAL Angola, Luanda.

Neto, A., 1987. *Textos Escolhidos*.

Neto, M., 2010. *A República no seu Estado colonial: Combater a escravatura, estabelecer o "Indigenato*. Ler a história 207.

Neto, M., 1996/1997. “Contribuição a um enquadramento histórico da situação actual (1996)”, in Estudos sobre Comunidades e Instituições Comunitárias angolanas na perspectiva do pós-guerra, ONU/ONGs.

Neto, V., 1998. O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911). Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa.

Noblat, R., “Em campo minado” in O que é ser jornalista - Memórias profissionais. Rio de Janeiro: Editora Record: 161-179.

Nganga, J., 2008. O pai do nacionalismo angolano: as memórias de Holden Roberto – (1923-1974). Parma, São Paulo.

Nhema, A., Zeleza:, 2008. The rotos of African conflicts: the causes & costs. OSSEREA, James Curry & UNISA, Addis Ababa, Oxford & Pretoria.

Nzongola-Ntalaja, G.,1989. Presidential Address the African Crisis: the way out. African Studies Review 32, 115 –128.

Pacheco, C., 1997. MPLA - um nascimento polémico. Vega, Lisboa.

Pacheco, F., 1991. Agricultura e sociedade rural na Angola dos anos 60 – O caso de Malanje. Presented at the II Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre a África de Língua Portuguesa, Lisboa.

Pacheco, F., Roque, S., 1995. Les Déplacés en Angola – La question du retour, Lusotpie: 213-220.

Pacheco, F., 2004. A problemática da terra no contexto da construção da paz em Angola: desenvolvimento ou conflito?, Accord 15: 44-47.

Pacheco, F., 2006. The Role of External Development Actors in Post-Conflict Scenarios – The Case of Angola, Oficina do CES, No. 258: 2-11.

Pacheco, F., 2012. “ A terra no contexto da Reconstrução e da Democratização em Angola” In Santos, Boaventura, Van Dúnen (org), Sociedade e Estado em Construção: Desafios do Direito e da democracia em Angola. Luanda e Justiça: Pluralismo jurídico numa sociedade em transformação. Vol I, Almeida, Lisboa, pp. 463-493.

Palla, M., Soares, J., 2003. Savimbi: um sonho africano. Nova Ática, Lisboa.

Parreira, A., 2008. Viriato da Cruz: Um Nacionalista Sublime, in: Viriato Da Cruz - O Homem E O Mito. Chá de Caxinde, Luanda: 243.

Patter, R., 1971. África do Sul vizinha de Portugal. Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa.

Paxe, A., 2009. Dinâmicas de resiliência social nos discursos e práticas tocoistas no Icolo e Bengo (Mestrado). ISCTE-IUL, Lisboa.

Pawson, L., 2014. Em nome do povo – O massacre que Angola silenciou, Lisboa: Tinta-da-china.

Pearce, J., 2004. War, Peace and diamonds in Angola. *African Security Review* 13, 51–64. doi:10.1080/10246029.2004.9627284

Pearce, J., 2008. L'UNITA à la recherche de son peuple. *Politique Africaine, L'Angola dans la paix. Autoritarisme et reconversions* 47 –64.

Peclard, D., 2005. Etat colonial, missions chrétiennes et nationalisme en Angola, 1920-1975 – Aux racines sociales de l'UNITA (Doutoramento). Institut d'Etudes Politiques de Paris, Paris.

Pélissier, R., 1978. La colonie du minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961). Pélissier, Orgeval.

Pereira, J., 2006. Alvaro Cunhal - uma biografia política. Temas e Debates, Lisboa.

Pestana, N., 2002a. Da paz militar à paz civil: Angola, à procura do seu passo. *Revista Política Internacional* 151 –155.

Pestana, N., 2002b. L'Etat en Angola: discours et pratiques (Doutoramento). Montpellier I, Montpellier.

Pestana, N., 2003. As dinâmicas da Sociedade civil em Angola. CEA-ISCTE, Lisboa. ibid.cea.iscte.pt

Pestana, N., 2005. O poder e a diferenciação social em Angola, in: *Lusofonia Em África : História, Democracia E Integração Africana*. CODESRIA, Dakar.

Pestana, N., 2012. A escrita do ofício. CEIC-UCAN, Luanda.

Pinto, N., 1977. Portugal - os anos do fim - de Goa ao largo do Carmo. E&F, Lisboa.

Pitcher, A., 1993. Politics In the portuguese Empire - The State, Industry, and Cotton, 1926-1974. Clarendon Press, Oxford.

Porto, J., Parsons, I., Alden, C., 2007. From soldieis to citizens: the social, economic and political reintegration of UNITA ex-combatants, Monograph. ISS.

Redinha, J., 1965. Distribuição étnica da província de Angola, 3ª ed. Centro de Informação Turística de Angola CITA, Lisboa.

Rezola, M., 2007. 25 de Abril - Mitos de uma revolução. Esfera dos livros, Lisboa.

Rocha, E., Soares, F., Fernandes, M., 2008. Angola - Viriato da Cruz - o homem e o

mito. Chá de Caxinde, Luanda.

Rodrigues, A., Borga, C., Cardoso, M., 2001. O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril. Dom Quixote, Lisboa.

Rollemborg, D., Quadrat, S., 2010. A construção social dos regimes autoritários – legitimidades, consensos e consentimentos no século XX – África e Ásia. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Rosa, F., 2012. Salazar e o poder - a arte de saber durar. Tinta-da-China, Lisboa.

Russell, A., 1999. The Cold war crooner - Jonas Savimbi - Western disengagement or. Disarray?, in: Big Men Little People - The Leaders Who Defined Africa. New York University Press, New York.

Rustin, B., Gorshma, C., 1977. Africa, Soviet Imperialism & the Retreat of American Power. Western Michigan University Libraires.

Samuels, M., 2011. Educação ou Instrução: A História do ensino em Angola (1878-1914). Mayamba, Luanda.

Santos, E., 1964. O Estado português e o problema missionário. Agencia Geral do Ultramar, Lisboa.

Santos, F., 1979. Reflexão (em cinco pontos) sobre a independência de Angola. Cadernos do Terceiro Mundo 46 – 49.

Santos, J., 1980. A luta do povo pela unidade e pelo socialismo.

Santos, L., 1981. Angola - cresce o apoio internacional. Cadernos do Terceiro Mundo 66 –67.

Santos, M., 1973. Malanje” in Primeiras Letras em Angola. Câmara municipal de Luanda, Luanda.

Sarapu, V., 1980. Pouvoir populaire’ & coopératives en Angola (1974-1977) – coopératives de consommation a Luanda & coopératives de production a Malange (Doutoramento). EHESS, Paris.

Saul, J., 1990. Socialist ideology and the struggle for Southern Africa. Africa World Press, Trenton and New Jersey.

Savimbi, J., 1977. Um desafio à ditadura comunista em Angola. Armasilde, Lisboa.

Schlichte, K., 2009. With the State against the State? The Formation of Armed Groups. Contemporary Security Policy 30, 246–264.

Schubert, B., 1999. Os protestantes na guerra angolana depois da independência.

Lusotopie 409–410.

Schubert, B., 2000. A guerra e as igrejas (1961-1991). P. Schlettwein Switzerland.

Schubert, J., 2010. Democratisation and the consolidation of Political Authority in Post-War Angola. *Journal of Southern Africa Studies*, 36: 3, 657-672 (<http://dx.doi.org/10.1080/03057070.2010.507572>) Acesso: 1/10/2010.

Schubert, J., 2013. Democratização e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra. In *Relações Internacionais*, nº 37, pp. 079-098.

Schwarz, R., 1999. A Nota Especifica, in: *Sequências Brasileiras*. Companhia das Letras, São Paulo: 151–154.

Seleti, I., 1990. The dependent capitalism in Portuguese Africa, in: *Studies in the Economy History of Southern Africa, The Front-Line States*. Franz Cass & Co, Londres: 30–74.

Shaw, M., 1991. *Post-military society*. Polity Press, Cambridge.

Shubin, V., Tokarev, A., 2001. War in Angola: a Soviet Dimension. *Review of African Political Economy* 607–618.

Shubin, V., Tokarev, A., 2012. *Bush War: The Road to Cuito Cuanavale* Soviet soldiers accounts of the Angolan war. Jacana, Cape Town.

Silveira, O., 2004. *África ao sul do Sahara - Sistemas de partidos e ideologia de socialismo*. Associação Académica África Debate, Lisboa.

Simmel, G., 1904. The Sociology of conflict. I., II e III, *American Journal of Sociology* 9, 490–525.

Simon, D., 2001. The bitter harvest of war: continuing social & humanitarian dislocation in Angola. *Review of African Political Economy* 28, 503–520. doi:10.1080/03056240108704562

Sitte, F., 1979. *Flammherd – Angola*, (Mit 74 farbigen Dokumentarfotos de autors). Verlag Kremayr & Scheriau, Wien.

Sluvoy, K., 2002. War economy and the social order of insurgencies: An Analysis of the internal structure of UNITA's war economy. University Hamburg - IPW.

Spinola, A., 1974. *Portugal e o Futuro – Análise da conjuntura nacional*. Arcádia, Lisboa.

Stockwell, J., 1979. *A CIA contra Angola*. UEA, Luanda.

Suanders, C., Onslow, S., 2010. The Cold War and Southern Africa, in: *The Cambridge*

History of the Cold War, Crises and Détente. Cambridge University Press, Cambridge: 222–243.

Totemeyer, G., 2010. The role of the Church in Namibia: Fostering a Discourse on Reconciliation. In Pisani, A., Kosseler, R. Lindeke, B., The Long Aftermath of war reconciliation and transition in Namibia, Arnold Bergstraesser Institut, Freiburg, pp. 103-138.

Tshiyembe, M., 2003b. Géopolitique de Paix en Afrique Médiante - Angola, Burundi, République Démocratique du Congo, République du Congo, Ouganda, Rwanda. L'Harmattan, Paris.

Tshiyembe, M., 2003a. Transição de alto risco. Le Monde Diplomatique.

Tvedten, I., 1997. Angola: Struggle for Peace and reconstruction. West View Press, Oxford.

Vakulukuta, A., 1982. The peasantry of the South, in: The African Libertin Reader - Documents of the National Libertino Movements. Zed Books, Londres: 15.

Valentim, J., 2011. Gladolite - os caminhos da paz em Angola. Mayamba, Luanda.

Vansina, J., 1963. The Foundation of the Kingdom of Kasanje. The Journal of African History, Vol 4, No. 3, pp. 355-374. Acesso 28/01/2011

Ventura, R., 1959. A Nova Angola. do autor, Luanda.

Vidal, N., 1997. Estratégias de Desenvolvimento participativo enquanto estímulo de capacidades empresariais: o projeto "Kuije 91" em Malanje (Mestrado). ISCTE-IUL, Lisboa.

Vidal, N., 2006. Multipartidarismo em Angola, In: O Processo de Transição Para O Multipartidarismo Em Angola. Firmamento, Porto, p.41.

Vidal, N., 2008. Multipartidarismo em Angola, in: O Processo de Transição Para O Multipartidarismo Em Angola. Firmamento, Porto: 14.

Vines, A., 1995. La troisième guerre angolaise. Politique Africaine 27 –39.

Vivo, R., 1976. Angola: Fim do mito dos mercenários. Centelha, Coimbra.

Weber, I., 1974. A revolução chinesa. Delfos, Lisboa.

Weber, M., sd. Ciência e Política, in: Ensaios de Sociologia. Zahar, Rio de Janeiro: 98.

Weber, M., 2000. A política como profissão. Universitárias Lusófonas, Lisboa.

Wheeler, D., Pelissier, R., 1971. Angola. Pall Mall Press, Londres.

Wheeler, D., Pelissier, R., 2009. História de Angola. Tinta-da-China, Lisboa.

Wieviorka, M., 1997. O novo paradigma da violência. Tempo Social 9, 5–41.

Williams, D., 2008. On the border: the write South Africa military experience – (1965-1990). Tafelberg, Cape Town.

Wilson., R., 2001. The Politics of Truth and reconciliation in South Africa - Legitimizing the postAparthed State. Cambridge University Press, pp. 98-110.

Witte, L., 2001. O Assassinato de Lumumba. Caminho, Lisboa.

Wolfers, M., Bergerol, J., 1983. Angola in the front line. Zed Books, Londres.

Wright, G., 2001. A destruição de um país: a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945. Nzila, Luanda.

2. **Periódicos, jornais e revistas**

Jeune Afrique Plus, (1990) edição de Mai-Juin, nº 6: 32, Paris

Jornal de Angola – Luanda

Jornal Diário de Notícias - Lisboa

Jornal Expresso – Lisboa

Jornal Independente - Lisboa

Jornal Público – Lisboa

Jornal “Semanário Angolense” - Luanda

Revista Sábado - Lisboa

Anexo A

Mapa de Angola⁶⁵

REPÚBLICA DE ANGOLA

Mapa - Províncias e respectivas capitais



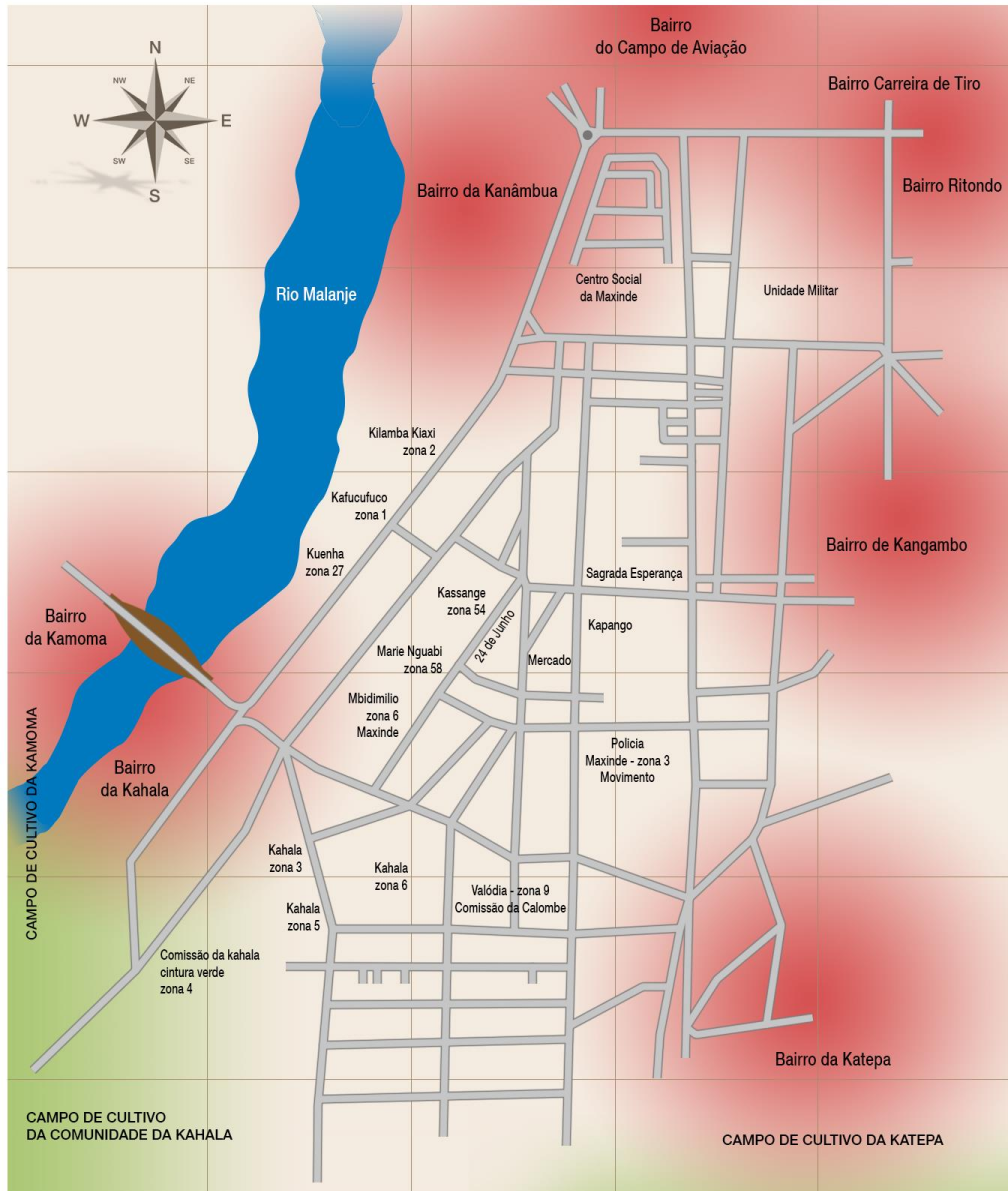
⁶⁵ Mapa criado pelo autor.

Anexo B

Mapa da cidade de Malanje⁶⁶

REGIÃO DE MALANJE

Mapa das principais zonas de conflito



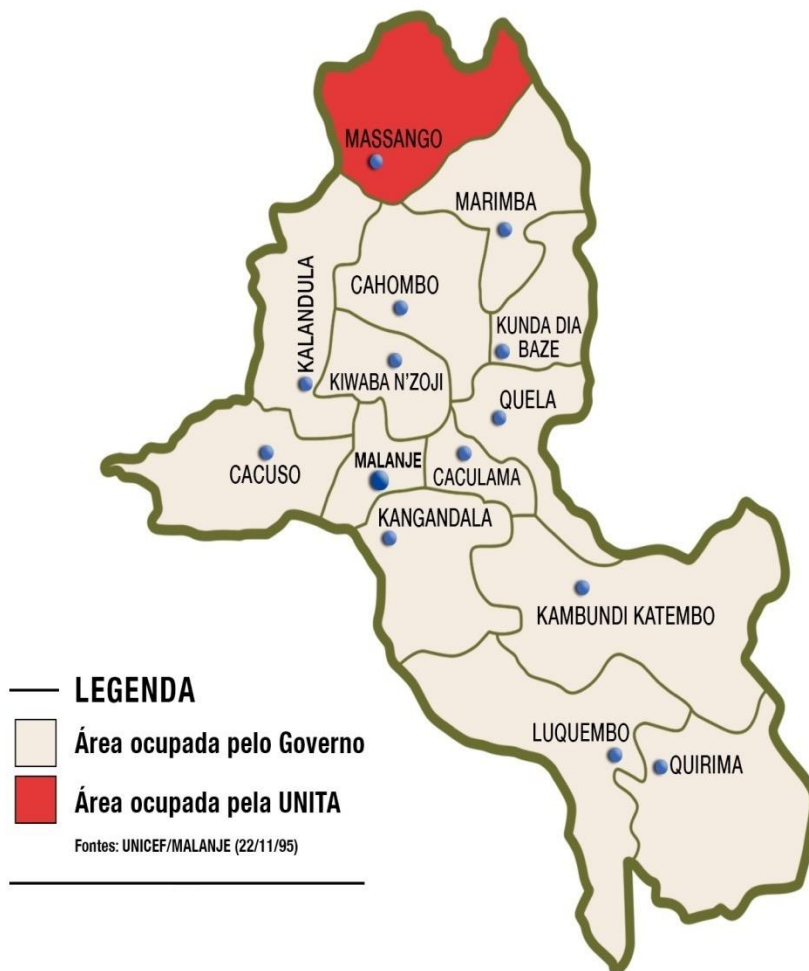
Vidal, N., 1997. "Estratégias de desenvolvimento participativo enquanto estímulo de capacidades empresariais: o projecto Kujie 91 em Malanje", Mestrado, ISCTE-IUL, Lisboa.

⁶⁶ O presente mapa é uma reconstituição do esboço do casco urbano de Malanje utilizado por Nuno Vidal na sua dissertação de mestrado e ilustra a situação de conflito armado naquela cidade durante o período de 1993 a 1997. Este mapa apesar de reconstituído é apenas ilustrativo pois a cidade bem como os bairros periféricos de Malanje registaram transformações significativas ocorridas nos últimos 14 anos do pós-conflito em Malanje.

Anexo C

PROVÍNCIA DE MALANJE

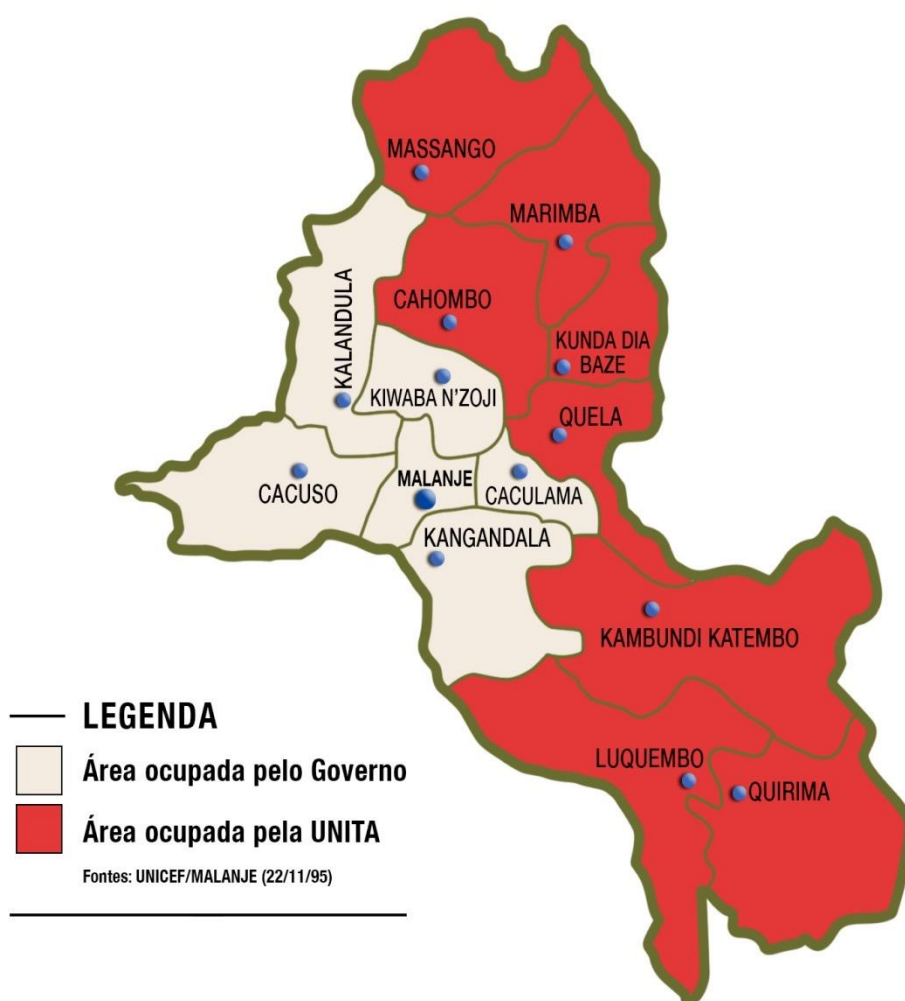
Mapa 1.1 - Evolução da situação militar
Área ocupada em 1982



Anexo D

PROVÍNCIA DE MALANJE

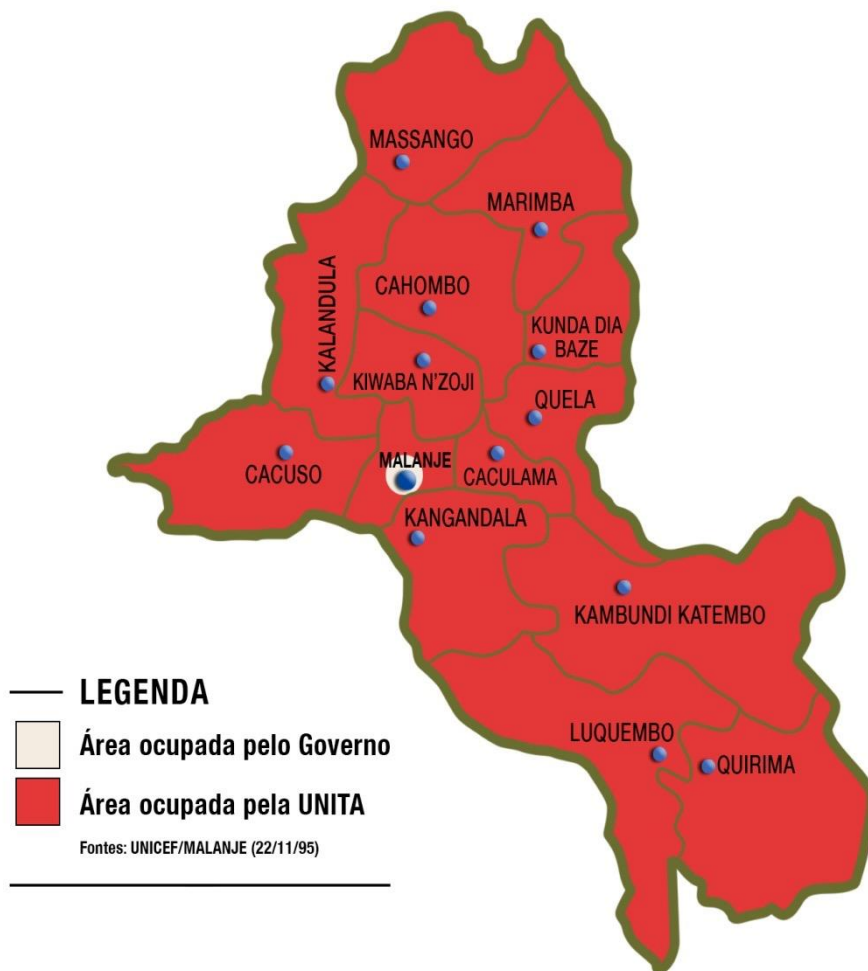
Mapa 1.2 - Evolução da situação militar
Área ocupada em 1989



Anexo E

PROVÍNCIA DE MALANJE

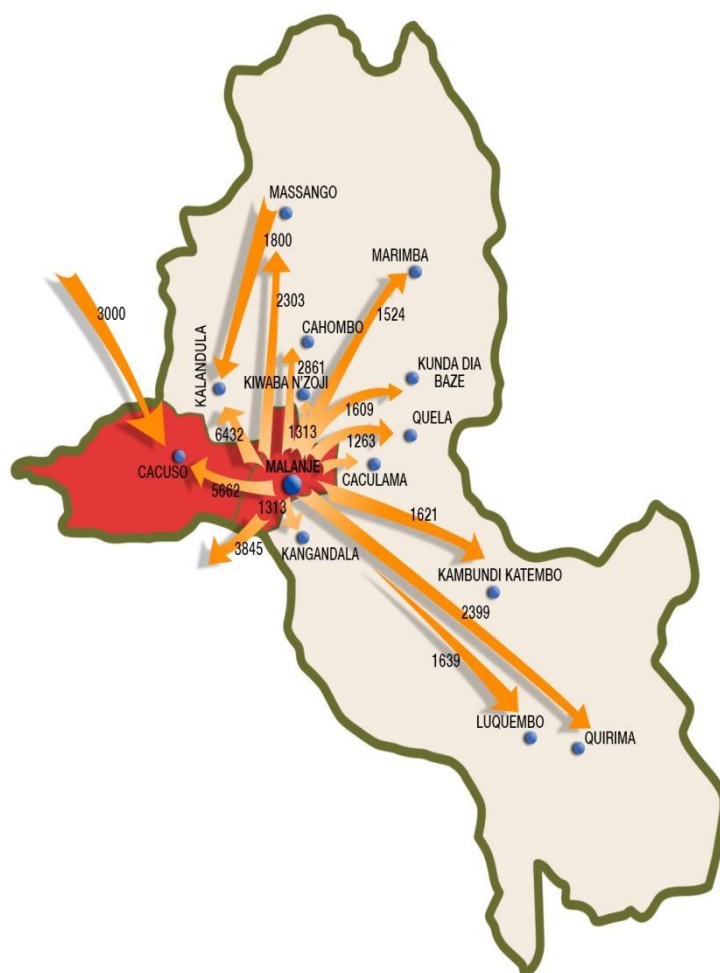
Mapa 1.3 - Evolução da situação militar
Área ocupada em 1993



Anexo F

PROVÍNCIA DE MALANJE

Mapa 2 - Previsão da movimentação dos deslocados de acordo com a sua origem

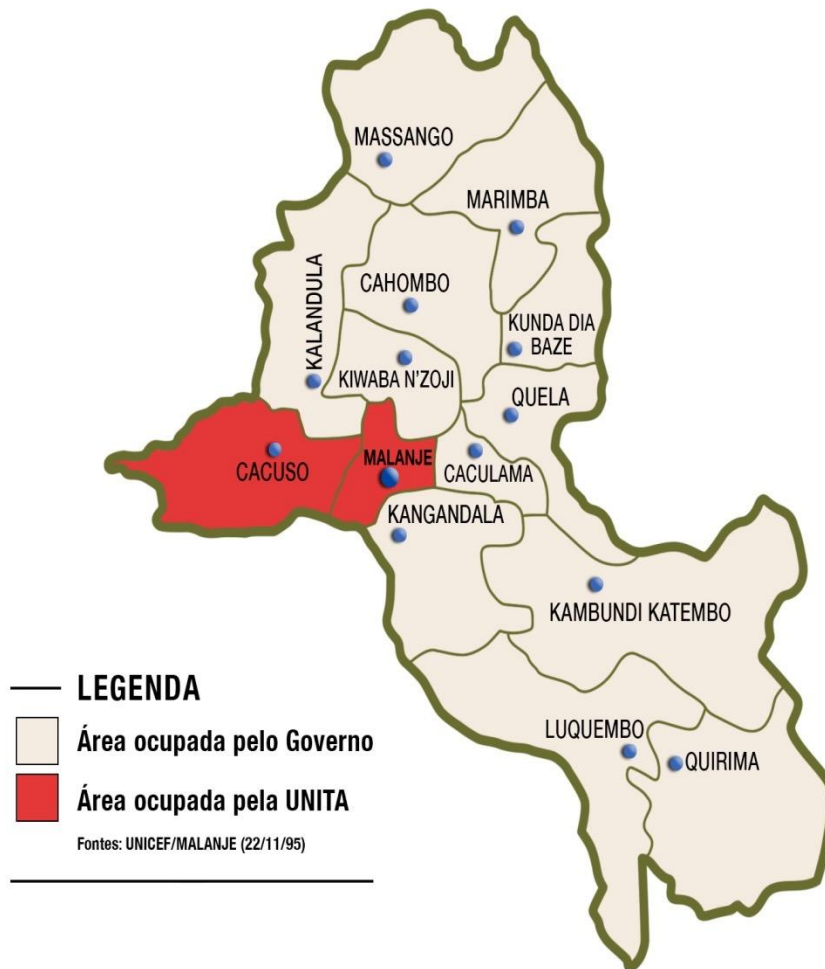


Andrade (Coord.), Carvalho, Cohen, 2000.

Anexo G

PROVÍNCIA DE MALANJE

Mapa 3 - Distribuição da população segundo as áreas de ocupação GOVERNO UNITA



Anexo H

PROVÍNCIA DE MALANJE

Mapa 5 - Estado dos acessos rodoviários



Andrade (Coord.), Carvalho, Cohen, 2000.